

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS-NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

LARA LUCIANA LEAL SEIXAS

**MEMÓRIA DOS DESAPROPRIADOS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: AS
FRONTEIRAS DO COTIDIANO EM TERRAS (I) LEGAIS?**

**FOZ DO IGUAÇU – PR
2012**

LARA LUCIANA LEAL SEIXAS

**MEMÓRIA DOS DESAPROPRIADOS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: AS
FRONTEIRAS DO COTIDIANO EM TERRAS (I) LEGAIS?**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Território, História e Memória.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Cardoso Brenneisen

FOZ DO IGUAÇU – PR
2012

LARA LUCIANA LEAL SEIXAS

**MEMÓRIA DOS DESAPROPRIADOS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: AS
FRONTEIRAS DO COTIDIANO EM TERRAS (I) LEGAIS?**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de concentração e Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdir Gregory
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Membro 1

Prof. Dr. João Carlos Tedesco
Universidade de Passo Fundo - UPF
Membro 2

Prof. Dr. Ivo José Dittrich
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Suplente 1

Foz do Iguaçu, 28 de março de 2012.

Aos colonos de São José do Iguaçu, Santo
Alberto, Dois Irmãos, São Luis e Santa Luzia,
pela coragem e bravura

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus pela oportunidade de estar vivendo este momento intelectual importante.

Aos meus pais Lino Veríssimo Leal (*in memórian*) e Mellita Müller (*in memórian*) por permitir a minha existência e por terem me ensinado a ser uma pessoa melhor a cada dia.

Aos meus irmãos Luis Paulo Leal e Sandra Rosana Leal pela atenção e carinho e por terem me cuidado quando nossos pais aqui não estavam mais, me orientando para o caminho do bem.

A meu esposo Jefferson Luís Seixas pelo incentivo, compreensão, carinho e parceria durante o processo de pesquisa.

A meus filhos Juliana Leal Seixas e Enzo Leal Seixas pelo amor incondicional, pela alegria e por fazerem de minha jornada um caminho florido e perfumado.

A minha sogra Euniz Antônia da Silva Seixas pela amizade e dedicação na criação dos meus filhos, o que me permitiu trabalhar e estudar.

Aos amigos pelo carinho.

A minha orientadora Eliane Cardoso Brenneisen pela importante parceria.

Aos professores do Mestrado pela contribuição intelectual e por me possibilitarem abrir portas de conhecimentos jamais imaginados.

Aos colegas de mestrado Ana Maria Kaust, Carmen Aparecida Nunes Neto, Celso Garcia Paula Júnior, Claudia Cristina Hoffmann, Dione Teresinha Kniphoff, Fabiano Pereira Severino, Juliana Sonaglio, Kleber Dreicy Melchior, Nara Regina Olmedo de Oliveira e Washington Roberto Almeida Soares, pela troca de conhecimento e amizade.

Ao professor Samuel Klauck por mostrar possibilidades e pelas bibliografias sugeridas.

Aos professores Valdir Gregory, Ivo Dietrich e Erneldo Schallenberger pelas bibliografias sugeridas.

A Annie Caroline de Paula, Maria Angélica Barudi, Rafael Langwinski e Leonilda Correia dos Santos pela colaboração ortográfica, tradução, acesso ao Google earth e correção metodológica.

Aos colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Turismo e da UNIOESTE por suportarem os altos e baixos de humor causados pelas tempestades intelectuais.

Ao jornalista Aluísio Palmar pelos contatos e importante fonte de pesquisa – Jornal Bi Nacional.

A Justiça Federal de Foz do Iguaçu, na pessoa do Sr. Luís pela disponibilização de material importante.

Ao INCRA em Cascavel, na pessoa do Sr. Emílio Stachowski pela disponibilização de documentos importantes.

A minha amiga Jane Maria Seibert por me apresentar importantes contatos em Santa Cruz do Ocoy e Santa Rosa do Ocoy e pela fotografia da família.

A Jeane Hanauer pelo incentivo e amizade.

A Tateo Antônio Welter, Marcos Mallmann, Ivo Hanauer, Alma Matte Spies, Nelson Spies, Antônio Vanderli Moreira, Fernando Loures Salinet, Adilson Simão, Maurício Nestor Schossler e Plínio Hendges pelas narrativas.

Aos que não lembrei nesse momento, mas que de alguma forma foram importantes para a realização deste estudo.

“Reemergir de um passado que foi apagado é muito mais difícil que lembrar coisas esquecidas...”

Le Goff

SEIXAS, Lara Luciana Leal. **Memória dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu: as fronteiras do cotidiano em terras (i) legais?** 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMO

O estudo resgata o processo de migração ocorrido na região oeste do Estado do Paraná, tendo como sujeitos os agricultores provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para a região, na década de 60. Com a ampliação das dimensões do Parque Nacional do Iguaçu, esses agricultores foram compelidos a deixar suas terras, sendo que os últimos colonos saíram por volta de 1978 e, sem terem pra onde ir, aceitaram a proposta do poder público de se estabelecer na região do Ocoy no município de São Miguel do Iguaçu. A história da região oeste do Paraná possui razoável literatura, porém, este momento importante de análise do território, das desapropriações e migrações foi insuficientemente abordado. Os poucos registros deixam de lado as narrativas e imagens que expressem o modo de vida, as expectativas e angústias de cerca de 470 famílias que viveram na região e passaram por esse processo. As comunidades que ali viveram, tanto em São José do Iguaçu, quanto em Santo Alberto, Dois Irmãos, São Luís e Santa Luzia, eram formadas por propriedades familiares. Os colonos tinham a terra como fonte de subsistência, eram comunidades que se visitavam, apesar das dificuldades em viver em um local considerado inóspito. A falta de informações pode ter levado os colonos à compra de terras que estavam designadas a se tornar parque. Segundo as narrativas nem todos os agricultores foram ressarcidos, ou foram parcialmente. A indenização, muitas vezes, era tão insignificante, que não justificaria uma “briga” judicial. Outros ainda foram lesados por advogados. Percebe-se que a ditadura militar inflamou o processo de retirada dos colonos das terras. O objetivo deste trabalho foi o de analisar por meio das narrativas quem foram essas famílias, seu cotidiano, como se dava a relação destes com os limites territoriais do parque, como o aumento das dimensões do parque afetou suas vidas, se houveram conflitos, como foi o processo de saída, para onde foram e como vivem hoje essas famílias. A pesquisa do tipo qualitativa considerou as fontes secundárias como a bibliografia referente que abordasse as discussões de história e memória. Também foram buscados nos acervos das famílias, fotografias, documentos, mapas, jornais da época, entre outros. O estudo então se direcionou para as fontes primárias, tendo como foco os colonos agricultores que foram desapropriados. No decorrer da pesquisa surgiram novos personagens, como o Diretor do Parque à época, um advogado que por vezes impetrou *habeas corpus* para retirar da prisão os colonos presos por plantarem, e por fim, o relato de um dos presos que apresenta como se deu a sua prisão e como era estar preso. Estes elementos colhidos em campo enriqueceram a pesquisa, abrindo possibilidades futuras de investigação para várias áreas do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: memória, sociedade, fronteira.

SEIXAS, Lara Luciana Leal. **Memória de los desapropiados del Parque Nacional do Iguaçu: las fronteras del cotidiano em terras (i) legales?** 2012. 181 f. Tesis (Maestria em Sociedade, Cultura y Fronteras) - Universidad Estadual del Oeste de Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMEN

Este estudio rescata el proceso de migración ocurrida en la región oeste del estado de Paraná, teniendo como sujetos los agricultores provenientes de los Estados de Rio Grande do Sul y Santa Catarina en la década del 60. Con la ampliación de las dimensiones del Parque Nacional do Iguaçu, esos agricultores fueron obligados a dejar sus tierras, siendo que los últimos colonos salieron alrededor de 1978 y, sin tener adonde ir, aceptaron la propuesta del poder público de establecerse en la región del Ocoy, municipio de São Miguel do Iguaçu. La historia de la región oeste del estado de Paraná posee considerable literatura, sin embargo, este momento importante de análisis del territorio, de las desapropiaciones y migración fue abordado de manera insuficiente. Los pocos registros olvidan las narrativas e imágenes que expresan la manera de vivir, las expectativas y angustias de cerca de 470 familias que vivieron en la región y pasaron por ese proceso. Las comunidades que allí vivieron, tanto en São José do Iguaçu, como en Santo Alberto, Dois Irmãos, São Luís e Santa Luzia, estaban constituidas por propiedades familiares. Los colonos tenían la tierra como fuente de subsistencia, eran comunidades pacíficas que se visitaban, apesar das dificultades en vivir en un local considerado inhóspito. La falta de información puede haber sido la causa de que los colonos compraran esas tierras que ya estaban designadas a volverse parque. Según las narrativas, ni todos los agricultores fueron resarcidos, o lo fueron parcialmente. La indemnización, em algunos casos, era tan insignificante, que no justificaria una querrela judicial. Otros aun han sido perjudicados por abogados. Queda sub entendido que la dictadura militar encendió el proceso de retirada de los colonos de la tierra. El objetivo de este trabajo ha sido el de analizar por medio de las narrativas, quiénes fueron esas familias, su cotidiano, cómo se daba la relación de estos con los límites territoriales del parque, cómo el aumento de las dimensiones del parque afectó sus vidas, si hubieron conflictos, cómo fue el proceso de salida, para donde los llevaron y cómo viven hoy día esas familias. El estudio cualitativo consideró las fuentes secundarias, como la biografía que aborde los debates sobre la historia y memoria. También fueron buscados em los acervos familiares, fotografías, documentos, mapas, periódicos de la época, entre otros. El estudio entonces se direccionó a fuentes primarias, teniendo como foco los colonos agricultores que fueron desapropiados. Em el curso de la investigación surgieron nuevos personajes, como el Director del Parque a la época, un abogado que por veces impetró *habeas corpus* para retirar de la cárcel a los colonos arrestados por plantar, y por fin, el relato de uno de los presos que detalló como se dió su prisión y como era estar preso. Estos elementos recogidos en campo han enriquecido la búsqueda abriendo posibilidades para futuras investigaciones en varias áreas del conocimiento.

PALABRAS-CLAVE: memória, sociedad, frontera.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa das comunidades fora da área do PNI	14
Figura 2	Mapa das comunidades dentro do PNI	15
Figura 3	Foto da entrevista de Tadeu e Marcos	19
Figura 4	Foto da entrevista de Ivo Hanauer	21
Figura 5	Foto da entrevista de Alma e Nelson Spies	22
Figura 6	Foto da entrevista de Plínio Henges e Maurício Schossler	23
Figura 7	Foto da comunidade de São José do Iguaçu na década de 70	51
Figura 8	Imagem aérea do PNI com a localização das comunidades	53
Figura 9	Imagem aérea da região do Ocoy com a localização das comunidades	53
Figura 10	Mapa do Paraná em 1908 com a ferrovia São Paulo-Rio Grande	60
Figura 11	Mapa da faixa de fronteira	65
Figura 12	Mapa do Brasil em 1943	66
Figura 13	Mapa das Glebas Silva Jardim e Santa Maria	69
Figura 14	Mapa dos conflitos de terras no Paraná	73
Figura 15	Foto do Porto Canoas na década de 70	79
Figura 16	Mapa da região de Santo Alberto segundo Alma e Nelson Spies	83
Figura 17	Foto da casa de Alberto Matte em Santo Alberto	84
Figura 18	Foto de propriedade em São Luis	86
Figura 19	Mapa de São José do Iguaçu segundo Maurício Schossler	88
Figura 20	Foto do caminhão 46 da família Matte	93
Figura 21	Foto do casamento de Alma e Nelson Spies	99
Figura 22	Foto da escola de São José do Iguaçu	102
Figura 23	Foto da construção da capela em São José do Iguaçu	105
Figura 24	Foto da 1ª. Comunhão em Santo Alberto	106
Figura 25	Foto de propriedade em Santo Alberto	108
Figura 26	Foto da família Seibert em Santo Alberto	110
Figura 27	Foto da fazenda de Fernando Salinet	111
Figura 28	Foto do chiqueirão de porcos da propriedade de Maurício Schossler	113
Figura 29	Foto da Fazenda de Luiz Bonatto	114
Figura 30	Foto de um time de futebol das comunidades	119
Figura 31	Foto da Fazenda de Julio Tozzo e do sócio Jacaré	143
Figura 32	Foto de um túmulo do cemitério de Santo Alberto	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

PIC – OCOY – Projeto Integrado de Colonização - Ocoy

BRAVIACO - Companhia Brasileira de Viação e Comércio

EFSPRG – Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande

CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório

MARIPÁ – Companhia Madeireira Rio Paraná

UDN – União Democrática Nacional

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

CITLA - Companhia de Colonização Clevelândia Industrial e Territorial Ltda

SEIPU – Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União

GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

DGTC - Departamento Geral de Terras e Cartografia do Paraná

PNI – Parque Nacional do Iguaçu

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

PAE – Plano Emergencial

DER – Departamento de Estradas e Rodagem

APM – Associação de Pais e Mestres

APP – Associação de Pais e Professores

CONPARNI – Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu

TDA – Título de Dívida Agrária

OEA – Organização dos Estados Americanos

PVC – Policloreto de Vinila

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAPÍTULO I – HISTÓRIA E MEMÓRIA	28
1.1 HISTÓRIA	28
1.2 MEMÓRIA	31
1.3 HISTÓRIA ORAL	36
1.3.1 As narrativas	42
1.4 IMAGENS E FOTOGRAFIAS	47
1.5 SUBJETIVIDADE E COTIDIANO	54
2 CAPÍTULO II – A TERRA COMO OBJETO DE DISPUTA NO PARANÁ	57
2.1 A FORMAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	74
2.1.1 A estrada do colono	79
2.2 A FORMAÇÃO, O COTIDIANO DAS COMUNIDADES E A VIZINHANÇA COM O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	81
2.2.1 Os locais de sociabilidade – a escola	98
2.2.2 Os locais de sociabilidade – a igreja	103
2.2.3 Os locais de sociabilidade – a roça e os mutirões	107
2.2.4 Os locais de sociabilidade – as festas	115
3 CAPÍTULO III – A DESESPERANÇA E O RECOMEÇO	125
3.1 OS PRIMEIROS RUMORES QUANTO À NECESSIDADE DE DEIXAREM AS TERRAS	126
3.2 CONHECENDO AS PROPRIEDADES PARA DEPOIS DESAPROPRIAR.....	127
3.3 A POSSÍVEL “MANOBRA” PARA A RETIRADA DOS COLONOS.....	129
3.4 A INSEGURANÇA, OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E AS PRISÕES.....	130
3.5 O USO DA FORÇA PARA A RETIRADA DOS COLONOS – REFLEXOS DA DITADURA MILITAR EM REGIÃO DE FRONTEIRA?.....	132
3.6 O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÕES E AS INDENIZAÇÕES.....	138
3.7 OS POSSÍVEIS ERROS DO GOVERNO SOB A ÓTICA DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO.....	148
3.8 A RELAÇÃO ENTRE OS COLONOS E A ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE	149
3.9 AS LEMBRANÇAS	150
3.10 O QUE FICOU ESCONDIDO NA FLORESTA?.....	151
3.11 A MORTE DE UM GUARDA ARGENTINO TERIA SIDO A CAUSA PARA A PRESSÃO POR PARTE DO GOVERNO DO PAÍS VIZINHO NA EFETIVA AMPLIAÇÃO DO PARQUE BRASILEIRO?.....	153
3.12 AS PREOCUPAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E O CÓDIGO FLORESTAL DE 1965.....	154
3.13 OCOY O DESTINO DE MUITOS... MAS NEM TODOS.....	155
3.14 OS SÍMBOLOS E O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE.....	160
3.15 O INÍCIO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA NO OESTE DO PARANÁ.....	164
3.16 O QUE FICOU... ..	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICES.....	179
ANEXOS	180

INTRODUÇÃO

O Parque Nacional do Iguaçu localiza-se na região oeste do estado do Paraná. Foi criado oficialmente em 10 de janeiro de 1939, pelo Decreto-Lei nº. 1.035 (ANEXO F), sendo o segundo parque nacional criado no país, depois de Itatiaia, ocorrido dois anos antes. Este é uma das últimas “ilhas” de floresta atlântica na região sul do país. Segundo o Plano de Manejo, o parque faz fronteira com a Argentina, do lado brasileiro as suas dimensões são de 185.262,2 hectares e do lado argentino 67.000 hectares, este último denominado Parque Nacional Iguazu foi criado em 1934.

No Brasil, são 14 os municípios localizados no entorno do parque: Capanema, Capitão Leônidas Marques, Santa Lúcia, Lindoeste, Santa Tereza do Oeste, Diamante do Oeste, Céu Azul, Matelândia, Ramilândia, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguaçu. Em 1981, o parque teve o seu primeiro Plano de Manejo, esse revisado em 1999, já incluindo uma nova estratégia de gestão, disponibilizando concessões dos serviços turísticos como hotel, passeios e gastronomia. Localizadas dentro dos limites do parque, as cataratas do Iguaçu são um dos maiores conjuntos de quedas d’água do planeta e o segundo destino turístico mais visitado por estrangeiros no país. Segundo o ICMBio que administra o parque, este recebeu, em 2011, 1.394.187 visitantes, sendo 642.834 brasileiros e 751.353 estrangeiros.

Observando o contexto apresentado, fica difícil imaginar que nessa “imensidão de floresta” já existiram comunidades que se desenvolveram, criaram expectativas e atenderam ao que era estimulado pelo governo de Getúlio Vargas, a “marcha para o oeste¹”. Os colonos agricultores, na maioria oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, traziam na bagagem a vontade de trabalhar, crescer e prosperar, tendo a terra como “ferramenta” para tal. Além disso, trouxeram elementos socio-culturais que pudessem preservar uma identidade já construída no Rio Grande do Sul, transmitida de pai para filho. Como preservar as tradições nas terras distantes? O trabalho árduo e solidário os manteria unidos enquanto grupo? O que deveria ser mantido? O que aprenderiam na nova terra? Os indivíduos estabelecem relações sociais, dentro das fronteiras do mundo físico. Neste contexto, a fronteira, o lugar localiza e

¹ Segundo o *site* Infoescola Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/marcha-para-o-oeste>, Acesso em 03/01/2012, foi um projeto dirigido pelo governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo para ocupar e desenvolver o interior do Brasil.

estabelece identidades regionais. Segundo Gregory (2002), para esses colonos, ter terra, ou seja, a conquista de um espaço, representava a possibilidade de aceitação mediante a comunidade. Muitos desses colonos, ao encontrar dificuldades em ter acesso a terra no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, migravam para novas fronteiras agrícolas, reproduzindo o “*modus vivendi*” de sua terra natal – nas pequenas propriedades eram policultores com base na unidade de produção familiar.

O tema estudado foi motivado inicialmente por uma saudade, saudade esta que faz parte da infância da autora, quando essa se dirigia com certa frequência para passar finais de semana no sítio de um tio, que se localizava em “Santo Alberto”. Mas que lugar é esse? Em alguns momentos, essa chegou a duvidar de que este lugar realmente tivesse existido, primeiro, por seu encanto enquanto beleza cênica e, segundo, por não se observar registros bibliográficos ou documentais, nem mesmo orais de sua existência, pois, em conversas informais com cidadãos de Foz do Iguaçu, não foi ouvido nenhum relato que mencionava tal comunidade. Antes de conhecer a região de Santo Alberto, a experiência que a autora teve com o parque foi quando, juntamente com a mãe e irmã, percorreu os 17 quilômetros da Estrada do Colono no Parque Nacional do Iguaçu, em 04 de julho de 1978, na época com quase 6 anos, vindos do Rio Grande do Sul, em busca de uma nova vida no Paraná – trajetória como a dos colonos estudados, que, naquela época, já haviam deixado a região. Na passagem pelo parque, a autora não poderia imaginar que aquela “aventura na selva” um dia seria o seu objeto de estudo.

Em conversa com um colega professor, Samuel Klauck, surgiu a ideia da realização do estudo com este tema, uma vez que esse lhe deu uma dica importante, dizendo não haver muitos registros “oficiais” da história da formação do parque e seu entorno. Nos primeiros levantamentos realizados para o início da pesquisa, soube-se que o sítio do tio, localizado em Santo Alberto, na verdade ficava do outro lado da Estrada Velha de Guarapuava, e, portanto, não se localizava na vila de Santo Alberto, mas, sim, próximo. Este fato não a desmotivou; ao contrário, era necessário realizar a pesquisa para buscar em algum lugar no passado uma história de invisíveis, que, agora, por meio de suas narrativas, querem fazer parte da história visível e conhecida.

O estudo que se apresenta pretende analisar este momento que a história nacional não conta. O que ficou na lembrança de quem viveu nos períodos de alteração territorial? O que mostram as imagens das fotografias? Quem eram estas famílias? De onde vieram? Para aonde foram? Como era seu cotidiano? Como se dava a relação destes com os limites territoriais do

parque? Como o aumento das dimensões do parque afetou suas vidas? Houve conflitos? Perguntas que intrigam e que provavelmente somente são abertamente discutidas nas conversas informais entre as famílias que por ali passaram e viveram. A história da região oeste do Paraná é narrada por um número significativo de escritores, porém este momento importante no que se refere ao território, desapropriações e migrações não foi abordado. Os poucos registros deixaram de lado as narrativas e imagens que expressassem o modo de vida, as expectativas e angústias de cerca de quatrocentas famílias que viveram na região. Dar oportunidade de expressão a essas pessoas é tentar de alguma forma dizer a elas que, tanto na história do Paraná quanto na história do Parque Nacional do Iguaçu, as mesmas deram significativa contribuição e merecem ser lembradas.

O estudo de Vencatto (2010) apresenta dois mapas extraídos do Plano de Manejo de 1981, figura 1 e figura 2, nos quais aparecem as comunidades de Santo Alberto e São José do Iguaçu, na primeira as comunidades aparecem fora do que seria o território do parque e na segunda dentro. Percebe-se que nem mesmo os administradores do parque sabiam efetivamente ou queriam registrar as comunidades. Esses mapas reforçam o previsto no Inventário de Reconhecimento do Parque Nacional do Iguaçu, de 1968, pois, apesar desse documento não mencionar as comunidades, percebe-se o desconhecimento, desinteresse ou “manobra”, como dito por Maurício Schossler, um dos entrevistados, quanto ao reconhecimento e devido tratamento que deveria ter havido para com elas.

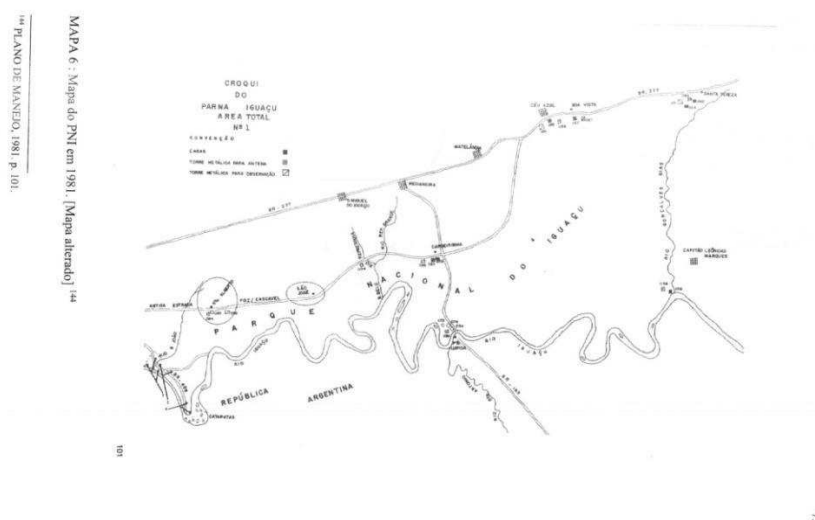


Figura 1: Mapa onde as comunidades de Santo Alberto e São José são apresentadas fora dos limites do parque (circuladas).
Fonte: Vencatto (2010).

eram valorizados e assimilados para garantir o reconhecimento do território. Além desses fatores, outro relevante era a formação de uma identidade para a região, que por muito tempo havia sido esquecida. Para Klauck (2005), todo o território a oeste de Guarapuava era considerado inóspito, com uma densidade populacional ínfima. O inóspito sertão era desprovido de acessos, e uma das formas mais facilitadas de se chegar a Foz do Iguaçu era pelo rio Paraná, via Argentina.

A ocupação moderna da região iniciou-se em meados de 1930, com a formação de núcleos coloniais e urbanos, basicamente vilas e cidades. Segundo Klauck (2005), Cassiano Ricardo, em sua obra “Marcha para o Oeste”, de 1940, deixa clara a necessidade de se povoar o “sertão”. Gregory (2002) também afirma que as ações da Colonizadora Maripá foram consideradas uma cruzada pela nacionalização do território. A passagem de movimentos revolucionários como o da coluna Prestes pela região ocasionava certa dificuldade da fixação de grupos no local, já que ocorriam possíveis depredações e saques às propriedades ali estabelecidas. Para minimizar essas ações, as companhias colonizadoras tiveram que efetivamente controlar a região. Ocorriam então dois processos: um deles era o de explorar e o outro, o de povoar, sendo que o primeiro teve mais sucesso.

Getúlio Vargas apud Klauck (2005) declarou: “O Brasil terá de ser povoado, desbravado e cultivado pelos brasileiros. Queremos homens válidos e laboriosos e repudiamos os elementos indispensáveis [...] os desenraizados e incapazes de fixar-se [...] de amar a terra [...] e por ela sacrificar-se”.

Segundo Klauck (2005),

[...] as correntes migratórias ocuparam o território onde antes havia floresta e o fizeram produzir, também levaram a cabo construção de identidade para a região. Essa identidade aflorava nos momentos de lazer, nas festas religiosas, na organização do trabalho a partir do espírito familiar e comunitário, e mesmo, na denominação atribuída às regiões fundadas nesse novo espaço (KLAUCK, 2005, p. 261).

Segundo constatado por Klauck (2005), após as migrações e a ocupação do território da região oeste do Paraná, o local recebeu uma identidade nova: se antes possuía uma identidade nacional, agora passa a ter uma identidade regional, principalmente em razão da “perda de poder do Estado”, o que permitiu a construção de identidades locais. Este espaço, ao ser criado, transformou a natureza e fez com que despertasse nos colonos um certo sentimento de pertencimento ao mesmo espaço criado. Para Castells (1983), o processo de construção identitária pode ter origem à resistência de um grupo, a partir da valorização dos

seus referenciais simbólicos e práticas culturais, que passa a defender a sua sobrevivência diante da dominação apresentada pelos setores hegemônicos da sociedade.

A pesquisa sobre o tema efetivamente teve início em fevereiro de 2011, inicialmente buscando-se fontes bibliográficas e documentais que orientassem o direcionamento para personagens que pudessem contribuir com o estudo. Os levantamentos iniciais apresentaram que o total de famílias que viveram na região era de cerca de 470. Houve, então, uma preocupação de como delimitar uma amostragem de personagens que pudessem retratar a história das comunidades, como identificar nestas famílias pessoas-chave que soubessem e se dispusessem a colaborar com o estudo? Onde encontrá-las? Inúmeras foram as dúvidas, limitações e receios. O tempo disponível para a pesquisa de campo seria suficiente para a realização da pesquisa? O trabalho precisava ser feito, então o conflito era quanto a ler os registros primeiro ou ir a campo? Que metodologia utilizar?

Antes de se iniciar a escrita da história desses até agora “invisíveis” para os livros da história do Paraná, justifica-se apresentar os aspectos metodológicos, considerando as fontes disponíveis, primárias e secundárias. Em fevereiro de 2011, teve-se acesso, por meio do jornalista Aluizio Ferreira Palmar, ao Jornal BI NACIONAL (ANEXO C), editado em 1974, o qual apresentava uma matéria sobre as desapropriações de colonos que viveram na região do parque nacional nas décadas de 60 e 70, mencionando alguns nomes de colonos. Como fonte primária, inicialmente se pensava em entrevistar somente colonos desapropriados, em uma amostra que pudesse representar o total da população que viveu na região. Para tanto, a região do Ocoy, em São Miguel do Iguaçu, local onde a maioria dos colonos havia sido assentada, parecia ser ideal para a busca desses sujeitos que pudessem, por meio da história oral e narrativas darem suas versões e memórias de como foi todo processo de sua vinda para a região, o cotidiano, a saída após as desapropriações e, posteriormente, o seu destino.

A pesquisa foi sendo construída conforme as entrevistas aconteciam e, a cada nova entrevista, surgia um personagem, que, pelo papel ocupado no processo, o colocava como fonte importante de informações. Na sequência, apresenta-se uma breve descrição do perfil dos dez entrevistados – sete colonos, um fazendeiro que também foi desapropriado, um advogado que participou do processo de soltura de colonos quando presos e o Diretor no parque no período das desapropriações. Dos colonos entrevistados, três eram moradores de São José do Iguaçu e quatro eram moradores da região de Santo Alberto. O fazendeiro mencionado tinha a fazenda também próxima a Santo Alberto. O grupo de entrevistados apresenta, no decorrer do estudo, narrativas de memórias que, por vezes, são coletivas e, por

vezes, individuais, considerando ainda o papel social ocupado pelo sujeito. A ordem da apresentação das narrativas acontece conforme foram realizadas as entrevistas, que, em determinados momentos, mais pareciam uma investigação, que seguia pistas, decifrava códigos, tornando a pesquisa uma experiência valiosa. Portanto, entende-se que a investigação não deve terminar neste estudo, ela ainda possui códigos a serem decifrados e peças a serem localizadas. Talvez a verdadeira história do cotidiano das famílias e as questões de legalidade das terras nunca fiquem esclarecidas em sua totalidade, mas, para os sujeitos que apresentaram as suas narrativas, esta é a verdade, por mais difícil que seja em determinados momentos, ou saudosa em outros. O trabalho apresentado tem o intuito de trazer para outros estudos e discussões a questão da formação da região, em especial quanto às questões ambientais e sociais da formação do Parque Nacional do Iguaçu.

Em março de 2011, houve a primeira tentativa de entrevista com um dos desapropriados apresentados pelo Jornal BI NACIONAL (ANEXO C), José Seibert, que recebeu a autora em sua residência em Santa Cruz do Ocoy. Após a apresentação e os objetivos do estudo, este se recusou a colaborar, alegando que o assunto o aborrecia, uma vez que trazia à tona sofrimento. A recusa causou certa tristeza e desânimo, porém, percebeu-se a necessidade de respeitar a sua dor, especialmente quando, da varanda de sua casa, esse disse que se lembrar de sua história e sua relação com o Parque Nacional do Iguaçu somente lhe traz aborrecimentos. De todo modo, a filha de José Seibert contribuiu com o estudo disponibilizando uma foto da família na propriedade em que moravam em Santo Alberto. Percebeu-se na negativa de José Seibert que as narrativas apresentariam momentos tristes e que, talvez, ao serem lembrados, causariam certa dor e incômodo. Porém, tal fato não causou desânimo, mas, sim, mais interesse em conhecer esta intrigante e importante história.

Na mesma tarde de sábado, 12 de março de 2011, visando ao aproveitamento da visita a Santa Cruz do Ocoy buscou-se localizar possíveis ex-moradores da região em questão. Feitos os contatos com dois ex-moradores da região do parque, deram-se início às entrevistas. Tateo Antônio Welter (Tadeu) e Marcos Mallmann manifestaram interesse em contribuir com o estudo e se colocaram à disposição para serem entrevistados. A figura 3 mostra a foto dos entrevistados no Clube de Santa Cruz do Ocoy. O local é um ponto de encontro dos pioneiros da região do Ocoy, especialmente nos sábados à tarde e nos tradicionais bailes realizados no salão do clube. Foi-lhes solicitado que falassem livremente sobre a experiência de terem vivido na região do parque, uma vez que ainda não se tinha um roteiro previamente organizado. Ambos foram moradores da comunidade de São José do Iguaçu, em São Miguel

do Iguaçu. Tadeu teria chegado em São José do Iguaçu vindo da região de Santa Rosa, Rio Grande do Sul, por volta de 1962/1963 e saiu por volta de 1975/1976; já Marcos chegou em 1963, com quatro anos de idade, e saiu em 1975. A entrevista dos dois contribuiu no aspecto de narrar sobre a vida em São José do Iguaçu e depois a chegada dos colonos na região do Ocoy. Após a transcrição dessa entrevista, foi elaborado um roteiro para que pudesse servir de base quanto aos temas a serem pesquisados nas entrevistas subsequentes. Como a proposta foi de conhecer o cotidiano desses colonos, ficou difícil descartar algum dos assuntos abordados nas narrativas, algumas mais densas, outras mais leves.



Figura 3: Foto da Entrevista de Tadeu Welter e Marcos Mallman em fevereiro de 2011 no clube em Santa Cruz do Ocoy
Fonte: Acervo da Autora

Durante a entrevista com Tadeu e Marcos, teve-se a ideia de elaborar algo que retratasse geograficamente onde ficavam as comunidades. O estímulo veio quando Marcos disse que já teve a oportunidade de ver por meio do acesso do Google Earth² onde ficava a

² Google Earth é um programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa americana Google, cuja função é apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de mosaico de imagens de satélite obtidas de fontes diversas, imagens aéreas (fotografadas de aeronaves) e GIS 3D. Desta forma, o programa pode ser usado simplesmente como um gerador de mapas bidimensionais e imagens de satélite ou como um simulador das diversas paisagens presentes no Planeta Terra. Com isso, é possível

propriedade que foi de seu pai em São José do Iguaçu, uma vez que, segundo ele, a floresta ainda não está totalmente reconstituída. Nesse meio tempo, houve um contato com Alma Matte Spies, e, após combinar com ela a entrevista, surgiu a ideia de que ela elaborasse um mapa da região de Santo Alberto, juntamente com o marido, o que foi disponibilizado alguns dias depois.

De posse do mapa e do roteiro, partiu-se para a terceira entrevista, realizada, em 14 de abril de 2011, com Ivo Hanauer, antigo morador de Santo Alberto, que hoje vive com a sua esposa Ivone na cidade de Santa Terezinha de Itaipu. Ivo Hanauer tinha 67 anos no momento da entrevista, disse ter nascido na Vila Ipê em Cerro Largo, no Rio Grande do Sul, e que veio para Santo Alberto em 1967, ficando até 1977. Esta foi uma das entrevistas mais emocionantes, uma vez que, nas mais de duas horas de gravação, a emoção se apresentou por várias vezes na fala do entrevistado. Esse estava ansioso e pronto para a entrevista havia várias horas. Usando chapéu com um *bóton* do PT, Ivo Hanauer apresentou-se para a entrevista. Percebeu-se neste instante que se tratava de um militante, de um personagem importante, e que teria “muita história para contar”, o que, de fato, foi o que aconteceu. Outro fator que impressionou foi a clareza de memória para se lembrar de nomes e sobrenomes de vizinhos das comunidades na região do parque. A entrevista aconteceu na casa da filha do entrevistado em Santa Terezinha de Itaipu.

A figura 4 mostra a foto tirada de Ivo e Ivone Hanauer no dia da 2ª. visita, em outubro de 2011, em sua residência, no município de Santa Terezinha de Itaipu. Na ocasião, enquanto se aguardava a chegada de Ivo, Ivone contou de forma emocionada como foi o parto da filha Jeane, enquanto viviam em Dois Irmãos, na região do parque. Esta disse que por pouco teria perdido a filha, em razão das dificuldades do parto, e que por sorte um vizinho os levou para a cidade para que tivesse a filha em um hospital, depois de ter passado por muitas dores em uma fria noite de inverno.



Figura 4: Ivo e Ivone Hanauer em sua residência em outubro de 2011.
Fonte: Acervo da Autora

A entrevista seguinte foi em 17 de abril, com Alma Matte Spies e Nelson Spies, um casal de professores aposentados, que viveram em Santo Alberto no período de 1965 a 1971. Estes vieram da Linha Acre, Cândido Godói, Rio Grande do Sul. A figura 5 apresenta uma foto do casal em frente à sua residência na Vila Iolanda em Foz do Iguaçu no dia e local da entrevista. O casal colaborou de maneira substancial, apresentando como foi o processo político, da construção da comunidade de Santo Alberto e região, especialmente na questão escola, uma vez que Alma foi filha do pioneiro que deu nome ao lugar e a primeira professora da comunidade.



Figura 5: Alma Matte Spies e Nelson Spies em sua residência em abril de 2011.
Fonte: Acervo da autora.

Em 20 de abril de 2011, foi realizada a entrevista com Fernando Loures Salinet, serventuário aposentado, oriundo da região norte do Paraná, e que teve uma fazenda na região do Parque Nacional do Iguaçu, próximo a Santo Alberto. Apesar de ter sido desapropriado como empresa rural, diferentemente dos colonos, teve de sair da região por volta de 1978. Ao sair, recebeu a indenização, que, mesmo não considerando ideal, acha ter sido justa pelas terras. A entrevista foi realizada em seu escritório, no cartório Salinet, em Foz do Iguaçu. Fernando Salinet, tinha na época da entrevista, 77 anos.

Em 26 de abril, foi realizada a entrevista com Antônio Vanderli Moreira, na época com 67 anos, advogado, ex Procurador do Município de Foz do Iguaçu. A entrevista foi realizada em seu escritório em Foz do Iguaçu e contribuiu no sentido de mostrar o papel do advogado, que retirava da cadeia colonos que foram presos durante o processo das desapropriações.

Para se conhecer o lado do parque no contexto, julgou-se importante conversar com o antigo Diretor do Parque Nacional do Iguaçu, Adilson Simão – sucessor do Coronel Bello mencionado nas entrevistas –, que ficou à frente da Unidade de Conservação de 1972 até 1984, ou seja, participou de todo processo das desapropriações. Durante as entrevistas, foi citado pelos colonos como uma pessoa que buscou ajudá-los, ao contrário do antecessor, Coronel Bello, que foi citado como um discriminador e intolerante. A entrevista foi realizada em 12 de julho de 2011, no Hotel Basso, em Foz do Iguaçu.

Finalizando as entrevistas, buscou-se conversar com Mauricio Schossler, uma vez que foi mencionado por outros colonos como um líder para a comunidade de São José do Iguaçu. Maurício, que na época da pesquisa tinha 66 anos, veio para São José do Iguaçu em 1969. Esse viveu a experiência de ser preso durante o processo, então, buscou-se saber como foi estar preso, em pleno regime militar. Na mesma oportunidade, estava presente Plínio Hendges, que na época da pesquisa tinha 69 anos. Antigo morador de Santo Alberto, chegou em Santo Alberto, em 1968 e, atualmente, assim como Maurício, vive em Santa Cruz do Ocoy. As entrevistas foram realizadas em 09 de julho de 2011, na residência de Maurício Schossler.



Figura 6: Plínio Hendges e Maurício Nestor Schossler na residência de Maurício em julho de 2011.
Fonte: Acervo da autora.

No decorrer das entrevistas, foram sendo descobertos alguns registros documentais que foram confirmando ou refutando algumas informações descritas pelos entrevistados. Conforme já mencionado, a cópia disponibilizada pelo Jornalista Aluizio Palmar do Jornal BI NACIONAL publicado em 1974, contribuiu para o início da identificação de antigos moradores da região do parque. Antonio Vanderli Moreira disponibilizou uma cópia da revista Veja (ANEXO T), edição de 1976, em que consta uma matéria que apresenta a proibição de plantio feita pelo governo aos colonos da região do parque, bem como sobre os *habeas corpus* impetrados para a retirada dos colonos da cadeia, uma das poucas publicações sobre o tema, embora com um discurso político sobre a questão.

Na Justiça Federal em Foz do Iguaçu, obteve-se uma relação com nomes de desapropriados, material também disponibilizado em novembro de 2011 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sede de Cascavel, na pessoa de Emílio Stachowski, que orientou para a legislação pertinente sobre o tema tanto na região do parque quanto na região do Ocoy, para onde grande parte dos colonos foram levados. Vários documentos e registros foram sendo encontrados via *internet*, sendo que os mais relevantes encontram-se nos anexos do estudo.

O estudo em questão, para melhor compreensão e organização, foi dividido em três capítulos. O primeiro, com cunho mais teórico, intitulado **História e Memória**, inicia com conceitos de história e sua evolução, apresenta a micro-história, a história oral e busca discutir com os conceitos de memória e narrativas, uma vez que essas foram utilizadas para que a versão dos entrevistados pudesse ser apresentada, já que a pesquisa foi sendo construída ao mesmo tempo em que era realizada – novos personagens foram surgindo e, com eles, questões que iam sendo esclarecidas a cada nova entrevista.

Neste contexto, a história tem se apresentado como o relato de fatos, momentos que devem ser lembrados. A história não é única e pode ser contada sob a visão dos diversos personagens que a constroem segundo suas experiências de vida e suas expectativas em tempos diversos. O trabalho da memória propicia o reconhecimento dos laços que identificam determinados grupos, uma vez que contribuem para a internalização de significados e experiências. A memória pode ser individual ou coletiva, os vestígios que são retransmitidos e fortalecidos no decorrer do tempo passam de geração a geração. Concordando com Pollak (1992), a memória é seletiva, ou seja, nem tudo fica registrado. Este é um ponto frágil da construção da história, já que dados e fatos podem ser manipulados, ocasionando distorções nos registros e, conseqüentemente, na reprodução da informação. O estudo em questão apresenta o que para os entrevistados foi importante e deve ser registrado, fato observado nas narrativas em que determinadas situações são mencionadas com repetição ou veemência. Cruikshank (2005, p. 162) assinala que as tradições orais são contadas por pessoas cujos pontos de vista diferem, independente do contexto, da posição social e do grau de envolvimento. Quando os relatos individuais e familiares variam, eles concordam com a importância da terra e da família como pontos de apoio da memória.

Concordando com o mencionado por François (2005, p. 4), a história oral apresenta-se como inovadora por dar atenção aos dominados, silenciosos e excluídos, é a história vista de baixo, com caráter subjetivo. No contexto do estudo realizado, a iconografia por meio da

fotografia tem se colocado de maneira importante para ilustrar o modo de vida das comunidades que viveram na região do parque: elas complementam as narrativas em situações que somente essas não conseguiriam transmitir. Para Arruda (2005), a relação da fotografia com a colonização e para a expansão das fronteiras agrícolas do país representava a conquista de territórios para a modernidade, incorporado no circuito de mercadorias. Do processo de ocupação gerava-se a narrativa do que deveria ser guardado, lembrado.

O segundo capítulo, denominado **A Terra como objeto de Disputa no Paraná**, tem a intenção inicial de fazer um “passeio” pela história da formação da região oeste e sudoeste do Paraná, onde houve conflitos relevantes entre proprietários, governos, posseiros e grileiros. O capítulo ainda descreve a vinda dos colonos e seu cotidiano vizinhos ao parque, finalizando com a desesperança desses ao serem desapropriados. Para esse capítulo, recorreram-se especialmente às obras de Miskiwi, Flores, Gregory, Wachowicz, Vencatto e Silva, além de documentos, decretos e leis.

O capítulo ainda aborda a formação do Parque Nacional do Iguaçu, baseado no Plano de Manejo de 1999 e nas obras de Urban e Ostrovski. Neste contexto, julgou-se necessário um recorte para abordar a problemática da Estrada do Colono, que, segundo os registros, inicialmente surgiu como picada por volta de 1925, tendo sido utilizada como acesso pela Coluna Gaúcha, ou Coluna Prestes, para se chegar ao oeste do Estado. Posteriormente, com a criação e reconhecimento do parque, foi necessário o seu fechamento, o que tem ocasionado conflitos e constantes tentativas de transformá-la em Estrada Parque, com uso restrito e sustentável, segundo os padrões ambientais recomendados internacionalmente.

O terceiro capítulo, intitulado **A Desesperança e o Recomeço**, aborda a problemática da saída e o destino dos colonos. O período em que começaram as visitas por parte do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - (IBRA) para levantar a situação das propriedades ficou um pouco confuso, uma vez que alguns colonos disseram que assim que chegaram “a conversa” de que teriam que sair já começou. Para outros, tudo se deu por volta de 1968/1969, com a declaração do empresário Antônio Bordin, o qual dizia que o Parque Nacional havia sido invadido.

Após uma reunião ocorrida na comunidade de Santo Alberto, em que estavam presentes membros de todas as outras comunidades, além de políticos da região e representantes do IBRA, INCRA e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - (IBDF), os moradores daquelas áreas foram informados que, por um decreto do então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, a área em questão deveria ser

desapropriada, pois fazia parte do parque desde a década de 40. O decreto, porém, apresentava um discurso diferenciado, alegando que esses estavam sendo desapropriados para fins de reforma agrária. A diferença dos discursos fez com que os colonos organizassem movimentos de resistência, que, basicamente, era plantar, quando a ordem era de não plantar, uma vez que saíam em breve. A situação ficou ainda mais inflamada em razão de que alguns dos colonos que tinham a escritura legalizada em cartório das terras, “da noite para o dia”, tornaram-se latifundiários. Isso possibilitou a desapropriação, e os colonos receberiam pela terra em Títulos da Dívida Agrária, ou seja, receberiam a indenização em parcelas por cerca de vinte anos. Diferentemente deles, dois proprietários de fazenda na mesma região foram desapropriados como Empresa Rural, o que possibilitou que recebessem pela terra no ato da saída o valor correspondente pela terra nua e benfeitorias.

A Ditadura Militar existente no país na época em que aconteceram as desapropriações fez com que colonos que insistissem em plantar, quando havia sido proibido, fossem presos. As prisões tinham o objetivo de “assustar” os colonos e forçar a facilitação da remoção. Na época, década de 70, na região norte e sudoeste do país, haviam sido criados assentamentos para receber desapropriados de unidades de conservação e de barragens. Porém, Adilson Simão, então diretor do parque, disse que não seria justo levá-los para tão longe. O INCRA, então, criou o Projeto de Integração de Colonização Ocoy (PIC-OCOY), na região de São Miguel do Iguaçu, após desapropriar a gleba 84, pertencente a Santos Gugliermi. Foram então criadas as agrovilas de Santa Rosa do Ocoy, Santa Cruz do Ocoy e São José do Ocoy. Alguns colonos receberam a quantidade igual ou o dobro das terras que tinha na região do parque, já escrituradas, o que fez com que os movimentos de resistência na região do parque cada vez enfraquecessem mais.

O INCRA, além de criar as agrovilas com a infraestrutura inicial necessária, ajudava nas mudanças. Porém alguns colonos ainda sofreram outra intervenção em sua produção ao receberem a notícia de que seriam desapropriados mais uma vez, agora em função da formação do lago de Itaipu. Outros ainda tiveram dificuldades em tomar posse das novas terras em razão de invasores. As narrativas apresentam ainda a declaração de que os colonos que foram para a região do Ocoy tiveram que assinar um empréstimo no Banco Bradesco da cidade de Medianeira na época, mas que nunca viram o dinheiro, utilizado para pagar os trabalhos de infraestrutura para as três agrovilas, conforme mencionado.

Entretanto, nem todos os desapropriados da região do Parque Nacional foram para a região do Ocoy e encontram-se residindo nas cidades da região. Outros ainda foram mais

longe, atravessaram a fronteira internacional e foram buscar o sucesso no desenvolvimento de sua lavoura no país vizinho, o Paraguai – talvez algum desses, atualmente, encontrem-se em dificuldades novamente, considerando nos últimos tempos os conflitos entre proprietários brasileiros de terras e paraguaios.

Um dos colonos, depois de tempos morando na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, após ter saído da região do parque, relatou ter recebido funcionários da prefeitura de Foz do Iguaçu, que o cobravam Imposto Territorial Rural da terra que tinha deixado havia dois anos. Outros colonos ainda buscam encontrar uma maneira de receberem pela terra da região do parque, pois alguns alegam nunca ter recebido por ela. Há, ainda, aqueles que passaram procuração para advogados que nunca lhes trouxeram a resposta das ações, como os relatos de um advogado que teria recebido pela terra de um dos colonos e, atualmente, é processado na justiça pelo colono, uma vez que não repassou o dinheiro correspondente ao seu cliente.

Por fim, o estudo apresenta uma análise sobre o tema estudado e os possíveis usos das informações e conhecimentos obtidos durante o período da pesquisa, bem como as impressões e inquietações que não foram possíveis de serem abordadas ou estudadas com mais profundidade.

1 CAPÍTULO I – HISTÓRIA E MEMÓRIA

Para discorrer sobre a temática, justifica-se uma revisão bibliográfica que apresente conceitos e norteie as discussões de história, memória e suas interfaces, que devem ser consideradas pelos pesquisadores que decidem estudar temas afins. O capítulo inicia-se com conceitos de história e sua evolução, apresenta a micro-história, a história oral e busca interrelacionar e discutir com os conceitos de memória e narrativas, uma vez que essas foram utilizadas para que a versão dos entrevistados pudesse ser apresentada, já que a pesquisa foi sendo construída ao mesmo tempo em que era realizada – novos personagens foram surgindo e, com eles, questões que iam sendo esclarecidas a cada nova entrevista.

1.1 História

A história, no decorrer do tempo, tem apresentado-se como o relato de fatos, momentos que por alguma razão devem ser lembrados. A história tem como base as experiências vividas ou herdadas pela influência do meio, como família, grupos, comunidades que de alguma forma transmitem algum conhecimento ou lembrança. Cardoso (1997) diz em sua obra que Fustel de Coulanges, historiador francês, declarou que “a história está onde o homem passou e deixou sua marca de vida e inteligência”. A escrita da história passou por importantes mudanças, passando-se até a se questionar a noção do tempo fixo, a fim de defender as temporalidades múltiplas. Assim como o historiador é fruto do seu tempo, o discurso histórico que ele produz também o é.

Delgado (2006) apresenta o conceito de história na evolução dos tempos e em vários locais. Na Grécia, foi uma concepção reflexiva e metodológica; em Roma, teve um caráter utilitário, patriótico e moral; na Idade Média, teve perspectiva filosófica; no Renascimento, explodiu em humanismo e antropocentrismo; no período iluminista, era fonte de conhecimento, afirmativo da razão e contraposto à tradição; o Positivismo buscou transformá-la em área específica do conhecimento, neutra, descritiva e com fronteiras definidas; o Marxismo afirmou sua dinâmica por meio da relação dialética entre a vida material e a vida social; a Escola dos *Annales* adotou a interdisciplinaridade, renovou metodologias e temáticas e incorporou a reflexão.

Leopold Von Ranke, historiador alemão, no início do século XIX, acreditava na história somente “oficial” de fontes secundárias. (BURKE, 1992). Porém, quando ela não existe,

justifica-se uma intervenção neste modelo para buscar a construção da história pelas mãos de quem efetivamente fez história, ou seja, o povo. Este farejar a história é fascinante ao pesquisador que se dedica a esta experiência, vale muito ter contato com o sujeito que passou pela história, mesmo que essa não tenha percebido. Aproveitando o discurso de Ranke, vale salientar a dificuldade em se ter acesso a registros oficiais ou não que apresentem o tema em estudo. Assim, entende-se que nem toda história é registrada, ou por falta de quem a escreva, ou por falta de interesse que essa seja revelada. “Remexer nos baús” dos colonos e demais pessoas que contribuíram com o estudo representou reavivar um momento que para a grande maioria deles trouxe lembranças tristes, que se sobressaíram às lembranças boas de terem vivido na região do parque. O fato de terem que se desapegar da terra em que viviam e tiravam o seu sustento lhes trouxe um certo trauma: alguns logo conseguiram se reconstruir, outros, porém, até hoje tentam entender as razões pelas quais tiveram que de lá sair.

Para Voldman (2005), os historiadores do século XX tiveram fontes abundantes e múltiplas para trabalharem. A proximidade temporal de seus objetos, as inovações técnicas e tecnológicas e a consciência das implicações políticas e sociais possibilitam o acesso às fontes.

A proposta de se trabalhar com fontes históricas não verbais não é recente. Segundo Le Goff (1996), a aceleração da história levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes, originando o termo *retro*, o gosto pela história e pela arqueologia, pelo folclore e pela fotografia, criadora de memórias e recordações e o prestígio da noção de patrimônio.

O patrimônio das comunidades que viveram na região do Parque Nacional do Iguaçu era a terra, era dali que saía o sustento e a esperança de um futuro melhor. Observa-se que os colonos tinham um senso apurado de comunidade, uma vez que em um lugar inóspito, quase inabitável, era importante ter bons relacionamentos. Esses relacionamentos começavam com a ajuda para o colono recém chegado em sua roça, no descarregar da mudança, em levantar os prédios públicos como escola, igreja, salão de baile, entre outros, até mesmo nos momentos em que precisavam ser solidários quando acontecia uma tragédia, como algumas mencionadas durante o capítulo II.

Segundo Mauad (1996), a necessidade dos historiadores em problematizar temas pouco trabalhados pela historiografia, além de que novos temas, passou a fazer parte do objeto do historiador.

[...] exigiu-se do historiador que ele fosse também antropólogo, sociólogo, semiólogo e um excelente detetive, para aprender a relativizar, desvendar redes

sociais, compreender linguagens, decodificar sistemas de signos, e decifrar vestígios, sem perder, jamais, a visão do conjunto. (MAUAD, 1996, p. 6).

Segundo Burke (1992), a expressão “a nova história” data de 1912 e foi apresentada na obra de James Robinson: “História inclui todo traço e vestígio de tudo o que o homem fez ou pensou desde o seu primeiro aparecimento sobre a terra” (história total). Para Burke (1992), a Nova História foi criada na França por Jacques Le Goff, sendo associada à Escola dos Annales, responsável pela publicação da Revista Annales, que apresentava discussões sobre economia, sociedade e civilização. Burke apresenta Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel como os idealizadores da nova história em 1929. (BURKE, 1992). Esses conclamaram aos historiadores que saíssem de seus gabinetes e buscassem o contato direto com a população a fim de “farejarem” a história. No século XIX, alguns conhecidos sociólogos interessaram-se pela nova história: Augustt Comte, Herbert Spencer e Karl Marx. (BURKE, 1992). Desde então, a história não representa a singularidade de uma época somente pelas narrativas de grandes fatos e vultos; o que se busca é desvendar as especificidades de épocas históricas. De lá pra cá, a noção de documento e de texto tem se ampliado. Todos os vestígios do passado são considerados matérias para os historiadores, e, neste contexto, a pintura, o cinema e a fotografia foram incluídos como fontes de pesquisa. (CARDOSO, 1997). Burke apresenta as principais diferenças de paradigmas entre a história antiga e a nova história:

Quadro 01 – Paradigmas entre a história antiga e a nova história

Paradigma tradicional	Paradigma da nova história
A história diz respeito à política	É a história total (das ideias)
Há distinção do que é central e o que é periférico para a história	A realidade social é culturalmente construída
Os historiadores pensam na história como uma narrativa dos acontecimentos	É preocupada com a análise das estruturas
A visão é de cima, dos grandes homens, estadistas, generais, eclesiásticos, o restante exerce papel secundário	A visão é de baixo
A história é baseada em documentos	É a história da cultura popular
Há falha na avaliação da variedade de questionamentos dos historiadores	É a história estruturada em outras fontes
A história é objetiva, o historiador deve aproveitar os fatos	A história deve satisfazer todas as vozes.

Fonte: BURKE, 1992, p. 12.

Segundo Levi (1992), na micro-história o ponto de vista do pesquisador torna-se uma parte intrínseca do relato. O processo de pesquisa é explicitamente descrito e as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses, as linhas de pensamento não estão mais

escondidas nos olhos do não-iniciado. O leitor é envolvido e participa de todo processo de construção do argumento teórico, não tem como se privar dos pensamentos. A cada novo contato, a cada expressão dos entrevistados a história vai sendo construída e alterada e novamente construída. A história não é única e pode ser contada sob a visão dos diversos personagens que a constroem segundo sua experiência de vida e suas expectativas em tempos diversos.

Ter a oportunidade de investigar uma parte da história da região até então desconhecida pela comunidade é uma sensação muito interessante. O fato de deter alguma informação causa um entranho sentimento de poder e, ao mesmo tempo, de dever cívico em revelar esta descoberta. Era essa a sensação ao participar de algum evento onde o trabalho era apresentado, quando se observava pessoas com os olhares fixos, especialmente pelas imagens que revelavam a floresta aparentemente intacta, o Parque Nacional do Iguaçu, algo que talvez nunca se tivesse pensado – onde hoje é floresta fechada e um dos últimos redutos da floresta atlântica da região sul do país, já houve grandes comunidades com suas tradições e produção. As imagens também despertam o interesse de se ver como estão hoje esses lugares e como tem sido a regeneração florestal.

Para Delgado (2006), a modernidade, em razão da temporalidade frenética, vive em constante processo de transformação e desenraizamento. A memória tende a perder o papel de entrecruzamento de múltiplos tempos, cabendo à história recuperar os lastros dessa dinâmica temporal, o que faz do homem sujeito reconhecedor de suas identidades por meio da integração e da vida na coletividade. Para ela, a História pode construir ou desconstruir identidade. Como a identidade dos colonos que viveram este processo foi construída e desconstruída algumas vezes, cabe conhecer como estão hoje estas famílias, como elas ficaram depois de todo o processo e como estão as suas relações sociais.

1.2 Memória

Para se entender o passado e suas relações, a memória tem a sua considerável contribuição. Lowenthal (1998) afirma que são três as principais fontes de conhecimento sobre o passado: a memória, que é introspectiva e inerente ao ser humano; a história, que é empiricamente verificável, e os fragmentos, que são construções do homem transformadas em relíquias, resíduos, marcas, patrimônio, o homem, que é o construtor do processo histórico, é quem também constrói as fontes e os documentos que orientarão e subsidiarão a construção

da história. O trabalho da memória propicia o reconhecimento dos laços que identificam determinados grupos, uma vez que contribuem para a internalização de significados e experiências. Os vestígios de memória têm servido como construtor da história no decorrer do tempo. Halbwachs, por volta dos anos 20-30, ressaltou que a memória não é somente um fenômeno individual, e, sim, coletivo e social, que esta é construída coletivamente e que sofre constantes mutações. Porém, alguns pontos marcam tanto individual quanto coletivamente e normalmente estes constituem os vestígios que são retransmitidos e fortalecidos no decorrer do tempo, passando muitas vezes de geração a geração.

Segundo Pollak,

[...] em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata de memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (POLLAK, 2006, p.34).

Neste contexto, a pesquisa possibilitou perceber como esse momento histórico foi retransmitido aos familiares e o que representa hoje para as pessoas envolvidas. Na entrevista realizada com Ivo Hanauer, a filha Jeane, que participou da entrevista, em determinado momento lembrou-se de um fato, o que possibilitou que o pai lembrasse, inclusive, do nome de uma pessoa que levava mantimentos para as comunidades da região de Santo Alberto. Este foi um momento de saudosismo em que a memória coletiva contribuiu com a memória individual: a filha, sem perceber, trouxe à tona um fato do qual o pai talvez não se lembraria.

[...] teme-se que a cultura de massa empobreça “nossas memórias originais” e que uma versão mais homogeneizada tome seu lugar. Teme-se também perder a comunidade e a identidade, já que a tecnologia de massa modifica não só nosso sentido no temporal, mas também a natureza especificamente espacial do lembrar. (FRISCH, 2005, p. 90).

Alguns elementos podem ser citados como referenciais construtores de memória. Pollak (1992) menciona os acontecimentos vividos pessoalmente, os vividos pelo grupo ou pela coletividade. Nesse último, muitas vezes os referenciais herdados e o grau de identificação são tão fortes que os indivíduos até se confundem quanto a efetivamente terem participado de determinado acontecimento.

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa até o tempo de vida individual. Por meio de relatos de experiências familiares, de crônicas que registraram o cotidiano, de tradições, de histórias contadas através de gerações e de inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se o tempo presente, e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e se constituem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico. (DELGADO, 2006, p. 40 e 41).

Para Rousso,

[...] a memória [...] é a presença do passado [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva” como sugeriu Maurice Halbwachs. (ROUSSO, 2005, p. 94).

Segundo Rousso (2005), o atributo da memória é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”. Ela constitui a banalidade, um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (ROUSSO, 2005, p. 95). Para ele, as manifestações do passado – observadas em determinada época e em um determinado lugar – que apresentem um caráter recorrente e repetitivo de um grupo significativo e aceito por este grupo ou fora dele representam a memória coletiva.

A memória é seletiva Pollak (1992), ou seja, nem tudo fica registrado. Entende-se que este é um ponto frágil da construção da história, já que dados e fatos podem ser manipulados, ocasionando distorções nos registros e, conseqüentemente, na reprodução da informação. Além dos acontecimentos e sujeitos, é importante mencionar os lugares de memória que estão ligados às lembranças. Para Pollak (1992), esses lugares podem estar ligados a algum lugar que faz recordar os tempos da infância, ou pode ser um lugar de comemorações, e cita o exemplo de monumentos aos mortos. Delgado (2006) afirma que os lugares da memória e os objetos biográficos podem ser considerados como esteios das identidades sociais e têm como função evitar que o presente transforme-se em um processo contínuo, desprendido do passado e descomprometido com o futuro.

Como lugares de memória e a sua relação com o tema estudado, pode-se dizer que, para os colonos, os lugares de memória estão basicamente ligados aos locais de socialização, os quais os entrevistados buscaram retratar em vários momentos nas narrativas apresentadas – a escola, a igreja, a roça, as festas –, locais que mostram de forma importante como viviam as comunidades, como se interrelacionavam. Os locais mencionados apresentam lembranças positivas e negativas da vida em comunidade, algumas mais fortemente lembradas em relação a outras.

A memória pode ser voluntária, induzida ou involuntária. O tempo e a memória andam juntos, fazem parte um do outro. A memória é o resgate do tempo, já que ela possibilita que o tempo, mesmo que seja na lembrança, volte e traga algum tipo de emoção. Lowenthal (1998) afirma que toda consciência do passado está fundada na memória. Por meio das lembranças,

recupera-se a consciência dos acontecimentos anteriores, distingue-se o ontem do hoje e confirma-se que já se viveu um passado:

[...] o entendimento da memória como fonte viva da história é resultado das transformações historiográficas que ocorrem constantemente, mas que, em contrapartida, também promovem esse processo, ao propor a introdução da subjetividade na história e, ato contínuo, ao instrumentalizar um discurso historiográfico mais narrativo e humano e menos expositivo e mecanicista. (FREITAS, 2006, p. 3).

A história e a memória contribuem com a reconstituição temporal e espacial, a consciência de pertencimento a determinado grupo, etnia, instituição ou país. Segundo Chauí (2000), a memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança. Para ela, existem seis grandes tipos de memória: (CHAUÍ, 2000).

- a memória perceptiva ou reconhecimento, que nos permite reconhecer coisas, pessoas, lugares, entre outros, e que é indispensável para nossa vida cotidiana;
- a memória-hábito, que se adquire por atenção deliberada ou voluntária e pela repetição de gestos ou palavras, até gravá-los e poderem ser repetidos sem que neles tenha que se pensar;
- a memória-fluxo-de-duração-pessoal, que faz guardar a lembrança de coisas, fatos, pessoas, lugares cujo significado é importante para o indivíduo, seja do ponto de vista afetivo, seja do ponto de vista do conhecimento;
- a memória social ou histórica, que é fixada por uma sociedade através de mitos fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas e nomes de pessoas, fatos e lugares que possuem significado para a vida coletiva. Excetuando-se os mitos, que são fabulações, essa memória é objetiva, pois existe em objetos (textos, monumentos, instrumentos, ornamentos, entre outros) e fora do indivíduo;
- a memória biológica da espécie, gravada no código genético das diferentes espécies de vida e que permitem a sua repetição;
- a memória artificial das máquinas, baseada na estrutura simplificada do cérebro humano.

Ainda para a mesma autora as quatro primeiras fazem parte da vida da consciência individual e coletiva; a quinta é inconsciente e puramente física; a última é uma técnica.

Como conceito de memória, Delgado (2006, p. 39) apresenta múltiplos significados:

- ordenação e releitura de vestígios;
- retenção dos elementos dos conhecimentos adquiridos;
- estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas;
- evocação do passado por meio das lembranças;
- afirmação de identidades;
- atualização do passado;
- retenção e manifestação, através do ato de recordações vagas, telescópicas, profundas, transparentes, autocensuradas, registradas, esquecidas, selecionadas;
- seleção e tensão entre o lembrar e esquecer;
- evocação de utopias, que fazem do passado suporte para a reconstrução do presente;
- manifestação de identidades múltiplas e atualizadas;
- reconhecimento e/ou superação de traumas pela identificação das raízes;
- reconhecimento dos espaços perdidos ou reencontrados;
- reflexão sobre a experiência individual e coletiva de vida.

Rousso (2005) afirma que a tarefa dos historiadores na questão das diferenças entre história e memória é dupla, pois de um lado precisam estabelecer verdades históricas com base em fontes diversas, ou seja, uma história positiva. Por outro lado, com métodos e questionamentos diferentes, precisam apresentar e explicar a evolução das representações do passado (história dos mitos e das tradições). De acordo com ele, nenhuma história da memória pode se furtar de uma análise historiográfica, mesmo tendo a discrepância entre o que a história erudita possa dizer de um acontecimento passado com as percepções de uma sociedade em um tempo e locais diferentes. O autor vê a história da memória como um exercício crítico sobre o ofício do historiador. (ROUSSO, 2005, p. 98).

1.3 História Oral

Julie Cruikshank (2005) assinala que as tradições orais não podem ser tratadas simplesmente como evidências que são vasculhadas para se chegar aos fatos; para ela, as tradições orais são contadas por pessoas cujos pontos de vista diferem, independente do contexto, da posição social e do grau de envolvimento. Ela acredita que a noção de história comunitária pressupõe uma homogeneidade de opiniões e interesses que não existe hoje e não se pode presumir que tenha existido em outras épocas e lugares. Porém, mesmo quando os relatos individuais e familiares variam, eles concordam com a importância da terra e da família como pontos de apoio da memória. Para a autora, a genealogia e o lugar tornam-se pontos focais pelos quais a memória pode resistir à burocracia impessoal.

Thompson (2002) acredita que a história oral é uma ferramenta importante para entender o que John Bodnar descreveu como os “mundos internos” dos imigrantes, para explorar como a subjetividade de indivíduos, famílias e comunidades informa e molda a experiência da migração em todos os seus estágios e é transformada por essa experiência.

De acordo com François (2005), Lutz Niethammer reconhece que a história oral não é uma nova história e propõe uma nova definição: para ele a história oral é uma técnica de investigação própria do historiador do século XX, uma ciência auxiliar para a história do tempo presente, assim como a arqueologia é para a história antiga. Frisch (2005) vê a dificuldade de estabelecer ligações entre os estimulantes e novos conhecimentos teóricos sobre histórias de vida e memória e as aspirações democráticas da história oral como prática que recupera histórias não conhecidas e capacita as pessoas a fazer suas próprias histórias. Rouso (2005) assinala que atualmente o lugar da “história oral” ou das “fontes orais” em uma história da memória perdeu sua importância e faz a seguinte constatação: um indivíduo quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência, quer seja interrogado por um historiador, não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo o quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade.

Neste contexto, concorda-se com Rouso, uma vez que hoje não é possível modificar o passado. O tema estudado acontece basicamente no período do regime militar, e a forma encontrada para pressionar os colonos a sair das terras era a prisão, tendo, esses, medo de ficarem presos ou de serem torturados. Apesar de não se ter ouvido durante a pesquisa relatos

de tortura física, a tortura psicológica está muito clara na narrativa de Maurício Nestor Schossler, um dos colonos presos, não por insistir em plantar ou derrubar mato, mas, sim, por ser visto como líder do movimento de resistência. Atualmente, Maurício tem uma sua propriedade produtiva em Santa Cruz do Ocoy. Os filhos estudados e esclarecidos e o acesso à *internet* em sua residência possibilitam que Maurício tenha acesso às questões legais, políticas, ambientais e sociais em nível global, aumentando os conhecimentos que, juntos com a visão crítica, possibilitaram à sua narrativa um discurso de um conhecedor do tema relativo à problemática da terra no planeta.

Becker (2005) cita o historiador francês Jacques Ozouf, para o qual a história oral é um tipo de “arquivo provocado”, que, por sua vez, tem como inconveniente ser constituído depois do acontecimento. As lembranças podem ser transformadas para coincidir com o que foi pensado sobre elas, alguns anos depois. Para Delgado (2006), a história oral é uma ferramenta metodológica que busca pela construção de fontes e documentos. A metodologia da história oral apresenta caráter heterogêneo e dinâmico de captação do que passou, envolve intersubjetividades e busca a construção de evidências históricas.

As narrativas dos colonos que viveram na região do parque apresentaram fatos e nomes que foram repetitivos, ou seja, estão fixados na memória coletiva; outros fatos, porém, ficaram sem comprovação ou repetição, embora descritos. Salienta-se que o estudo busca a história sob a ótica dos colonos desapropriados, os registros bibliográficos e documentais raros acabaram por complementar as narrativas.

Becker (2005) vê a história oral como individual e não coletiva, como no caso dos documentos escritos. Para ele, as fontes escritas são mais objetivas do que as orais, e alerta quanto à representatividade na história oral e os cuidados para não preenchê-la de modo falso. (BECKER, 2005, p. 31). O estudo apresentado não tem a pretensão de julgar o certo e o errado, ou evidenciar uma fonte mais que outra, e sim em levantar e registrar um momento e um fato vivido na região pelos colonos.

Neste contexto, abre-se um parêntese para uma questão levantada por alguns colonos, que afirmaram que a ampliação do parque deu-se em razão do descumprimento de um tratado internacional que visava proteger a fauna e a flora em locais de fronteira de países. Afirmaram ainda que colonos brasileiros teriam assassinado um guarda florestal argentino, o que teria causado o conflito. O advogado Antônio Vanderli Moreira afirmou em sua narrativa que não recordava ter ouvido na época algo nesse sentido, discordando da afirmativa de alguns colonos. Percebe-se, aqui, que a memória não trouxe à tona o fato em questão, que,

verdadeiro ou não, para uns teve importância maior, para outros, menor, enquanto há aqueles que o desconhecem.

Para François (2005), a história oral apresenta-se como inovadora pelas seguintes razões:

- dá atenção especial aos dominados, silenciosos e excluídos;
- dá atenção ao cotidiano da vida privada;
- dá atenção à história local enraizada;
- dá preferência a uma história “vista de baixo”, atenta às maneiras de ver, sentir e as estruturas objetivas, além das determinações coletivas;
- prefere as visões subjetivas e os percursos individuais em uma perspectiva micro-histórica.

Becker afirma que “a história oral ocupa um lugar especial, pois permite que categorias cujo ofício não é escrever possam se expressar. Ela pode dar a palavra aos ‘esquecidos da história’, aos que não têm capacidade, nem tempo, nem vontade de escrever” (BECKER, 2005, p. 29). Prins (1992) cita Jan Vansina, dizendo que este escreveu em seu manifesto *Oral Traditions as History*:

[...] onde não há nada ou quase nada escrito, as tradições orais devem suportar o peso da reconstrução histórica. Elas não farão isso como se fossem fontes escritas. A escrita é um milagre tecnológico [...] o que se reconstrói a partir de fontes orais pode bem ter um baixo grau de confiabilidade, na medida em que não existem fontes independentes para uma verificação cruzada. (VANSINA apud PRINS, 1992, p. 165).

Segundo Pollak,

[...] ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória Oficial”, no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 1).

Thompson (2002) afirma que a oportunidade de testemunhar dos migrantes e outras vítimas de opressão social e política capacita os narradores individuais e pode gerar reconhecimento público de experiências coletivas até então ignoradas ou silenciadas.

Ainda discutindo conceitos e definições, Voldman (2005) apresenta algumas definições por ela utilizadas. Segundo a autora, história oral são as palavras gravadas; fonte oral é o material escrito; arquivo oral é o organismo público que resguarda as pesquisas e testemunho é o relato de vida (indícios, marca) de uma existência. Segundo François (2005), a oralidade é um método e não uma técnica, é um espaço de contato e influência interdisciplinares com

interpretações qualitativas de processo histórico-sociais. Cruikshank (2005) considera os termos tradição oral e história oral ambíguos, pois suas definições mudam no uso popular. Por vezes, tradição oral significa um conjunto de bens materiais preservados do passado, enquanto, em outras, significa o processo pelo qual a informação é retransmitida entre as gerações.

Voldman (2005, p. 33-36) faz considerações quanto a alguns termos utilizados:

- história oral – o termo somente deveria ser utilizado a fim de título histórico para qualificar o período histórico dos anos 50 a 80;
- arquivos orais – o autor cita Bruno Delmás e apresenta uma definição para o termo: arquivos sonoros com registros de palavras ou discursos de pessoas ou instituições em suas atividades comuns;
- fonte oral – material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa.

François (2005) assinala que a prática da história oral baseia-se em dois grandes estilos de ação: a faceta técnica e a faceta metódica. A faceta técnica limita-se a executar a técnica sem maiores pretensões científicas ou acadêmicas e com relativa rejeição a posturas teóricas. (FRANÇOIS, 2005, p. 21). Subdivide-se em arquivista-documentalista e difusor populista, para os quais François (2005) apresenta as seguintes definições: o arquivista-documentalista visa criar e organizar arquivos de documentos transcritos de entrevistas gravadas para utilização futura. Este técnico ainda procura, além de compreender a história, acumular dados orais. Ele é motivado pelo romantismo a organizar a matéria-prima de futuras outras pesquisas. Já o difusor populista objetiva divulgar o que não está “oficialmente” registrado nas histórias oficiais, nacionais ou internacionais. Para ele, a história oral é o instrumento e a resposta mais acabada. Em seu trabalho, constitui amplos arquivos, porém sem interpretação ou tentativa de análise. O técnico sistematiza, ordena, expõe e narra os acontecimentos, sem utilizar a crítica. É também considerado fiel ao que foi pesquisado, embora o fato de não assumir a reflexão teórica e, sim, o papel de porta voz e explorar somente a técnica o impede de ser um “historiador social”.

Conhecendo estas definições, tenta-se identificar qual papel ocupar enquanto pesquisadora, uma vez que, além de pesquisar, há a intenção de divulgar a história levantada,

propiciar a outros pesquisadores e mesmo às famílias que tiveram parte na história a possibilidade de seguir novas pistas, de serem descobertas novas histórias, e não deixar no esquecimento este momento da história do país.

A faceta metódica é subdividida em reducionista e analista completo. (FRANÇOIS, 2005, p. 23). O primeiro técnico não valoriza totalmente a evidência oral, entende que ela é somente um apêndice agregado ou um complemento para a comprovação factual ou ilustração testemunhal. Para o arquivista-documentalista, os depoimentos orais são vistos como segundo plano; para ele, os depoimentos mostram o trabalho por uma perspectiva ideológica específica, rejeitando posturas objetivistas e de neutralismo. Já o analista completo colhe, ordena, sistematiza e critica o processo de produção da fonte; analisa, interpreta e situa historicamente os depoimentos e evidências orais; complementa suas fontes orais com os documentos; utiliza-se de várias técnicas e é aberto ao contato com outras disciplinas. Realiza ainda reflexão teórica, empírica e pesquisa de campo. Neste contexto, o pesquisador torna-se um historiador. Enfim, para o analista completo a história oral é uma renovação das concepções (FRANÇOIS, 2005, p. 23), e, de certa forma, é este o papel que se quer exercer na realização deste estudo. Prins (1992) aceita como fonte oral a reminiscência pessoal – narrativas familiares privadas. Segundo o autor, a categoria da narrativa, frequentemente, contém três tipos de transmissão: as tradições de gênese, histórias dinásticas e relatos de organizações sociais, correlacionando-as, ainda, com os conceitos de tempo: tempo não estruturado, tempo “tradicional” e tempo serial. (PRINS 1992).

Segundo Joutard (2005), a primeira geração de historiadores orais surgiu na década de 50, nos Estados Unidos, com o objetivo de levantar material para os historiadores futuros. A segunda geração surgiu no fim dos anos 60, com a proposta de “uma outra história” – dar voz aos “povos sem história”, às minorias – e era praticada por não profissionais, sendo considerada uma história alternativa em relação à história acadêmica. (JOUTARD, 2005, p. 46). Segundo Sharpe (1992), somente em 1966 a história de baixo começou a ser percebida pelos historiadores. Correlacionando o tema estudado e este fato, percebe-se que se os registros oficiais não descreveram a história das desapropriações do Parque Nacional do Iguaçu, mais difícil ainda que essa fosse escrita baseada em relatos orais na época em que o país vivia uma ditadura a qual calava qualquer manifesto e movimento contrário aos interesses do governo, como bem dito por Antônio Vanderli Moreira em sua narrativa. Segundo Joutard (2005), desde os primórdios a história oral é dupla – existe uma história política que apareceu, primeiramente, pesquisando os atores principais, e somente mais tarde

desenvolveu-se uma história oral antropológica com foco nas experiências nacionais. Para o autor, basicamente os historiadores retomam os mesmos assuntos: o mundo do trabalho, os fenômenos migratórios (este o mais estudado, trazendo riqueza metodológica à história oral), a problemática dos gêneros e a construção de identidades. (JOUTARD, 2005).

Tendo como marco um evento realizado na cidade de Turim, na Itália, a terceira geração de historiadores orais surgiu a partir de 1975, com um movimento sobre a história oral como meio de se estudar as classes populares. Ainda no mesmo ano, na França, surgiram dois projetos coletivos, em Paris, sobre os arquivos orais da previdência social e uma pesquisa, em Aix, sobre os etnotextos. (JOUTARD, 2005). Na América Latina, o desenvolvimento da história política e da antropologia foram objetos para os “primeiros” historiadores orais. A quarta geração, segundo Joutard (2005), surgiu após os anos 90.

Frisch et al (2005) demonstram que na década de 70 havia crítica dos historiadores quanto ao uso da história oral, especialmente quanto à sua confiabilidade como fonte histórica, em razão de sua deterioração física, da nostalgia da velhice, da distorção dos preconceitos do entrevistador e do entrevistado, da influência das versões coletivas e retrospectivas do passado. Segundo os autores, os primeiros manuais de história oral estabeleceram um cânon para avaliar a confiabilidade da memória oral. Da psicologia social e da antropologia mostravam como determinar a tendenciosidade e a fabulação da memória, a retrospectiva e a influência do entrevistador sobre as recordações. Da sociologia adotaram a amostragem representativa e na história documental buscaram regras para checar a confiabilidade e a coerência interna de suas fontes. (FRISCH et al, 2005, p. 67). Para Frisch et al, o principal desafio para os historiadores orais na atualidade é encontrar meios de facilitar a união entre a teoria e a prática, a fim de que os debates sobre história e memória, a relação na história oral, ou sobre os dilemas éticos e políticos de nosso ofício se fundamentem nos novos meios de conhecimento e na experiência prática. (FRISCH et al, 2005, p. 73).

Joutard (2005) demonstra que o vínculo entre a história oral e a atualidade é mais forte do que o vínculo da história geral. O autor ressalta que a história oral e a história geral encontram-se em torno da memória. Mesmo que para ele a história oral seja nova como disciplina, sua utilização e sua popularidade têm aumentado, os arquivos orais estão multiplicando-se em número e qualidade, além dos projetos de história oral, e há controvérsias quanto ao uso dos termos “história oral” e “fontes orais”, considerando fontes orais como aceitável, uma vez que história oral é, para ele, ambígua. (JOUTARD, 2005).

Para Cruikshank (2005), os relatos orais sobre o passado englobam a experiência subjetiva, sendo uma das virtudes da história oral. A autora concorda com Voldman (2005) quando esta diz que a entrevista é um jogo de esconde-esconde entre o historiador e o interlocutor, uma vez que o primeiro é o inquisidor, aquele que sabe, e o segundo é o intimado a fornecer informações, portanto, com tendência a ficar na defensiva. (VOLDMAN, 2005). Joutard (2005) apresenta alguns desafios atuais a serem considerados pelos historiadores orais:

- 1º. a rápida evolução das tecnologias de comunicação;
- 2º. reflexão metodológica no debate entre disciplinas afins: sociologia, etnologia ou linguística;
- 3º. articulação e diálogo entre os diversos projetos e produção de história oral;
- 4º. o descobrimento de analfabetos (segundo Mercedes Vilanova) em um mundo de civilização escrita;
- as situações históricas extremas que acarretam um profundo traumatismo na memória (a exemplo das guerras).

Segundo Thompson (2002) as histórias dos migrantes têm sido sempre fundamentais para a experiência da migração, trabalhando com possibilidades futuras e no sentido tirado pelos migrantes. Quando as histórias são registradas, não se capta apenas evidências sobre experiências anteriores, uma vez que as próprias histórias representam a constante evolução dos modos pelos quais os migrantes constroem suas vidas através de suas histórias. Neste contexto, as histórias orais dos migrantes possibilitam evidências sobre a experiência passada e sobre suas histórias de vida.

1.3.1 As narrativas

O mundo atual cercado pela urgência descarta informações e, assim, os narradores espontâneos, por sua vez, tendem a desaparecer. Com isso, perdem-se referências, reduzindo as possibilidades de construção do saber. Vale mencionar a preocupação com a urgência do registro histórico da vida das comunidades que viveram na região do Parque Nacional do Iguaçu, uma vez que o processo de desapropriações ocorreu há mais de trinta anos, e,

atualmente, os que podem lembrar detalhes dos fatos, pois têm mais de sessenta anos de idade. As narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo ato de contar, de traduzir em palavras os registros da memória e da consciência da memória no tempo. Essas dão o suporte às identidades coletivas e reconhecem os homens como seres no mundo. As narrativas têm a potencialidade de fazer o ouvinte viajar através da viagem narrada. Ressalta-se a rica experiência em ouvir as narrativas, não há como não se emocionar, nem como não tomar partido. Em muitos momentos, as informações ficavam confusas, fazendo com que a dúvida que mais perdurasse fosse saber se os colonos realmente estavam certos quando diziam que detinham a posse legal das terras ou se teriam sido enganados e comprado terras ilegais. Então, para um melhor esclarecimento sobre o tema, houve a necessidade de se recorrer a outras bibliografias que apresentassem como se deram os conflitos de terra no Estado, especialmente nas regiões sudoeste e oeste.

Segundo Burke (1992), na época do Iluminismo, já se atacava a hipótese de que a história escrita deveria ser uma narrativa dos acontecimentos. As narrativas têm, portanto, a sua importância, uma vez que o sujeito tem a liberdade de expressar os seus pensamentos e sentimentos, como ocorreu durante a aplicação das entrevistas. Para Tedesco (2004), a memória coletiva, por meio de narração, reafirma a força de transmissão e, para continuar a recordar, é necessário que cada geração transmita versões dos fatos para que possa se tornar uma tradição comum. O ato narrativo constrói um sentimento de identidade coletiva do grupo, e um sentido de pertencimento aos indivíduos, ajuda a conhecer o grupo e a organizar as relações internas.

Golo Mann, historiador alemão, apud Burke (1992), declarou que um historiador precisa tentar fazer duas coisas simultaneamente: nadar com a corrente dos acontecimentos e analisar esses acontecimentos da posição de um observador posterior, mais bem informado, combinando os dois métodos para produzir uma aparência de homogeneidade, sem que a narrativa fique de lado. Paul Thompson, historiador social, apud Prins (1992), declara que “A história oral é a que melhor reconstrói os particulares triviais das vidas das pessoas comuns”. Aqui cabe um parêntese reforçando a justificativa da realização do estudo: mesmo que a história de desapropriados fosse mencionada em registros oficiais do parque, possivelmente teria somente um caráter informativo e quantitativo, sem que a emoção pudesse fazer parte desta história. Correlacionar os registros oficiais e as narrativas possibilitam, mesmo que o objetivo do estudo não seja este, chegar o mais próximo do que foi a real vivência dessas comunidades. Hayden White, historiador norte americano, apud Burke (1992), sugere que as

narrativas históricas sigam quatro planos básicos: comédia, tragédia, sátira e romance. Julga-se, neste contexto, que o tema estudado contempla estas quatro linhas: a comédia, narrada especialmente quando os colonos referem-se às festas, a tragédia, quando estes se referem às mortes e às prisões ocorridas, à sátira remete a narrativa de Ivo Hanauer, quando este apresenta o “deboche” com que tratava as questões da pressão da polícia, e ao romance, quando este mesmo se refere à companheira e esposa Ivone, além do primeiro casamento ocorrido em Santo Alberto de Nelson Spies e Alma Matte Spies.

Para Clifford Geertz, antropólogo norte americano, apud Burke (1992), as narrativas podem ser fluidas e densas. A narrativa densa deveria considerar a sequência dos acontecimentos, as intenções conscientes dos atores nos acontecimentos, além das estruturas (instituições, modos de pensar). Segundo Delgado (2006), entre as narrativas produzidas pela história oral incluem-se as narrativas históricas, que se distinguem das narrativas épicas, consideradas lendárias atemporais. As narrativas são traduções dos registros e experiências obtidos, contêm a força da tradição e relatam o poder das transformações.

Segundo Cruikshank (2005), muitas análises do século XIX ignoravam o caráter social da narrativa; já a geração posterior preocupou-se com o contexto social em que a tradição oral ocorre, especialmente com o que ela significa no presente. Segundo Cruikshank (2005, p. 153), em meados do século XX, seguidores de Levi Strauss defenderam a tese de que as narrativas orais não têm a ver nem com o passado nem com o presente, sendo somente expressões da mente humana.

Burke (1992) apresenta uma divisão quanto à definição de narrativas. Para o autor, na narrativa moderna, o papel do narrador é o de evidenciar em seu discurso que há outras possibilidades e visões para o tema por ele exposto. Voldman diferencia as testemunhas, consideradas foco para a pesquisa oral. As grandes testemunhas são pessoas com sentimento de terem feito a história, falam como se representassem um grupo, e as pequenas testemunhas acreditam que foram submetidas à história, começam o seu discurso dizendo que não têm muito a dizer. (VOLDMAN, 2005, p. 39).

Entende-se, assim, que a pesquisa realizada fatalmente ouviu grandes testemunhas como Maurício Schossler, que foi preso, Alma Matte Spies, a primeira professora de Santo Alberto, Ivo Hanauer, um dos fundadores da comunidade de Dois Irmãos se que de certa forma era um líder para a sua comunidade, o advogado Antônio Vanderli Moreira, que impetrou *habeas corpus* para vários colonos quando foram presos, um dos desapropriados como empresa rural e a sua visão enquanto fazendeiro.

Voldman (2005) informa que, normalmente, a definição das testemunhas a serem pesquisadas dá-se em função do objeto estudado. Para a autora, já se tentou estabelecer uma classificação de grandes e pequenas testemunhas, baseadas na visão que estas têm do seu papel histórico. (VOLDMAN, 2005). Voldman (2005) alerta para algumas questões a serem consideradas no momento da entrevista: o pesquisador deve ter técnicas próprias, servir-se das contribuições da sociologia na condução e na formulação das pesquisas; por outro lado, não deve negligenciar elementos de psicossociologia e psicanálise. Ao historiador é necessário saber que o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato. Entende-se que os temas que antecedem representem muito também da emoção, da razão e do interesse em contribuir com o estudo, cada um incorporando o seu papel de grande ou pequena testemunha, conforme mencionado anteriormente.

Bonazzi (2005) faz algumas observações a serem consideradas na pesquisa de campo de uma pesquisa em fontes orais. Para ele, o pesquisador deve sempre considerar as condições do entrevistado, como o cansaço da testemunha, o tempo da entrevista, perguntas meticulosas, entre outras. Deve ouvir primeiro e procurar manter uma relação de confiança com o pesquisado. Se possível, realizar a entrevista gravada em um segundo encontro. (BONAZZI, 2005, p. 234). Para Joutard (2005), a qualidade da entrevista depende também do envolvimento do entrevistador, considerando a sua própria subjetividade, uma vez que é a primeira manifestação do espírito crítico. Para Delgado (2006), a complexidade da produção de um documento de fonte oral está no papel do pesquisador, que deve ter uma formação universal, pluralista e humanista, características de uma formação interdisciplinar.

Bonazzi (2005) sugere que a entrevista seja realizada, preferencialmente, na casa do entrevistado, uma vez que a sua casa reflete a sua personalidade, além de que pode haver registros como cartas, diários ou outros documentos que poderão ser considerados. O autor faz uma ressalva quanto ao local de trabalho do entrevistado, uma vez que esse pode ser surpreendido constantemente por outras pessoas ou pelo toque do telefone, o que pode comprometer em parte a entrevista. (BONAZZI, 2005). Faz ainda outras considerações: o pesquisador deve fazer uma preparação minuciosa, consultar arquivos e livros sobre o assunto, além da biografia do pesquisado, para, em seguida, elaborar um roteiro. Para ele, a entrevista pode ser dirigida, não dirigida ou semidirigida. (BONAZZI, 2005). Ainda sugere que, no caso de um *corpus* – quando várias perguntas serão feitas a todos os entrevistados para futura comparação –, deve-se definir o tipo de discurso e modelos de comportamentos a

considerar, como sexo, idade, origem social, ocupação, se é aposentado, a influência da esposa, a vida dos filhos, os momentos de tristeza, felicidade, entre outros. Para ele, não é supérfluo conhecer as origens familiares, a formação, o ambiente, gostos, vivências cotidianas, deve-se visar a um relato de vida. (BONAZZI, 2005). Os registros da vida vivida por meio das fontes orais podem ser estimulados pela apresentação de referências documentais para que possam auxiliar na expressão das lembranças. Segundo Bosi (1994), neste contexto, podem ser citados os “objetos biográficos”: cartões-postais, retratos, recortes de jornais, medalhas, diplomas, bilhetes, anotações, livros, troféus, manifestos, quadros, peças de vestuário, *bótons*, entre outros.

Para a transcrição, Bonazzi (2005) afirma que esta poderá ter a visão do historiador ou do arquivista. No primeiro caso, o confronto com os textos escritos permitem analisar o discurso. Bonazzi acredita que é preciso, em média, cinco vezes mais de tempo para a transcrição do que para a entrevista e faz uma ressalva de que toda transcrição é uma interpretação, uma recriação, nenhuma reproduz o discurso com absoluta fidelidade. O autor informa que para os estudiosos franceses o que vale é a gravação, a fita ou vídeo, e faz algumas sugestões a serem consideradas para a transcrição: (BONAZZI, 2005).

- fazê-la o quanto antes, de preferência pelo próprio entrevistador;
- as passagens pouco audíveis, colocar entre colchetes;
- as dúvidas, silêncios, rupturas sintáticas, assinalados por reticências;
- as pessoas citadas, designadas por iniciais;
- uso do grifo para anotações;
- palavras com forte entonação, em negrito;
- texto em parágrafos, considerando a pontuação adequada.

A grande maioria das considerações mencionadas por Bonazzi, Joutard e Delgado contidas no estudo serviu de orientação quanto à abordagem, à coleta de dados e à transcrição das entrevistas. Julga-se que foram importantes mesmo considerando que para cada um dos entrevistados a expectativa era grande, uma vez que o tema lhes trazia à memória nem sempre momentos bons. Quanto à publicação, Bonazzi (2005) informa que alguns autores fazem o trabalho de escritor, elaborando a partir da gravação um relato literário. Linguistas e sociólogos publicam uma extensa transcrição, tentando reproduzir as palavras fielmente. Porém, há uma posição intermediária, que, segundo Bonazzi, é a mais conveniente a um

historiador, em que perguntas e respostas devem aparecer claramente, podendo suprimir as repetições, ou dar à entrevista uma ordem cronológica. Segundo o autor, o texto pode perder a sua originalidade, mas ganha legibilidade. Como sugestão, o mesmo apresenta o seguinte: (BONAZZI, 2005).

- formar: transmitir o método aos pesquisadores;
- coordenar: preparar um fichário;
- suscitar: recompilar doações ou depósitos de fontes escritas classificá-las e abri-las para consulta.

Bonazzi (2005) ainda sugere que o pesquisador busque cooperação entre pesquisadores, arquivistas e historiadores para a criação de um arquivo oral. Para Voldman (2005), uma questão intriga pesquisadores quanto ao destino dos depoimentos – se esses devem ser destruídos ou arquivados para posterior consulta por outros pesquisadores. Voldman ainda manifesta preocupação quanto ao retorno à comunidade e suas expectativas após a realização da pesquisa, especialmente visando se evitar a sensação de “traição”. (VOLDMAN, 2005).

Ressalta-se, aqui, a repercussão que o estudo já apresentou. Apesar de ser um tema ainda desconhecido por muitos, foi demonstrado interesse da Prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu pela divulgação para a comunidade do que a pesquisa levantou, além de uma possibilidade do trabalho entrar para os registros históricos do município.

1.4 Imagem e fotografia

A iconografia na história atual tem se colocado como artefato importante e em alguns casos é considerada primordial. Para os historiadores, a fotografia é um grande desafio, já que esses terão que buscar o que não foi revelado pelo olhar fotográfico. A fotografia é sempre uma pista, um código a ser decifrado. O grande desafio está em perceber as relações do signo e a imagem, ou seja, fazer a relação histórico-semiótica. Para Schallenberger (2010), “O símbolo é sempre um produto de natureza altamente complexa que se constitui de dados racionais e de dados irracionais fornecidos pela simples percepção interna e externa, isto é, afeta tanto o pensamento quanto o sentimento, mexe com a sensação e a intuição”.

Segundo Joly (2005), a abordagem semiótica permite reconciliar os múltiplos empregos do termo “imagem” e também abordar a complexidade de sua natureza entre imitação, traço e convenção. Para Joly (2005), a semiótica é uma disciplina recente nas

ciências humanas, surgiu no início do século XX e não usufrui a legitimidade de disciplinas mais antigas como Filosofia, Matemática ou Física. Para o autor, a semiótica sofre ainda os efeitos da moda, desde o entusiasmo à rejeição. Ela tem raízes na antiguidade grega, encontra-se na medicina e na filosofia da linguagem. O autor explica que o conceito de signo é muito antigo e designa algo que se percebe como: cores, calor, formas, sons e a que se dá uma significação. Joly aborda a origem da palavra semiótica (ciência dos signos), criada nos Estados Unidos e originária da palavra grega *semeion* (signo), que consiste em estudar os diferentes tipos de signos interpretados por nós, estabelecer sua tipologia e encontrar as leis de funcionamento das suas categorias. Seus precursores foram Ferdinand de Saussure, linguista suíço na Europa, e o cientista Charles Pierce, dos Estados Unidos.

Joly (1996) apresenta a definição de Platão para imagens: “Chamo de imagens em primeiro lugar as sombras, depois os reflexos que vemos nas águas ou na superfície de corpos opacos, polidos e brilhantes e todas as representações do gênero”. Para Joly (1996), o emprego contemporâneo da palavra imagem está relacionado à imagem da mídia, o que tem causado algumas confusões: a primeira é incorporar o suporte ao conteúdo. A televisão é um meio, a publicidade um conteúdo. A publicidade, porém, em virtude de seu caráter repetitivo, ancora-se com maior facilidade nas memórias do que no desfile das imagens que a cercam. A segunda confusão trata-se da imagem fixa e da imagem animada. Considerar que a imagem contemporânea é a imagem da mídia, e que a imagem da mídia por excelência é a televisão ou o vídeo, é esquecer que coexistem, nas próprias mídias, a fotografia, a pintura, o desenho, a gravura, a litografia e todas as espécies de meios de expressão visual que se consideram “imagens”. (JOLY, 1996, p. 15).

[...] confundir imagem contemporânea e imagem da mídia, imagem da mídia e televisão e publicidade, é não apenas negar a diversidade das imagens contemporâneas como também ativar uma amnésia e uma cegueira, tão prejudiciais quanto inúteis, para a compreensão da imagem.. (JOLY, 1996, p. 16).

Conforme relata Joly (1996), dizia-se às crianças francesas, em sua educação, para que se comportassem como imagens, para que não se mexessem e não falassem. A essa imagem relacionam-se as imagens religiosas, de calma e de reconhecimento. Para Joly (1996), é natural nas ciências humanas se estudar a “imagem” das pessoas – ato que provoca associações mentais sistemáticas que servem para identificar este ou aquele objeto ou pessoa, atribuindo-lhes qualidades socioculturais. Joly (1996) explica que o exemplo da imagem pode ajudar a compreender a natureza do “signo”, uma fotografia pode significar uma foto de família ou, em uma publicidade, “alegria”.

Segundo Joly (1996), as imagens registradas assemelham-se ao que representam. A fotografia, o vídeo e o filme são considerados imagens perfeitamente semelhantes, confiáveis por serem registros feitos a partir de ondas emitidas pelas próprias coisas. Para Joly (1996), interessar-se pelas imagens é interessar-se pela história, pelas mitologias e pelos diversos tipos de representações.

Considerar a imagem como uma mensagem visual composta de diversos tipos de signos equivale, como já dissemos, a considerá-la como uma linguagem e, portanto, como uma ferramenta de expressão e de comunicação. Seja ela expressiva ou comunicativa, é possível admitir que uma imagem sempre constitua uma mensagem para o outro, mesmo quando esse outro somos nós mesmos. Por isso, uma das preocupações necessárias para compreender da melhor forma possível uma mensagem visual é buscar para quem ela foi produzida. (JOLY, 1996, p. 55).

Para Mauad,

Toda a imagem é histórica. O marco de sua produção e o momento de sua execução estão indefectivelmente decalcados nas superfícies da foto, do quadro, da escultura, da fachada do edifício. A história embrenha as imagens, nas opções realizadas por quem escolhe, uma expressão e um conteúdo, compondo através de signos, de natureza não verbal, objetos de civilização, significados de cultura. (MAUAD, 1996, p.15).

Segundo Mauad (1996), a fotografia surgiu em 1830 com a conjugação do engenho, da técnica e da oportunidade. Ao longo de sua história, a fotografia foi marcada por polêmicas quanto aos seus usos e funções. No século XIX, a sua difusão provocou comoção no meio artístico por se entender que esta podia reproduzir o real com qualidade técnica diferentemente da pintura. Para alguns artistas como Baudelaire, a fotografia libertou artes como a pintura da “obrigação” de reproduzir o real, possibilitando a ela mais criatividade. Ele enfatiza a separação arte/fotografia, ressaltando que a primeira tinha o caráter da imaginação criativa e a sensibilidade humana, enquanto que à segunda lhe é reservado o papel de instrumento de uma memória documental da realidade.

Com o passar do tempo, a fotografia tem sido usada desde a entomologia até para as características físicas de criminosos, passando ao papel de identificadora. Desde o início do século XX, vem sendo utilizada em identidade, passaportes e demais carteiras de reconhecimento social – “entre o sujeito que olha a fotografia e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver”. (MAUAD, 1996, p. 3). Porém, segundo Mauad (1996), a ideia de que a fotografia representa o real vem sendo criticada por diferentes campos do conhecimento. Mauad cita Philippe Dubois e Alain Bergala como contrários à ideia de que a fotografia representa o real e Hubert Damisch e Pierre Bourdieu como favoráveis a essa

crença, uma vez que para eles a fotografia é baseada em convenções socialmente aceitas, e, sendo assim, constitui um importante instrumento de análise e interpretação do real.

Conforme assinala Mauad (1996, p. 9), para o uso de fotografias, deve-se considerar a competência do autor, que corresponde à do leitor, cuja exigência mínima é saber que uma fotografia é uma fotografia, ou seja, o suporte material de uma imagem. É a competência de quem olha que fornece significados à imagem. Segundo Mauad (1996), essa compreensão dá-se pelas regras culturais que dão a garantia de que a leitura da imagem não se limite a um sujeito individual, mas que seja coletiva. A imagem fotográfica compreendida como documento revela aspectos de um tempo passado, que as narrativas por si só não conseguiriam retratar, pois revela riquezas de detalhes de uma época, especialmente aspectos como a arquitetura, indumentária, formas de trabalho, os locais de produção, além de outros aspectos considerados relevantes para o patrimônio material e imaterial.

Segundo Meneses,

[...] vivemos a imagem em nosso cotidiano, em várias dimensões, usos e funções. O emprego de imagens como fonte de informação é apenas um dentre tantos (inclusive simultaneamente a outros) e não altera a natureza da coisa, mas se realiza efetivamente em situações culturais específicas, entre várias outras. A mesma imagem, portanto, pode reciclar-se, assumir vários papéis, ressemantizar-se e produzir efeitos diversos. (MENESES, 2003, p. 29).

As imagens das fotografias têm tomado cada vez mais espaço na domesticação do exótico. Para Arruda (2005), a relação da fotografia com a colonização e para a expansão das fronteiras agrícolas do país representava a conquista de territórios para a modernidade, incorporado no circuito de mercadorias. Do processo de ocupação gerava-se a narrativa do que deveria ser guardado, lembrado. As fotografias então se tornaram importantes para demonstrar a urbanização que se expandia pelo país. A terra era o objeto de valor (mercadoria) que era promovido pelas colonizadoras. Com o passar do tempo, essas fotografias ocuparam outro papel, de servir como registro histórico do processo de ocupação das terras. As imagens inseridas no estudo têm o caráter de mostrar como se dava a construção das comunidades – algumas delas desnudaram a floresta, o que causa certo impacto inicialmente, mas compreensível entendendo o contexto em que o país vivia na década de 70, a ampliação da fronteira agrícola. As imagens não representam nada diferente do que era rotineiro para a época, a não ser por uma questão: trata-se de uma unidade de conservação, e, hoje, ao se sobrevoar o Parque, não se tem idéia de que a imensidão de floresta observada nem sempre foi assim.

Segundo Tedesco,

[...] há objetos que nos identificam, que representam a personificação de experiências vividas. A casa, o galpão, a horta, a roça, o rio, a “ceva” no mato para matar passarinho, o porão, o galinheiro, a estrada feita a mão... possuem cara, nomes, costumes, afeições, continuidade, individualidade, segredos, faces, olhos..., são seres, pois falam, simbolizam, agregam e conflitam. (TEDESCO, 2002, p. 71).



Figura 7: Foto aérea da comunidade de São José do Iguaçu (São Miguel do Iguaçu) na década de 70.
Fonte: Acervo de Maurício Schossler

A figura 7 apresenta a área central do que era a comunidade de São José do Iguaçu na década de 70, curiosa a espaçosa e quase avenida principal da comunidade. Na imagem os moradores olham para o helicóptero que sobrevoava para fazer as imagens.

Para Cardoso (1997), a fotografia atua como importante meio através do qual se podem reestruturar os quadros de representação social e os códigos de comportamento dos diferentes grupos socioculturais, em contextos e temporalidades diversos. Para Tedesco (2004, p. 202), “as fotos dizem o que é de verdade, afirmam a realidade do passado e documentam a maneira de olhar o mundo”. Segundo Martins (2008), a fotografia é constitutiva da realidade contemporânea, e é de certo modo objeto e sujeito. A fotografia também é um dos componentes do funcionamento da sociedade visual e dependente da imagem.

[...] A imagem fotográfica foi incorporada pelos sociólogos e antropólogos como metodologia adicional nesse elenco de técnicas de investigação. E os próprios historiadores a agregaram à lista da documentação a que recorrem para ampliar as

evidências documentais da realidade social do passado que constituem a matéria-prima de suas análises. Um recurso que, em diferentes campos, amplia e enriquece a variedade de informações de que o pesquisador pode dispor para reconstruir e interpretar determinada realidade social. (MARTINS, 2008, p. 26).

Segundo Mauad (1996), os historiadores vêm utilizando-se da abordagem histórico-semiótica para a análise de imagens fotográficas. A autora considera que a fotografia pode ser um meio técnico de produção cultural e que, em seguida, deve-se conceber a fotografia como processo de construção de sentido, pois a mesma dá pistas para se chegar ao que não está aparente, mas que dá sentido social à foto.

É possível que muitos dos colonos que viveram na região do parque desconheçam as fotos aéreas apresentadas no estudo, uma vez que, segundo Maurício Schossler, que as disponibilizou, foram tiradas por um fotógrafo contratado por um grupo de colonos. Além das apresentadas, Maurício possui outras fotos em seu acervo pessoal que mostram como eram as comunidades e a sua proximidade com o rio. Outro recurso utilizado foram as imagens aéreas obtidas pelo *google earth*³ nas quais buscou-se ilustrar geograficamente as comunidades na região do parque e na região do Ocoy apresentadas nas figuras 8 e 9, a primeira visa mostrar de modo aproximado como ficavam geograficamente as comunidades de Santo Alberto, Dois Irmãos, São Luís e Santa Luzia na região do parque. A figura 9 apresenta a situação atual das agrovilas de Santa Rosa do Ocoy, Santa Cruz do Ocoy e São José do Ocoy em São Miguel do Iguaçu.

³ **Google Earth** é um programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa americana Google cuja função é apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de mosaico de imagens de satélite obtidas de fontes diversas, imagens aéreas (fotografadas de aeronaves) e GIS 3D. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Earth Acesso em: 08 de fev. 2012.



FIGURA 8: Imagem aérea da localização das comunidades na região do Parque Nacional do Iguaçu.
Fonte: Google Earth Acesso em fevereiro de 2012.

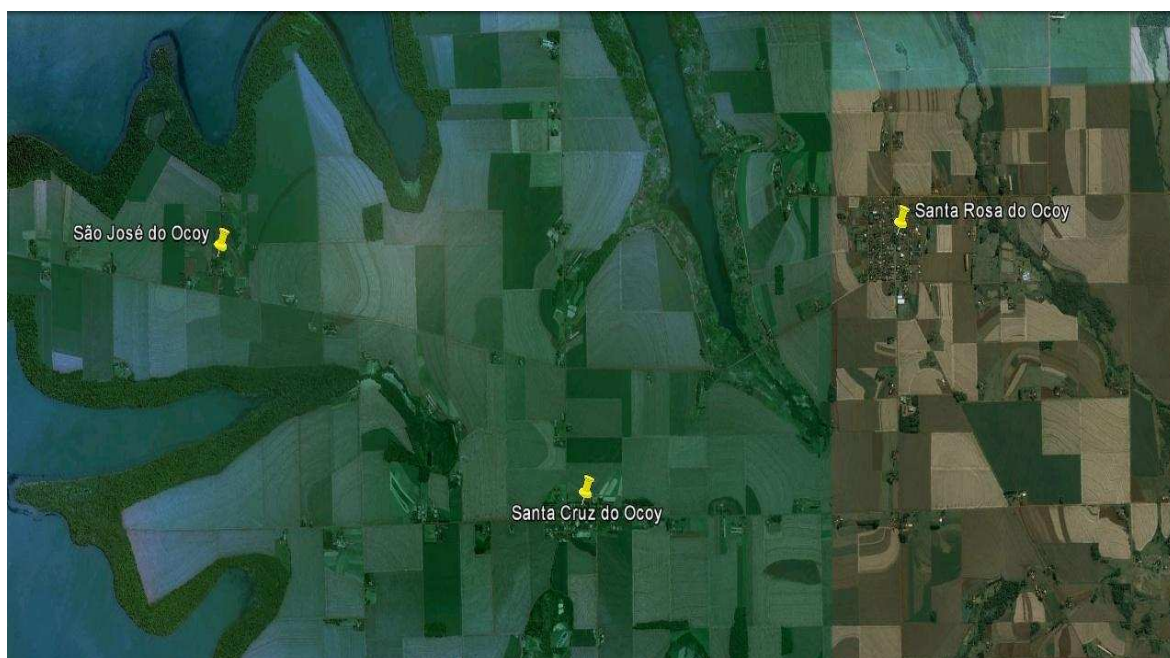


Figura 9: Imagem aérea da localização das comunidades na região do Ocoy em São Miguel do Iguaçu.
Fonte: Google Earth Acesso em fevereiro de 2012.

1.5 Subjetividade e cotidiano

Segundo Chauí (2000), eu, pessoa, cidadão e sujeito constituem a consciência como subjetividade ativa, sede da razão e do pensamento, capaz de identidade consigo mesma, virtude, direitos e verdade. Para a autora, a subjetividade humana exprime-se em um objeto produzido por ela, e a objetividade do produto é a materialização externa da subjetividade. Acredita que a objetividade é uma atitude imparcial que alcança as coisas tais como elas são verdadeiramente, enquanto a subjetividade é uma atitude parcial, pessoal, ditada por sentimentos variados (amor, ódio, medo, desejo).

Para Heller (2000), a história é a substância da sociedade. Cabe ao homem, portador da objetividade social, a construção e a transmissão de cada estrutura social. A substância é heterogênea (produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte) e estas possuem relação de alteridade sem hierarquia universal. Para Castells, apud Schallenger,

O processo de construção identitária pode ter sua origem associada ou à resistência de um grupo, ou povo, que, a partir da valorização dos seus referentes simbólicos e práticas culturais, defende a sua sobrevivência diante da lógica da dominação, ou a uma forma de racionalização da dominação, introduzida pelos setores hegemônicos da sociedade, e, ainda, a um projeto de construção de uma nova identidade a partir de referenciais ao alcance dos sujeitos sociais para redefinir a sua posição na sociedade. (SCHALLENGER, 2010, p.13).

De acordo com Heller (2000), o tempo é a irreversibilidade dos acontecimentos, e o tempo histórico é a irreversibilidade dos acontecimentos sociais. As esferas heterogêneas e hierárquicas são o “túmulos” da história e também os seus berços. Heller (2000) apresenta a análise de Gyordy Márkus quanto aos componentes da essência humana mencionados por Marx: o trabalho (a objetivação), a sociedade, a universalidade, a consciência e a liberdade. Para Burke (1992), a outrora rejeitada como trivial história da vida cotidiana é encarada agora, por alguns historiadores, como a única história verdadeira, o centro a que tudo mais deve ser relacionado. Segundo ele, o comum nas abordagens é a preocupação com o mundo da experiência comum como seu ponto de partida, e a tentativa de encarar a vida cotidiana como problemática, já que os comportamentos e valores, que são aceitos por uma sociedade, são rejeitados como absurdo em outras.

Para Heller (2000), a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica, especialmente no que se refere ao conteúdo e na significação ou importância dos tipos de atividade das

comunidades. A organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação são parte orgânica do cotidiano. Ainda para a autora, o homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade.

Para Tedesco (2004), o cotidiano constitui-se de sistemas simbólicos, técnicas e regras de comportamento, papéis, representações sociais, linguagens que normatizam as formas de agir e interagir com a modernidade, com o tempo e com os espaços. Heller (2000) entende que o cume da elevação moral acima da cotidianidade é a catarse – nela o homem torna-se consciente da sua individualidade. Para ela, a elevação acima da vida cotidiana dá-se na arte e na ciência, a característica dominante da vida cotidiana é a espontaneidade, o pensamento cotidiano orienta-se para a realização de atividades cotidianas, e, neste contexto, fala-se em unidade imediata de pensamento e em ação na cotidianidade (HELLER, 1970, p. 31).

Segundo Heller (2000, p. 33), quando a cotidianidade torna-se práxis para um grupo, essa será uma ideologia. Para ela, não há vida cotidiana sem imitação, sem espontaneidade, sem pragmatismo, economicismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. (HELLER, 2000, p. 37). Para a autora, a espontaneidade é a exteriorização da personalidade, é um ato de liberdade. (HELLER 2000, p. 104). Heller (2000, p. 43) apresenta os traços característicos da vida cotidiana: o caráter momentâneo dos efeitos, a natureza efêmera das motivações, a fixação repetitiva do ritmo, a rigidez do modo de vida. Heller (2000, p. 20) entende que a vida cotidiana não está fora da história, mas é o acontecer histórico, é a essência da substância social. Conclui dizendo que as grandes ações não cotidianas contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam.

Para Heller (2000), a função do “papel social” nasce dos fatores da vida cotidiana. Os vários papéis não são separados por uma fronteira rígida, o que há é a assimilação dos diversos papéis e imitação dos usos. De acordo com Heller (2000), não é possível se conhecer outro homem na sua totalidade, em suas relações e reações. Apesar da diferença entre a essência e a manifestação do homem, é possível inferir a interioridade a partir da exterioridade. Neste contexto, a sua essência se empobrecerá – a exterioridade (papéis estereotipados) encobrirá a interioridade. (HELLER, 2000, p. 93). Por fim, Heller (2000) entende que o capitalismo aliena as relações humanas, cristalizando em papéis todos os

sistemas consuetudinários, as hierarquias de comportamento, de modo que a imitação, os estereótipos básicos, a relação com as tradições, os costumes tornam-se papéis.

Cardoso (1997) escreveu que a ordem cotidiana do trabalho tem singular importância: a caminhada até o campo ou à maquinaria, a preparação dos instrumentos de trabalho e a volta pra casa. Para ele, os vestígios materiais desta rotina servem para o estudo das formações sociais desaparecidas.

A importância do cotidiano do trabalho para os colonos entrevistados ficou evidente desde o início. Foi esta a razão que os trouxe de sua terra natal, era o seu sustento, era de onde vinham todas as expectativas de uma vida melhor e de uma liberdade. Infelizmente, a terra prometida não lhes trouxe paz por muito tempo, para alguns até hoje é motivo de tristeza e saudade. Mesmo trabalhando em uma terra quase com a mesma qualidade na região do Ocoy, o trauma perdurou para os colonos que até hoje não conseguiram se reestruturar.

As comunidades de São José do Iguaçu, Santo Alberto, Dois Irmãos, São Luiz e Santa Luzia apresentaram relações cotidianas similares, uma vez que as comunidades eram formadas, na sua maioria, por gaúchos descendentes de alemães. Essa marca fica clara nos rituais religiosos e práticas de socialização, no esporte, nos mutirões para o trabalho, nas festas e basicamente no sonho da terra “prometida”. Entende-se que os objetivos que os trouxeram para a região eram basicamente os mesmos, mas os que os fizeram optar para aonde ir ao serem desapropriados é que os diferencia. A memória representada nas narrativas está construindo o registro de sua história, que deverá ser contada, investigada e lembrada em toda região.

2 CAPÍTULO II – A TERRA COMO OBJETO DE DISPUTA NO PARANÁ

Para melhor compreensão do tema estudado, justifica-se recorrer a obras que apresentem de que forma colonos oriundos do sul do Brasil decidiram se deslocar de suas cidades para se aventurarem na busca de novos horizontes. Notoriamente, o pensar destes colonos vislumbrava a liberdade expressiva no poder aquisitivo, sem a dependência dos pais, voltando-se para uma construção de fatores sócio-culturais, desafiando a própria subsistência. O estudo tem ênfase nas regiões sudoeste e oeste do Paraná, locais onde aconteceram conflitos relevantes entre proprietários, governos, posseiros e grileiros.

Nas narrativas mostradas de forma transparente e reveladora, não se tem interesse em filtrar as informações, trazendo para a pesquisa um legado muito rico no pensar e, de certa forma, perigoso devido aos impactos violentos destes conflitos. Recorreu-se às obras de Myskiw, Flores, Gregory, Wachowicz, Vencatto e Silva, além de documentos, decretos e leis para se entender o processo e possibilitar que o texto fosse escrito considerando a linha do tempo, contextualizando fatos de abrangência nacional, regional e local. Houve a necessidade de buscar informações em registros que contam como foi a saga de colonos em busca de terras produtivas. Essas incursões tinham basicamente dois motivos. O primeiro era a independência da família, buscando a qualidade de vida por meio da terra, esta tida como bem maior depois da vida. Para muitos jovens que decidiram se “aventurar” em terras paranaenses, a possibilidade de terem a sua própria lavoura e criação lhes representava o progresso que nem todos vislumbravam em terras gaúchas e catarinenses, onde o próprio cultivo da terra já estava desgastado e, principalmente, controlada por colonos antigos. Do outro lado, atenderiam o clamor do governo para que as terras e fronteiras do Estado fossem ocupadas, evitando a invasão de estrangeiros, o que já acontecia desde que o Brasil se tornou colônia portuguesa.

Segundo Wachowicz (2002), a história da colonização da região oeste inicia-se por volta de 1777, quando é assinado o Tratado de Santo Idelfonso⁴, estabelecendo as fronteiras oeste no rio Paperi-Guaçu (afluente do Uruguai) e Santo Antônio (afluente do Iguaçu). Porém, em razão dos desbravamentos portugueses e espanhóis, a região na prática era indefinida. Em 1853, a Província do Paraná havia se desligado de São Paulo, embora não possuísse recursos humanos e financeiros para a ocupação, o que era um fator dificultador do controle da

⁴ Antes dele o Tratado de Madrid de 1750 orientava a divisão das terras portuguesas e espanholas .

fronteira. A Guerra do Paraguai demonstrou a deficiência das vias de acesso à região de fronteira, e, além disso, a hostilidade das tribos indígenas da região limitava o acesso. A Argentina também questionava os limites definidos no Tratado de Santo Idelfonso, e, neste contexto, viu-se a necessidade de se criar uma colônia militar na fronteira, o que aconteceu em 1889.

Por volta de 1890, o Governo Federal, então Imperial e Provincial, estimulava a entrada de estrangeiros no país. O presidente da Província do Paraná, Alfredo Taunay, foi um defensor da imigração e criou várias Sociedades de Imigração para estimular a colonização. Nessa época, por questão estratégica, o império implantou no Paraná três colônias militares: Chopim e Chapecó, em 1882, e Foz do Iguaçu, em 1889. Nos últimos momentos do Império, o Governo concedeu terras devolutas nas regiões oeste, sudoeste e norte para a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, subsidiária da Brazil Railway Company. Esta concessão datava de 9 de novembro de 1889, criada pelo Decreto nº. 10.432 (ANEXO E). No projeto, o tronco principal da ferrovia ligava Itararé a Ponta-Grossa e esta à Santa Maria da Boca do Monte (RS), os ramais ligavam Jaguariaíva a Ourinhos e Guarapuava a Foz do Iguaçu. Segundo Ana Yara Lopes em sua obra: *Pioneiros do Capital* (1982, p.24), no início do século XX as terras eram doadas pelo Governo federal e posteriormente pelo Governo paranaense, uma vez que a Constituição Republicana de 1891 passou as terras devolutas para o âmbito estadual. O decreto estadual nº. 2.153 (ANEXO Z) de 20/10/1931 amplia para 3.300 há a área para a criação de um parque nacional, assim as terras novamente foram repassadas ao governo federal. Curiosamente o texto justifica a ampliação alegando que além de uma futura povoação e um parque a reserva favoreceria um futuro aproveitamento industrial.

A Companhia Lumber, do grupo norteamericano Packing, fazia parte do mesmo grupo que controlava o Sindicato Farquhar e que controlava a Brazil Railway Company, que empreitou a construção de estradas de ferro no Paraná. A Brazil Railway Company comprou, em 1906, a São Paulo-Rio Grande, empresa de capital Belga-Francês, que deixou como herdeira a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO). O Brasil não tinha dinheiro para pagar a construção da ferrovia, e, portanto, no contrato, a forma de pagamento foi estipulada em terras devolutas. Deveriam ser considerados 8 quilômetros de cada lado da estrada entre União da Vitória, Paraná, e Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul. Visando a aumentar a quilometragem, a empresa construiu a ferrovia em forma de ziguezague, para garantir maior quantidade de terra. (WACHOWICZ, 1987, p. 99).

A Revista Veja, edição 1.891, de 9 de fevereiro de 2005, apresenta parte da biografia do americano Percival Farquhar (1864-1953). Segundo a revista, esse foi um dos grandes jogadores do mercado financeiro mundial nos primeiros anos do século XX. Entre 1904 e a I Guerra Mundial, Farquhar teve acesso livre aos maiores investidores da Europa e dos Estados Unidos e canalizou um enorme capital para ferrovias, portos, frigoríficos, companhias elétricas e de comunicações, loteamentos, e fazendas no Brasil. Em 1913, ele controlava algo em torno de 50 milhões de libras, o que o tornava o principal administrador de recursos estrangeiros no país. A mais célebre – e polêmica – de suas realizações foi a Estrada de Ferro Madeira–Mamoré. Aberta na selva amazônica para dar cumprimento a um tratado entre Brasil e Bolívia e facilitar o acesso desta última ao Atlântico, a "ferrovia do diabo" foi uma insanidade: prodígio de engenharia que ligou o nada a lugar nenhum, como se disse na época, ela custou a vida de 1.500 trabalhadores e jamais deu o lucro esperado.

Antes de chegar ao Brasil, em 1904, Farquhar fez ferrovias em Cuba e na Guatemala. Suas primeiras obras nacionais foram no Rio de Janeiro – ele criou sistemas de bonde, eletricidade e comunicação (incidentalmente, criou também os guias telefônicos por sobrenome). Depois investiu na Bahia, no Pará e no Acre, em São Paulo e no sul do país. A expansão do Sindicato Farquhar despertou três tipos de oposição: a dos concorrentes, como a família Guinle, que disputava muitos dos mesmos contratos; a dos nacionalistas rábidos, que denunciavam a "invasão do ouro ianque"; e a daqueles que se inquietavam com possíveis negociatas. Em 1908, Farquhar por meio de sua *holding* Brazil Railway Company, adquiriu o controle da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), acreditando no potencial de lucro que teria com a exportação de madeiras das terras que receberia como doação do Governo Federal. Farquhar incumbiu o engenheiro Achilles Stenghel de chefiar o empreendimento. Foram recrutados 4.000 operários em cidades brasileiras. As terras entregues a Lumber eram consideradas devolutas, mesmo contrariando a Lei de Terras de 1850⁵. Porém, a região já era habitada há muito tempo por posseiros, além de que o local também era caminho dos tropeiros. Ao inaugurar um trecho da rodovia em 1910, tendo finalizado uma das etapas da construção, a empresa não pagou a viagem de volta dos 4.000 operários às suas cidades de origem, o que causou revolta, uma vez que foram muitas as demissões. Sem dinheiro e sem ter para onde ir, os operários juntaram-se aos posseiros –

⁵ A lei previa que a terra somente poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmaria, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas. Revista Histórica. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em 05/01/2012.

acreditava-se que os movimentos causados pelo descaso da Brazil Railway Company foram a semente para o movimento posteriormente conhecido como Guerra do Contestado.

Os empreendimentos de Farquhar decaíram e o grande fluxo internacional de capitais cessou no começo da I Guerra. Todas as suas apostas fora do campo ferroviário – em gado, madeira, terras ou portos – fracassaram. Seus negócios estavam mal estruturados. O administrador de sua concordata, em 1914, descreveu a situação como uma "bagunça trágica" e sentenciou: no afã de se expandir, Farquhar se esquecera de garantir os recursos necessários para a operação e a manutenção dos negócios. Depois de sua queda e até morrer, em 1953, Farquhar continuou insistindo em investir no Brasil. Sua atenção voltou-se para a extração e exportação de minério de ferro em Minas Gerais, mas seus planos de fundar companhias mineradoras foram barrados por sucessivos governos. Apenas às vésperas da morte ele conseguiu pôr de pé uma empresa, a Acesita, que existe até hoje.

A Figura 10 apresenta o mapa do estado do Paraná em 1908, e o planejamento para as ferrovias no estado. A linha escura diagonal é um trecho da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Observa-se no mapa também nas linhas mais claras a proposta em ligar a ferrovia São Paulo – Rio Grande e o oeste do estado, o que até hoje não aconteceu de maneira integral, visto que a linha ferroviária estende-se até o município de Cascavel, distante 144 quilômetros de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do estado.

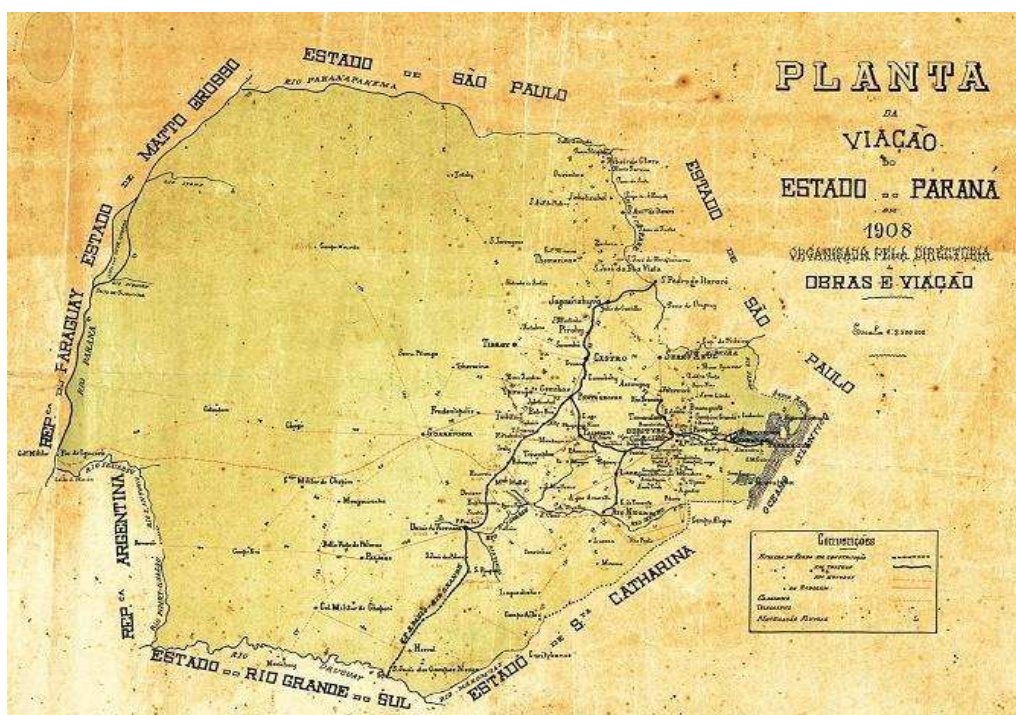


Figura 10: Mapa do Estado do Paraná em 1908.
Fonte: PARANÁ, 2011

Na República, leis estaduais fizeram novas concessões de terras da região oeste, e, assim, a imigração continuava crescendo. Na primeira metade dos anos 1890, surgiram várias colônias ao longo do rio Iguaçu. Somente no fim da primeira década do século XX o centro-oeste do Estado havia sido colonizado.

No Paraná, as questões legais de terras sempre tiveram um caráter de incertezas. As brigas internas entre as províncias despertavam longas batalhas, sendo uma delas a questão do Contestado, na região onde o Paraná faz divisa com Santa Catarina. Em 1853, ainda não havia um acordo quanto às fronteiras entre Paraná e Santa Catarina. De cunho mais político do que econômico, a disputa objetivava garantir os territórios: o Paraná alegava que a região era povoada por cidadãos paranaenses, e Santa Catarina baseava-se na Carta Régia, de 1749, para brigar pelas terras. Santa Catarina ganhou a causa, em 1910, porém os moradores da região decidiram então formar um Estado federado independente denominado Missões. A revolução armada que se iniciava foi desestabilizada pelo Presidente Wenceslau Braz, que mandou tropas federais para a região. A região em disputa era formada por propriedades latifundiárias com a produção baseada nos ervais e na madeira, território onde se agregavam ainda tropeiros, arrendatários e grileiros. Somente em 1916 a situação foi definitivamente resolvida, sendo que o Paraná perdera 28.000 km². Em seguida, a região começou a ser ocupada por caboclos que se apossavam das terras. Posteriormente, as colonizadoras estrangeiras, que haviam recebido as terras do Governo do Estado do Paraná, começaram a tomar as terras e expulsar os caboclos.

Na região oeste, a instalação de companhias argentinas – *Obrages* – possibilitava aos trabalhadores paraguaios e brasileiros (*mensus*) uma renda. O nome *mensus* (palavra espanhola) se deve em razão desses trabalhadores receberem dinheiro mensalmente em troca de trabalho. Porém, antes mesmo de chegar a *Obrage*, o *mensu* já havia deixado pelo caminho o dinheiro que havia recebido como antecipação e então se via obrigado a solicitar vale ao capataz, dívida esta que não era paga nunca e somente aumentava, assim como o tempo que o *mensu* tinha que trabalhar para quitá-la. A *obrage* de Dom Júlio Thomas Allica tinha relações com a Brazil Railway Company, por meio da empresa BRAVIACO, que alugava terras daquela empresa e da Fazenda Britânia.

Segundo Wachowicz (2002) os argentinos adquiriam propriedades na região ou recebiam do governo, por meio de concessão, e muitas vezes sem documentação iniciavam a penetração pelas terras do oeste do Paraná. Apoiadas por multinacionais e pelo governo brasileiro, as empresas que administravam as *obrages* se abancavam no território e o

administravam conforme os seus interesses. Aos poucos, o governo brasileiro era alertado sobre a “invasão” das terras pelos estrangeiros.

Entre 1918 e 1920, o Paraná deu como pagamento pela construção de uma estrada de ferro do ramal de Guarapuava – Marcelino Ramos várias glebas na região sudoeste e outras no Estado à empresa Brazil Railway C. O. As terras foram então tituladas à empresa, tais terras estavam incluídas na faixa de terras da Gleba Missões e possuíam 425.731 ha. As ferrovias atraíam pessoas para morar em seus arredores, algumas eram expulsas pelos gestores das empresas, que visavam somente aos seus interesses e não aos de pequenos proprietários. Ainda assim, algumas dessas pessoas acabavam trabalhando na construção e manutenção das ferrovias, o que criava um vínculo entre elas. Muitas vezes a empresa adiantava certa quantia em dinheiro, para que o trabalhador se fixasse na região, obrigando os camponeses a trabalhar para honrar os seus compromissos.

Em 1892, a intenção da colônia militar em Foz do Iguaçu tornou-se uma utopia, uma vez que as pessoas que habitavam a região colaboravam com o contrabando de madeira e exploração de erva mate, pois as condições existenciais na região não apresentavam outras possibilidades. Os funcionários que eram encaminhados pelo Governo Federal sentiam-se castigados por terem que viver em um lugar tão inóspito. Os poucos colonos que habitavam a região obrigavam-se a comprar as primeiras necessidades de comerciantes paraguaios ou argentinos. Por volta dos anos 1920, a propriedade era baseada na posse, o posseiro na época era valorizado, uma vez que era tido como corajoso ao desbravar as terras, beneficiando o Estado e os latifundiários. Esses posseiros sabiam que a sua “posse” era temporária, pois, quando tinham oportunidade de vender a propriedade, o faziam para garantir algum dinheiro pela terra e, em seguida, aventuravam-se novamente em busca de novas terras, iniciando tudo outra vez: a derrubada da mata, a limpeza e o preparo das terras.

Segundo Flores e Steca (2002), descendentes da família Matte, originários do Rio Grande do Sul, adquiriram no Paraná várias glebas de terra na região de Foz do Iguaçu, a fim de explorar e colonizar. Miguel Matte trouxe outras famílias de colonos, tendo fundado a Companhia Florestal do Paraná S/A. As dificuldades do território inviabilizaram a fixação dos colonos na região. Miguel Matte, em 1924, fez um empréstimo de 100 mil pesos de uma empresa argentina, hipotecando os imóveis, porém não teve como saldar a dívida. Alberto Dalcanalle o fez por um preço abaixo do mercado, e, por sua vez, criou as empresas Colonizadora Gaúcha e Pinho e Terras, que dividiu as terras em glebas, revendendo-as a outras empresas colonizadoras, que posteriormente as repassaram aos colonos. Em média,

eram lotes de 10 e 12 alqueires, que faziam frente a uma sanga⁶ ou rio. Evitava-se a divisão da terra em grandes lotes para não correr o risco de não ter como vender a terra futuramente e garantir a povoação da região.

No contexto nacional, os anos 30 iniciaram sob a sombra da crise de 1929, sendo o setor cafeeiro um dos primeiros a sentir os impactos. As mudanças foram sensíveis no país, a agricultura e as exportações precisavam se desenvolver. Mais tarde, essas mudanças desencadearam a “marcha para o oeste”⁷.

Após a Revolução de 1930, o General Mário Tourinho, pelo Decreto nº. 300 (ANEXO Y), de 3 de novembro de 1930, fez retornar ao Estado as terras do sudoeste que haviam sido tituladas a BRAVIACO. A intenção era a criação do Território do Iguaçu, uma vez que a sua criação interessava aos gaúchos. Na região de fronteira internacional, Tourinho nomeou Othon Maeder como Prefeito de Foz do Iguaçu, quando se iniciou efetivamente a nacionalização da região, tornando obrigatório o uso do português e a circulação da moeda brasileira – até então, a moeda predominante na região era o peso argentino e o idioma, o espanhol e o guarani. Ainda no Estado Novo, Vargas substituiu Tourinho por Manoel Ribas, que incluiu na Constituição de 1937 o artigo 165 no *caput* que trata da Segurança Nacional:

Art 165 - Dentro de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional.

Parágrafo único - As indústrias que interessem à segurança nacional só poderão estabelecer-se na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, que organizará a relação das mesmas, podendo a todo tempo revê-la e modificá-la. (BRASIL, 1937).

No contexto regional, em 1931 foi proibida a contratação de trabalhadores não brasileiros nas *obrages*, ocasionando o aprisionamento de todas as embarcações da Mate Laranjeira no rio Paraná. Com o desaparecimento das *obrages*, desapareceu o *mensu*, dando lugar aos colonos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e suas pequenas e médias propriedades agropastoris.

Andersen (2008) menciona Backheuser, primeiro estudioso que trouxe a geopolítica para o Brasil, que considerava que as fronteiras refletiam o poder de um Estado, seriam a

⁶ córrego

⁷ A “Marcha para o Oeste” foi um projeto dirigido pelo governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Infoescola Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/marcha-para-o-oeste>. Acesso em 03 de jan de 2012.

“epiderme do organismo estatal” e deveriam ser protegidas para a integridade física do Estado. Para ele, as fronteiras deveriam ser ocupadas por assentamentos humanos, o que considerava “cheios de vitalidade”, sendo estes subordinados ao governo central. As fronteiras, enquanto “epiderme”, deveriam enviar para o cérebro as impressões coletadas. As autoridades locais, se administrassem as fronteiras, seriam motivo de medo, já que não são sensíveis aos problemas nacionais. Segundo a mesma autora, Backheuser juntamente com o Capitão Mário Travassos, expoente na geopolítica brasileira, apresentou ideias que foram bem recebidas por setores governamentais e colocadas em prática durante a presidência de Vargas. Tais ideias alteravam o cenário das fronteiras no Brasil mencionadas abaixo, considerando que o Brasil já havia reconhecido a jurisdição federal de zonas de fronteira na constituição de 1891, tendo uma faixa de 66 quilômetros ao longo das fronteiras, ampliada por Vargas para 150 quilômetros, em 1937.

- A criação da faixa de fronteira, uma zona de segurança ao longo das fronteiras do Brasil, sendo uma faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre, sendo vedada a propriedade e a aquisição de imóvel por estrangeiros;
- A criação de territórios federais em áreas de fronteiras visando a defender a soberania nacional, sendo controlada pelo governo central e pelo Conselho de Segurança Nacional. Esta medida foi legalizada pelo Decreto Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1944, e, assim, o território do Amapá foi desmembrado do Estado do Pará; o território do Rio Branco (Acre), do Amazonas; o território de Rondônia, do Amazonas e do Mato Grosso do Sul; Ponta Porã, do Mato Grosso (Mato Grosso do Sul); e o território do Iguaçu, do Paraná e de Santa Catarina. O arquipélago de Fernando de Noronha foi desmembrado de Pernambuco durante a II Guerra Mundial
- A ocupação da fronteira continental sulista e os vazios demográficos internos por meio da “Marcha para o Oeste”, movida à propaganda, incentivos e distribuição gratuita de terras.

falta de pagamento de garantia dos juros. Como indenização, o Ministério da Fazenda deveria depositar no Banco do Brasil a importância de quarenta e oito mil e trezentos contos de réis em apólices de juros de 5% ao ano, destinadas ao resgate de debêntures. O Estado do Paraná reclamou e chamou de apropriação indébita pelo Governo Federal as terras da Gleba Missões.



Figura 12: Mapa do Brasil em 1943.
Fonte: WIKIPEDIA, 2011.

Visando colonizar a região, o Governo Federal criou a Colônia Nacional General Osório (CANGO), fundada a 60 km da fronteira da Argentina entre Barracão e Santo Antônio. Seu território abrangia terras que eram da BRAVIACO. Neste contexto, a região estava em litígio, pois a Brazil Railway acionara o governo pedindo reintegração de posse. A região então ficou temporariamente sob três poderes – federal, estadual e particular – e sem poder conferir escritura de posse a quem quer que comprasse ou ocupasse a região. Deste modo, a criação da CANGO dentro da Gleba Missões era ilegal, mas não houve questionamento por parte do Interventor Manoel Ribas. O principal objetivo da criação da CANGO era o de atrair o excedente de mão de obra agrícola do Rio Grande do Sul para o sudoeste do Paraná, visando a iniciar a colonização do Território Federal do Iguaçu, criado em 13 de setembro de 1943. O território a ser formado teria 47.154 km² e estava ocupado por 3.600 famílias. Inicialmente, a capital ficaria em Foz do Iguaçu e, posteriormente, foi transferida para Laranjeiras, que mudou o nome para Iguaçu. A CANGO doava aos colonos a casa, dava assistência médica, sementes e ferramentas para o plantio, porém não dava a escritura da terra, uma vez que não tinha esse poder, ela também nunca cobrou pelas terras.

Após o fim do Estado Novo, uma nova constituição foi escrita, e o Paraná, junto com Mato Grosso e Santa Catarina, defendeu o fim do Território do Iguaçu. O projeto foi extinto em 1968 por falta de apoio popular. Segundo Myskiw (2002), áreas com superposição de títulos são áreas de terras devolutas – ou não – sob jurisdição dos Estados da federação ou da União que receberam títulos de domínio pleno ou provisório mais de uma vez, expedidos a pessoas diferentes. Myskiw (2002) ainda apresenta uma definição para o significado de titulação: é o ato baseado no direito agrário de transformar o patrimônio público em privado, via doação, concessão, compra e venda ou reconhecimento de posse antiga das terras.

Em 1946, em razão da crise do comércio ervateiro, a Fazenda Britânia, *obra*, que teve origem em 1905, localizada na região onde atualmente estão os municípios de Toledo, emancipado de Foz do Iguaçu em 1951, e Marechal Cândido Rondon, criado em 1960, foi comprada por Alfredo Paschoal Ruaro e Alberto Dalcanale, que fundaram no mesmo ano a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ, tendo como acionistas Willy Barthe, Egon e Kurt Berchet, além de Leonardo Júlio Perna. Os primeiros colonos que vieram para a região oeste do Paraná, trazidos pela MARIPÁ do sul do Brasil na década de 40, eram acostumados ao trabalho agrícola, porém havia muito trabalho a ser feito: derrubar o mato, abrir estradas, construir casas e barracões e somente depois preparar a lavoura. Além disso, era necessária a fundação de uma cidade para ser a sede da empresa colonizadora. Muitos colonos não quiseram ficar, e para dar conta de tanto trabalho foi necessária a contratação de mão de obra de trabalhadores indígenas paraguaios. A demanda de colonos que vinha para a região fez com que algumas serrarias não dessem conta de tanto trabalho. Além dela, o serviço cartorário não dava conta de atender a demarcação das terras, sendo que muitas vezes o colono precisava esperar até um ano e meio para ocupar suas terras. A preferência das colonizadoras, muito organizadas, era por colonos do sul em detrimento aos nortistas que vinham de Minas Gerais, São Paulo e do nordeste brasileiro, por acreditarem que estes não entendiam sobre o tipo de agricultura praticada no sul do país.

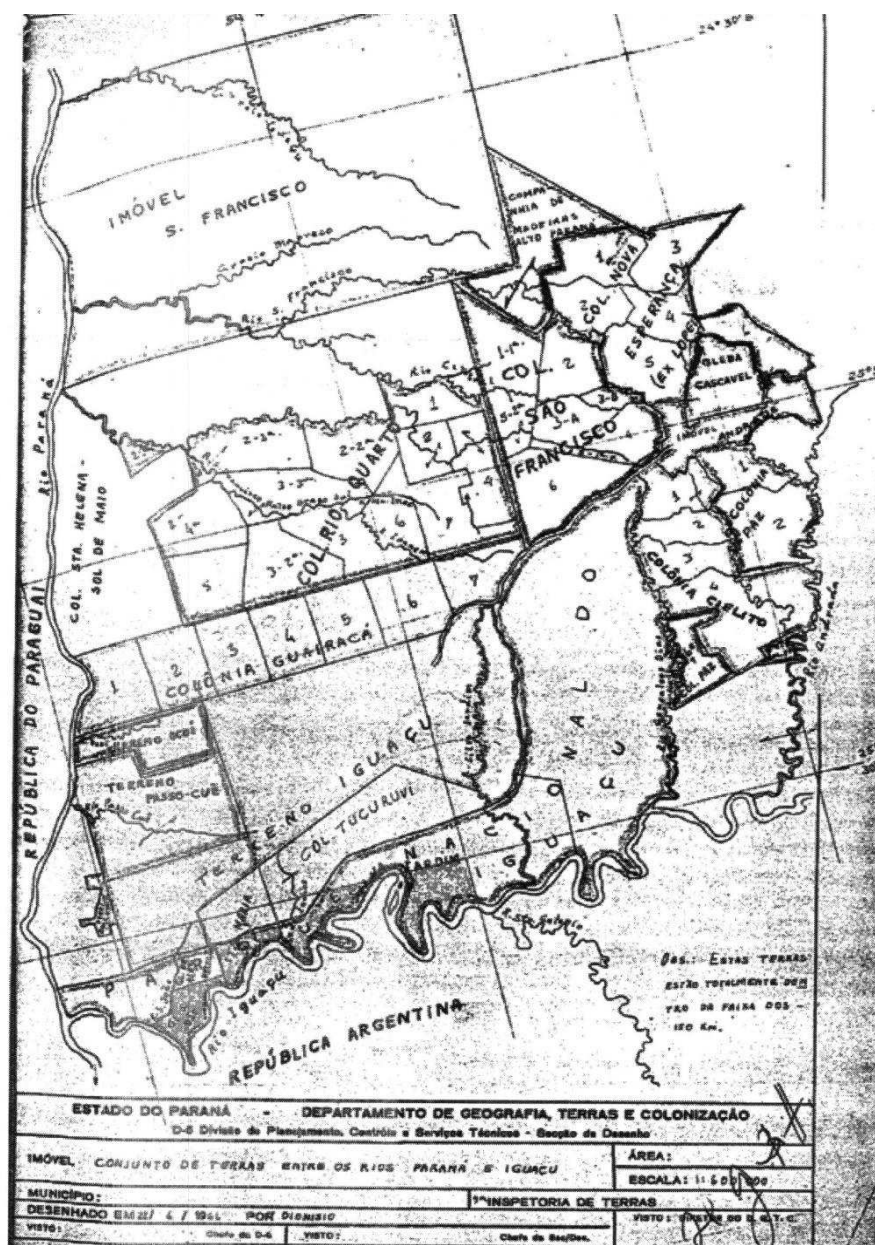
O número de famílias atraídas para a região da CANGO saltou de 476, em 1.947, para 2.125, em 1956. Ao mesmo tempo em que a CANGO atuava, outras empresas capitalistas viam a possibilidade de realizarem especulação imobiliária. Surgiram então a firma Pinho e Terras, ligada a UDN e ao PTB, e a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), ligada ao PDS, que, na época, era Governo Federal e Estadual. Segundo Wachowicz (2002, p. 147), a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU), que havia sido criada para administrar os bens confiscados da Brazil Railway C. O., vendeu a CITLA, a

Gleba Missões e parte da gleba de Chopim. Em seguida, vendeu à firma Pinho e Terras 11.500 alqueires da própria Gleba Missões, além de 300.000 pinheiros adultos à Companhia de Madeiras do Alto Paraná S/A.

José Rupp tinha uma concessão dada pelo governo de Santa Catarina para a exploração de erva mate e madeira na região sudoeste, porém suas terras acabaram ficando de posse da Empresa São Paulo – Rio Grande. José Rupp acionou a justiça e ganhou a causa, sendo suas terras avaliadas em quatro milhões, setecentos e vinte mil cruzeiros, mais juros de mora e despesas judiciais. Como a São Paulo – Rio Grande não existia mais, tendo sido incorporada à SEIPU, e o Estado não aparecia como dono legal, José Rupp não teve como acionar o Governo Federal para ser indenizado – havia pedido indenização de cinco milhões de cruzeiros, porém seu pedido foi indeferido. A Gleba Missões foi avaliada na época por trezentos milhões de cruzeiros. Sem receber a indenização, José Rupp aliou-se a um grupo de empresários, liderados por Moisés Lupion, bem como a Mário Fontana, Presidente da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), negociando com ela os seus direitos, pedindo como indenização as Glebas Missões, Chopim, Chopinzinho, Silva Jardim e Andrada.

No final do governo Dutra, na década de 50, a Empresa Pinho e Terras, ligada a grupos argentinos, reivindicou o direito de terras na mesma área. Essas terras o Governo lhe havia dado em concessão e já haviam sido repassadas a terceiros pelo dobro do preço. A CITLA finalmente ficou somente com as Glebas Chopim e Chopinzinho. Segundo Wachowicz (2002), o Tribunal de Contas da União não foi consultado, nem mesmo o Conselho de Segurança Nacional, conforme previa o artigo 165 da Constituição de 1937. Já que parte dessas terras pertencia a áreas de fronteiras e estava nos limites da CANGO, os Governos Federal e Estadual brigavam na justiça para a definição do domínio das terras.

O Parque Nacional do Iguaçu, na sua extensão atual, localizava-se inserido na gleba Silva Jardim. A figura 13 apresenta um mapa da região do então Parque Nacional do Iguaçu datado de 1966, o qual representa as Glebas Silva Jardim e Santa Maria, na época ocupadas pelas comunidades em estudo.



MAPA 4: Glebas Santa Maria e Silva Jardim¹²⁰

¹²⁰ DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO. Conjunto de terras entre os Rios Paraná e Iguaçu. 1966. [Mapa alterado] A parte em verde no mapa trata-se de alteração realizada para marcar as glebas ocupadas na década de 1960.

Figura 13: Mapa apresentando as glebas Silva Jardim e Santa Maria da década de 60 (ressaltadas por cor).

Fonte: VENCATTO 2010.

Aleatoriamente, e mesmo proibido, as Companhias Imobiliárias comercializavam as terras. Embora os cartórios fossem proibidos de registrá-las, havia um estabelecimento em Santo Antônio do Sudoeste, com o apoio do PDS, que as registrava, tornando-as passíveis à comercialização. A CITLA montou escritório em Francisco Beltrão e Santo Antônio do

Sudoeste. Bento Munhoz da Rocha Neto assumiu o governo do Paraná em 1951 pelo PTB. Uma Portaria da Secretaria da Fazenda proibiu as coletorias estaduais de expedirem a chamada SISA⁸, impedindo as transações da CITLA na Gleba Missões. Esse documento era indispensável para o registro da escritura das terras. A empresa Pinhos e Terra, do grupo Dalcanalle, continuou agindo. Enquanto esta apoiava o PTB de Bento Munhoz da Rocha, a CITLA apoiava o PDS e fazia parte do grupo liderado por Moisés Lupion. A CITLA continuou vendendo terras na região e dava a escritura era lavrada nos cartórios dos “amigos da imobiliária”. A localização do terreno nem sempre batia com o que estava na escritura, gerando muita confusão, tanto que o governo não sabia o que estava em poder dessas empresas e o que ainda lhe pertencia.

A CITLA e a CANGO abriam estradas na região sudoeste do Paraná, o que possibilitava a vinda de migrantes sulistas, que se apossavam das terras. Os proprietários de serrarias também invadiam as terras e pinheirais, retiravam a madeira e vendiam a terra. A CITLA tinha planos para indústrias de celulose na região, porém a entrada do grupo LUPION substituiu as então parceiras alemãs por capitais franceses, e mais adiante o projeto teve que ser abandonado em razão do comprometimento dos pinheirais pela extração. Assim, sem madeira para a celulose, a única saída possível foi a de venda das terras. Organizaram-se duas imobiliárias em 1957: a Cia Comercial e Agrícola Paraná na região do Verê e Dois Vizinhos, e a Cia Colonizadora Apucarana Ltda na região de fronteira com a Argentina. Para venderem as terras, as companhias anunciavam nas rádios de Pato Branco e Francisco Beltrão, ressaltavam aos colonos que estes seriam “os legítimos donos” após a assinatura do contrato de compra e venda. A inexistência da escritura legal os tornava posseiros. O preço médio de uma propriedade de 10 alqueires era de 10 a 15 mil cruzeiros, porém, as empresas cobravam entre 60 e 80 mil cruzeiros para recuperar o investimento. No sul do Brasil, os 10 alqueires eram tidos como referência para uma colônia de terra. Caso o colono não tivesse todo o dinheiro para a compra a vista, este deveria assinar notas promissórias a serem pagas futuramente. Os jagunços “corretores” assustavam as famílias para que assinassem o contrato de compra e venda. Neste ambiente, os posseiros revoltaram-se para expulsar jagunços, uma vez que as forças policiais do Estado estavam do seu lado.

O Governo Federal pressionou o Estado do Paraná de uma intervenção quanto ao problema. Foi quando o Governador Moisés Lupion desativou as companhias imobiliárias e

⁸ **sisa** s. f. Imposto de transmissão; imposto aplicável a transações de propriedades imobiliárias. Fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa Disponível em: http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx?pal=sisa Acesso em: 23 de maio de 2012.

acomodou os colonos na região. Em 1960, foi criado o Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP), que fez a titulação das terras, regularizando e controlando as serrarias clandestinas. Visava, ainda, à criação de um horto florestal além do reflorestamento da região. A titulação das terras atendeu o que era apresentado pelo colono e não conforme os padrões existentes; assim algumas propriedades ficaram menores e outras maiores, porém as médias e pequenas prevaleceram. O GETSOP era dirigido pelo General Brasília Marques.

A partir dos anos 50, os colonos oriundos na maioria do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em sua “conquista do oeste” na forma do cooperativismo através da agricultura familiar (pequena propriedade), em que se plantava de tudo um pouco basicamente para subsistência, identificaram-se com o desconhecido, com as florestas e o sertão. Essa incursão atendia o esperado pelo Governo Federal e à política imigratória e migratória da época, em que os assentamentos davam-se mais como incentivo de uma nova vida em busca de qualidade de vida, criando novos paradigmas. O elemento principal era o apego a terra e a propagação sócio-cultural de famílias que enfrentaram todo tipo de medo, mas que construíram a região Oeste do Paraná por pequenas propriedades. Para Gregory (2002), a pequena propriedade nas regiões coloniais do Sul do Brasil é uma herança do imigrante europeu e de sua migração.

De acordo com Gregory (2002), a política de povoamento visava a ocupar os espaços deixados pela grande propriedade privada de terras, o latifúndio. A compra de pequenos lotes pelos colonos os fez entrar no mundo mercantil, uma vez que contrairiam dívida colonial. A ocupação dos vazios demográficos desenvolveu-se por critérios e objetivos previamente estabelecidos. Segundo Gregory (2000), nos anos 50 e 60, o Paraná teve um importante crescimento populacional em decorrência do fluxo migratório vindo especialmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Caberia ao Estado o papel de orientador para a sociedade – neste contexto, cabe o ordenamento das cidades e comunidades rurais, por meio da infraestrutura viária, energética, enfim, condições de vida para o desenvolvimento. Ainda segundo Gregory (2000), o Governador Bento Munhoz da Rocha Neto montou um serviço de publicidade agrícola composto por 23 emissoras de rádio e 15 jornais para noticiar sobre a agricultura e a pecuária do Estado, a fim de tornar este conhecido nacionalmente. Moysés Lupion entendia ser necessário atrair migrantes e dar-lhes oportunidades, especialmente de trabalho em terras férteis e promissoras. A vinda desses migrantes traria importante contribuição na produção de alimentos. Os colonos das regiões coloniais meridionais tinham os requisitos necessários, porém, os aventureiros não eram bem-vindos.

As migrações para o Estado do Paraná não se deram somente pelos colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mas também pelos de São Paulo e de Minas Gerais, os últimos basicamente para trabalhar nas lavouras de café no Norte do Estado e, ainda, na plantação de hortelã. O poder privado, por meio das empresas extrativistas e colonizadoras, extraía riquezas, implantava e executava planos de colonização e lucrava com o comércio de madeira e outros produtos, além da comercialização da terra por meio dos loteamentos.

Segundo Klauck (2005), os pioneiros brasileiros não se deslocavam espontaneamente para a região oeste do Paraná, mas vinham atraídos pelas propagandas sobre a qualidade das terras. O pioneiro mudava de figura: neste momento ele vislumbrava a terra prometida e se transformava em colono proprietário. Segundo Gregory (2002), os colonos policultores eram atraídos para a região oeste do Paraná, uma vez que o Governo discursava, projetava e intervinha, visando tornar as terras em espaço produtivo, porém, controlado. As ações nesse sentido deram-se desde nos projetos, na assistência técnica, na instrução e no controle sanitário. Para Gregory (2000), havia o interesse do governo de legalizar a situação de posseiros. Bento Munhoz da Rocha, pela Portaria nº. 55/57, pedia urgência e preferência a regularização de lotes coloniais. A Portaria pedia aos inspetores:

[...] prestem toda a colaboração à Divisão de Terras e Colonização, oferecendo sugestões por escrito e dando preferência aos assuntos que digam respeito ao Plano de Colonização deste Departamento, que tem por fim fixar o homem ao solo, evitar o êxodo das populações e a distribuição de terras devolutas agricultáveis, em lotes coloniais, para aqueles que têm o verdadeiro e patriótico dever de cultivá-los e produzir em prol do engrandecimento do Estado. (LUPION, 1957. p. 50).

Gregory (2000) assinala que o governo paranaense considerava seu território populacionalmente deficitário, exigindo investimentos, com uma política de integração e de saneamento. No início da década de 60, havia a discussão da aplicação da reforma agrária no país. Segundo Myskiw (2002), o deputado paranaense José Hoffmann elaborou um projeto de reforma agrária que visava atender aos interesses sociais e econômicos do estado, visando à justa distribuição de propriedades e sua exploração racional. O Governo, em contrapartida, havia elaborado o “Estatuto de Uso da Terra: Nova e Revolucionária Política Agrária no Paraná”. Neste contexto, o Poder Executivo teria autonomia para desapropriar os latifúndios improdutivos e recuperar as terras devolutas do Estado indevidamente apropriadas que fossem superiores a 500 hectares.

Ainda Segundo Myskiw (2002), para Nei Braga, governador do Estado de 1961 a 1965, a reforma agrária sanaria os conflitos agrários originados pela má administração da

“coisa pública”. No contexto regional, cabe mencionar a Revolta de 61, ocorrida em Jardinópolis e Serranópolis do Iguaçu, quando colonos revoltaram-se em razão de o governo estar vendendo e escriturando terras em nomes de proprietários que normalmente viviam em outros estados ou cidades e vinham tomar posse de suas terras. Os colonos que viviam nas propriedades tinham a posse, uma vez que viviam nas terras por várias décadas. Após alguns episódios de violência, no final da década de 60, o IBRA e o DGTC fizeram reuniões com os colonos definindo a escrituração, baseada no que era apresentado pelos colonos como dimensão de sua propriedade, resolvendo os impasses de legalidade das terras.

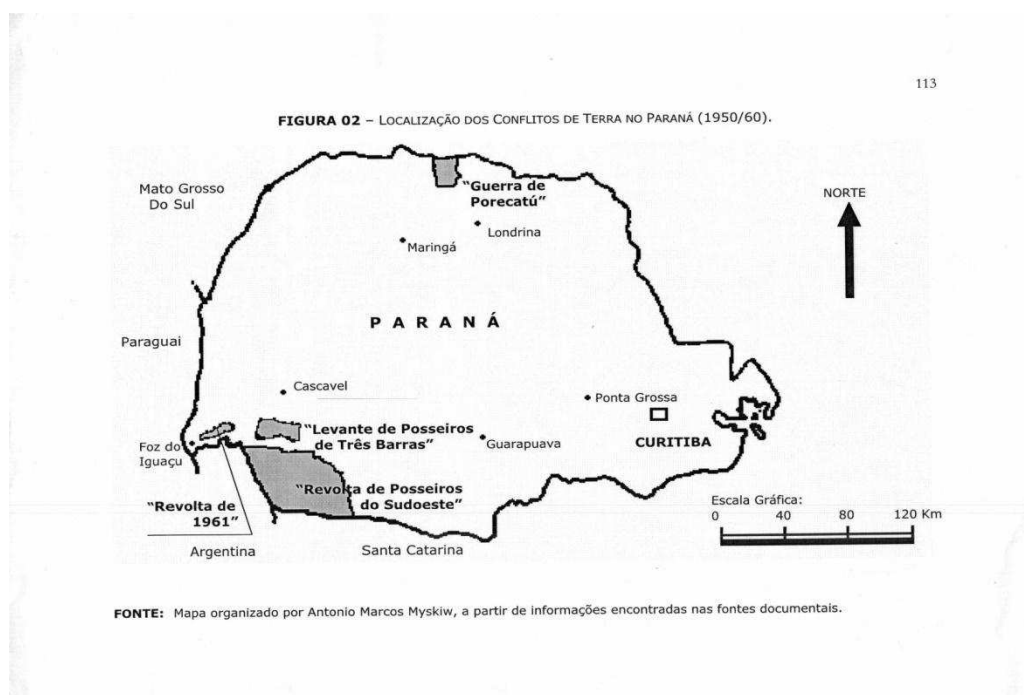


Figura 14: Mapa dos conflitos de terra no Paraná.
Fonte: MYSKIW (2002)

Segundo Schneider (2002), Caio Prado Jr e Alberto Passos, estudiosos de diferentes enfoques teóricos, viam a natureza das relações de produção do campo das décadas de 50 e 60 como campesinato, para eles a produção no campo era denominada minifúndio, as características assumidas pelos camponeses variavam desde resquícios feudais até a formas de assalariamento disfarçado. Já na década de 70, os proprietários de terras deixaram de ser considerados minifundiários para se tornarem pequenos produtores, denominação dada em razão do crescimento do Estado em propor e executar políticas aos “produtores de baixa renda”. O Estado, neste contexto, tentava fazer frente aos movimentos políticos de campesinato que proliferavam, uma vez que a modernização tecnológica já era uma realidade,

inclusive para estes pequenos produtores, considerando que o próprio Governo financiava equipamentos para essa demanda. O termo “pequena produção” entra com outra conotação, menos politizada do que a de “campesinato”.

Na década de 80, com a transformação tecnológica em grande expansão, acrescenta-se ao conceito de pequena produção as noções de integração e exclusão. Os integrados seriam os produtores que haviam conseguido agregar-se ao sistema das agroindústrias e aos mercados consumidores. Os excluídos eram todos os que não se adaptaram ao sistema, como os sem terra, posseiros, atingidos por barragens, entre outros. Este contexto reforçava a matriz teórica marxista, apresentando a invasão indireta do capitalismo no campo, subordinando os pequenos produtores à sua lógica econômica e causando grande diferenciação social. Assim, os complexos agroindustriais representavam a integração e a subordinação da agricultura à indústria.

A reflexão exposta é, então, pertinente no contexto do estudo uma vez que se entende que os colonos desapropriados na década de 70 já sentiam os reflexos da mudança que aconteceria mais efetivamente na década de 80, uma vez que, de alguma forma, esses colonos foram excluídos e privados da possibilidade de expansão de seus negócios. Segundo as narrativas, já na região do Ocoy esses colonos tiveram que se unir como cooperativa para que pudessem buscar seu lugar no capitalismo instalado. Outros excluídos foram buscar novas possibilidades até fora do Brasil, como no Paraguai, que se abria para a entrada de brasileiros que soubessem trabalhar a terra, ocupada muitas vezes por indígenas, os quais tinham outros interesses de desenvolvimento.

2.1 A formação do Parque Nacional do Iguaçu

O descobrimento das cataratas do rio Iguaçu pelo homem branco deve-se ao Capitão espanhol D. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, em 1542, que seguiu desde a costa leste até a Cidade de Asunción del Paraguay. Na ocasião, as quedas d’água receberam o nome de Salto de Santa Maria. A área que constitui o PNI, historicamente, foi cenário das missões jesuíticas para a catequese dos Tupi-guarani e das bandeiras para o reconhecimento e a penetração no interior do Paraná, de onde os bandeirantes paulistas expulsaram os jesuítas espanhóis, permanecendo sob o domínio de Portugal toda aquela região.

Segundo Urban (2002), o engenheiro André Rebouças, que esteve na região em 1876, escreveu um texto emocionado ao Imperador Dom Pedro II, sugerindo a criação de um Parque

Nacional na região. O povoamento dessa região ocorreu praticamente na República, em torno de 1888, caracterizado pela colonização seguida da extração de madeiras diversas e erva-mate *Ilex paraguariensis*. Foi em abril de 1916 que Santos Dumont, impressionado com a beleza das quedas dos Saltos de Santa Maria, então pertencentes a Jesus Val⁹, solicitou pessoalmente ao presidente da Província do Paraná, Afonso Camargo, que a região das cataratas fosse transformada em área pública. Neste mesmo ano, pelo Decreto nº. 653, de 28 de julho de 1916, o Estado do Paraná declara de utilidade pública aquela área para “*nela se estabelecerem uma povoação e um parque*”. O ato desapropriatório gerou demanda judicial e somente em 10 de julho de 1919, em decorrência de acordo entre as partes, pôde ser lavrada a escritura junto ao 2º. Tabelionato de Curitiba. Na ocasião, foram desapropriados 1.008 hectares.

Em 20 de outubro de 1930, pelo Decreto nº. 2.153 (ANEXO Z), o Estado do Paraná amplia para cerca de 3.300 hectares a área já desapropriada, visando a “*estabelecer uma futura povoação e um Parque Nacional*”. É ainda por meio do referido decreto que o Estado do Paraná doa as terras, consideradas devolutas, retomadas da Companhia que deveria ter construído uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, da divisa com o terreno Santa Maria ao Governo Federal. Segundo o Livro de Ouro do Ministério da Guerra (1965), o Engenheiro responsável pela construção era João Teixeira Soares, e a estrada de ferro teria ramais que deveriam atingir a foz do rio Iguaçu e as Sete Quedas. O decreto que autorizou o Engenheiro a construir a estrada de ferro foi o nº. 10.432 (ANEXO E), de 9 de novembro de 1889. Segundo o Livro de Ouro, o Governo ao ceder as terras, visava à produtividade que poderia chegar juntamente com a colonização que viria a seguir. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 passou da União para os estados o domínio das terras devolutas. O Paraná relutou para entregar ao cessionário as terras que lhe seriam de direito, sendo Ruy Barbosa um dos contrários à concessão.

Em 1931, o general interventor do Paraná, Mário Tourinho, por meio do Decreto Estadual nº. 2.153 (ANEXO Z), de 20 de outubro, ampliou a área anteriormente de propriedade de Jesus Val para 3.360,90 hectares, com o objetivo de se criar ali um Parque Nacional. Pelo Decreto nº. 1.035 (ANEXO F), de 10 de janeiro de 1939, Getúlio Vargas cria o Parque Nacional do Iguaçu, junto às cataratas do Iguaçu, estabelecendo que sua área “*será fixada depois do indispensável reconhecimento e estudo da região (Art.2º)*”. Os Decretos nº.

⁹ Segundo Muller (1972, p. 19), Jesus Val teria recebido a terra do Ministério de Guerra na ex-colônia militar.

2.073 (ANEXO D), de 8 de março de 1940, e nº. 2.436 (ANEXO G), de 22 de julho de 1940, incorporaram as terras, a estrada de ferro e os bens da companhia localizados no Paraná novamente ao patrimônio da União. Neste contexto, foi declarado que as terras situadas na faixa de fronteira eram de domínio da União, conforme estabeleciam os Decretos-leis nº. 7.724, de 10 de junho de 1945, e nº. 9.760 (ANEXO I), de 05 de setembro de 1946, ficando sujeitas à revalidação federal as terras alienadas pelo Estado antes da publicação dos citados decretos, anulando as realizadas após a vigência dos mesmos. Em razão do mencionado, o Estado do Paraná propôs à União a instituição de um Juízo Arbitral.

No ano de 1942, é pleiteada a ampliação do Parque Nacional do Iguaçu com o intuito de proteger “*a zona alta, onde os pinheirais contrastam com a mata subtropical das barrancas do Iguaçu e Paraná*”. Dois anos depois, em 1944, o Decreto nº. 6.506 (ANEXO J), de 17 de maio, o desapropria, por utilidade pública, os lotes nº. 114, 115 e 116 dos terrenos da Colônia de São João no Território Nacional do Iguaçu, que pertenciam a Antônio Guillard, Bento Guillard, Elento Guillard e João Guillard, incorporados ao patrimônio do Parque Nacional do Iguaçu, devendo o Ministério da Agricultura indenizar os respectivos proprietários. Ainda o Decreto nº. 6.587, de 14 de junho, amplia os limites do Parque Nacional do Iguaçu a leste até o rio Gonçalves Dias, e o Decreto nº. 6.664 (ANEXO K), de 7 de julho, consolida a referida ampliação, incorporando a reserva ao Patrimônio da União.

O relatório de Muller (1972), criado para servir de base para um Plano de Manejo para o Parque Nacional do Iguaçu, descreve que as terras da família Guillard não foram tomadas imediatamente após as desapropriações, o que possibilitou a revenda a colonos, na maioria de origem alemã. Na oportunidade, foi feito um estudo para que uma Comissão Especial criada verificasse a situação de outros parques nacionais brasileiros e que a área onde houvesse moradores fosse excluída do território do parque.

Segundo Ostrovski (2002), na década de 60, ocorreu a instalação, de forma equivocada, das colônias Santo Alberto e São José dentro do Parque Nacional do Iguaçu, as quais chegaram a abrigar cerca de quatrocentas e cinquenta famílias. Segundo Vencatto (2009), muitas famílias migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina localizaram-se nessa faixa de terras, que escrituradas não apresentavam problema para a compra, mesmo com algumas dessas já demarcadas como área do Parque Nacional do Iguaçu. A partir do ano de 1967, em obediência à Portaria nº. 042/67, do Ministro da Agricultura, foram iniciados os trabalhos de levantamento fundiário e de demarcação dos limites da área tida como Parque Nacional do Iguaçu, identificando-se as propriedades, sua situação legal e as benfeitorias

existentes. Em 1970, foi firmado um acordo entre o INCRA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com vistas ao reassentamento das famílias moradoras na área do Parque. Foi criada então a comissão de avaliação das propriedades, que apresentou um relatório, em 21 de novembro de 1972, com os valores a serem pagos pelas indenizações. Paralelo a isso, o Governo desenvolveu o Projeto Integrado de Colonização - PIC Ocoy, assentando duzentas e sessenta e nove das quatrocentas e cinquenta famílias moradoras do Parque.

Vencatto (2010) menciona em sua obra que, em 1968, a Universidade Federal do Paraná, juntamente com o Centro de Pesquisas Florestais e o IBDF, publicou um livro com 29 páginas, intitulado “O reconhecimento do Parque Nacional do Iguaçu”, cujo objetivo era retratar suas potencialidades ambientais e econômicas, a última com mais ênfase. Vencatto traz à tona a discussão do “reconhecimento do parque”, uma vez que este foi criado em 1939, porém estaria sem efetivo reconhecimento em 1968. Este ainda menciona que tal documento não registra em suas páginas as comunidades existentes desde 1965, conforme apresentam as narrativas. Neste contexto, há que se concordar com Vencatto (2010), quando reflete sobre o acontecido com os colonos pesquisados quando estes se julgam “inocentes”, reconhecendo que foram de alguma forma enganados, uma vez que compraram as terras, alguns com escritura, enquanto outros mantinham o registro de compra e venda, documento mais do que suficiente na época para comprovar a propriedade.

Segundo o Plano de Manejo de 1981, em 1972, feito um levantamento e a avaliação das benfeitorias, constataram a existência de 457 famílias na área do parque, das quais 158 detinham títulos oriundos do Governo do Estado e 229 que não possuíam títulos de propriedade, ou seja, estavam no controle de ocupantes, arrendatários, parceiros e empregados rurais. A área ocupada era de 12.000 hectares com mais de 4.000 hectares e culturas. No ano anterior, 1971, essas terras mereceram um tratamento especial pelos Decretos nº. 69.411 (ANEXO L) e nº. 69.412 (ANEXO M), de 22 de outubro. O primeiro dispõe sobre a criação de zona prioritária para efeito de reforma agrária no estado do Paraná e Santa Catarina. O segundo declara de interesse social para fins de desapropriação, áreas de terras no estado do Paraná e apresenta as áreas que estariam inseridas no território do parque como tal. Este ainda apresenta a desapropriação da antiga gleba nº. 84 registrada no Cartório de Registro de Imóveis em Foz do Iguaçu em nome de Santos Guglielmi e Balneário Conventos Ltda, comércio indústria agrícola. Terras destinada a se tornarem a região do Ocoy, para onde os colonos da região do parque seriam levados após deixarem as terras. Este decreto designa o

INCRA a executar o decreto, baseado nos critérios apresentados pelo Decreto-lei 554 (ANEXO O) de 25 de abril de 1969.

Esses atos permitiram a consolidação do Parque Nacional do Iguaçu, a desocupação quase total da área e a transferência dos colonos. Com efeito, das propriedades incluídas na área do Parque, apenas duas, totalizando 459,8 hectares, não foram desapropriadas por estarem classificadas e cadastradas pelo INCRA, como empresas rurais. Nessas condições, essas terras não foram passíveis de desapropriação por interesse social, como aconteceu com as demais, embora sejam passíveis de expropriação a título de utilidade pública. No dia 22 de dezembro de 1978, desocupou a área do parque o último dos colonos passível de desapropriação. O Decreto nº. 84.653 (ANEXO P), de 23 de abril de 1980, declarou de utilidade pública a área das empresas rurais inseridas nos limites do Parque Nacional do Iguaçu, tendo autorizado o IBDF a promover as desapropriações das referidas áreas na forma da legislação vigente, as quais foram então efetivadas.

Pelo Decreto nº. 86.876, de 1º de dezembro de 1981, foram estabelecidos os limites atuais do parque: 185.262,5 hectares, incluindo o leito do rio Iguaçu e as ilhas ali existentes, bem como excluindo uma área de cerca de 1.400 hectares, no extremo norte da região, onde se instalou a Cidade de Santa Tereza do Oeste. Neste mesmo ano, foi elaborado o Plano de Manejo da unidade. Em 1982, foi criado o Plano de Uso Público. Em novembro de 1986, durante uma conferência da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Paris, o Parque Nacional do Iguaçu foi incluído na Lista de Patrimônio Natural da Humanidade.

A figura 15 apresenta o Porto Canoas na região das Cataratas do Iguaçu na década de 70. Observa-se que a atividade turística se apresentava de modo importante na época. Desde a década de 60 a administração municipal de Foz do Iguaçu via a atividade com maior seriedade, designando uma pasta. O Conselho Municipal de Turismo também já iniciava as suas atividades.

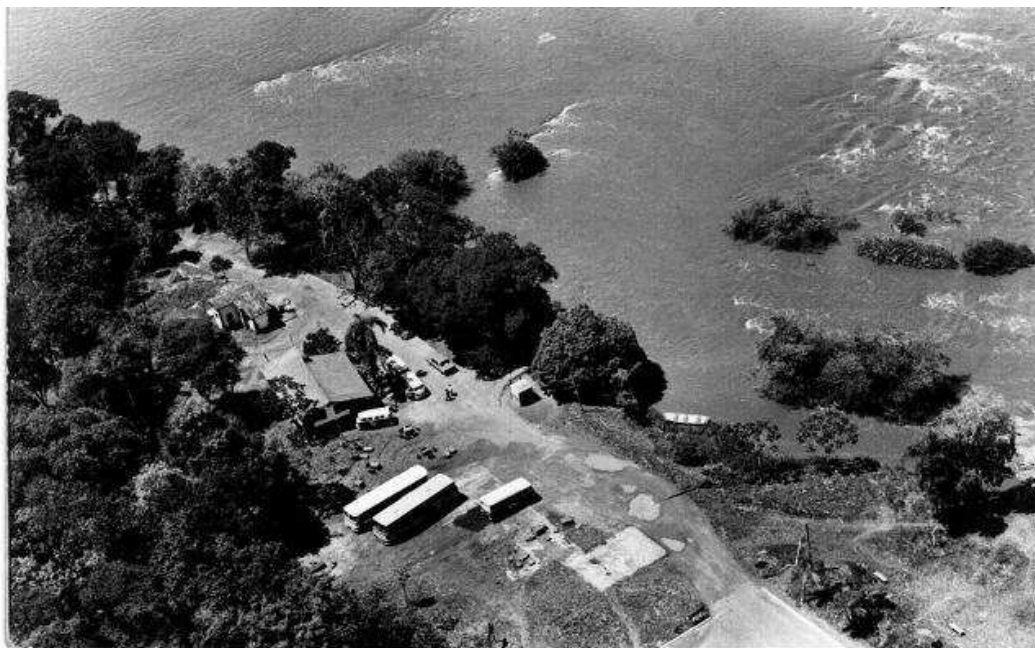


Figura 15: Foto do Porto Canoas no Parque Nacional do Iguaçu na década de 70.
Fonte: Acervo Maurício Schossler

Em 1994, ocorreu a realização do Plano Emergencial - PAE. Em 1997, iniciou-se a revisão do Plano de Manejo, com objetivo de reavaliar as medidas implantadas em 1981. Em 1999, ocorreu o início das obras de revitalização do Parque Nacional do Iguaçu e a conclusão da revisão do Plano de Manejo. Neste mesmo ano, o parque foi incluído na lista dos Patrimônios da Humanidade em Perigo – as razões consistem na então manutenção da Estrada do Colono, nos sobrevoos turísticos e na falta de um Plano de Manejo por parte do governo brasileiro. No ano de 2001, iniciou-se a nova estrutura de visitação do Parque, conforme a atualidade.

2.1.1 A Estrada do Colono

Na obra de Dias (2006), intitulada “Desenvolvimento regional e conservação ambiental: a ‘Estrada do Colono’ como via de (dês) integração (sic) do oeste-sudoeste paranaense”, é apresentado um argumento que atualmente é utilizado pelo movimento pró-reabertura da Estrada do Colono, de que essa seria uma antiga picada, aberta em 1925 para dar passagem à Coluna Gaúcha, posteriormente conhecida como Coluna Prestes. Nesta época, a região do Estado era isolada do restante do estado pelo sistema de *Obrages*, sendo que o acesso acontecia basicamente pelo Rio Paraná. Por volta de 1950, a picada foi transformada

em estrada, para ligar a cidade de Serranópolis do Iguaçu a Capanema, ficando conhecida como Estrada do Colono. A estrada corta o parque ao longo de 18 quilômetros, na região da encosta adjacente ao córrego Quilômetro Oito. Ainda segundo Dias (2006), Medianeira foi fundada em 1951, sendo que muitos pioneiros que vinham do sul do país chegavam na localidade fazendo o percurso por Laranjeiras do Sul, Cascavel e Matelândia, o que demonstrava que a então Estrada do Colono no trecho Capanema – Medianeira, que atravessaria o parque, não estava em condições de uso, pois não era carroçável, o que aconteceu somente depois de 1954.

Em 1972, a Estrada do Colono foi revestida de pedra e saibro no trecho que corta o parque pelo Departamento de Estradas e Rodagem - DER. No início da década de 80, houve um movimento dos prefeitos de Capanema e Medianeira, apoiados por deputados, para o asfaltamento da estrada, com o objetivo de transformá-la em uma estrada-parque, solicitação não atendida pelo IBDF. Com o crescente desmatamento do interior do Paraná, a criação de dezenas de cidades e a construção de inúmeras rodovias, ocorridas nas décadas seguintes, começou a haver pressão de grupos ambientalistas para o fechamento da Estrada do Colono. Por intermédio do Ministério Público, a estrada foi fechada em 1986, porém foi reaberta ilegalmente em 1997, o que se manteve até 2001. Na ocasião, foi necessária uma ação conjunta entre Exército, Polícia Federal e IBAMA para que a estrada fosse novamente fechada, e se encontra assim desde então. Com o seu fechamento, a distância rodoviária entre as cidades de Medianeira e Capanema aumentou de 58 km para mais de 170 km, sendo necessária a utilização das rodovias BR 277, PR 182 e PR 582. O segundo trecho da estrada que corta a BR 277, no trecho entre Medianeira e Missal, foi denominada, em maio de 2009, pela Lei estadual nº. 16.108, Publicada no Diário Oficial nº. 7.972, de Rodovia “Prefeito Vendelino Royer”, em homenagem póstuma ao ex-Prefeito de Itaipulândia, assassinado em 2008.

Atualmente, a rodovia PR 495 liga a cidade de Serranópolis do Iguaçu até a localidade de Iguiporã, em Marechal Cândido Rondon. Em novembro de 2011, moradores da região de Serranópolis do Iguaçu participaram de uma audiência pública da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que aconteceu na Casa da Cultura da cidade, comissão essa que analisa a proposta Projeto de Lei nº. 7.123/10, do deputado Federal Assis do Couto para a criação da estrada-parque “Caminho do Colono”. A ideia é a implantação de um modelo turístico e sustentável, ligando Serranópolis do Iguaçu à Capanema, permitindo o tráfego de moradores e visitantes, com funcionamento somente durante o dia, sendo equipada com

guaritas de controle de acesso de veículos e pessoas, controladores de velocidade, alternativas para passagem de animais e pavimentação ecológica, não sendo permitida a pavimentação asfáltica. Atualmente, o projeto de lei encontra-se em tramitação na Câmara Federal.

2.2 A formação, o cotidiano das comunidades e a vizinhança com o Parque Nacional do Iguaçu

Por volta de 1963, Gaspar Coitinho, ou Coutinho, pois nas narrativas aparece das duas formas, catarinense de Dionísio Cerqueira, adquiriu uma faixa de terras na Gleba Santa Maria, que ficava entre a Estrada Velha de Guarapuava e o rio Iguaçu. Em 1964, este dividiu as terras em lotes com o objetivo de comercializá-las. Ainda neste ano, começaram a chegar as primeiras famílias, que iam se acomodando às margens da Estrada Velha de Guarapuava, especialmente na margem esquerda, o que veio originar algumas comunidades rurais. Inicialmente e simultaneamente, foram se formando as comunidades de Mingau¹⁰ nas proximidades do Distrito de Santa Terezinha, pertencente à Foz do Iguaçu, a cerca de 20 quilômetros da sede do município. Em direção leste do Estado, a cerca de mais 18 quilômetros, iniciava-se a comunidade de São José do Iguaçu, que posteriormente veio a ser distrito do município de São Miguel do Iguaçu. Santo Alberto do Iguaçu situava-se no município de Foz do Iguaçu, porém, ao longo de seus quase quinze anos de existência, não chegou a ser distrito. Nelson Spies disse que já havia projeto para torná-la distrito.

Schneider (2002) apresenta a concordância de Jean Roche com Leo Waibel, ao afirmarem que os povoados aglomerados formam-se na beira de picadas, em um pedaço de lote ou na casa de um colono. Ali também surge a capela, a escola, a loja e depois o salão de festas. As comunidades de São José do Iguaçu e Santo Alberto apresentavam essas características, o que pode ser a confirmação de traços identitários trazidos pelos colonos oriundos basicamente do Rio Grande do Sul, que, por sua vez, receberam estes traços de seus ancestrais – uma característica bem europeia, mais precisamente germânica, na construção de prédios públicos, tais como: igrejas, escolas, hospitais, bancos, entre outros, para que as comunidades, fazendo uso destes prédios, pudessem se encontrar e trocar ideias ou até mesmo para um simples “olá”. A delimitação desse espaço para Schneider não é puramente física e

¹⁰ Segundo Silva (1995, p. 520) o nome Mingau foi dado pelos usuários da estrada porque fica em uma grota de terra massapé, onde, de tempos em tempos, a terra molhada pela chuva virava uma lama quase intransitável.

geográfica, mas também social. Tal organização desperta um sentimento de pertencimento a este ou aquele grupo. O habitat rural é o espaço onde a vida do colono adquire sentido e o modo de vida assume a legitimidade na esfera social.

Na década de 60, como já havia acontecido anteriormente, havia busca por colonos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para efetivamente ocuparem o vazio demográfico da região. Dentre os comerciantes que realizavam a busca pelos colonos no Rio Grande do Sul, foi mencionado o nome Zanuz, o qual manteria contato com os procuradores Gaspar Coitinho de Barracão, Paraná, e Milton da cidade de Maravilha, Santa Catarina, que intermediavam a comercialização de terras¹¹.

[...] lá na nossa região, na minha terra natal, Cerro Largo, tinha a rádio Cerro Azul de Cerro Largo, e ali tinha propaganda diariamente, toda hora, propaganda daquelas terra [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

[...] quando era propaganda de terras: “Venha pra esse lugar, pra Santo Alberto, é um lugar legal, que vão ter uma produção, a terra é a melhor terra aqui, e aí a gente vai construir uma vila”, e depois o objetivo era crescer, né? [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte.

Alberto Matte e a esposa Paulina, além de quatro dos onze filhos, vieram da Linha Acre, Cândido Godói, Rio Grande do Sul, em 1964. No dia 9 de outubro, desembarcaram na margem da estrada, no lote de 30 alqueires, sendo o primeiro e o maior lote adquirido na área. O lote localizava-se à esquerda da Estrada Velha de Guarapuava e à direita do rio Mingau. Com a chegada dos primeiros colonos e após uma reunião e consenso, o local passou a se chamar Santo Alberto do Iguaçu, cujo nome, curiosamente, não se deve ao aviador Alberto Santos Dumont, que esteve na região no início do século, como se imaginava inicialmente, mas, sim, a Alberto Matte. Este pioneiro trouxe consigo as ferramentas para ser montada uma serraria, o que o fez, assim que se instalou.

A figura 16 apresenta um mapa elaborado por Alma Matte Spies e Nelson Spies, no qual aparece a localização das comunidades: I – Santo Alberto, II – Santa Luzia, III – Dois Irmãos e IV – São Luis. A distância entre Santo Alberto e São Luís era de aproximadamente sete quilômetros. No desenho o limite territorial do parque é até a localidade conhecida atualmente como Poço Preto, entende-se que na visão do casal Spies as terras que haviam adquirido não estavam em território de parque, portanto em local passível de comercialização.

¹¹ Os nomes Zanuz e Gaspar Coitinho, aparecem nas narrativas dos colonos que narraram a sua trajetória para este estudo.

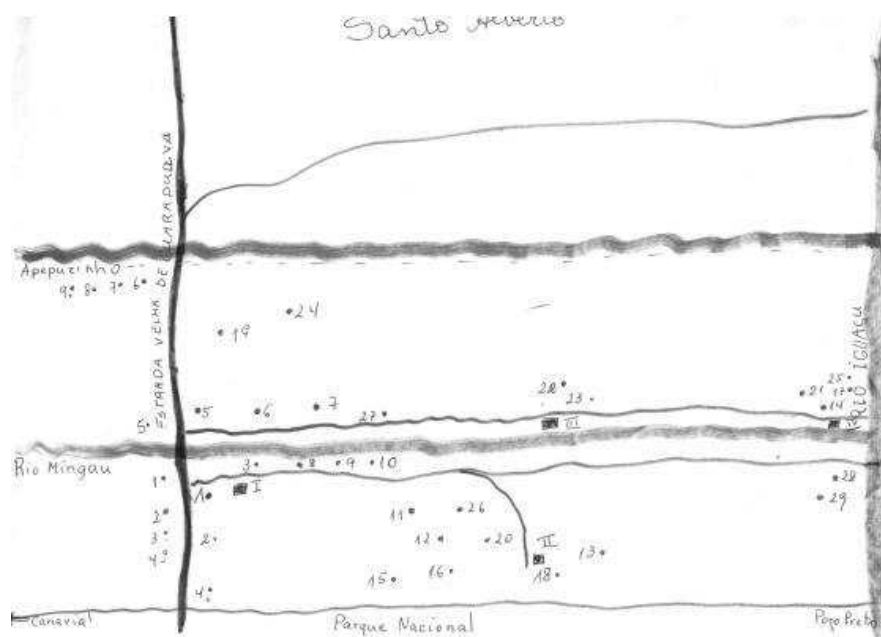


Figura 16: Mapa de Santo Alberto e comunidades vizinhas (em destaque).
Fonte: Alma Matte Spies e Nelson Spies, março de 2011.

Alberto Matte tinha no Rio Grande do Sul duas filhas que estavam estudando com o intuito de serem professoras, sendo que uma delas, Alma Matte, normalista recém formada, ainda solteira, chegou a Santo Alberto em julho de 1965, com o objetivo de criar uma escola na comunidade, para a educação dos filhos dos colonos que quase que diariamente chegavam à Santo Alberto, e nas comunidades próximas que se formavam: Dois Irmãos, São Luís e Santa Luzia.

A Figura 17 apresenta uma foto da casa de Alberto Matte em 1964, na comunidade de Santo Alberto, observa-se a construção elevada do chão que servia de depósito de ferramentas e o cercado, que tinha a função de facilitar a criação de galinhas.



Figura 17: Foto da casa de Alberto Matte, em 1964, em Santo Alberto.
Fonte: SILVA (1995)

Ivo Hanauer declarou em sua narrativa que a comunidade de Dois Irmãos localizava-se entre as comunidades de Santo Alberto e São Luiz, sendo distante cerca de quatro quilômetros de Santo Alberto. A comunidade de Dois Irmãos surgiu simultaneamente com Santo Alberto. Este momento foi narrado por ele com profunda emoção. Ivo Hanauer, após casar-se, chegou em junho de 1967, vindo do Rio Grande do Sul, juntamente com a esposa Ivone. O custo da mudança foi dividido com Ervino Becker, que tinha como destino Marechal Cândido Rondon, Paraná. Este disse ter vindo para o Paraná atraído pelas propagandas de terras férteis na rádio de sua cidade natal, Cerro Azul de Cerro Largo, no Rio Grande do Sul, como a grande maioria dos colonos. Os irmãos Arno e Odilo Hanauer, que já se encontravam na região de Santo Alberto havia dois anos também lhe motivavam. Segundo Ivo Hanauer, a região na qual adquiriu as terras, e como posteriormente constou nas escrituras dos colonos, chamava-se Fazenda Santa Antoninha¹². A colônia de terras adquirida por ele era em um local próximo onde seu pai e irmãos já possuíam terras, juntos totalizaram 60 hectares.

Antes da vinda com a esposa, Ivo Hanauer teve uma passagem de seis semanas na região, onde, juntamente com os irmãos, construiu um galpão para servir de residência até que tivessem condições de construir suas casas. Sendo o único casado, dentro do galpão foi

¹² Em nenhuma outra narrativa ouviu-se o nome Fazenda Santa Antoninha, porém Ivo Hanauer disse que constava no documento de compra e venda que possuía e que não conseguiu localizar para ser anexado ao estudo.

construído um quarto para Ivo e Ivone. No início, a esposa Ivone cuidava da casa, lavava roupa e preparava a comida para os três irmãos. Ao ver o mapa elaborado por Alma Matte e Nelson Spies, Ivo Hanauer ficou bastante emocionado e começou a mostrar onde ficava a propriedade de vários vizinhos. Ele mostrava no mapa e citava os nomes e sobrenomes dos vizinhos, muitos desses constam no documento disponibilizado pelo INCRA (ANEXO U). A clareza em citar os nomes dos vizinhos impressionou, uma vez que já se passaram mais de quarenta anos desde que as comunidades foram formadas.

Ivo Hanauer também ficou bastante emocionado ao se lembrar de como a comunidade de Dois Irmãos se iniciou; foi com carinho que lembrou de que a comunidade se chamou Dois Irmãos graças aos seus irmãos Arno e Odilo, que haviam sido os primeiros a morarem na região. Dois Irmãos localizava-se entre Santo Alberto e São Luis, a cerca de quatro quilômetros da Estrada Velha de Guarapuava, em direção ao rio Iguaçu. Este contou que, no primeiro domingo que estavam na comunidade, enquanto tomava chimarrão com os irmãos, perguntou a um deles se ali tinha algum local onde tivesse missa ou culto aos domingos, conforme acontecia em sua terra natal. O irmão respondeu que não, que nunca teve nada relativo à missa ou culto. Ivo então disse que, com eles, a comunidade de Dois Irmãos tinha doze famílias e sugeriu que fosse feita uma proposta aos outros moradores para todo domingo de manhã realizarem um culto. Proposta feita e aceita pelos outros membros da comunidade, iniciou-se então o culto, um domingo em cada casa. Os irmãos Rudi e Arno Hanauer montaram uma serraria a cerca de dois quilômetros à margem esquerda do rio Mingau, na comunidade de Dois Irmãos.

A comunidade de Santa Luzia era a que mais se aproximava dos limites do Parque, que, segundo as narrativas, na época tinha a divisa demarcada até o local conhecido como poço preto¹³. Em 1968, Agátio Heinzmann, que, segundo Ivo Hanauer, chegaram juntos na mesma semana à região de Santo Alberto, montou uma loja de artigos variados na comunidade de São Luis, atendendo toda região, e mais tarde veio a abrir um Salão de Bailes.

¹³ Nome dado em razão da formação de uma lagoa na época de cheia do rio Iguaçu e cujo apodrecimento de matéria orgânica escurece seu fundo. Por essa peculiaridade, é local de avistamento de espécies interessantes de animais e vegetais. O local, atualmente, é um dos “produtos turísticos” comercializados pelo Parque Nacional do Iguaçu. Para se chegar ao atrativo, devem-se percorrer 9 quilômetros desde a BR 469 até o local, que fica às margens do rio Iguaçu



Figura 18: Foto de propriedade na comunidade de São Luís, tendo o rio Iguaçu ao fundo.
Fonte: Acervo Maurício Schossler

Os colonos que vieram para essas localidades, assim como mencionado por Ivo Hanauer, muitas vezes vinham incentivados por familiares e amigos que já estavam na região, informados de que as terras eram boas para a agricultura. A maioria deles, quando vinha pela primeira vez, vinha sozinho; normalmente eram homens jovens, que compravam um pedaço de terra, destocavam uma parte do mato, preparavam a lavoura, construíam um galpão grande para servir de moradia e voltavam ao Rio Grande do Sul para casar ou buscar sua família. Quando voltavam, iniciavam o plantio e a construção da casa, ajudados pelos parentes e vizinhos, conforme a narrativa de Alma Matte Spies:

[...] a primeira coisa que faziam, derrubavam o mato e passavam fogo na época, né?, queimadas, [...], e plantavam o milho [...], plantavam mandioca pra o sustento, as pessoas geralmente vinham do Rio Grande do Sul, e elas compravam as terras, e daí elas derrubavam uma área de mato, e faziam só a planta, e nessa época aqui enquanto estava crescendo, ele levava a sua madeira, dali da própria roça, levava o serrador, que tinha a serraria, que era o Alberto Matte, ele ia lá na roça buscar as madeiras, serrava, e com essas tábuas eles construíam seus galpões, primeiro um galpão grande, para que eles pudessem se abrigar, até que a lavoura estivesse mais ou menos crescida, e eles aí voltavam pro sul, traziam a sua família [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

Os colonos logo formavam as comunidades e sempre em mutirão desde a chegada de um novo vizinho, ajudavam a descarregar a mudança, construíam galpões, casas e posteriormente os prédios de uso comum, como escola, igreja, clube, aqui se vê mais uma vez a semelhança com o comportamento do migrante sulista e de seus ancestrais, com grande representação alemã, mencionado por Schneider (2002).

[...] aqui havia um bom entrosamento entre as comunidades, né?, principalmente porque até as pessoas eram simples, se conhecia todo mundo, desde esta estrada velha até o rio Iguaçu, se conhecia, logo, logo se conhecia todo mundo, eu falava: lá em tal lugar chegou uma mudança ontem, ahhh, mas já queria ir logo lá ver, quem é, quando não sabia, quero ir lá, lá, mas quando nós sabia quando chegava mudança, ia lá ajudar descarregar e a coisa funcionava assim, era muito bonito é... tenho saudades disso, sinceramente [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Segundo Gregory (2002), o colono muitas vezes tentava reproduzir o “*modus vivendi*” que tinha no Sul do Brasil. Para tanto, instituições como igrejas, escolas comunitárias, rituais, festas e associações foram constituídas, cultivadas e preservadas. Depois da construção das casas era comum a realização de um baile para comemorar o feito, as comunidades dispunham de violeiros e gaiteiros para animar as festas, em Santo Alberto João e José Domingues eram os violeiros, segundo Alma Matte dançavam a tarde toda e à noite iam para casa.

Segundo Schneider (2002) Leo Waibel via que a forma de organização no espaço que ocorreu no Rio Grande do Sul e se entende foi reproduzida na região oeste e sudoeste do estado do Paraná, atendia o denominado “povoamento rural disperso” onde há uma certa regularidade na divisão espacial das propriedades em decorrência da demarcação das terras, este modelo utilizado especialmente pelas colônias alemãs no sul do Brasil tem a vantagem de que o agricultor vive na própria terra, tendo sua casa cercada pelas lavouras, pomar e pasto, facilitando a administração da propriedade. Waibel ainda apresenta uma desvantagem, a de que os colonos são separados, restringindo seus contatos sociais e comunitários. As comunidades em estudo também se caracterizam por esse modelo, mas observa-se que buscavam lugares para se encontrarem, se socializarem, estes denominados no estudo como os locais de sociabilidade. Segundo Silva (1995) no período de 1964 a 1970 cerca de 130 famílias ocuparam as margens do rio Mingau na faixa de sete quilômetros entre a Estrada Velha de Guarapuava e o rio Iguaçu. A Figura 18 apresenta uma propriedade na comunidade de São Luís, nela observa-se que o desmatamento da floresta e a formação das comunidades estendia-se até a beira do rio Iguaçu.

Diegues (2001) apresenta o pensamento de Julian Steward, o qual segundo ele rompeu com o determinismo geográfico e com o possibilismo histórico criando a Ecologia Cultural que segundo ele estuda a forma de adaptação e a forma que o homem utiliza o meio ambiente, considerando aspectos da cultura, dentre eles as atividades econômicas de subsistência, a tecnologia e organização social. Este ainda entende que a produção, troca e comercialização, são estratégias adaptativas da relação homem e meio ambiente.

Os colonos, que rapidamente iam ocupando a região se sentiam motivados a desenvolver suas lavouras, em terras férteis, diferentes das encontradas em sua terra natal. Estes ainda viam a possibilidade de ampliação de sua lavoura, já que esses acreditavam que permaneceriam na localidade por muito tempo, e alguns grandes proprietários manifestavam interesse em comercializá-las. A narrativa de Tadeu Welter, então morador de São José do Iguaçu, confirma esse entendimento:

[...] em redor tinha muita terra de paulistas, eles estavam a postos pra vender pra nós, lembra o Amadeu Gava? [perguntando ao cunhado Marcos], o finado Amadeu tinha quinhentos alqueires ali, lotes de dez, cinco, dez alqueires, e o nosso povo tinha um pouco de recurso, na realidade era pequena, mas tinha dinheiro. Trecho da entrevista de Tadeu Welter

Segundo Mauricio Schossler, ao adquirir as terras da colonizadora de Gaspar Coitinho, alguns colonos registraram a compra em cartório, porém a maioria ficou somente com o contrato de compra e venda ou por procuração, para no futuro providenciar a regularização das terras em cartório. O trabalho era tanto que os colonos ocuparam-se com as terras, mas não se preocuparam com a possibilidade da perda caso não as registrassem em cartório. Maurício Schossler, disse que foi um dos poucos que tinha escritura registrada em cartório, esse cuidado, segundo ele, era um costume na família.

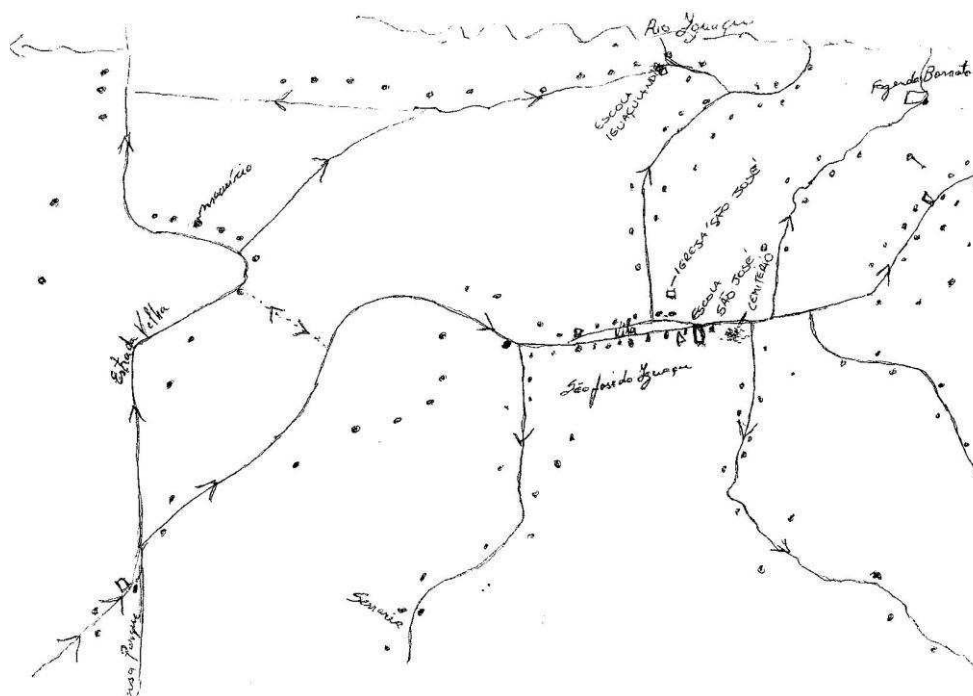


Figura 19: Mapa de São José do Iguaçu.

Fonte: Maurício Schossler, outubro de 2011.

A figura 19 apresenta o mapa elaborado por Maurício Schossler da comunidade de São José do Iguaçu, cada ponto representa uma propriedade. Assim como Ivo Hanauer lembrou-se

de muitos vizinhos na região de Dois Irmãos, Maurício ao entregar o mapa foi citando quase cem nomes de proprietários de terra na região de São José do Iguaçu, a intenção era fazer uma legenda, aos moldes do que havia sido feito pelo casal Spies. O mapa ainda apresenta a localização das escolas, igreja, cemitério, serraria e a propriedade de Maurício. As listas encontram-se nos anexos XX e XX, com elas foi possível ser elaborada a Lista de Desapropriados (APÊNDICE M)

Fernando Loures Salinet que tinha uma fazenda na região do parque e era morador de Foz do Iguaçu quando começaram as vendas das terras na região, relatou que embora já se falasse nas desapropriações, por volta da década de 70, ainda era possível realizar transações, tendo o mesmo comprado as terras de um proprietário de Marília, São Paulo. A área de cento e noventa alqueires ficava vizinha ao local conhecido hoje como poço preto. A fazenda foi adquirida em sociedade com o irmão que vivia no município de Londrina. Para Fernando Salinet a propriedade era utilizada basicamente para o lazer nos finais de semana. Não tendo nunca morado lá, o entrevistado ia somente pra pescar e passar o tempo, sendo o local o ponto de encontro dos amigos.

Fernando Salinet relatou que conhecia alguns moradores de Santo Alberto, mas o contato era pouco. Explicou que quando comprou a propriedade havia alguns posseiros, que foram sendo retirados aos poucos, após acordos que realizava com eles. Como tinha outra propriedade nas proximidades de Foz do Iguaçu, remanejava os empregados conforme sua necessidade. Este ainda mencionou como foi que André Maggi, outro desapropriado como empresa rural, conseguiu as terras, disse que este foi comprando 10 hectares de cada colono, então este totalizou 100 hectares.

Perguntado sobre as comunidades de São José e Santo Alberto, Adilson Simão, administrador do parque a partir de 1972, disse que as duas colônias foram criadas à revelia das autoridades, pela ação do advogado Antônio de Oliveira e de outro, o qual não lembra o nome, e que as ações já estavam acontecendo quando Fernando Salinet comprou as terras. Segundo Adilson Simão o prefeito de Medianeira, tenente do Exército, também possuía propriedade dentro da área, mas se arrependeu de adquiri-las, em razão do seu envolvimento com a política.

Quando perguntado sobre como estes colonos vieram até a região e quais as razões os trouxeram, este comenta que nunca ninguém assumiu a busca pelos colonos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Este acredita que os colonos foram enganados e ele no seu papel teve que fazer cumprir a lei e retirar os colonos. Percebe-se que mesmo tanto tempo depois dos

fatos acontecidos Adilson continua com a sua visão de administrador, ou seja, defendendo o papel do governo.

[...] esses colonos vieram do Rio Grande do Sul todos eles engabelados, todos eles é... com o... a promessa de terras férteis, de que aqui dava duzentos metros cúbicos de tora de madeira no hectare de terra, coisa que não é normal e não é notório na nossa região [...], então a fábula do momento era eles vir pra aqui, um compadre avisava um amigo, um amigo avisava outro compadre, o compadre avisava um filho, um sobrinho, um cunhado e vinham pra aqui, a maioria eram familiares, eram gente oriundos da colônia e oriundos da mesma família, eram, assim, pessoas que se dedicavam exclusivamente à agricultura, então o desenvolvimento de Santo Alberto e de São José, tanto que em Santo Alberto tinha algumas colônias, tinha alguns colonos italianos e na de São José 90% era alemão, então eles vieram pra lá pra fazer a colonização, e deram a infelicidade, que nessa época o Governo descobriu a fraude criada pelo cartório de Foz do Iguaçu e pelos advogados Antônio de Oliveira [...], e o nome naquele outro [...], eu não me recordo agora [...], Antônio de Oliveira era o advogado responsável pela criação da colônia, dizendo que eram terras devolutas, que era não sei o que [...]. Trecho da entrevista de Adilson Simão.

As dificuldades para os primeiros colonos, quando chegaram ao território inóspito, são apresentadas nas narrativas, essas eram de toda ordem: a saúde era um motivo de preocupação, uma vez que a medicina praticada nos grandes centros não chegava a essas localidades. Poucos tinham algum meio de transporte para a locomoção, se a terra estivesse molhada, a viagem com qualquer veículo ficava inviável. As dificuldades são apresentadas a seguir na versão de um morador de cada comunidade, ou seja, São José do Iguaçu e Santo Alberto.

[...] mas o povo lutou, sofreu, os comerciantes ganhavam dinheiro na época que... o porco, já pensou carregar porco e ir direto à São Paulo, só que em 68 já era [...] de Foz à Curitiba já era asfalto, né?, esse asfalto veio rápido, era várias empreiteiras, então... mas lá pra Foz, por exemplo, se você tinha que ir a São Miguel em dia de chuva, se colocava corrente no rodado traseiro, eu por sinal tinha uma prática pra andar, não tinha medo, só que as estradas eram um carreiro só, não tinha muita estrada em volta, então você parava ali dentro da estrada, era uma picada [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

[...] o ruim é que tinha dificuldades de locomoção, né?, chuvas fortes ninguém saía, né?, era uma subida, um barro aí nessa estrada velha de Guarapuava, que hoje é Felipe Wanscheer, ela era estreita, não tinha infraestrutura, um barro vermelho, né?, as subidas ficavam tudo liso, então não tinha transporte em tempo ruim, né?, [...] muitos lugares tinha mato dos dois lados, a estrada não secava, às vezes saíam vertentes do Parque, né?, atravessavam a estrada, né?... também a diversão, era pouca, né?, pouca diversão, não tinha o que... tinha o campo de futebol e vôlei, mas quando ficou pronto o campo de futebol, o vôlei foi esquecido então [...] a gente fazia torneios, né?, aí vinha times da região toda ao redor [...]. Trecho da entrevista de Nelson Spies

Outro problema mencionado pelos colonos além das dificuldades encontradas em se estabelecer nas colônias era o acesso, e consequentemente o transporte, conforme dito na entrevista. Ivo Hanauer informou que nem todos possuíam cavalos para se locomover, alguns

tinham bicicleta, e que depois de algum tempo, não sabendo dizer exatamente o ano, havia ônibus que fazia o transporte, desde o Apepu até Foz do Iguaçu, passando pela entrada de Santo Alberto, ou seja, o acesso às outras comunidades de Dois Irmãos, São Luis e Santa Luzia não acontecia com este ônibus. Os moradores precisavam se deslocar até Santo Alberto para “tomar” este ônibus. [...] saía cedo e de tardezinha o ônibus voltava [...], aí vinha caminhando aqui esses quatro quilômetros aqui. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Alma Matte Spies narrou que em uma ocasião precisaram do transporte do leiteiro, Balduíno Wanscheer, para levar a irmã doente ao hospital. Este tinha um carro próprio para andar na estrada em tempos chuvosos.

[...] o dia em que a minha irmã estava muito mal, com a garganta infeccionada, muito mal pra ir pro hospital, eu vim de manhã cedinho com o meu irmão na carroça de boi, minha mãe, trouxemos minha irmã, tinha uns nove anos, dez anos, e cada pouco, porque era costeando o parque nacional, cada pouco os bois paravam, porque tinha algo no mato, então como nós tínhamos duas lanternas, aí a gente iluminava bem, porque daí se tivesse uma onça, porque tinha muita onça mesmo aí, então vendo a luz elas fugiam, e daí o boi parava, quando via que tinha alguma coisa ele parava, aí depois ia embora de novo, as quatro e trinta da manhã nós chegamos até na entrada do canavial, onde o finado Balduíno Wanscheer nos deu carona pra chegar umas dez horas aqui em Foz pra ir no hospital [...], como ele tinha uma camionete própria pra isso, que conseguia passar no barro, nosso caminhão não dava, então a gente vinha com ele pra cidade [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

As narrativas apresentadas mostram as dificuldades de locomoção, em relação ao presente, que viviam as comunidades, bem como a necessidade de contar com outras possibilidades que vinham de fora da comunidade como apresentado na narrativa de Alma Matte Spies, referindo-se ao caminhão do “leiteiro”, que além de fazer o seu trabalho que era coletar o leite e levar para ser comercializado, ajudava os colonos com a locomoção, uma vez que tinha um veículo adequado para o terreno, o que possibilitava a assiduidade e garantia de deslocamento em tempos difíceis. Para Tedesco (2002, p.74), “o esforço, o sacrifício, a luta, a parcimônia, a honra, a fé serviam como pedagogia da ação e socialização”. Como critério preparatório e ritualístico para o ser individual e social futuro.

Segundo Ivo Hanauer o primeiro transporte que fazia o trajeto era de Balduíno Wandscheer, inicialmente era uma “kombi”, depois com ônibus, e posteriormente, a Empresa Princesa dos Campos chegou a operar no trecho do Apepu até Foz do Iguaçu. Ainda teve a Transbrambatti que oferecia essa possibilidade aos moradores. A busca por mantimentos, ou seja, tudo o que não era produzido nas comunidades, era dificultada especialmente pela distância de centros maiores, porém aos poucos as comunidades iam organizando-se, formando o seu próprio comércio, além de haver a troca desses mantimentos entre si.

Alma Matte e Ivo Hanauer apresentaram em suas narrativas como era a busca por mantimentos em Santo Alberto e comunidades vizinhas, segundo eles Alberto Matte logo que chegou montou uma serraria, um moinho para moer o trigo e o milho e um pequeno comércio onde as farinhas e outros mantimentos eram comercializados. Alberto Matte possuía um caminhão que possibilitava buscar nos centros maiores os mantimentos que faltassem; sua esposa Paulina abriu um pequeno comércio em sua casa, onde revendia alguns produtos pela janela, tendo a ajuda dos filhos. Posteriormente um ônibus fazia o percurso até o Apepu, divisa com São Miguel do Iguaçu, possibilitando que os colonos se deslocassem até o bairro Boicy em Foz do Iguaçu. Muitas vezes também se deslocavam por meio de carona com algum vizinho.

[...] meu pai tinha um caminhão 46, e esse caminhão, como ele veio na mudança, já do Rio Grande do Sul, esse caminhão servia pra nós de transporte, nós vínhamos pra Foz do Iguaçu com o caminhão, os colonos vinham, a gente combinava: “na segunda-feira todo mundo vai pra Foz do Iguaçu fazer as suas compras”, aí vinham cinco, seis, sete pessoas, subiam no caminhão, na carroceria do caminhão e vinham pra Foz, faziam as suas compras e voltavam pra... pra Santo Alberto, mas aqueles que não tinham, ou que não podiam naquele dia, ou não tinham condições de comprar quantias maiores, eles tinham um acesso aos mantimentos, porque a minha mãe, Dona Paula, ela tinha uma sala, onde ela revendia o que eles precisavam, era um comércio, porque antigamente ela já tinha o comércio no Rio Grande do Sul [...] ela comprava saco de farinha, saco de arroz, saco de açúcar e revendia em quilos [...] as pessoas eram atendidas pela janela, os filhos, a gente ajudava nisso tudo [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

Alma Matte Spies lembra-se do irmão Alfredo Matte, este ia com o caminhão 46 buscar telhas para cobrir as casas na região de Santo Alberto, em Aurora do Iguaçu, próximo a São Miguel do Iguaçu. O casal Alma e Nelson ainda complementam sobre o que havia de comércio em Santo Alberto, no início quase tudo era comercializado pelo empreendedor Alberto Matte, como emergência até remédios de primeira necessidade eram comercializados na pequena mercearia, havia também açougue, serraria e descascador de arroz.



Figura 20: Foto Caminhão 46 da Família Matte.
Fonte: Projeto Memória Viva.

Ivo Hanauer lembra de Agátio Heinzmann, que chegou junto com a esposa Laíde para morar na comunidade de São Luis, na mesma semana que ele e a esposa Ivone chegaram na comunidade de Dois Irmãos. No início Agátio Heinzmann abriu um armazém e depois de algum tempo também comprava soja e porco dos colonos para a revenda. Mais tarde se instalou em São Luiz Romeu Schossler que abriu um pequeno comércio. Além dele Ivo Hanauer lembra-se de outro, Victor Kuhn, que também se estabeleceu na comunidade de São Luís. Ivo Hanauer ainda disse que na comunidade de Dois Irmãos não possuía nenhum comércio.

A narrativa de Ivo Hanauer foi interrompida enquanto este descrevia como era a busca pelos mantimentos; sua filha que participou da entrevista e nasceu enquanto este vivia em Dois Irmãos se lembrou de uma “kombi” que em determinada época levava mantimentos para os colonos que viviam nas comunidades da região de Santo Alberto. Jeane Hanauer fez com que o pai lembrasse-se deste comerciante. Ivo Hanauer disse ser um dos membros da família Rafagnin de Foz do Iguaçu, reforçou a fala dizendo que este Rafagnin inicialmente começou com uma “kombi” e que depois ia com uma camionete 4 mil. A frequência da visita deste comerciante Ivo não lembrou exatamente, disse que possivelmente era uma vez ao mês ou a cada quinze dias. Ivo Hanauer lembrou também de um empresário de Foz do Iguaçu, da empresa Agrofoz, a qual ainda existe, que na época este também os visitava para o fornecimento de concentrado de ração e ração pronta para os porcos. Ivo afirmou que normalmente comprava o concentrado e misturava com quirera para dar aos porcos e ressalta

que o rendimento era melhor do que a ração pura, este ainda lhes fornecia alguns medicamentos veterinários.

Em São José do Iguaçu se instalaram alguns comerciantes, o Ladislau e o Ari, os quais já possuíam caminhões mais novos, o que possibilitava transportar os porcos criados nas propriedades para Medianeira, Toledo na Sadia, São Paulo e Ponta Grossa. Esta última era uma cidade a qual havia comércio de venda em atacado, Tadeu Welter cita o comércio do Mendes, no qual o caminhão encostava e vinha carregado de mercadorias. Marcos Mallmann lembrando ainda sobre o comércio em São José do Iguaçu mencionou que em determinada época chegou a ter dois açougues e dois salões de baile na comunidade.

[...] nós compramos logo um caminhão, esse caminhão era prá tudo, vinha pra São Miguel trazer o pessoal fazer compra, [...] Foz do Iguaçu, as vezes colocava uma Senhora mal de saúde, colocava na gabine do caminhão, ia pela estrada velha, porque Foz tinha recurso, e era um pulinho também, a estrada era boa, estrada de...né, lógico, tinha que ser dia seco né, ou Medianeira... Medianeira também já tinha um, São Miguel tinha hospital, mas as vezes tinha médico, as vezes não tinha... Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Tadeu Welter menciona em sua narrativa como era o fornecimento de bebidas para as festas, a qual de certa forma recebeu um aval do dono do frigorífico de Medianeira para a compra de bebidas, uma vez que o vasilhame era considerado caro, nem todos os comerciantes os emprestavam.

[...] mas já tinha os Gibiak na época a Brahma em Medianeira, aí nós... não teve problema, o frigorífico em Medianeira, a direção não... foi lá na Brahma e disse: “Podem vender bebida pra esse povo que nós garantimos”, aí carregava lá a cerveja, cerveja até a gente recebia antes, podia pagar mas o vasilhame era caro, escasso na época, as vezes tinha que emprestar ,pra levar na segunda-feira de volta né, mas no meio disso surgiu também de São Miguel, o pessoal da Antártica que abriu né. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Apesar da estruturação das comunidades, na época não havia posto de saúde, e a distância de centros maiores fazia com que a sabedoria popular prevalecesse – os chás, os costumes eram mantidos, conforme relatado pelos entrevistados. Com o desenvolvimento do comércio, algum medicamento mais básico era comercializado; as crianças nasciam de parto normal com o auxílio de parteiras, e nos casos mais graves, buscava-se o vizinho, que se tivesse algum veículo para locomover o doente para a cidade mais próxima.

[...] olha, eu às vezes fico pensando e comento com a mulher em casa, hoje tantas doenças, cada pouco tem um posto de saúde, e posto de saúde, nunca ninguém ouviu falar naquela época. Não sei em Foz do Iguaçu se já tinha algum [...] quando era um caso mais grave, que precisava farmácia, ou até um hospital, Foz do Iguaçu e às vezes se tinha que caminhar quatro, cinco quilômetros pra ver se encontrava um jipe. [é... não], depois apareceu um fusca, outro fusca, mais um jipe. Depois aparecia a caminhonete C10 e muitas vezes num caminhão e as vezes aqueles puxavam tora, ou um caminhão que puxava porco, soja. Pegava carona na cabine de um caminhão, meu Deus era luxo!. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Na narrativa apresentada percebe-se que se locomover na gabine de um caminhão era considerado “luxo”, portanto percebe-se que mesmo com o capitalismo chegando na forma da mecanização das lavouras, as comunidades viviam de modo simples. Nas visitas realizadas para as entrevistas na região do Ocoy, observou-se que o “luxo” capitalista ou talvez a necessidade fez chegar a moradores do campo, veículos, tratores com ar condicionado, *internet*, ar condicionado, máquinas de lavar, microondas e outras facilidades conhecidas pela população urbana. Diante de todas essas “coisas” faz-se uma reflexão, aliando o fato à citação de Tedesco (2002), já mencionada anteriormente, qual é a pedagogia da ação e socialização utilizada como critério preparatório e ritualístico para o ser individual e social futuro do homem do campo nos dias de hoje?

No intuito de se saber um pouco sobre como viviam as comunidades, perguntou-se aos colonos sobre a questão de violência, roubo, ou algo que perturbasse o sossego das vilas. As narrativas apresentaram que em ambas as comunidades havia segurança e tranquilidade. Pelo menos até começarem as prisões por parte da Polícia Florestal, esta razão enfatizada por Tadeu Welter na comunidade de São José do Iguaçu. Porém, lembrou-se de uma situação acontecida em Santo Alberto, fato não mencionado ou confirmado por nenhum dos moradores desta comunidade.

[...] falando em violência, teve um pouco em Santo Alberto. Eu sei que o pessoal... [...] na outra vila, o pessoal, a polícia foi lá e... mas imagina nos dias de hoje se a polícia vem aqui e me procura, e eu, por ser ignorante, eu avanço fisicamente, eu agrido fisicamente a polícia, ela vai me bate, vai me algemar [...] isso aconteceu o pessoal apanhou, foi preso [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Porém, esta questão também fez com que o entendimento de violência fosse interpretado como momentos tristes, como o contado por Ivo Hanauer em relação ao afogamento de uma criança no rio Iguaçu. Este não se lembrou de nenhum episódio que tenha envolvido polícia, porém narrou em detalhes como foi o caso do afogamento. O trecho da narrativa é carregado de emoção e retrata mais uma vez a falta de condições com as quais viviam. Condições estas para a busca, transporte, ou qualquer tentativa de salvamento. Aos colonos só restava o consolo à família e a ajuda durante os rituais fúnebres, uma vez que a distância de centros urbanos os impossibilitava de um contato com um religioso para a tarefa.

[...] um domingo de tarde, foram tipo crianças de escola, piazada assim, um grupinho, foram tomar banho lá embaixo no rio Iguaçu, perto da comunidade de São Luís. E ali tinha um rapaz com o nome de Anildo Steffler, filho deste Joaquim Steffler, que morava pra cima da nossa escola [...]. Então ali de tardezinha tomando banho e não sei o lugar que ia até uma altura, uma fundura água assim, e de repente plum... lá pra baixo, ele desceu lá pra baixo e afundou, domingo de tarde [...]. E nós se mandamos pra lá, tinha só uma picada pra chegar lá onde eles estavam, nós fomos

lá, daí tinha duas canoas [...] que usavam pra pescar, né?, eu sei que eu subi, peguei uma não sei de quem lá, e vou ajudar procurar, e desci lá pra baixo [...] e vinha chegando mais gente e tinha dezenas, dezenas ou centenas de pessoas, aí no mato, na barranca do rio, e uns na água, uns nadando, uns olhando aqui, outros com canoa tal, daí eu desisti lá embaixo, fui remando pra cima, vou voltar, já era quase maio dia, vou embora, fui remando lá pra cima... de repente, dali o que, uns cinquenta, cem metros, gritaram “achemo”, aí eles acharam ele lá, pertinho onde ele se afogou, ele tava lá assim, com o cotovelo pra fora da água assim [...] quando acharam ele, a água já tava calma, né?, acharam ele com o cotovelo pra fora, foi muito triste, meu Deus do céu!, de lá assim em cima de uma tábua, por uma picadinha que nem um cavalo não passava lá, passando mais de mil metros no meio do mato pra chegar na casa dele, [...] este eu fiz o enterro, cantamos lá e no cemitério que eu mostrei aqui [mostrando no mapa], lá ele foi enterrado [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Alma Matte Spies ao ser questionada sobre a questão da violência na comunidade, narrou a tranquilidade de quando as comunidades começaram, na qual nada era roubado. Segundo ela as casas não possuíam fechadura reforçada que justificasse uma atenção maior com segurança. Na sequência lembrou-se das discussões entre os próprios colonos no ano de 1969, no início das discussões sobre a possibilidade de saída da região do parque que eram referentes a se deveriam sair ou não, quanto a diferença de valores que seriam pagos pelas propriedades, quem pagaria, enfim o desgosto acabou despertando nos colonos a discussão interpretado por Alma Matte como violência. Esta ainda referiu-se aos colonos como nervosos, uma vez que cada um tinha um temperamento, este mesmo temperamento que fez com que no início da construção da comunidade houve discussão sobre onde deveria ficar localizada a igreja, e que foi necessária uma reunião para decidirem, após a escolha gerou-se inimizades entre alguns colonos.

Alma Matte Spies lembrou também de uma história referente a um acidente com uma arma de fogo do filho de um colono. A história é confirmada e complementada por Nelson Spies em sua narrativa.

[...] foi dia de missa em 67 [...], novembro de 67, nós estávamos todos na igreja rezando [...], quando tava quase no final da missa veio um gurizinho correndo “ligeiro, ligeiro, pra casa porque o Genésio se deu um tiro, Genésio era filho do Adams, que morava [...] por aqui mais ou menos (mostrando no mapa) [...], esse guri veio correndo até aqui dizer que tinha morrido, tinha se dado um tiro [as crianças eram irmãos], [...] como apareceu um veado no meio da lavoura ali, ele pegou uma espingarda e foi lá pra atirar no bicho, em vez de ele atirar, ele encostou a arma no chão e a arma atirou nele. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

[...] tinha muita árvore grossa, aquelas peroba, ele foi em cima daquela árvore pra olhar por cima onde é que ele [veado] tava, ele escorou a arma assim do lado e ficou olhando, era o filho mais velho, ele tinha dezessete anos na época é, e ele ficou em casa pra fazer o serviço, pra cuidar né, os outros vieram tudo (para a missa),[...] daí ficou o pequeno em casa lá junto, e daí os cachorros começaram a latir, ele foi no roçado [...], a arma resvalou na casca da árvore né, que já estava solta e detonou, a arma deu um tiro, pegou na cabeça dele, e ligero foi levado, ele ainda tava

consciente, mas não falava mais, mas dava sinais com a mão [...], mas não conseguiu se salvar né [...]. Trecho da entrevista de Nelson Spies.

O menino que se acidentou com a espingarda foi enterrado no cemitério em Santo Alberto, o enterro foi feito pela própria comunidade. Alma Matte Spies complementa dizendo que davam apoio às famílias em caso de doença ou morte, tanto em oração quanto nos rituais religiosos. Nestes casos sempre contavam com a música do violino de Pedro Marschall. Outra história triste que o Casal Alma e Nelson lembraram foi de um rapaz, que veio do Rio Grande do Sul comprar terras, após adquirir a sua propriedade, plantou, fez a casa e posteriormente iria para o Rio Grande do Sul para casar e trazer a sua esposa dentro de dois meses. Porém, ao derrubar mais algumas árvores teve um acidente em que uma árvore grande caiu sobre ele matando-o. Segundo o casal o rapaz por não ter parentes na comunidade foi levado para a terra natal para ser enterrado.

Antônio Vanderli Moreira, advogado, apesar de não ter vivido em nenhuma das comunidades, mencionou em sua narrativa que a violência que pode presenciar no tempo em que se relacionou com moradores da comunidade foi a forma como aconteciam as prisões. A narrativa do advogado e a sua visão sobre o tema violência sempre se apresenta ligada à questão da ditadura militar, uma vez que este se manifestava contra o regime. Era militante e se colocou ao lado dos colonos, como profissional e amigo, sempre tecendo críticas à forma em que aconteceu a retirada dos colonos, na visão dele muito violenta e desnecessária.

[...] a violência física que eu vi foi só essas prisões, né?, o fato de pegar essas pessoas à força na roça trabalhando, e levar presas, né?, como se criminosos fossem, da parte dos colonos nunca fiquei sabendo de nenhum ato de violência contra as autoridades, contra nada, até a gente vendo como aconteceu, pode ver que da parte dos colonos eles foram completamente pacíficos, eles se sujeitaram à expulsão que tiveram, arrumaram lá no Ocoy e eles foram para o Ocoy, outros foram para o Paraguai e deixaram a área [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

Houve interesse de se saber como eram construídos os prédios públicos, como igreja e escola. Tanto em São José do Iguaçu, quanto em Santo Alberto, normalmente a madeira era doada pelos próprios colonos, que também se voluntariavam para construir igreja, escola e outros prédios. Em Santo Alberto e comunidades próximas a madeira era serrada inicialmente na madeireira de Alberto Matte. Segundo a narrativa de Marcos Mallmann algumas pessoas se destacavam em termos de construção, eram responsabilizados pelas obras. Ainda ressalta que tudo era feito com encaixe de madeiras, pois não possuíam motosserra.

2.2.1 Os locais de sociabilidade – A escola

Para demonstrar como funcionava a educação nas comunidades, vale abrir um parêntese e apresentar individualmente cada caso, para melhor entender como se deu esse processo em cada uma delas, pois São José do Iguaçu já era distrito de São Miguel do Iguaçu, e Santo Alberto ainda não, além de que dependia muito de Santa Terezinha, que então era distrito de Foz do Iguaçu.

A construção da escola em Santo Alberto deu-se no segundo semestre de 1965, por meio de mutirão. Alberto Matte, proprietário da serraria, juntamente com os filhos e colonos da região levantaram um galpão para abrigar duas salas de aula, o galpão tinha no seu meio uma parede móvel que ao ser levantada ampliava o ambiente e tornava as duas salas um ambiente só, um grande salão, que poderia ser usado para eventos com maior quantidade de pessoas. Alberto Matte então veio até a Inspetoria Municipal solicitar apoio para a estruturação da escola a Áureo Eyng, que, por sua vez, após conceder a liberação para o funcionamento da escola, cedeu carteiras e o material necessário para a escola começar a funcionar. Na ocasião além de Alma Matte, também recebeu nomeação como auxiliar Hildegard Maria Marschall. No ano de 1966, a professora Alma solicitou uma auxiliar, esta que na época tinha cerca de dezesseis anos e não tinha formação acadêmica ainda, somente até o quinto ano primário, como informou a professora Alma.

Segundo Alma Matte, o primeiro dia de aula ainda foi um dia de grande mutirão. Jovens, crianças e os pais ajudaram na limpeza ao redor da escola. Alberto Matte que era marceneiro, juntamente com os pais dos alunos montaram as carteiras. As crianças e os jovens ficaram responsáveis por arrancar os “tocos” de madeiras que ainda haviam ficado ao redor da escola. As aulas da Escola Isolada de Santo Alberto iniciaram-se em 6 de setembro de 1965, depois de um árduo trabalho em forma de mutirão da comunidade. A primeira turma tinha trinta e seis alunos. A professora Alma Matte, iniciou as aulas com classes multisseriadas¹⁴.

Em 28 de janeiro de 1967, casaram-se Alma Matte e Nelson Spies, sendo um dos primeiros casamentos realizado na escola, que também servia de igreja. A figura 21 apresenta a foto do casamento de Alma e Nelson, juntamente com os familiares e padrinhos. Porém

¹⁴ Organização do ensino nas escolas em que o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries simultaneamente, as classes multisseriadas existem principalmente nas escolas do meio rural. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br> Acesso em 27/01/12.

diferentemente do descrito por Silva (1995), Alma disse que este não foi o primeiro casamento de Santo Alberto e sim um dos primeiros. Nelson Spies após o casamento ficou trabalhando na escola juntamente com a esposa Alma. Hildegard Marschall que havia auxiliado Alma até o momento foi transferida para a escola da comunidade de São Luis.

28/01/1967 - Primeiro casamento em Santo Alberto: Olavo, Alfredo, Ângela, Lúcia, Ilone, Inês e Carmem Matte. Alberto Matte, pai da noiva, o noivo Nelson Spies, a noiva Alma Matte e a mãe da noiva, Paulina Matte.



523

Figura 21: Foto do casamento de Alma Matte e Nelson Spies na escola/igreja em Santo Alberto.
Fonte: SILVA (1995)

O salário inicial da professora Alma e do professor Nelson foi de 51 mil cruzeiros, quando ainda pago pelo município, era correspondente a meio salário mínimo na época. Com a mudança para o Paraná Nelson Spies deixou para trás no Rio Grande do Sul a nomeação pelo estado como professor, trocando quatro salários mínimos da época por meio salário na escola de Santo Alberto. Observa-se o espírito empreendedor dos colonos e de seus filhos que mesmo sem ter a garantia de grandes salários se “aventuravam” em busca de novas possibilidades, apesar de não aparecer nitidamente nas narrativas a busca pelo “luxo”, e sim por um modo simples e digno, porém que pudessem manter seus costumes e tradições mesmo que em terras desconhecidas e distantes.

Segundo Alma Matte, esta foi nomeada professora de 1^a. a 4^a. séries da escola de Santo Alberto, após a aprovação no primeiro concurso público para professores do Paraná em 1967. A escola de Santo Alberto teve ainda uma sucessão de professores, uma vez que a comunidade foi crescendo, atendendo inclusive moradores do outro lado da Estada Velha de Guarapuava como Apepuzinho e Canavial. Segundo Silva (1995) foram ainda professores: Ilone Matte, Zélia Bertin Matte, Telmo Bogorni, Danilo Hartmann e Angélica Camargo de Freitas. Segundo Alma Matte a escola de Santo Alberto chegou a ter 150 alunos, era bem

conceituada na região. Alma Matte contou que ao lado da escola foi construída uma quadra de vôlei para aproveitamento nas aulas e como lazer nos fins de semana.

A professora Alma Matte enriqueceu os detalhes de como era a vida da comunidade, uma vez que a sua família, especialmente seu pai, era um líder para a comunidade de Santo Alberto. Ela narrou com emoção como era a sua relação com a escola, afirmou que fazia o papel de professora, catequista, zeladora e merendeira. Por morar em frente à escola, deixava o lanche das crianças semi-preparado; muitas vezes, deixava o fogão à lenha cozinhando leite a ser servido na hora do lanche junto com o almoço da família, enquanto lecionava na escola. Percebe-se que Alma Matte ressalta no final de sua narrativa o espírito comunitário e solidário.

[...] na hora do lanche... agora vai lá correndo buscar, ou se não era a minha mãe que preparava, enquanto eu estava lá, nunca se pagou ninguém, nem de merendeira, nem de faxineira, nada. O pão, que a gente recebia muita farinha, aí os alunos maiores, cada um dividia, pra tantos pães, você leva hoje pra tua mãe fazer pão, amanhã ele vinha com o saco de pão nas costas e a gente dividia, o doce a gente fazia, porque já tinha muita fruta, já tinha muita banha, fazia a geléia, daí eles comiam, o pão com o doce [...] o leite eu preparava de manhã antes de ir pra escola, deixava em cima do fogão à lenha, ficavaquentinho [...], quando era hora do recreio, buscava, corria lá, buscava [...], então a gente fazia tudo pra todos, eles faziam pra nós e nós pra eles, as crianças, a gente era uma grande família, uma grande família... Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

As outras comunidades também foram crescendo, sendo necessária a criação de escolas e a contratação de professores. Além da demanda de alunos, a distância entre uma comunidade e outra possibilitava esse aumento do número de escolas. Alguns professores que não tinham formação acadêmica atuavam como práticos. Ou seja, tinham conhecimentos básicos sobre os conteúdos escolares. O que os habilitava para atuarem em escolas onde não havia professores formados. Esses normalmente atendiam as séries iniciais, atuando como auxiliares para os professores já formados. Considerando que na maioria dos casos as classes eram multisseriadas, o sistema permitia que as escolas atendessem às séries subsequentes. Alma Matte afirmou que depois da saída dela e do marido da escola de Santo Alberto, em 1971, quando se mudaram para Foz do Iguaçu, a prefeitura cedeu outros professores para lá lecionarem. Afirmou ainda que a escola funcionou por mais dois ou três anos após a saída dos colonos da região do parque. Em São José do Iguaçu, acontecia a mesma situação quanto à formação dos professores, também confirmada pela narrativa de Tadeu Welter.

[...] em 67 veio um professor Edmundo Wagner, do Rio Grande, onde ele... ele era professor formado, ele tinha formação, porque na época tinha muito professor prático, né?, a esposa dele era prática, daí as filhas estudaram um pouco, esse foi... esse foi o esteio, que veio o professor Edmundo, ele era um cara fora de série [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Na região de Santo Alberto, a comunidade de São Luís, que ficava mais próxima do rio Iguaçu, teve a segunda escola da região. Em 1967, após o casamento de Alma Matte e de Nelson Spies, a auxiliar Hildegard foi transferida para esta comunidade para lecionar, tendo o casal então assumido as aulas da escola em Santo Alberto. Por volta de 1968/1969, a comunidade de Dois Irmãos construiu a sua escola, nomeada de D. Pedro II. Tendo como professora Ivone Lúcia Hanauer, esposa de Ivo Hanauer, sendo sucedida pelo professor Luiz Roque Mallmann e, depois, por Nelci Schwingel.

[...] a minha mulher, que eu já falei antes, não tinha formação, ela tinha um pouco de estudos... além de... no interior, no colégio de freiras, aqui pra baixo [mostrando no mapa], na São Luís tinha, até sair todo mundo, não tinha nenhum professor com uma formação, esse professor Luis Mallmann, que foi o segundo professor nosso, na Dois Irmãos, ele estava estudando por correspondência é... vários anos, né?, depois ele foi lecionar em Santa Rosa do Ocoy, São Miguel do Iguaçu, no projeto aquele do INCRA, pra lá onde que quase que a totalidade daqueles desapropriados foram morar [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

A escola de Santa Luzia iniciou-se em 1969, tendo como professora Lúcia Matte, irmã de Alma. Segundo Lúcia, a escola teve somente cerca de dois anos de funcionamento. A comunidade de São José do Iguaçu teve duas escolas denominadas São José do Iguaçu e Iguaçulândia, segundo o mapa elaborado por Maurício Schossler. No início, os professores, tanto em São José do Iguaçu como nas escolas na região de Santo Alberto, além de receberem o salário pago pela prefeitura, recebiam uma gratificação por parte dos colonos. Com a contribuição e com as arrecadações feitas na comunidade, especialmente nas festas da comunidade, a escola de Santo Alberto chegou a ter uma fanfarra para os desfiles.

[...] é, inclusive no começo nós até..., o professor se pagava, cada pai de aluno, ele ajudava a pagar o professor à parte, porque o que ganhava da prefeitura era muito pouco, mas como eram bons professores, e... aí tinha uma tipo APM, APP, e o povo colaborava, pagava, era uma mensalidade [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

A figura 22 apresenta uma foto da escola em São José do Iguaçu, observa-se o cuidado com a alimentação, uma vez que esta tinha um espaço para o cultivo de hortaliças.



Figura 22: Foto da Escola em São José do Iguaçu, início da década de 70.

Fonte: Acervo Maurício Schossler

Como as comunidades eram formadas basicamente de descendentes de alemães, teve-se a curiosidade de saber se na escola ensinava-se o idioma. A resposta dos colonos foi que em casa normalmente se comunicavam em alemão, porém, na escola, falava-se português.

[...] todos nós falamos alemão, mas na escola não era permitido falar a língua alemã, porque nós estamos no Brasil, e também não poderia deixar, né? [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

[...] ele [referindo-se a Edmundo Wagner] uma vez queria dar uma aula prática de alemão prá nós, aqui aqui nesse lugar [referindo-se ao Clube de Santa Cruz do Ocoy], e a gente, não sei por que que não colaborou, ele começou a dar, daí nós começamo a falhar, e ele era severo, sistemático, aha “não dou mais!”, mas a gente perdeu ele, porque ele falava um alemão correto, nós falamo o alemão aí caipira [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Segundo a narrativa de Alma Matte Spies, a comunidade da região de Santo Alberto já havia se desenvolvido tanto que ela mesma estava buscando trazer uma escola estadual para as comunidades. Segundo ela, o processo não deu certo em razão do início das discussões sobre as desapropriações.

2.2.2 Os locais de sociabilidade – A igreja

Conforme mostrado pela história a igreja sempre se colocou como ícone para o desenvolvimento de uma comunidade, ela tem a sua importância e se instala em localidades onde lhe possibilitam um crescimento constante dos fiéis. As cidades já constituídas são o local propício para este fato. Na região onde se formaram as comunidades mencionadas no estudo a situação se deu de modo que os fiéis na maioria católicos, visando manter os seus costumes da terra natal, mesmo antes de ter o “representante de Cristo”, o Padre, se organizavam criando um espaço para as orações, uma vez que não tinham um templo no início das comunidades. As missas, habitualmente, eram rezadas nas salas de aula das escolas, até que a comunidade tivesse a sua capela.

Nas comunidades, aos domingos pela manhã, a população se reunia para rezar o terço, e, uma vez ao mês, vinha o Padre para as celebrações como casamentos, batizados e a tradicional missa. A paróquia de São Miguel cedia o padre para São José, e a de Santa Terezinha, para Santo Alberto. A distância da sede justificava que fossem designadas pessoas da própria comunidade para algumas tarefas preparatórias às celebrações oficiais pelo Padre. Essas também eram incumbidas das celebrações como o culto e rituais fúnebres, quando, além da oração, tinham um certo “preparo” para conduzir tais rituais. Muitas vezes, os professores eram os responsáveis, pois a comunidade tinha por eles um respeito especial, além de que esses sabiam ler, o que não era muito comum entre os colonos.

[...] os Padres vinham normalmente uma vez por mês e em dia de casamento [...], no dia do meu casamento ele veio, daí ele celebrou, ele festejou com a gente e depois foi pra casa [...] a escola servia de igreja, né? Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

Ivo Hanauer, morador de Dois Irmãos, afirmou que, após uma conversa com o Padre de Santa Terezinha, ficou combinado que esse rezaria missa na escola uma vez por mês. Esta informação que complementada na segunda visita da autora, quando Ivo afirmou que, após se reunir com os outros colonos, juntaram uma quantia em dinheiro, pararam o Padre no meio da rua em um dia em que esse estava indo para a comunidade de São Luis e lhe ofereceram o valor para que se comprometesse a rezar uma missa mensalmente na escola, o que já acontecia em Santo Alberto e São Luís. O Padre aceitou e assim foi. Aqui coaduna-se com Bonazzi (2005) que ressalta a importância da criação de uma relação de confiança com o

entrevistado, fazendo com que este sinta-se seguro em revelar fatos que em um primeiro momento não foram revelados por esquecimento ou medo.

Segundo Ivo a comunidade de Dois Irmãos não chegou a ter capela ou igreja. Sempre que necessário, a escola era utilizada para as celebrações, tendo sido o terreno utilizado para construir a escola doação do pai de Ivo Hanauer. Como Santo Padroeiro, a comunidade adotou São João Vianeí, o mesmo padroeiro da Família Hanauer em Cerro Largo, Rio Grande do Sul. O Padre então providenciou uma estátua do santo de cerca de 60 centímetros de altura, que ficou na escola até o fim da comunidade. A estátua foi então retirada e acompanhou a família de Ivo Hanauer na mudança, em 1977, para Santa Terezinha. Segundo Ivo, esta ficou em sua residência até há cerca de dois anos, sendo doada novamente para a Paróquia de Santa Terezinha de Itaipu, onde se encontra até hoje. As comunidades de São Luis e Santa Luzia, bem como São José do Iguaçu, ficaram com os padroeiros homônimos.

[...] como nós tínhamos na minha vila, terra natal – Vila Ipê – Cerro Largo, nosso padroeiro era São João, São João Vianeí, né?, [...] nós que éramos de lá, sugerimos o nome São João Vianeí, valeu, o padre aceitou, mandou vim uma estátua, como é que fala? uma imagem de São João Vianeí de uns 60 centímetros de altura, inclusive, esta estátua, de São João Vianeí, ficou muitos anos aqui na nossa casa, veio parar ali, no ano retrasado, nós entregamos pra paróquia aqui de Santa Terezinha para dar para quem quisesse, né? [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Por volta de 1968/1969 foi construída a igreja de Santo Alberto, cujo Padroeiro ficou sendo Santo Alberto. Alma e o irmão Alfredo Matte eram os responsáveis pela coordenação do culto. Além de organizar as turmas de catequese, no final do ano realizavam então a primeira eucaristia e crisma, costumes da religião católica, uma vez que a grande maioria era de católicos. As narrativas apresentaram que em todas as comunidades estudadas predominava a religião católica. Segundo Alma Matte, em Santo Alberto havia alguns evangélicos, porém, que frequentavam o mesmo templo, uma vez que não havia igrejas de outras religiões. Assim, pode-se ver o respeito pela religião do outro e a integração comunitária e entende-se que, independentemente de religião, estes colonos eram unidos pela fé, solidariedade e pelo trabalho comunitário.

[...] religião só tinha a religião católica, nenhuma outra, nenhuma outra religião, só católica, ali em cima, no Santo Alberto, tinha uma capela, na nossa comunidade Dois Irmãos, não tinha capela, os cultos e as missas eram feitas na escola [...], lá na São Luís, lá embaixo, perto do rio Iguaçu, a menos de dois quilômetros do Iguaçu, na comunidade São Luís, tinha a escola e tinha uma capelinha, também católicos, todos católicos, sem nenhuma exceção [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Ivo Hanauer também apresentou em sua narrativa o papel importante que tinha, juntamente com a esposa Ivone, na comunidade, quanto ao auxílio para os assuntos da igreja. Afirmou ter realizado dois enterros, um de uma menina que teve meningite – segundo ele, era a primeira vez que se ouvia falar nessa doença na região – e o outro de Anildo Steffler, filho de Joaquim Steffler, que morreu afogado no rio Iguaçu. Afirmou ainda que foi incumbido pelo padre pelo preenchimento das fichas e o recolhimento das taxas quando acontecia um batizado ou casamento.

[...] quando depois já começou a ter missa, de vez em quando tinha batismo também, batizado, daí eu era, como diz o outro, “pau pra toda obra” na comunidade, junto com a mãe dela [apontando para a filha Jeane], e daí um dia o padre me encarregou: a partir de hoje, quando vai fazer batizado, avisou toda comunidade na missa, vocês vão na casa do Ivo, eu deixo os formulários com ele, pra preencher ficha antes que o padre vem e pagam tanto lá pro Ivo, quando eu chego, aí o padre chegava antes da missa, entregava pro padre, hoje tem um batismo, ou dois, tá aqui as fichas assinada, é tá aqui o dinheiro, esse trabalho eu fazia também lá, e cheguei fazer até dois enterros [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

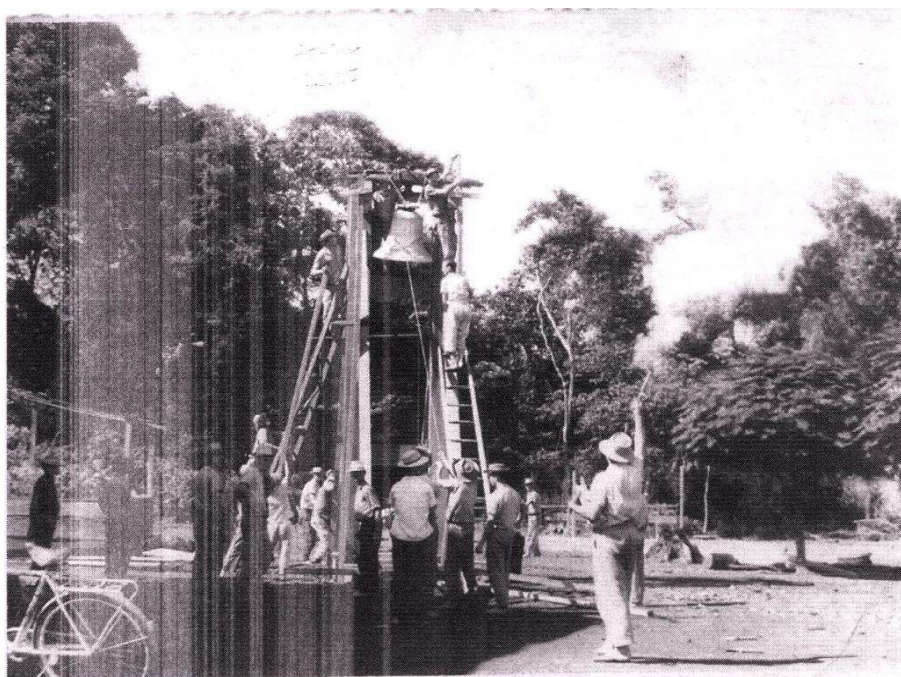


FOTO 1: Construção da capela em São José do Iguaçu, PNI, por volta de 1964.¹⁸⁰

Figura 23: Foto da construção da capela em São Jose do Iguaçu, PNI, por volta de 1964.
Fonte: VENCATTO (2010).

Alma Matte, em sua narrativa, apresenta o descontentamento de alguns colonos da região quanto à localização da construção da igreja de Santo Alberto. Alguns moradores que viviam do outro lado da Estrada Velha de Guarapuava queriam que a igreja fosse

construída de seu lado da estrada, sendo que, após várias discussões e atendendo o voto da maioria, esta foi então construída em Santo Alberto.



1968 - Foto de Primeira Comunhão em Santo Alberto ministrada pelo Pe. Luiz de Santa Terezinha. Os catequistas Nelson Spies, Alma e Ilone Matte. Algumas das crianças: Carmem Regina Matte, Clélia Inês Bogomi, Marlene Seibert, Danilo Marschall, Alice Marschall, Nestor Bogorni, Ivonete de Oliveira, Zélia Zita Santana, Delvair Roach, Ari Seibert, Ramão Vaz, Rose Correa, Ronaldo Correa, José Stenfler, José de Oliveira, Tito Adams e outros.

Figura 24: Foto de 1ª. Comunhão em Santo Alberto.

Fonte: Silva (1995)

Houve o interesse de saber se as pessoas da comunidade conheciam e acreditavam em lendas ou estórias contadas com fins de criar um certo medo, uma vez que estas moravam próximas da floresta e isolados das cidades. Neste caso, as respostas reforçaram um comportamento justificado como sendo de descendente de alemães, não acreditando em superstições. Ivo Hanauer mencionou a Lenda das Cataratas, que é atualmente utilizada como patrimônio turístico, o que foi surpresa para a autora, uma vez que não imaginava que a lenda já era apresentada nas escolas rurais.

[...] não, não, isso pra nós que morávamos lá, geralmente o alemão, ele não acredita nessas coisas que nós chamamos de superstição, e tem tantas coisas, e tem tantas coisas que a pessoa cria na cabeça, e fala, vê ou cria uma imagem, meio no escuro assim, como um todo, lá, de repente, se aparece um bicho lá, a mula de sete cabeças, e não se vê mais, isso não existe, é superstição, e ninguém de nós acreditava nisso, isso não tinha ninguém que sequer que contasse uma superstição, ou mesmo uma lenda, né? já se ouvia falar da lenda Naipi e Tarobá das cataratas [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Alma Matte Spies ao ser perguntada sobre a questão de lendas, lembrou-se de uma benzedeira que morava nas terras da família na região de Santo Alberto quando essas foram

adquiridas, e afirmou que a tal benzedeira tinha cento e dez anos na época e que talvez contasse algumas estórias.

Percebe-se nas narrativas que a questão da espiritualidade era bastante forte nas comunidades. Os colonos mantinham-se firmes em seus costumes e crenças conforme os praticados em sua terra natal. A religiosidade era importante para que os mantivesse unidos e vivo o espírito comunitário. Além disso, esta propiciava os encontros e o saudosismo quanto às suas raízes culturais, o que podia ser visto principalmente nas festas que na sua maioria eram por motivos religiosos.

Curiosamente mesmo vivendo ao lado de uma imensa floresta que escondia muitas espécies de animais selvagens estes não se deixavam amedrontar pelo imaginário ou pelo misticismo, mas sim firmes em sua fé cristã.

2.2.3 Os locais de sociabilidade – A roça e os mutirões

Sendo a terra a principal motivação da vinda dos colonos, buscou-se saber como era a relação destes com a roça, uma vez que no início das comunidades o trabalho era manual, e nem todas as famílias eram numerosas. O que deixava de ser verdade no momento em que este colono percebia as dificuldades em “trabalhar” a sua propriedade, fazendo com que as famílias crescessem rapidamente, visando atender as demandas da roça.

Neste contexto todos trabalhavam, homens mulheres e crianças. Ainda assim, eram realizados mutirões entre os colonos, que colhiam a lavoura de um, outro dia de outro, e assim por diante, isso não somente na colheita, como também na derrubada de mato. Para o corte do mato, eram usados, a foice e, depois, o traçador e o machado, e, quando possível, o trator de algum vizinho. O trecho da narrativa de Ivo Hanauer abaixo apresenta como aconteciam os mutirões. Nele se pode ver mais uma vez o espírito comunitário e solidário que possibilitava a vida na região.

[...] na colheita do soja [...], por exemplo, então já, já tinha alguma trilhadeira por lá, e então é, já tinha que ter quatro, cinco pessoas, cinco pessoas basicamente, para atender essa trilhadeira, e daí quem não tinha umas cinco pessoas na família que fazia esse trabalho, então a gente trocava esse serviço com os vizinhos, hoje vamos trilhar, colher lá na tua roça, amanhã na roça do outro, e assim se revezava, assim era troca-troca, nós falava, né?, era contado os dias, né?, e, agora no mato, pra cortar mato então era [...], a gente roçava por baixo, depois de roçado com a foice, aí então agora, cortar as árvores, tinha árvores enormes, aí era ruim cortar só de machado, então a gente fazia troca-troca também com o vizinho, aí tinha o traçador, um pegava em cada ponta e já, já, já [imitando o som do instrumento cortando a árvore], cortava a árvore embaixo até ela tombar, e depois fazer tora, pra tábuas, pra... tinha

que levar na serraria, cortava em pedaços, né?, as toras, cortava com traçador também, e muitas coisas assim, então aí entrava a amizade, de se dar bem com todos os vizinhos, né?. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer

Os grupos de colonos reproduziram no oeste do Paraná o assentamento disperso, característica do assentamento dos eurobrasileiros – modelo planejado pelas colonizadoras que atuavam na região, em que, segundo Gregory (2002), a unidade produtiva era o grupo familiar. Sendo o pai o chefe, a família toda se organizava para o trabalho: os filhos acompanhavam o trabalho dos pais e cuidar da criação era tarefa de todos. Esse arranjo produtivo necessitava da presença constante dos colonos e de seus familiares para garantir a “sustentabilidade” da propriedade.

Para Tedesco,

[...] A família, a alimentação, a casa, a terra, a roça, as safras, a comunidade, as formas de manifestação religiosa, dependendo das circunstâncias, alteram-se e alternam os relatos, porém são e estão como que imprescindíveis, formando um *ethos* que caracteriza a vida de e do colono. (TEDESCO, 2002, p. 70).

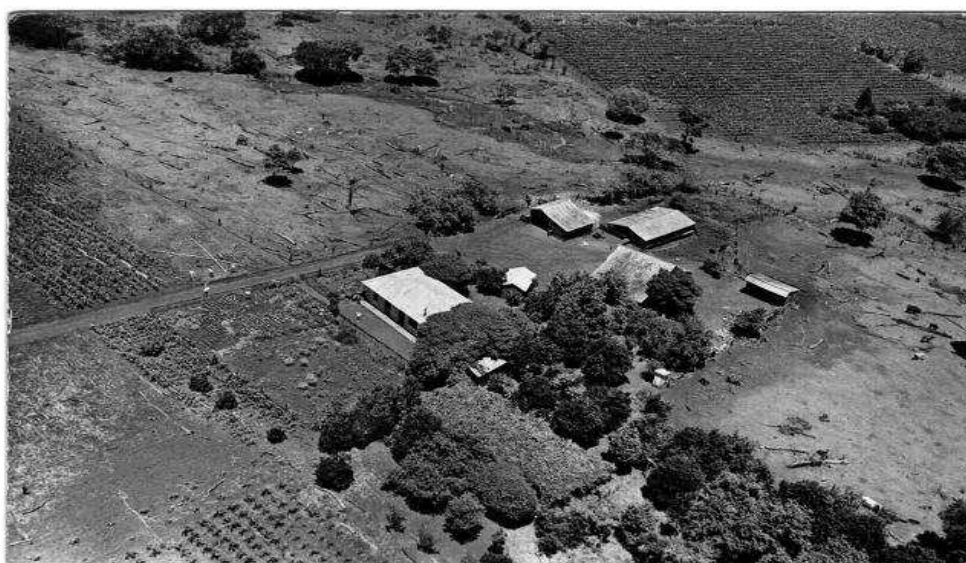


Figura 25: Foto de uma propriedade rural em Santo Alberto, início da década de 70.
Fonte: Acervo Maurício Schossler

Conforme a narrativa do Professor Nelson Spies, em uma época em que a mecanização ainda não acontecia, o trabalho era realizado por motosserras, pequenos tratores, além, é claro, do trabalho braçal. Era por meio de mutirões entre os colonos e por vezes contrato de mão de obra de “nativos” que, na época, formava-se uma comunidade de nome Apepu, localizada próxima ao rio Apepuzinho. A comunidade do Apepu era formada, basicamente, por negros, por descendentes de escravos e, ainda, por famílias que vieram de

Minas Gerais em busca de trabalho. Atualmente, a comunidade localizada na região é reconhecida como Comunidade Remanescente Quilombola Apepu e pertence ao Município de São Miguel do Iguaçu.

Para Schneider (2002), o sistema produtivo colonial compreendia uma forma de produzir em que as famílias organizam o seu processo de trabalho e de produção, considerando a sua subsistência e reprodução social e econômica em determinada propriedade.

A produção dos colonos das comunidades lindeiras ao Parque era diversificada. Entre as principais plantações destaca-se o milho, o arroz, o feijão e a mandioca. Ainda que de forma manual, posteriormente, com o início da produção da soja, no início da década de 70, veio a mecanização. Alguns desses colonos fizeram empréstimos pelo Banco do Brasil para poder mecanizar a sua propriedade, o que futuramente foi cortado, quando se iniciaram as discussões sobre a legalidade das terras. Inicialmente, grande parte da produção das propriedades era de subsistência, consumida ali mesmo, tanto pelos colonos quanto por sua criação animal, especialmente a de porcos, esta, sim, mantida para o comércio.

[...] plantava milho pro consumo, o povo tinha porco, né?, as criação, e daí tinha que ter milho, né?, é porque se tratava o porco com lavage, moía o milho e fazia lavage. Trecho da entrevista de Marcos Mallman.

[...] eles plantavam milho, mandioca, um pouco de soja também, que ainda não era nada mecanizado e... daí eles faziam a criação de porcos, tinha criação de galinhas, venda de ovos, então são as pequenas... era o que sustentavam a família [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

[...] ali na baixada, terra branca, beirando o rio Mingau, ali era terra boa pra plantar arroz, lá produzíamos arroz, também pra comercializar [...] Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.



Figura 26: Foto da Família de José Seibert em Santo Alberto, em 1972.
Fonte: Acervo de Jane Seibert Zulian

A figura 26 apresenta uma foto da família de José Seibert, que mesmo não querendo dar o seu depoimento, acabou contribuindo com a imagem de uma tradicional família que vivia na região de Santo Alberto, observa-se que toda família acompanhava o trabalho na roça, os animais serviam de tração para movimentar as carroças que transportavam a produção, e ao fundo um extenso pomar, do qual estes além de comer a fruta diretamente no pé produziam os doces a serem consumidos pela família.

Fernando Salinet, ao ser perguntado sobre a produção em suas terras, afirmou que a principal produção de sua fazenda era a criação de gado, mas que se plantava milho e feijão, um plantio em áreas pequenas, basicamente para o consumo, e que se criava galinhas e porcos. Quando perguntado sobre como recebeu a informação de que teria que deixar a sua propriedade, explicou que recebeu oficialmente o decreto de desapropriação, porém ficou aguardando o desenrolar do processo, pois o decreto em questão foi feito para fins de reforma agrária, e o estatuto da terra ressalva as propriedades atendidas como empresa rural, que seria o caso da sua propriedade.



Figura 27: Foto da Fazenda de Fernando Salinet, na década de 70.
Fonte: Acervo Maurício Schossler

A figura 27 apresenta a foto do que seria a fazenda de Fernando Salinet na região do Poço Preto, entendido na época como a propriedade rural que efetivamente fazia divisa com o que era reconhecido pelos colonos como parque.

Perguntados sobre o manejo da terra, os colonos afirmaram que esta era muito produtiva e que basicamente não necessitava de fertilizantes, pois ainda tinha muita matéria orgânica da floresta que antecedeu a lavoura. Nelson Spies justifica a afirmativa em sua narrativa e ainda ressalta a felicidade dos colonos em lidar em uma terra boa para o plantio, diferente da terra que estes deixaram no Rio Grande do Sul. Tadeu Welter apresenta a importância que o pomar tinha para os colonos. Algumas frutas mencionadas por ele eram utilizadas pelos colonos para fazer doces, que serviam para cobrir o pão, ou como compota para ser comida como sobremesa.

[...] a terra era nova, a terra era completa, era alcalina, então uma terra vermelha, ela não se esgota fácil, é só cuidar, e lá não tinha erosão ainda, porque tinha muita matéria orgânica, tinha árvores apodrecendo, porque não tinha mecanização, então não tinha problema de erosão, nem de fertilidade da terra, porque ainda tinha muita matéria orgânica na terra e o que se plantava lá dava muito bem, se produzia de tudo, tinha pomares, tinha tudo, [...] todo mundo com os seus pomares, né?, os seus animais, pequenas pastagens pro gado que precisava, pras vacas de leite, né?, terra... o parque é uma das terras mais férteis do país, o Parque Nacional, muito fértil, todo vale do Iguaçu é muito fértil, isso agradou, agradou muito ao desbravador que veio do Rio Grande do Sul, que veio de terras esgotadas, magras, cheias de erosão, porque lá naquela época também não tinha mecanização [...], então ali nem precisava pensar nisso, a planta era... nós tinha uma produtividade muito alta, todo mundo tava muito feliz, contente, aí produzia bem, a gente via eles, todo mundo

progredindo, quando começaram as casas, construíram de material, e o serviço fica mais fácil talvez [...]. Trecho da entrevista de Nelson Spies.

[...] era uma terra muito boa [...], produzia fruta, a fruta ela vinha, cítrus, aquilo produzia abacaxi, né?, banana, banana-maçã, aquilo era fora de sério o que produzia banana-maçã, [...] pagamo caro hoje no mercado, custa R\$ 4,00 o quilo [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

A mecanização das terras, anseio da grande maioria, uma vez que o trabalho manual era desgastante, aconteceu de maneira gradativa, sendo que os colonos conseguiram empréstimos pelo Banco do Brasil para comprar as máquinas para o trabalho. Para Gregory (2002), este processo também foi sofrido, uma vez que foi difícil a mudança de policultor, que produzia para a subsistência de sua família, para atender ao mercado.

Os colonos tinham a criação de porcos como o objeto de desejo para o sucesso produtivo da propriedade. Esta tradição vinha do Rio Grande do Sul e poderia ser, inclusive, uma característica identitária desse povo, além de que a possibilidade que se abria para o mercado suíno no país, especialmente em São Paulo, fazia com que esses sonhassem o comércio direto com aquele grande centro, já que alguns colonos que possuíam caminhões “porcateiros” realizavam as viagens para vender a produção fora do Estado. Posteriormente, com a vinda da Frimesa, a distância foi reduzida, porém a produção foi prejudicada pelo processo de saída das terras e propriedades que já estavam estabelecidas com os seus chiqueirões de porcos. Segundo Gregory (2002), os suínos eram comercializados com cerca de onze meses, sendo transportados em caminhão para os frigoríficos de Ponta Grossa.

[...] é como tradição desde o Rio Grande do Sul, criar porco, porco, porco, quem tinha o maior chiqueiro era o colono mais rico, isso desde o Rio Grande do Sul. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

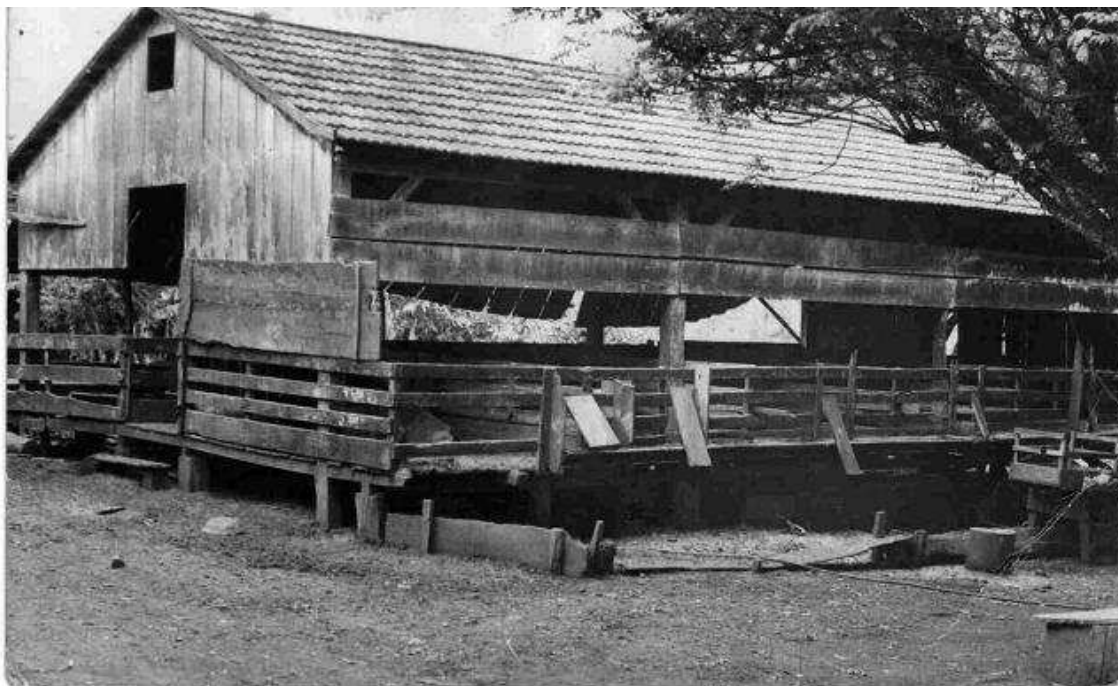


Figura 28: Foto do chiqueirão de porcos da propriedade de Maurício Schossler em São José do Iguaçu.
Fonte: Acervo Maurício Schossler

[...] porco, na época, o porco era um grande negócio, o porco tinha que ser gordo, se o porco era que nem hoje, ele não valia nada, tinha que ter a banha, é, inclusive eu, nós fomos uns dos primeiros que entregamo porco na Frimesa, a Frimesa começou em 64, em 65, janeiro, nós já entregamo uma carnhinha de porco lá, até eu fiz uma, na época uma foto, eu levei outro dia lá na Frimesa, dois anos atrás, saiu na revista, nós vimos, tá lá o caminhãozinho carregado de porco, lá tá eu, o finado pai e dois ou três irmãos. E a economia era suína, porco [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

As comunidades tiveram um desenvolvimento semelhante em praticamente todas as áreas, uma vez que os colonos, na sua maioria, são de origem germânica e oriunda de uma mesma região do Rio Grande do Sul. Muitos desses mantinham parentesco e relações de amizade entre as comunidades, visitando-se constantemente. No Rio Grande do Sul, tinham a pecuária e a agricultura como base econômica para as suas famílias, o que foi trazido e procurado manter na nova terra. Quanto a criações de animais, Ivo Hanauer declarou que cada propriedade tinha, normalmente, vacas leiteiras para atender o consumo das famílias, uma junta de bois, alguns cavalos, porém, segundo ele, não se criava ovelhas e cabritos. Nelson Spies afirmou que chegou a ter 160 porcos nos chiqueirões da propriedade.

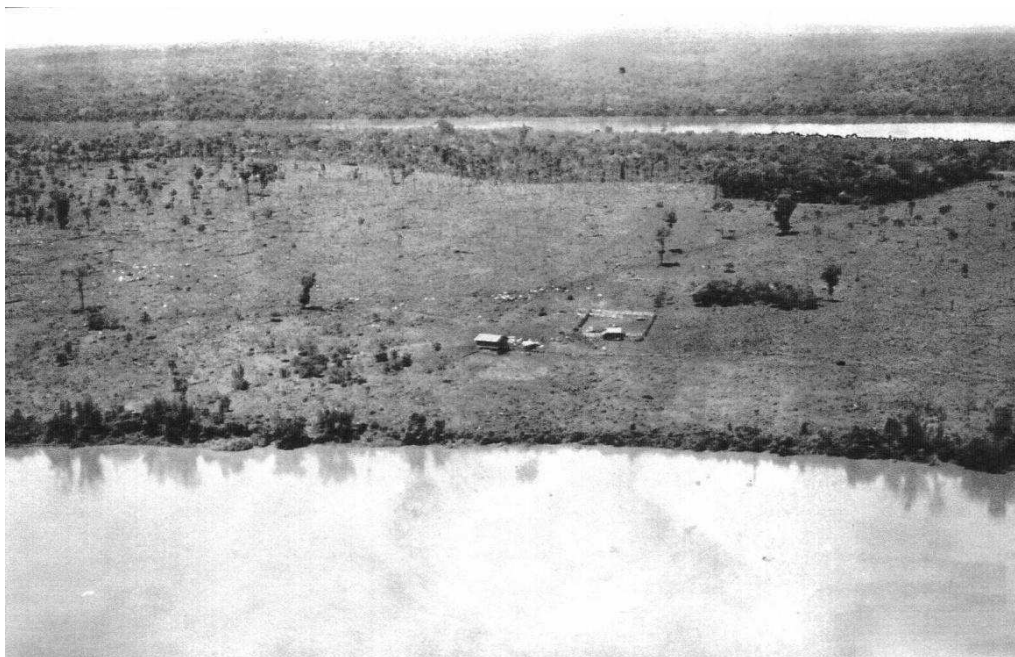


Figura 29: Foto da Fazenda de Luiz Bonatto em São José do Iguaçu, na década de 70.
Fonte: Acervo de Maurício Schossler

A figura 29 apresenta a propriedade de Luiz Bonatto em São José do Iguaçu. Observa-se que não havia nenhuma preocupação em se preservar a mata ciliar do rio Iguaçu, considerando que havia rio cercado toda a propriedade. A floresta tinha sido quase toda derrubada.

Ao abordar as questões de mutirão, Alma Matte referiu-se à união da comunidade, em especial a das mulheres. Afirmou que quando as mulheres eram chamadas para um mutirão, nunca tinha só homens.

[...] tinha mulheres e mulheres muito trabalhadeiras, e depois quando a igreja estava pronta, daí a gente precisava mais nos dias de festa, as mulheres tomavam conta do serviço. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

As narrativas são demonstrativas de como era o papel das mulheres na comunidade. Elas, assim como hoje, desenvolviam trabalhos leves e pesados e ainda criavam os filhos e cuidavam da casa; o viver de modo simples e talvez a distância de grandes centros possibilitava a elas essa vida. Era preciso trabalhar em casa nos serviços domésticos convencionais e também na roça. Além disso, tinham presença importante nos rituais religiosos e nas ações realizadas pela escola.

[...] todo mundo, lá não tinha vadio, menina!, é?, não, senhora!, lá todo mundo trabalhava, meninas, mulheres, a minha mulher, pra se ter uma ideia, eu falei antes que três meses moramos juntos com o meu irmão lá no galpão, daí nesses três meses construímos a nossa casinha, 5 por 7 metros, essa casinha nós dois construímos, vamo, vamo, deixei a madeira tudo cortadinha, tudo certinho, na hora de montar, ela segurava aqui, eu segurava lá e pá, pá, pá [gesticulando], depois pra cobrir eu tava lá

em cima, ela me alcançava telha por telha e fomos cobrindo a casa, as mulheres trabalhavam, meu Deus do céu!, todo mundo trabalhava [...] as mulheres, em primeiro lugar, tinham que cuidar dos filhos, da casa, lavar a roupa, cozinhar, tal, e sobrava meia hora, ia junto na roça, e, claro, participavam ativamente nos trabalhos da comunidade, né?, principalmente na igreja, aliás, até hoje ainda as mulheres sempre são mais religiosas que os homens [risos], é verdade [...] Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

[...] igual, a mulher trabalhava até mais que os homens, ajudava a trabalhar na roça e, quando chegavam em casa, faziam comida, lavavam a louça e daí já tava na hora de ir pro serviço de novo [...]. Trecho da entrevista de Marcos Mallman.

[...] todas as famílias trabalhavam, as famílias eram grandes, a maioria... os filhos maiores tinham as suas tarefas junto com... na limpeza das lavouras, e os filhos... todos iam junto, os menores vinham para a escola, e à tarde eles faziam as tarefas menores, né?, em casa [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

Para Tedesco (2002), as atividades femininas no espaço doméstico apresentam-se de forma natural, sendo:

[...] uma ligação entre natureza biológica feminina e cultura [amamentar, educar, trabalhos leves, alimentação familiar, assepsia e limpeza], ambas expressas na esfera cotidiana, na perspectiva do próximo, do sensível, do pouco reflexível, do doméstico, do repetitivo [...]. A educação se dava no trabalho [na roça e na casa], como exemplo e ação para a socialização da vida futura dos filhos. (TEDESCO, 2002, p. 74).

A citação de Tedesco (2002) pede uma reflexão quanto ao papel da mulher que vive no campo nos dias de hoje. Como a tecnologia pode ter amenizado o seu trabalho, uma vez que as comunidades em grande parte e na região do Ocoy, para onde muitos colonos foram, é servida de energia elétrica? Durante a entrevista de Maurício Schossler, que foi realizada em sua residência, pôde-se observar que a sua esposa, durante todo tempo da entrevista, esteve entretida com os afazeres domésticos. Os filhos saíram de casa, casaram-se, e, para a mulher, restou uma casa espaçosa, mas com muitos afazeres, todos os mencionados por Tedesco. Talvez o único que esta não realiza mais é o trabalho na roça, mas, mesmo assim, as casas continuam tendo as hortas e pomares, que muitas vezes ficam sob responsabilidade destas, portanto, é possível que a mecanização ocorrida na roça e na casa do colono não tenha trazido a eles tanto sossego.

2.2.4 Os locais de sociabilidade – As festas

As festas nas comunidades eram grandes acontecimentos. As principais festas que aconteciam nas comunidades eram as tradicionais festas religiosas de Natal, Páscoa e dia do

padroeiro. As festas de padroeiro aconteciam em finais de semana próximos ao dia do santo. Observa-se o quanto a questão religiosa era tida como importante para os colonos, que, assim que fundaram suas comunidades, adotaram um padroeiro; era, então, muito importante que este fosse exaltado no seu dia. As festas também oportunizavam os encontros: as comunidades de Santo Alberto, São Luis, Dois Irmãos e Santa Luzia eram geograficamente próximas, mas São José ficava distante cerca de 18 quilômetros. Mesmo assim, os colonos visitavam uns aos outros para comemorarem juntos o dia do Padroeiro. Somente um mau tempo os impedia de se encontrarem.

Segundo a narrativa de Alma Matte Spies, muitas das festas na comunidade de Santo Alberto aconteciam após a realização de reuniões para se verificar as necessidades da comunidade. As festas, portanto, tinham o objetivo de arrecadar algum dinheiro para alguma compra ou reforma em benefício da comunidade, e cita o exemplo da construção da igreja, ou melhorias para a escola.

[...] fazíamos a reunião para preparar a festa, era o dia de tal... ou quando precisava construir mais alguma coisa, fazia aquela festa pra arrecadar fundos, ou quando nós precisávamos alguma coisa a mais na escola [...] estas festas eram feitas dentro da escola, porque a escola era grande, e só era uma sala, mas no meio dessa sala tinha uma parede móvel, [...] quando fazia a festa nós só erguíamos ela pro alto, ela ficava uma sala grande [...] no meu casamento foi assim [...] as pessoas usavam aquelas salas de escola-igreja, e o dia que a gente queria fazer uma festa, colocava os bancos pros lados e fazia a festa, né? [...] Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

Em São José do Iguaçu e em Santo Alberto, o churrasco das festas era uma forma de atrair os moradores das cidades vizinhas, que frequentavam essas comunidades também por parentesco, amizade ou relações políticas. Tal afirmativa é corroborada pelas narrativas a seguir:

[...] sempre tinha um povo lá... por sinal, São Miguel do Iguaçu ia lá só pra comer o churrasco que o... em São Miguel era muitos Catarina, né?, o pessoal de Santa Catarina, ele não, ele não tinha assim... e nós tinha sempre churrasco [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

[...] bebida tinha, trazia cerveja, refrigerantes, que buscavam em Foz do Iguaçu... e... mas não baile, não tinha esse negócio de carne, churrasco, o que não podia faltar era cuca e o salame, a linguiça, isso tinha [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer

Outro evento muito apreciado pelos colonos eram os “famosos” bailes, que aconteciam por ocasião de casamentos ou mesmo na inauguração de uma casa ou galpão novo. A animação dos bailes era realizada muitas vezes por músicos da própria comunidade e, posteriormente, da região, por meio das bandas que começavam a surgir. Os bailes normalmente começavam por volta de 9 horas da noite e se estendiam até duas, ou três horas

da madrugada. Por volta de 1967, Agátio Heinzmann comprou um terreno e construiu um salão de baile em Santo Alberto. Percebe-se, neste contexto, que, além da oportunidade de estarem juntos, o dançar e o tocar instrumentos era muito comum e importante para os colonos. Observa-se que a gaita, o bandonião e o violão eram instrumentos apreciados pelos colonos. Não foi possível saber se este comportamento era exclusivamente masculino, porém as narrativas não apresentam mulheres como músicas, apesar de se ter observado na fala de Ivo Hanauer que as mesmas cantavam no coral da comunidade.

[...] sempre tinha um ou outro que era... que tocava gaita, um ou outro tocava violão, né?, bandonião tinha também, né?, depois mais começou a vim banda, em Missal surgiu uma banda, Marechal Rondon tinha banda [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

[...] os bailes começavam..., tudo cópia do Rio Grande do Sul, começou a escurecer, o pau quebrava, a gaita velha chorava que nem criança molhada... é... até as duas, três horas, daí acabava, né? [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

[...] quando os colonos vinham, eles construíam a sua casa, pegavam madeira, né?, construíam tal, faziam todo aquele processo, construíam a sua casa, um galpão grande, a primeira coisa que a gente fazia é fazia um baile, dançava, nós tínhamos um gaiteiro, um violeiro, inclusive dois violeiros, que eram o João Domingues e o José Domingues, que hoje é vizinho nosso aqui, eram os violeiros de lá que tocavam, tocavam os bailes, né?, daí então a gente fazia festa, passavam a tarde toda, depois à noite a gente estava em casa [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

Como já mencionado, a relação entre as comunidades era amistosa, uma prestigiando a outra em suas festas, estreitamento este que resultou em alguns casamentos, apadrinhamentos e na aproximação dessas comunidades. Havia aqueles que moravam em São José e tinham ligação com os de Santo Alberto, alguns tinham parentesco ou se conheciam desde o Rio Grande do Sul. Observa-se que estes buscavam fortalecer as suas identidades e o estreitamento que acontecia na região do parque acontece ainda hoje nas comunidades de Santa Cruz, Santa Rosa e São José na região do Ocoy, apesar do êxodo de jovens ser percebido de forma crescente.

Segundo a narrativa de Alma Matte Spies, no ano de 1970, ela e o marido foram ao Rio Grande do Sul, até a cidade de Cerro Largo, onde tiveram a oportunidade de conhecer como funcionava um estatuto de uma sociedade (clubes). Trouxeram a ideia para implantar em Santo Alberto, sendo que o clube chamar-se-ia Aliança Social Três Fronteiras, como o de Cerro Largo. Porém, ao retornarem, encontraram a comunidade vivendo o conflito em razão das primeiras pressões para que deixassem a região do Parque, portanto o “clima” não estava propício para tal acontecimento.

[...] é, São José, eu às vezes participava de festas, mais era bailes, é... que eu, inclusive, eu tinha uma gaita, né?, então fazia um barulho, eles iam lá no... que nos Dois Irmãos, nós morava, daqui [Dois Irmãos] lá [São José] dava uns 20 quilômetros, vinha aqui me convidar pra tocar lá no São José, tocar um casamento, um baile, como você perguntou antes, se quando fazia uma casa, fazia uma inauguração, eu toquei acho que em duas casas, baile em casas, né?, é, eu lembro que uma vez eu peguei um cavalo emprestado do Seu Lauro Schnoor, que morava ali pra cima da escola, emprestei o cavalo dele, montei em cima do cavalo, alcei a gaita e fui a cavalo com a gaita alçada assim uns 20 quilômetros pra chegar lá, tocar um baile domingo de noite [risos]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

[...] o pessoal de Santo Alberto, dava o que uns 18 km eu acho, o pessoal vinha num caminhão aberto assim, em noite de geada vinha no baile e voltava depois, porque era um meio de sair. Futebol na época tinha, quando saía um torneio em São José do Iguaçu ou em Santo Alberto, aquilo lá juntava... juntava mil pessoa, porque era um meio do povo se encontrar [...]. Trecho da entrevista de Marcos Mallman.

[...] inclusive, o meu pai tinha um compadre que morava em São José [...] ele escolheu lá, aí a gente visitava, que ela era madrinha da minha irmã, então a gente visitava, o professor de lá era o nosso professor do Rio Grande do Sul [...], mas antes disso nós fazíamos intercâmbio de futebol com eles, porque o meu... o Nelson era o juiz das partidas, a gente ia pra São José, juntava todo mundo no 46 [caminhão] e ia embora, passava a tarde, o dia inteiro às vezes [...] eles também vinham [...] antes era festa de igreja que a gente ia, como é normal em todo, todas as igrejas, quando é o dia do padroeiro, o dia da quermesse, como diziam no Rio Grande do Sul [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies

Observou-se que, desde o início do estabelecimento das comunidades, buscava-se criar espaços para a socialização. Estes momentos, normalmente, aconteciam nos finais de semana, uma vez que os colonos não dispunham de muito tempo livre durante a semana, já que o trabalho ocupava o dia todo. Ivo Hanauer lembra com saudades de como eram os finais de semana. Afirmou que normalmente os vizinhos se visitavam à tarde, pois pela manhã encontravam-se no culto ou na missa. Afirmou também que era um costume já praticado no Rio Grande do Sul ir até um vizinho tomar chimarrão, e que, quando se juntavam quatro homens, jogavam baralho, normalmente canastra. Outra oportunidade de diversão eram as pescas no rio Mingau ou mesmo no Iguaçu.

[...] no Santo Alberto, nessa primeira comunidade aqui em cima [mostrando no mapa], ali logo também já tinha um campo de futebol [...] ali aconteciam torneios, grandes torneios aconteciam ali, as outras comunidades, ah, na São Luis, lá embaixo, tinha um campinho lá, também de vez em quando tinha lá também futebol, mas uma vez por mês, coisa assim, Santo Alberto tinha mais, nos Dois Irmãos, não tínhamos nada de esporte, mas acontece que também uma tradição do Rio Grande do Sul, que muitos vizinhos no domingo de tarde, de manhã ia no culto, aí depois ficava por casa e coisa e tal, e usava-se muito como no Rio Grande do Sul, ir na casa do vizinho tomar um chimarrão, o casal ia na casa do vizinho tomar um chimarrão e muitas vezes quando tinha quatro homens, então aí, então, vamos jogar um baralho, uma canastra, isso era muito usado lá, a canastra, o jogo de baralho, outros esportes praticamente era inexistente [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Conforme apresentado nas narrativas, os bailes, festas religiosas, torneios de futebol, vôlei, pescaria, baralho, as rodas de chimarrão e a música eram motivos para os encontros. Isto acontecia tanto nas comunidades mais próximas de Santo Alberto, Dois Irmãos, São Luis e Santa Luzia como em São José do Iguaçu, distante cerca de vinte quilômetros. Ivo Hanauer afirmou que em Santo Alberto e São Luis havia campos de futebol, onde aconteciam grandes torneios. Alma Matte relatou que havia intercâmbio de futebol entre a comunidade de Santo Alberto e a de São José do Iguaçu. Segundo ela, o esposo Nelson era o juiz das partidas, então iam até lá com o caminhão 46 do seu pai, Alberto Matte, e passavam a tarde ou o dia todo em São José. Alma relatou ainda que o contrário também acontecia, ou seja, a comunidade de São José é que vinha para os torneios.



Figura 30: Foto do Time de futebol em uma das comunidades.
Fonte: Projeto Memória Viva

Quanto aos momentos de lazer, Ivo Hanauer comenta sobre o seu entrosamento com a vizinhança. Ele conta que possuía uma gaita, o vizinho, Egon Rabuske, um bandoneião, e duas ou três vezes por semana, à noite, escutava o bandoneião do vizinho. Em sua casa, após o jantar, recebia a visita do vizinho e ficavam tocando os instrumentos até tarde. Segundo ele, ainda formaram um pequeno coral na comunidade de Dois Irmãos, onde ele era também regente. Primeiro cantavam nas casas e depois se apresentavam na escola. Este costume veio do Rio Grande do Sul, onde ele e os irmãos cantavam em coral. Atualmente, ele continua cantando, mas agora no coral da melhor idade em Santa Terezinha de Itaipu.

Como as comunidades desenvolveram-se na região próxima ao Parque Nacional do Iguaçu e também ao rio Iguaçu, buscou-se saber se os colonos adentravam o território do Parque para caçar e pescar, bem como se constantemente avistavam animais silvestres e selvagens. O objetivo destes questionamentos era o de saber como era a relação dos colonos frente a uma reserva florestal, especialmente em uma época em que muitas espécies, hoje em extinção, ainda eram abundantes. Outra questão perguntada foi se a caça e a pesca eram realizadas com fins comerciais.

Ivo Hanauer narrou com detalhes a sua relação com a pescaria – este foi mais um momento de emoção, que podia ser percebida na fala e expressões de Ivo. A riqueza de detalhes nos fez refletir sobre como acontece o tempo, que pode ser percebido de formas diferentes pela mesma pessoa, dependendo o contexto. Quando perguntado sobre a sua relação com a caça, a expressão mudou rapidamente. Ivo Hanauer afirmou não ter praticado enquanto morava na região do parque, mesmo tendo uma arma em casa, já que a maioria dos colonos trazia uma boa espingarda quando vinha do Rio Grande do Sul. Afirmou ter conhecimento de algumas pessoas que caçavam no parque, ressaltando que nunca foi de caça e que não tinha tempo para essas questões, pois tinha que trabalhar. Ivo Hanauer também afirmou nunca ter entrado no território tido como parque, mas que pescava no rio Iguaçu – considerando que, para os colonos, como pode ser observado no mapa elaborado por Alma e Nelson, o limite do parque era na região do poço preto. A narrativa emocionada de Ivo Hanauer apresenta como ele e possivelmente outros colonos pescavam nos rios da região. O rio Mingau, segundo ele, ficava bem próximo à sua propriedade.

[...] nesse riozinho, o rio Mingau, tinha muita traíra e bagre, aí pesquei muito... dava uma chuva de noite, pegava a lanterna, chegava lá e trazia peixe, muito legal, saudades, saudades [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

[...] é, então, durante o verão, a canoa ficava lá no rio Iguaçu, nós tinha um espinhel, do que... uns duzentos metros de comprimento com uns oitenta anzol, pegava o cascudinho, no rio Iguaçu, como é que pega o cascudinho? O rio tava baixo, então a gente ia com água até o joelho mais ou menos, levava uma peneira, ficava... aí um erguia uma pedra lá do fundo da água, e o outro colocava a peneira embaixo, quando a pedra saía fora da água o cascudinho ficava grudado assim, era um peixinho assim, cascudinho... ele caía dentro da peneira, logo, logo nós tinha cascudinho pra colocar um em cada anzol, e do espinhel e era a isca, a isca era essa, então tinha, o peixe que tinha lá era praticamente só o que nós chamava de bocudo, era um tal de bagre, que eles falam aqui, mas tinha... ele dava grande, cinco, seis, oito quilos, né?, e nós pegava muito aqueles peixes lá, só que às vezes nós ia um sábado de tardezinha lá, dentro de uma hora nós tinha, né?, os cascudinhos suficientes para iscar todo espinhel, soltava ele na água, nós ia lá pra casa, sábado já escurecendo ia pra casa, às vezes nós ia à meia noite lá pra tirar os peixes que tinha, e colocava isca nos que faltava e, ou se não, ia só no outro dia cedo, nós prendia muito peixe lá, daí nós deixava o espinhel às vezes duas, três semanas no mesmo lugar, chegava sábado, ia lá só isca [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Sobre a caça, Marcos Mallmann afirmou que na época caçava-se porque tinha “bichos” em abundância, além de que a legislação da época era bem diferente. Afirmou também não saber se na época, há cerca de 40 anos, era proibido. Considera-se aqui que Marcos passou grande parte da infância e da adolescência na região do parque, e que a sua visão apresentada na narrativa é a atual. Possivelmente, se fosse abordado na época, a resposta seria outra, já que para muitas crianças viver próximas ao parque somente traz lembranças positivas e felizes – assim como para a autora, quando se recorda da infância vivida no sítio do tio na região de Santo Alberto. Perguntados sobre a extração de palmito, Marcos Mallmann e Tadeu Welter fizeram a seguinte afirmativa:

[...] daí quando foi decretado o Parque, daí foi proibido, mas antes disso, antes disso, o pessoal, do jeito que você arrancava um pé de mandioca, você ia lá e cortava um pé de palmito [...] pra comercializar [...]. Trecho da entrevista de Marcos Mallmann.

[...] tinha, muito empreiteiro pra derrubar mato, ali, sempre tinha gente às vezes, mato, palmito, o que tinha de palmito, eu puxei palmito pra Matelândia, tinha uma palmiteira muito grande, a Caiçara, me lembro até hoje, e Medianeira tinha duas, a Ivaí e... mas tinha cargas e cargas de palmito, palmito vinha de Capanema. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Alma Matte confirma ter visto os colonos caçarem e ainda confirma a diversidade de fauna existente na região. Afirmo ainda que muitos caçavam visando a apreciar um tipo diferente de carne. Nelson Spies afirmou que é do instinto humano caçar e disse que muitos dos que caçavam na região dependiam somente da caça, mas que viviam fora da comunidade.

[...] caçavam, sim!, eu nunca tinha visto, mas eu vi um tamanduá bandeira (risos), eu vi uma cobra muito grande, eu vi um tigre muito grande [...], porque eles desmatavam, derrubavam o mato, daí começava plantar lá perto, de repente viam um bicho daqueles, o que que o agricultor ia fazer? matava ele, aí se comia [...] a gente conheceu tanto animal ali, porque eles saíam, não era longe do parque, daí eles chegavam numa lavoura grande e foram bobos, aí os colonos faziam o quê? matavam [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

Segundo a narrativa de Alma Matte, os colonos viam muitos animais selvagens e silvestres. Afirmou que os moradores teriam muitas histórias para contar com relação a este assunto e comenta que muitos dos animais carnívoros saíam da floresta invadindo as propriedades, ficavam indefesos fora da mata, então viravam alvo fácil para os caçadores. Nelson Spies complementa a fala, dizendo que quem caçava normalmente eram os nativos, os caboclos que viviam fora da área do parque, entendendo como do outro lado da Estrada Velha de Guarapuava, na região conhecida como Taiacoca. Nesse momento, a esposa Alma discorda, dizendo que eles eram africanos misturados com índio – cafuzos – e que não

caçavam, pois tinham a sua própria lavoura. Quando perguntado de caça, Fernando Salinet afirmou que a caça no parque é um problema que existe até hoje, um vício, e por mais que quisessem impedir, por sua propriedade ter acesso para o rio, aquele era caminho para muitos caçadores. Quanto ao controle para se evitar a caça e a pesca, Adilson Simão afirmou que nunca houve um rígido controle, que sempre houve uma benevolência, um “compadresco” das autoridades responsáveis com as entidades contraventoras. Cita um exemplo recente de um secretário da prefeitura de Foz do Iguaçu, que foi preso caçando no Parque, e entende que esse é um vício do italiano, que é um vício por carnes de caça.

Quanto ao avistamento de animais selvagens e silvestres, Nelson Spies contou que muitas vezes empreitavam os serviços para alguns caboclos, para colher o milho, que depois roçavam antes de pôr fogo. Depois, iam olhar os círculos que ficavam dos ossos das cobras. Afirmou que havia muita urutu e cascavel. Comentou também que, em uma ocasião, estavam perto do fogo no inverno, quando se deu conta de que havia uma enorme cascavel ao lado deles, como se estivesse se aquecendo no fogo. Este momento da narrativa foi de muito riso pelo casal. Ivo Hanauer, quando perguntado sobre o avistamento de animais silvestres, tendo como exemplo cobras e outros bichos, lembrou-se de um fato quando foi realizar um serviço de roçada em uma propriedade de um vizinho:

[...] falou em cobra, menina do céu!, agora você colocou o dedo na veia, na ferida, cobra, a cascavel e a urutu, essas duas cobras não conheci no Rio Grande do Sul, não existia, a cascavel e a urutu, mas tinha... era muita cobra naquele mato lá, não sei se vou falar, porque é difícil de acreditar, não matava cada dia uma, quando tava trabalhando no mato, mesmo na roça quase não aparecia, lá de vez em quando, elas ficavam mais no mato, mas a gente tava roçando mato, cortando mato, era difícil passar o dia sem matar uma cobra, pra encurtar um pouco o caso, você não vai me pagar quando eu mentir pra você, mas um dia só matei seis cobra no meu mato, umas menores, outras maiores, um dia chegou o vizinho Oto Lang, tinha ele um matinho, chamava quiçaça, né?, um metro, um metro e pouco de altura, que não dava pra limpar de enxada, então tinha que roça com a foice, empreitei o serviço, com ele lá, um dia de serviço, tô lá de tarde, uma tarde quente, roçando, roçando, de repente... tinha um pau assim, aquele monte de urutu lá, era grande a cobra!, era grande... urutu, que [...] eu fiz?, eu nunca tive medo de cobra, peguei a foice, ela tava quietinha, ali, só a cabeça em cima, e a linguinha pra fora, como quem quer conversar, né?... aí cortei uma forquilha assim, um pau assim, uma forquilha aqui na ponta [gesticulando], fui lá atrás da cabeça da cobra, no chão lá, preendi ela ali, daí peguei com a mão direita assim, com a mão esquerda lá no rabo, levei ela viva lá pra baixo na casa deles lá, do Oto Lang, meu Deus!, quando é que... ele não estava em casa, mais tinha a mulher e duas, três moças, mas deu um gritado quando viram isso, meu Deus do céu!, aí eu voltei pra trás, fui lá pra cima na roça e matei ela, mas nem devia mostrar. Então tinha muita cobra, muita cobra, é, animais assim, tinha muito tateto, tateto é um pouco mais pequeno do que o chamado porco do mato, esse tinha muito, só que nós não caçávamos, nós não, não, ele era até um bicho difícil de caçar, porque cachorro não podia com ele, e quando corria atrás dele, logo, logo ele entrava na toca e, vai pegar?... tinha muito veado, cotia, paca, tatu, esses bichinhos, muito macaco (risos), muito passarinho, pássaros também, tucano e outros mais [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Durante a entrevista de Antônio Vanderli Moreira, já que este tinha um trabalho de certa forma importante para a sociedade da época – era advogado –, perguntou-se sobre como funcionava a aplicação da legislação ambiental na década de 70. Este afirmou que na época nem se falava de legislação ambiental, citando o código florestal que havia sido aprovado em 1965, que, na sua visão, na prática, ninguém levava a sério, e afirmou, inclusive, que não havia tanta preocupação em se registrar as propriedades nos cartórios de registro de imóveis.

Diegues (2001) apresenta a visão de colonos que vivem em sistema de comuna quanto à criação de áreas de conservação ou espaços públicos, “em benefício da nação”. Para ele, a população que reside no território onde viveram seus antepassados ou no local em que realizam o seu modo de vida rural entende a expulsão como uma usurpação, um roubo de seu território, de uma porção da natureza a qual estes reivindicam o direito ao acesso, controle ou uso dos recursos ali existentes. Diegues complementa dizendo que esses colonos têm uma representação simbólica deste espaço que lhes fornece o meio de subsistência, de trabalho e produção, dos aspectos materiais e das relações sociais. Sendo expulsos, ficam impossibilitados de continuar existindo como grupo de determinada cultura, causando um desassossego de várias formas, inclusive, uma exploração ilegal dos recursos naturais pelos quais antes tinham domínio. Na visão desses colonos, após a criação do parque, percebia-se o território como de propriedade da polícia florestal e dos administradores do parque. Neste contexto, observa-se uma visão conflitante entre o espaço público e o espaço comunitário, uma vez que o Estado assume o interesse das populações urbano-industriais, e o colono se vê tendo que se sacrificar para possibilitar para essa comunidade urbano-industrial um espaço de lazer, de contato com a natureza selvagem, ou ainda para proteger a biodiversidade. Diante do apresentado por Diegues, entende-se a relação conflituosa entre colonos e o administrador do parque, Coronel Reformado do Exército Jaime de Paiva Bello, conhecido como Coronel Bello, o qual, segundo as narrativas, era discriminador e autoritário. Diferente dele, Adilson Simão que assumiu o parque em 1972, é lembrado de forma positiva.

Diegues (2001) acredita que é importante a permanência de populações tradicionais em áreas naturais protegidas por duas razões. A primeira, pela proteção e pelo etnoconhecimento transmitido de geração em geração sobre as condições naturais, e também pela necessidade de garantir seus direitos históricos a seu território. A outra razão é relativa ao exemplo a ser considerado pela civilização urbano-industrial na redefinição de suas relações atuais com a natureza. A visão de Diegues nos faz refletir especialmente sobre o problema

ocorrido quanto à possibilidade de utilização da Estrada do Colono, em relação à caça e à extração de palmito, problemas que, constantemente, tornam-se manchetes nos noticiários. A Estrada do Colono, por exemplo, tornou-se um problema que políticos tentam solucionar, ou iludem a comunidade, especialmente as de Capanema e de Serranópolis do Iguaçu, quanto à sua reativação. O Projeto de Lei em discussão na Câmara Federal é um exemplo. As recentes prisões de caçadores e extratores de palmito, como solucionar uma situação de dentro para fora? Como a comunidade do entorno é envolvida nos processos de decisão? A criação de um Conselho como o CONPARNI é a solução? Como melhorar a relação gestores/entorno?

3 CAPÍTULO III - A DESESPERANÇA E O RECOMEÇO

O capítulo foi intitulado A desesperança e o recomeço, visando mostrar os sentimentos despertados nos colonos em terem que abandonar as férteis terras adquiridas na década de 60. O capítulo ainda apresenta uma possível “manobra” do governo para que os colonos saíssem, as prisões por motivo de resistência em sair e o processo de retirada dos colonos e também a chegada em novas terras. O processo de adaptação em uma nova localidade, para alguns na região do Ocoy, para outros em outra cidade, e para alguns o recomeço ultrapassou as fronteiras internacionais. No final da década de 60, começou-se a questionar a legalidade da permanência das comunidades ali presentes, que por mais prósperas que estivessem, tornaram-se alvo dessa questão. Segundo a narrativa de Nelson Spies, Santo Alberto já tinha projeto para se tornar um distrito de Foz do Iguaçu, o que já havia acontecido com São José do Iguaçu em relação a São Miguel do Iguaçu.

Maurício Schossler, em sua narrativa, busca explicar como as terras da região do parque tornaram-se objeto de disputa e de opressão. Segundo ele, foi dada uma faixa de terras para a empresa que deveria construir a estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul. As Glebas Silva Jardim e Santa Maria foram dadas como pagamento pela construção da estrada de ferro – uma faixa de terras que ia desde o rio Iguaçu até o rio Paraná. Ao receber as terras como pagamento, a empresa as escriturou em cartório. Entretanto, a companhia teria passado por dificuldades financeiras e resolveu vender parte da área de terras. Sem o término da obra, as terras foram tomadas pelo Governo Estadual, conforme o Decreto nº. 300 (ANEXO Y), de 3 de novembro de 1930, desconsiderando que as mesmas já haviam sido vendidas para terceiros. As terras foram sendo revendidas e reescrituradas, tendo hoje certidões cinquentenárias, centenárias, e que se encontrariam no Cartório Salinet, em Foz do Iguaçu. Maurício Schossler colocou ainda que o que se sucedeu dali em diante desconhece, uma vez que acredita ser algo complexo.

[...] para o INCRA, achar um amparo legal, judicial, eles pegaram, na época, nós tínhamos colonizadoras lá no Rio Grande do Sul que vendia as terra pra nós, e essas terras que eram vendidas para os produtores lá no Rio Grande virem pra cá, essas terras era tudo elas documentadas em nome de um desses que a princípio compraram dessa origem lá desde a estrada de ferro, mas essa origem é assim: eles fizeram esse negócio e deram as terras, Silva Jardim e Santa Maria, que começou no rio Iguaçu e veio aqui no rio Paraná [...] escrituraram pra eles, toda essa estória está no Decreto 300/30. Trecho da entrevista de Maurício Schossler

3.1 Os primeiros rumores quanto à necessidade de deixarem as terras

Maurício Schossler informou que o empresário de Foz do Iguaçu Antônio Bordin¹⁵, em uma sessão plenária da Câmara de Vereadores, afirmou que o Parque Nacional estava sendo invadido. Essa declaração chegou à Brasília, quando, então, políticos começaram a observar, em sobrevoo do local, que ali havia moradores. Segundo ele, quando os primeiros colonos chegaram à região já começou esse movimento, a partir de então o governo constatou moradores na região. Segundo a narrativa de Alma Matte, por volta de 69, o INCRA fez as primeiras visitas nas comunidades com o objetivo de levantar a situação de cada uma. O período mencionado por Maurício diferencia-se do apresentado por Alma, porém entende-se que de certa forma é irrelevante para o estudo. Segundo Maurício o início do movimento também coincide com o início das comunidades, portanto, suspeita-se de que a época mais provável seja mais para o final da década de 60, conforme mencionado nas narrativas de Alma Matte Spies e Ivo Hanauer. Tadeu Welter também demonstra imprecisão quanto à provável data em que foram constatados moradores na então área do parque.

Em 1965, 6, 7 surgiu o novo aeroporto de Foz, e ali onde nós morava era perto do aeroporto. Os aviões já passavam rasante ali, tanto em São José como Santo Alberto. E o pessoal do governo na época, [...] Um Ministro, um dia de chuva, o avião passou rasante, ué?, moradores, fumaça, o pessoal criava muito porco e cozinhas pros porcos, aí foi onde que o governo se deu em conta que, que tinha gente dentro do parque, mas como, mas é parque nacional, e não era pouca gente, eram 400 famílias né? [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

[...] nós estávamos tranquilo, morando em Santo Alberto ou em São José, e um determinado vereador, já falecido hoje, o Antônio Bordin, e ele, na Câmara de Vereadores levantou a lebre, ele diz: “olha, o parque está sendo invadido”, e não sei por que raios ele fez isso, não sei, não questionei ele, tá morto, não dá pra saber, por que que ele fez isso, se ele era instigado por alguém ou era por conta dele, não sei, mas ele denunciou a invasão do Parque Nacional, e daí o pessoal começou a sobrevoar e constatar, de helicóptero, de avião, constatar realmente clareiras, viram de cima que tinha sido derrubado, e daí o “bicho pegou”, daí foram lá pra Brasília [...] isso foi ainda pelos anos de 65 [...]. Trecho da entrevista de Maurício Schossler.

Após a denúncia de Antônio Bordin na Câmara de Vereadores e a confirmação de que haviam comunidades inseridas no que então seria território do parque, policiais e representantes do IBRA e IBDF começaram a ter contato com as comunidades, a fim de conhecer as dimensões das propriedades, para que fosse iniciado o processo de desapropriações. Os colonos apresentam nas narrativas de que forma foram abordados e qual

¹⁵ Antonio Bordin antes da vinda para viver em Foz do Iguaçu, foi eleito vereador nas cidades de Palotina e Guaíra.

foi a reação diante da notícia de que teriam que deixar as terras. Segundo as narrativas, foi realizada uma reunião na comunidade de Santo Alberto, onde estavam presentes membros de todas as outras comunidades, além de políticos da região e representantes do IBRA, INCRA e IBDF, que informaram como deveria ser o processo de desapropriações. Na ocasião, Alma Matte Spies fez a leitura de uma carta que havia redigido juntamente com membros da comunidade, informando que ali viviam famílias que haviam comprado as terras legalmente e vindo para a região em busca de um sonho, e que, inclusive, alguns deles tinham financiamento do Banco do Brasil para iniciar a mecanização de sua propriedade. Ao narrar este fato, percebeu-se certa decepção por parte de Alma Matte Spies, pois, segundo ela, foi um documento elaborado com muito critério, na intenção de convencer o Governo de que haviam comprado e pago pelas terras. Disse ainda que não eram invasores, interpretação tida pelo Governo.

3.2 Conhecendo as propriedades para depois desapropriar

Após a reunião, representantes do IBRA começaram a visitar a área e fazer um levantamento do tamanho das propriedades e das benfeitorias ali construídas. Inicialmente, a “ordem” era de não mais derrubar árvores e nem de plantar. Assim, os colonos foram informados de que estavam em uma área de Parque Nacional e que seriam desapropriados, ou seja, teriam tempo de colher o que já haviam plantado, porém não poderiam mais plantar. As narrativas na sequência apresentam como se deu esse processo nas comunidades.

[...] no início nós não sabíamos que tinha sido assinado um decreto desapropriando aquela região lá, a primeira coisa que aconteceu, começou entrar policiais, polícias florestais lá de Foz do Iguaçu, IBDF, hoje seria o IBAMA, chegava os policiais lá e falava “ó, aqui não pode mais cortá mato, isso aqui é parque, não pode mais cortá mato!”, ninguém dava pelota, a polícia ia embora, e vamo continuar trabalhando em cima do que é nosso, aquilo foi uns tempo, aí aconteceu uma grande reunião [...] no clube desse Santo Alberto, uma reunião, que aí chegaram uns funcionários do INCRA de Curitiba, não sei da onde, uma reunião, todo mundo tava sabendo, inclusive a outra, São José também [...], lembro muito bem que essa professora Alma Matte, ela tinha preparado uma carta, leu pra aquelas autoridades lá, muito emocionante, muito bonita, tipo um discurso [...], e daí começou, era uma confusão, Meu Deus do Céu! Daí foi, foi engrossando, daí o INCRA começou fazer levantamento [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

[...] em 69, foi a primeira vez que veio o INCRA, passou de casa em casa, fazendo aqueles levantamentos, aí, como a gente então ficou muito descontente, nós fizemos, inclusive eu fui, falei em público pra eles, pros ali deputados que vieram, pra nos defender, que nós poderíamos ficar, que já era uma vila muito grande, que já estava bem, a gente fez uma, um projeto, ou alguma coisa assim pedindo [...], pra que eles não tirassem isso da gente, né?, porque nós tínhamos adquirido isso com tudo

certinho, com todos os direitos[...] infelizmente eles estavam querendo denominar e ou passar a ser parque outra vez, né? [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

[...] o policiamento que teve na época era mais pra evitar que se derrubasse árvores, na época era proibido, era decretada a desapropriação, e já como era proibido derrubar árvore, e o povo tava ali pra trabalhar, daí tinha às vezes um pessoal que... passavam e se pegasse derrubando árvore também levavam preso, mas assim perseguição não. Trecho da entrevista de Marcos Mallmann.

As narrativas apresentadas demonstram que os colonos não acreditavam que efetivamente as desapropriações aconteceriam. Pela narrativa de Ivo Hanauer, percebe-se que os colonos não queriam perder todo o investimento já feito ou simplesmente não acreditavam no que lhes estava acontecendo. Alma Matte afirmou que, quando começaram a fazer os levantamentos das terras, o fizeram em três etapas. Para as desapropriações também começaram as desavenças entre os próprios colonos, pois comparavam o que cada um tinha a receber. Havia aqueles que não acreditavam que teriam que sair.

Neste contexto, houve fofocas e inimizades foram geradas pelas discussões. Maurício narrou que houve muitas injustiças, uma vez que não era considerado o número de pessoas que viviam na propriedade, mas, sim, o que já tinha sido realizado. Ele recorda-se de um colono que havia poucos meses que estava morando em São José do Iguaçu, que tinha tido tempo de produzir e que foi muito injustiçado, novamente depois quando “ganhou” o pedaço de terra na região do Ocoy. Ivo Hanauer descreveu como era feito o levantamento pelo INCRA. Segundo ele, os representantes do órgão não iam até as propriedades, apenas conversavam com o colono e buscavam saber a quantidade de lavoura desmatável, o tamanho da casa, quantos pés de fruta existiam, se havia chiqueiro de porco, galinheiro e estrebaria. Era um levantamento bem detalhado. Durante esse processo, a polícia florestal pressionava os colonos a não desmatar ou plantar, enquanto os colonos, sem saber o que fazer, discutiam, tentando buscar uma solução. Inclusive, tentando resistir à pressão, até porque não tinham para aonde ir.

Segundo Nelson Spies, foram feitos os levantamentos de construções, árvores frutíferas, poços, porém, no momento de indenizar, ninguém ganhou nada e isso foi outra decepção. Percebe-se certa divergência entre os colonos quanto ao acontecido, alguns relatam que receberam pela terra nua, outros somente pelas benfeitorias e outros que não receberam nada até os dias de hoje. Diferentemente do que foi dito pelos colonos quanto a não terem recebido indenização nenhuma ou não a contento, Adilson Simão informou que Jacobsen, representante do INCRA, fazia questão de que os colonos manifestassem o seu descontentamento e que isto fosse considerado e respeitado no processo das indenizações.

. [...] então foi feita a desapropriação deles mansa e pacífica, sem problema nenhum, não tivemos nenhum arranhão na... na execução da ação, tiramos todos eles, todos foram indenizados senão à contento, pelo menos dentro do que a lei estabelece, todos eles tiveram o seu valor recebido, e todos eles tiveram o apoio que mereciam [...]. Trecho da entrevista de Adilson Simão

3.3 A possível “manobra” para a retirada dos colonos

Maurício Schossler mencionou ter sido chamado por representantes do INCRA para uma negociação, uma vez que era visto como morador e líder na comunidade de São José do Iguaçu e que poderia influenciar o restante dos colonos a saírem, já que havia focos de resistência tanto nas comunidades próximas a Santo Alberto quanto em São José do Iguaçu. Maurício informou que, na comunidade em que vivia, somente trinta e seis proprietários possuíam escritura das terras registradas em cartório, o restante tinha o registro de compra e venda ou uma procuração, o que na época era aceito para comprovar que a propriedade lhes pertencia. Segundo ele, os representantes governamentais teriam feito uma “manobra” e transformado os trinta e seis proprietários com escritura em donos de toda a extensão de terras, porém não soube dizer se o mesmo ocorreu na região de Santo Alberto. Explicou que, após esta readequação, acabou ficando com 300 hectares de terra em seu nome, situação que levou cada um desses trinta e seis proprietários a ser considerado latifundiário, o que possibilitaria a desapropriação por títulos da dívida agrária, ou seja, estes receberiam pelas benfeitorias e em prestações. O restante foi considerado posseiro, arrendatário ou funcionário. Como na realidade a área produtiva era pequena, pois era composta em média por 10 hectares, muita área acabou ficando sem produção, o que os transformou em latifundiários improdutivos, possibilitando as desapropriações das terras, já que este era o projeto do Governo na época – distribuir as terras de latifundiários improdutivos. Maurício alega não saber exatamente como foi feito todo o trâmite para o processo de desapropriações. Afirmou ainda que o INCRA deveria ter desapropriado mais justamente as terras e que, de certa forma, tentou amenizar os problemas dando outra terra, mas que ainda assim houve muita injustiça. A terra que receberam em troca foi na região do Ocoy, em São Miguel do Iguaçu.

[...] de forma que eu, por exemplo, eu tinha 300 hectares de terra no meu nome, e daí sim, daí eles puderam me desapropriar, porque eu era um latifúndio improdutivo, aí chegaram até mim [...] daí desapropriaram [...]. Trecho da entrevista de Maurício Schossler.

As informações prestadas por Maurício descritas acima causaram certo *frisson*¹⁶ por saber de algo que poderia ser inédito na sua divulgação, e uma mistura de medo, visto que, de acordo com ele, esta é a segunda vez que conta a história, sabendo da sua divulgação, sem saber quais consequências isso poderia causar, uma vez que entende que o INCRA realizou uma “manobra”, e por ele estar envolvido no processo, mesmo sem o saber, além de a manobra ter prejudicado os colonos.

Maurício Schossler, para finalizar a sua fala, diz ter muitas dúvidas até hoje quanto ao que realmente aconteceu nessa “falcatura” preparada pelo INCRA. Para ele as desapropriações deveriam ter sido mais justas. Afirmou ter recebido outra propriedade em Santa Cruz do Ocoy, em troca da que tinha em São José do Iguaçu, mas que havia pago o título dessa nova propriedade. Essa afirmativa também ocorreu na narrativa de Ivo Hanauer. Segundo ele, quando recebeu terra no Ocoy II, afirmou que foi chamado no Banco Bradesco, em São Miguel do Iguaçu, para assinar um empréstimo pessoal. De acordo com Ivo Hanauer, nunca viu esse dinheiro. Conforme os representantes do INCRA lhe afirmaram, o dinheiro seria para pagar a infraestrutura da terra que haviam recebido lá.

[...] foi mais ou menos o seguinte: para pagar a infraestrutura do projeto, tudo o que eles construíram, abertura de estradas, tudo começou com foto aérea, depois a medição, topografia, agrimensura, aquela coisa toda, infraestrutura, esse dinheiro cada um de nós pagou [...] em outras palavras, eu posso dizer, eu paguei essa terra lá, estou esperando eles pagar a minha...[referindo-se a terra na região do parque][...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

[...] eles deram, mas nós que fizemos tudo, mas nós que pagamos aqui os títulos dessa terra que eles deram pra nós [referindo-se à região do Ocoy], tudo o que eles pediram, claro eles não pediram muito, mas nós de comum acordo, tanto que eles enrolaram nós, e conversaram e tal [...] e eu procurei saber, mas por que [...]. Trecho da entrevista de Maurício Schossler.

¹⁶ Segundo o Dicionário informal podemos definir FRISSEON como uma Sensação de prazer intenso, um gozo na alma, uma felicidade em demasia. É sentir como se pudesse flutuar devido ao sentimento de felicidade abundante. Dicionário Informal Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/frisson/> Acesso em 22 de maio 2012.

3.4 A insegurança, os movimentos de resistência e as prisões

As narrativas mencionaram que, no início os colonos não aceitaram de maneira positiva a ordem de sair. Neste contexto iniciaram-se alguns movimentos de resistência ou busca por seus direitos, uma vez que os colonos sentiam-se lesados nas discussões do que teriam direito. Após o início dos movimentos de resistência, começaram a acontecer prisões. A revista Veja (ANEXO T) de julho de 1976 apresentou uma matéria intitulada “Proibido Plantar – Os colonos de Foz do Iguaçu: Plantando cada vez menos”. A matéria informa sobre a prisão de Lúcia Postai, de 41 anos, e de seu filho Mário, de 20. O ofício de acusação entregue ao Delegado de Polícia informava que “Tais pessoas foram deparadas lavrando a terra para cultivo de verão”. O documento foi emitido pelo tenente da Polícia Militar Edgar Altino Rocha. Quatro dias depois, foi impetrado pelo advogado Antônio Vanderli Moreira o *habeas corpus* contra o INCRA. Ainda segundo a matéria da revista, desde 12 de março do mesmo ano, oitenta famílias de agricultores foram proibidas de cultivar seus campos. No ano de 76, foi proibido o plantio de culturas que não fossem de inverno, como trigo, cevada e aveia, e, no ano seguinte, nenhuma outra cultura seria permitida. Outros presos mencionados pela matéria foram: Bruno Wagner, Urbano Diel e Armino Griveler Diel – estes, após serem soltos, teriam escrito uma carta à Polícia Federal denunciando espancamentos e perseguição pela Polícia Florestal.

A matéria da revista veja ainda apresenta um fato ocorrido com Otto Lenz, de 60 anos, e que confirma a narrativa de Maurício Schossler em razão dos confusos critérios do INCRA, uma vez que este foi considerado latifundiário, apesar de possuir somente 38 hectares. De acordo com a revista, Otto Lenz teria pago, em 1975, quatro mil cruzeiros de impostos por sua propriedade, porém o INCRA, para efeitos de desapropriação, quis lhe pagar vinte oito mil cruzeiros por sua propriedade. As oitenta famílias que ainda residiam na região do parque, segundo a matéria, são remanescentes das quatrocentos e quarenta e sete que viviam ali em 1971. Desse total, muitas foram para a região do Ocoy, e essas oitenta, além de não concordarem com os valores a serem pagos pelo INCRA, não aceitam ter que ir para o Ocoy e depois ter que sair novamente em razão da formação do Lago de Itaipu. Na matéria, uma declaração do procurador do INCRA, Germano Forster, em Curitiba, reconheceu que tudo estava muito confuso, além de acreditar que os colonos tentavam comover a opinião pública. O diretor do parque na época, o Coronel Reformado Jaime de Paiva Bello, também fez uma

declaração, segundo a matéria, dizendo ser importante conservar a fauna e a flora da região, extirpando “o que de exótico existir” no caso das plantações. Observa-se na matéria da revista Veja que Otto Lenz, confirmando o narrado por Maurício Schossler, também foi um dos colonos desapropriados como latifundiários e que desconhecia a tal “manobra” feita pelo INCRA.

3.5 O uso da força para a retirada dos colonos – reflexos da Ditadura Militar em região de fronteira?

Entende-se que a Ditadura Militar possibilitou o uso da força para a retirada dos colonos. Neste contexto, a narrativa de Antônio Vanderli Moreira retrata de forma importante como o Regime Militar funcionava na fronteira. O Coronel Bello, administrador do parque no início do processo das desapropriações, era um coronel reformado da Polícia Militar e tinha sido designado para administrar a área. Ele esteve à frente da Polícia Florestal até o ano de 1971, quando então assumiu Adilson Simão.

[...] no início, eles não tinham mandado de missão de posse, não tinham nada, eles simplesmente foram expulsando os colonos [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

Quando procurado por alguns colonos para defendê-los no processo de desapropriações, uma vez que ele os ajudou quando eram presos, Antônio Vanderli Moreira recusou, alegando não ser interessante intervir no processo amigável que o INCRA propunha aos colonos, e justifica:

[...] porque o INCRA era Governo, o Governo era ditadura, então numa conversa amigável a minha presença iria só atrapalhar em vez de ajudar, aí eu sugeri pra eles que pegassem um advogado que fosse ou neutro ou do lado do governo, né?, e eles pegaram um advogado de São Miguel do Iguaçu, que fez esse trabalho de intermediação amigável junto ao INCRA pra eles, que foi o Dr. Krass [...], que depois foi até embora de São Miguel [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira

O nome do advogado mencionado na narrativa anterior, muito provável, trata-se da mesma pessoa mencionada por Plínio Hendges em sua narrativa. Esse trecho da narrativa apresenta a posição política do advogado, contrária ao Governo Militar. O entrevistado ainda menciona que, por vezes, sofreu algum tipo de boicote profissional por parte de empresários da cidade, que tinham medo da ditadura, uma vez que quem era contrário ao Governo era considerado “subversivo”, enquanto aqueles a favor eram chamados “lambe bota de militar”. Antônio Vanderli Moreira afirmou ter sido chamado duas vezes no batalhão da polícia para responder por seus atos contrários ao Governo, em defesa dos colonos de Santo Alberto. Foz

do Iguaçu, na época, era administrada por Coronéis. O arrocho aos contrários à ditadura era tão forte que, quando da criação na cidade de um jornal independente e contra a ditadura, denominado de Nosso Tempo, qualquer comerciante que anunciasse a sua empresa no periódico era contatado diretamente pelo Prefeito.

[...] ele procurava o comerciante, telefonava e ameaçava, se não tirasse a propaganda do jornal, que ia sofrer as consequências, era tudo assim, e o jornal, lógico, acabou quebrando, né?, então esse era o ambiente [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

Os Prefeitos de Foz do Iguaçu, na década 70, foram sucessivamente: Silvino Dal Bó, José Carlos Toledo, Balduino Wandscheer, Coronel Sabino Neves Vieira, Tércio Albuquerque, Coronel Caetano Pinto Rocha, Osmar de Oliveira e o Engenheiro Clóvis da Cunha Viana. Entre os mencionados, aparecem dois coronéis, sendo um deles possivelmente o citado por Antônio Vanderli Moreira. Quanto à rigidez por conta do Regime Militar, Adilson Simão afirmou que graças ao regime da época foi possível levar os expropriados para São Miguel do Iguaçu, porque se fosse hoje isso não seria possível, nunca mais os colonos seriam retirados do parque. Aproveitando essa questão, perguntou-se se este se considera um ambientalista, sendo a sua resposta foi positiva. Adilson Simão comentou que o processo de desapropriações do parque foi possível graças a uma ação conjunta entre o INCRA, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o Ministério da Agricultura. Perguntado se estivesse em suas mãos a decisão de retirar os colonos das localidades de Santo Alberto e de São José do Iguaçu, Adilson Simão respondeu que, quando assumiu o parque, o processo de desapropriações já estava em andamento, portanto, foi responsável apenas em levar o processo adiante. Este finaliza a resposta levantando uma questão, o que seria uma resposta positiva para a pergunta inicial:

[...] já imaginou o Parque Nacional com a invasão de colônias agrícolas?, ia acabar o parque [...]. Trecho da entrevista de Adilson Simão.

Buscou-se saber o papel de cada um dos entrevistados na comunidade na época em que os problemas aconteceram. As respostas surpreenderam, especialmente as de Ivo Hanauer, que confirma a suspeita de líder comunitário em sua narrativa, ao se posicionar mediante a prisão de colonos.

[...] lembro que um dia caiu a notícia, prenderam dois colonos, isso perto de Santo Alberto, levaram com motosserra e tudo, a notícia correu, um ia de bicicleta, ia correndo na casa do outro, outro a cavalo, outras de a pé, logo, logo, em poucas horas, tava todo mundo sabendo, daí isso foi de tarde, no outro dia de manhã cedo, nós já távamos tudo organizados, né?, o Agátio Heinzmann tinha um caminhão Mercedes novo, então combinamos com o Agátio, vamos lá pro quartel da polícia

militar em Foz, onde tava os dois presos, vamos lá buscar eles, e eu, como era sempre mais bocudo, nem tanto corajoso talvez, mas já, vamos dizer assim, e um pouco sempre na linha de frente tal, né?, fiz escola, capela e tal... daí então eu falei: “Gente vamos descer todo mundo, mas ninguém leva um canivete, nenhuma arma, só documento no bolso, por favor, senão eles criam um motivo mais forte, lembrando que na época, nós távamos no regime militar ainda, olha o que nós arriscamos [...] agora um grupo, uns dez, fomos lá na frente, isso foi por volta de 75, talvez, por aí, fomos lá na frente e daí tinha um tenente rodeado de oito, dez policiais, até com metralhadora portátil na mão, como se nós fôssemos bandidos, chegamos lá bem na frente: boa tarde!, boa tarde!, boa tarde, tá tá tá, e os caras atrás do tenente ali, então não foi conversado muito, então eu era encarregado pra falar, não é todo mundo que vai falar, daí vira bagunça, né?, fui na frente, cumprimentei o tenente, mostrei a identidade, pá pá, pá tal, me identifiquei, aí falei: “tenente, a conversa não é muita, nós apenas viemos aqui buscar os dois presos que o Senhor mandou nossos amigos lá do Santo Alberto lá, que o Senhor mandou prender ontem, nós viemos buscar eles”, “ahh, não” [fala do Tenente], falei não, “ô tenente!,” Eu já comecei a falar um pouco mais alto, falei: “tenente, rápido!, meia hora!, sai os dois presos, entrega pra nós com as motosserra, ou tá vendo esse povão pro Parque Nacional? [mostrando em direção à entrada do portão do Parque] e aquilo ficava perto pro portão pro Parque Nacional, aquele movimento turistas e tudo mais, ô se não, nós tamo combinado, Tenente?, nós vamos atravessá isso aqui [ameaçando fechar o acesso ao parque], ninguém volta, ninguém vai e não vem”, hum, ele olhou pros policiais um momento... aí nós voltamos pra trás, e os que tava tá lá quase na rua, e daí como é que ficou?, falei “pera poco”, mas não demorou muitos minutos... bram, bram, bram, bam, bam... as motosserras roncando lá no fundo, foi lá soltou os dois presos, entregou pra nós com motosserra, subimo em cima do caminhão, eu só falei: “muito obrigado, tenente!, até a próxima!”, subimo no caminhão e viemo embora, chegamo no Santo Alberto, o sol já entrando, e nós no armazém do Agátio, descemo do caminhão, os caras pagaram umas caixas de cerveja lá pra nós, fizemos festa [risos], é a união faz a força, povo unido, jamais será vencido. Isso foi uma prova [risos] [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer

Ivo Hanauer, em sua narrativa acima, apresenta, além de seu papel de líder comunitário, a reação que os colonos tinham quando aconteciam as prisões e a organização de grupo que precisavam, para ele era necessário agir com certa flexibilidade. Isso é percebido na chegada dos colonos na polícia pela fala de Ivo, que, inicialmente, pediu que soltassem os colonos. Como a polícia não tinha muitas razões para mantê-los presos, esses acabavam por serem soltos – o objetivo era puramente o de amedrontar os colonos.

[...] a lembrança que eu tenho disso aí é de colonos que eram presos em Santo Alberto e São José do Iguaçu, e que eram trazidos de caminhão pela polícia, descarregavam os colonos aqui na Polícia Federal, que naquele tempo ficava em frente da igreja matriz, e eram acusados. O crime deles era estar plantando, e eu me lembro as armas que eles tinham, até que eram aqueles plantadores manuais de milho, pra colocar sementes de milho [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

Segundo Kalervo Oberg (1960) apud Gregory (2002), a semeadeira manual era utilizada para o plantio de cereais; esse ainda faz uma descrição da ferramenta:

[...] a parte essencial da semeadeira é um instrumento feito um ‘bico de pato’, que se abre e fecha quando se movimenta os cabos. Um depósito de sementes, preso ao tubo, tem um regulador, que dá passagem ao número desejado de sementes. Segurando os dois cabos, empurra-se o tubo para dentro do solo e, apertando os

cabos um contra o outro, o ‘bico de pato’ se abre, dando passagem às sementes. Enquanto se puxa o tubo do solo, afasta os cabos e ‘o bico de pato’ se fecha. Esse processo permite que a terra caia sobre a semente, cobrindo-a. O milho, o arroz, o trigo e o feijão são plantados com essa máquina. (GREGORY, 2002, p. 200).

Ainda no contexto das prisões, percebeu-se que seria interessante conversar com algum colono que tivesse sido preso para entender o que acontecia quando eram levados pela polícia para esclarecimentos. Por indicação de outros colonos, chegou-se à pessoa de Maurício Schossler, que narrou de que forma foi abordado pela polícia. Afirmou que em um começo de noite, quando estava em sua casa acompanhado da família e de vizinhos, recebeu a visita de quatro policiais descaracterizados, que chegaram procurando por sua pessoa. Após se apresentarem, os policiais então lhe disseram que não tentasse fugir, nem fizesse nenhum “alarde”, pois estava preso e deveria acompanhá-los em silêncio. Maurício então entrou em sua casa para pegar alguns pertences, sendo acompanhado por dois dos policiais, que lhe disseram que deveria levar também o gravador e as fitas de áudio que estavam sob sua posse. As fitas continham uma gravação sobre um manifesto de um amigo, radialista, em que ficava evidente uma tentativa de mobilizar os colonos para que resistissem a sair de suas terras, gravação essa já ouvida pelos colonos da região de Santo Alberto. Segundo Maurício, havia um plano de se fazer uma reunião com os colonos de São José do Iguaçu, para que ouvissem a gravação e efetivamente resistissem sair das terras. A gravação alertava para que os colonos lutassem por suas terras pois, aquele lugar era o Brasil que tinham.

Maurício então foi levado pelos policiais, mas antes de sair disse discretamente para sua esposa que estava sendo preso. Essa, então, desesperou-se, porém os policiais estavam determinados e o levaram. Maurício tinha certeza de que seria executado naquela noite e seu corpo, jogado no meio da mata. Segundo ele, a viagem desde São José do Iguaçu pela Estrada Velha de Guarapuava até Foz do Iguaçu foi longa e assustadora. A todo momento, acreditava que não mais veria sua família, que era composta por esposa e dois filhos pequenos. Durante a narrativa de Maurício, sua esposa, que estava próxima do local onde a entrevista era realizada, manifestou-se, dizendo como foi difícil passar aquela noite sem saber do marido, mas com um medo enorme de que esse seria morto. Observa-se também na narrativa o medo causado pelo regime militar: o autoritarismo dos policiais anulou qualquer tentativa de reação, diferentemente de hoje, quando qualquer cidadão preso sabe que tem direito a um advogado para responder por seus interesses perante a justiça.

Ao chegar à Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, Maurício afirmou que foi colocado em uma sala para que esperasse para ser ouvido pelo Delegado. Segundo ele,

enquanto esteve lá, viu um homem ser torturado em sua frente. O policial torturador referiu-se a ele de certa forma justificando a tortura, pois disse que o que estava fazendo acontecia com pessoas que resistiam à prisão. Neste momento, teve-se a curiosidade em saber se o torturado era um colono da região do parque. Maurício o desconhecia e o torturado não lhe parecia ser um dos colonos da região do parque. Durante a madrugada, Maurício fora chamado para depor. O Delegado lhe perguntou sobre o conteúdo das gravações, e esse respondeu que não sabia, mas que a voz gravada não era sua, mas de um conhecido denominado Léo Klein. Então o Delegado pediu que trouxessem os equipamentos para que ouvissem juntos. Ao perceber que não era a voz de Maurício e conhecer o conteúdo das gravações, já madrugada, o Delegado pediu que o levassem para um local para passar o resto da noite. Maurício afirmou ter ficado em um local parecido com uma cozinha; lá, deram-lhe comida e pôde “tentar” dormir até que amanhecesse o dia. Foi solto pela manhã, porém as fitas e o gravador ficaram retidos e nunca mais foram devolvidos. Ao sair, a esposa e outros amigos lhe aguardavam. Mais tarde, ficou sabendo que um “amigo”, o Professor Edmundo Wagner, é quem havia comentado com alguém sobre as gravações, e que a informação havia chegado até a polícia, culminando na sua prisão.

[...] a Polícia Florestal já tinha, na época, ela vinha, ela... o pessoal não era pra derrubar mato, mas, mas, tinha gente que derrubava, às vezes iam presos, mas não é Marcos? [perguntando ao cunhado] bastante pacífico, não teve assim [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Quanto às prisões de colonos, Adilson Simão, administrador do parque a partir de 1972, afirmou ter conhecimento de prisões de contraventores caçando, pescando, alguns que cometeram irregularidades não pertinentes ao parque, e que não poderia ser permitido esse tipo de atividade dentro de sua área. Afirmou que havia um convênio entre o IBDF e a Polícia Militar para efetuar as prisões, quando necessário. Perguntado de como era a sua relação com os colonos, afirmou ter sido boa, que com ele nunca houve problemas e que os problemas que existiram foram com a polícia, para a retirada de alguns colonos. Aldé e Correa, no livro “Meu Vizinho o Parque Nacional do Iguaçu” (2009), apresenta Adilson Simão, funcionário concursado do IBDF, como uma “mão forte”, necessária para que os colonos fossem retirados. Entre os feitos de Adilson, apresentam-se as proibições de roças, pomares e chiqueiros dos então funcionários que trabalhavam no parque, além disso, instituiu a cobrança de ingresso e proibiu as pescarias. Segundo o apresentado pelos autores do livro, os quais também entrevistaram Adilson, já havia conflitos armados entre os próprios “guarda-parques”, e que a “gota d’água” em sua gestão foi o fato de que um guarda matou outro em

razão de caça e roubo de palmito. O livro ainda descreve que Adilson foi o responsável por tirar do parque cerca de 400 famílias, e que estas teriam sido devidamente indenizadas. Adilson narra no livro que teria sido ameaçado por políticos e colonos que queriam que o parque mantivesse a Estrada do Colono aberta, uma vez que este havia mandado fechá-la.

O que a gente viu é que o Governo na época, o administrador do parque nacional na época, resolveu retirar os colonos lá daquela área, e fez bem à moda deles, à moda militar, que, naquela época, tudo era à moda militar, quero dizer a justiça, ela funcionava enquanto não contrariasse os interesses dos governantes, e foi assim, então eles quiseram tirar os colonos de lá, o que que eles fizeram? começaram a perseguir os colonos, perseguir de que modo? perseguir exatamente na parte mais fraca para o colono, que é a produção, o colono sem planta, ele não sobrevive [...], proibiram os colonos de plantar, primeiro proibiram um tipo de plantação e, na sequência, proibiram qualquer plantio [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

Segundo Antônio Vanderli Moreira, o período em que mais trabalhou para a soltura de colonos presos foi por volta de 1975 e 1976. Os colonos eram presos por processo criminal, e, em uma ocasião, impetrou um *habeas corpus* para diversos deles, cerca de cinquenta pessoas, sendo a sua ajuda aos colonos basicamente esta. Informou que os colonos eram trazidos para a Polícia Federal e, após os trâmites de praxe, eram soltos, não havendo interesse em mantê-los presos por muito tempo. Ainda reforça que não havia processo civil, como deveria, e, sim, criminal. Cabe uma reflexão quanto à fala de Antônio Vanderli Moreira: qual a razão e qual crime os colonos haviam cometido? Ter plantado? Derrubado árvores? Comprado terras em uma região que nem mesmo o Governo sabia a quem pertencia? Ou simplesmente era uma forma de “terrorismo” para que desocupassem e deixassem pra trás anos de trabalho?

[...] na verdade, pelo que eu me lembro, não se tratava de desapropriação no parque, porque o que eu acompanhei era apenas uma, uma perseguição em cima dos colonos para que eles deixassem a área, então eu acompanhei esse tipo de pressão, e que eles faziam através da polícia, da Polícia Florestal [...] e eu, na época, tinha contato com alguns moradores de lá, que eram uns amigos, e a gente militava junto, inclusive politicamente, então eles pediram pra ajudar com relação a essas perseguições [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

Fernando Salinet, quando perguntado sobre as prisões, alega que essas aconteceram no caso dos posseiros e dá o exemplo do que acontece hoje com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Perguntado se ele acredita que houve abuso de poder, o entrevistado respondeu que, na época, tudo foi com mais força, mais autoridade, com a recessão, porque foi após a ditadura de 64. Alegou que havia muito autoritarismo, que chega um determinado momento em que se aceita o que é imposto, e que, no seu caso, acabou por aceitar o acordo proposto e que agora tudo passou. Para Antônio Vanderli Moreira, houve certo abuso de poder, agravado

pelo Regime Militar. Para ele, a prisão do colono era uma forma de “assustar”, para que esse abandonasse suas terras, facilitando o trabalho do INCRA.

3.6 O processo de desapropriações e as indenizações

Segundo Antônio Vanderli Moreira, depois deste processo de pressionar os colonos para que saíssem por meio da ameaça das prisões, o INCRA começou a chamar os moradores das comunidades para gestionar uma desapropriação amigável. Para os colonos que não aceitaram, o INCRA entrou na justiça como se fosse uma desapropriação normal. Depois do levantamento feito pelo órgão, os colonos das comunidades em questão deveriam receber pelas benfeitorias das suas propriedades. Um fato que intrigou durante a pesquisa foi haver dois tipos de desapropriações: uma que seria para a formação do Parque e outra com fins de reforma agrária, segundo o entendimento de alguns colonos. Observa-se também que aparentemente em Santo Alberto a situação teria sido mais rígida, isso se comparadas as narrativas de moradores da região de Santo Alberto com as de colonos de São José do Iguaçu. Antônio Vanderli Moreira apresenta a sua versão para o fato – para ele, a diferença estava em ser pequeno agricultor e ser fazendeiro.

[...] que eu tenha tomado conhecimento, não houve nada diferenciado, o que era colono daquelas duas comunidades foram tratados daquele jeito, né?, a diferenciação que se notou foi apenas entre os agricultores dessas comunidades e outros grandes proprietários nas adjacências, aí, sim, aí houve um tratamento diferenciado, para os outros usaram a lei como deveria ser, né?, eles saíram de lá só depois de serem desapropriados e indenizados devidamente, os colonos... tem colono que até hoje não recebeu nada, né?, para aqueles que tinham título de propriedade, eles indenizaram como título de dívida agrária, o que a maior das injustiças, né?, porque eram pequenos agricultores e deveriam ter sido indenizados em dinheiro, ainda mais que a finalidade foi simplesmente de incorporar a área ao Parque Nacional, né?, quer dizer, não haveria justificativa nenhuma para pagar em títulos da dívida agrária, e pagaram, então aí a gente vê a diferença de tratamento [...] os grandes proprietários daquela região lá não foram expulsos, o INCRA não tirou, nem IBDF não tirou, ninguém tirou de lá [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

Neste contexto, e segundo o JORNAL BI NACIONAL (ANEXO C), o decreto de desapropriações nº. 69.412, de 22 de outubro de 1971, trazia uma informação diferente da que era informada aos colonos. Para justificar a necessidade da saída desses, lhes era dito que seria para a ampliação do parque, embora no decreto constasse que seria para fins de reforma agrária. Aqui é possível fazer uma correlação com o dito por Maurício Schossler e Otto Lenz na matéria da revista Veja, já que, segundo eles, foram desapropriados como latifundiários. Cabe uma reflexão: será que os representantes do INCRA pensaram na época que,

informando aos colonos que a sua retirada seria para ampliação do parque, estes sairiam mais rapidamente? Ou simplesmente os representantes do INCRA desconheciam a legislação? Para o advogado Antônio Vanderli Moreira, o decreto era somente uma desculpa para a retirada forçada dos colonos. Tal decreto estava vinculado ao Decreto-Lei nº. 554 (ANEXO O), de 1969, em que as desapropriações eram para fins de reforma agrária. Observa-se que Ivo Hanauer mantém vivo na memória trechos da constituição brasileira, sobre os colonos receberem como minifundiários, o que eram na prática, diferentemente da história contada por Maurício Schossler e Otto Lenz, já que sabiam terem sido desapropriados como latifundiários.

[...] a Constituição da República Federativa do Brasil diz o seguinte, em se tratando de terras desapropriadas pelo Governo, diz o seguinte: quando desapropriado o latifúndio, o órgão responsável, que no caso era o INCRA, faz um levantamento, para ver quanto cada terra vale, latifúndio, essa desapropriação cujo valor será depositado em juízo como títulos da dívida agrária, resgatado em um prazo máximo de 20 anos, eu disse todas as palavras, as letras que estão escritas na Constituição, aí segue: em se tratando de minifundiários, minifúndios como era o nosso caso, 95% minifundiários, desapropriados, diz a Constituição: deverá se pagar o valor em moeda corrente do país, hoje seria o real, na época ainda era outro dinheiro, é no ato da desapropriação [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Quanto aos casos diferenciados de desapropriação, Adilson Simão confirmou a diferenciação. Justificou dizendo que Fernando Salinet era um homem esclarecido, cartorário, então ele fez o registro da propriedade como empresa rural, enquanto os colonos tinham uma área agrícola, não tinham empresa, então por isso foi diferenciado, em vista do regime gerencial da empresa dele. A narrativa de Adilson Simão reforça uma suspeita de que Fernando Salinet, ao comprar as terras, poderia ter sido orientado a registrá-las como empresa rural, evitando cair no mesmo problema ocorrido aos colonos. Neste contexto, menciona-se a narrativa de Maurício Schossler, que afirmou acreditar que houve uma grande “falcatrua” para resolver a situação e retirada dos colonos. Ele narra como foi o processo na comunidade de São José do Iguaçu. Relatou que o Deputado na época, Antônio Bresolin, lhe afirmou que o INCRA tinha agido desta forma, ou seja, “feito alguma manobra” que permitisse a desapropriação. Maurício afirmou que, segundo a Constituição da época, pequenos e médios proprietários de terra, não poderiam ser desapropriados.

Em visita ao INCRA, na cidade de Cascavel, em maio de 2011, em conversa informal com Emílio Stachowski, Engenheiro Agrônomo, esse afirmou saber da história das desapropriações ocorridas no Parque Nacional do Iguaçu. Apesar de na ocasião não querer gravar entrevista, afirmou que a base para as desapropriações ocorridas com os proprietários Salinet e Maggi foi o Estatuto da Terra, a Lei nº. 4.504/64, que tem por princípio no seu artigo

1º. regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Posteriormente, Emílio Stachowski disponibilizou alguns outros documentos para consulta sobre os desapropriados e sobre o Projeto Integrado de Colonização - PIC-Ocoy, sendo um deles o OFÍCIO/AGU/PGF/PF-PR/NAGRA/nº. 100 (ANEXO U), de 20 de novembro de 2008, este documento (ANEXO U) apresenta o rol de desapropriados da região denominada Santa Maria, Pinheirinho e São José, encravados na Gleba Silva Jardim, dentro dos limites do Parque Nacional do Iguaçu. O documento justifica a retirada dos colonos para:

- Efetivamente criar o Parque Nacional do Iguaçu, até então restrito à letra inoperante de decretos, posto que as áreas que o integravam encontravam-se totalmente ocupadas por cerca de 400 famílias, já plenamente estabelecidas, algumas residentes há mais de 40 anos, com moradias, matas derrubadas para implantação de lavouras, e colonização oficial promovida pelo Governo do Estado do Paraná em franco andamento, em meio à ocupação desordenada de terras por colonos vindos do Sul.
- Reassentar as famílias dos ocupantes de terras localizadas dentro do Parque Nacional do Iguaçu, os desapropriados, em área rural própria para tanto desapropriada: a Antiga Gleba nº. 84, com 12.500 ha, no qual foi implantado o Projeto de Colonização Integrada Ocoy – PIC-OCOY.

Ainda segundo o documento, coube ao INCRA, em decorrência das suas atribuições legais:

- Levantar, caso a caso, todas as ocupações existentes dentro do perímetro declarado de interesse social para fins de desapropriação.
- Identificar todas as posses, levantando as áreas assim detidas; ou já com os documentos imobiliários expedidos pelo Governo do Estado do Paraná (embora em área de jurisdição da União Federal).
- Levantar todas as benfeitorias existentes para proceder-se à correta indenização das mesmas.

- Não só reassentar os agricultores na área do PIC-OCOY, como para lá transportar benfeitorias removíveis, animais e produtos agrícolas armazenados, confirmando-os na nova propriedade mediante a *titulação definitiva*, com concomitante trabalho de amplo espectro social: solução de demandas, definição e demarcação dos novos lotes, implantação de marcos, garantias para a agilização na liberação de linhas de crédito pelas agências bancárias.
- Formalizar processos administrativos individuais para proceder à regularização dominial das terras via expedição de Títulos de Propriedade.

Considerando as formas de desapropriações e a diferença entre os proprietários de empresa rural e os demais colonos, recorreu-se ao Estatuto da Terra¹⁷, que foi utilizado como base para as questões conceituais, considerando que, como empresa rural nos registros oficiais do INCRA, aparecem somente as propriedades de Fernando Salinet e André Maggi, porém, em algumas narrativas, ainda aparece uma terceira propriedade, que seria de Júlio Tozzo e seu sócio Jacaré. O Estatuto da Terra-Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 descreve:

VI - "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico... Vetado... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias; (BRASIL, 1964).

No caso dos colonos, entende-se que estes foram desapropriados por interesse social, conforme o artigo 18 do Estatuto da Terra:

Art. 18. À desapropriação por interesse social tem por fim:

- a) condicionar o uso da terra à sua função social;
- b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;
- c) obrigar a exploração racional da terra;
- d) permitir a recuperação social e econômica de regiões;
- e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica; (BRASIL, 1964).
- f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais;
- g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural;

¹⁷ A filosofia do Estatuto da Terra está fundada nos princípios da função social da propriedade. Uma tendência já então inserida nas Constituições do mundo civilizado, que teve início com a Constituição alemã de Weimar (1919). Esse princípio foi consignado no art. 2º do Estatuto da Terra, que assegura a todos a oportunidade de acesso à terra, condicionada pela sua função social.

h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias. (BRASIL, 1964).

Na época, algumas propriedades desapropriadas pelo Governo Federal eram consideradas como áreas prioritárias, o artigo 20 do Estatuto da Terra as descreve como:

Art. 20. As desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público, nas áreas prioritárias, recairão sobre:

I - os minifúndios e latifúndios;

II - as áreas já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto;

III - as áreas cujos proprietários desenvolverem atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais;

IV - as áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos;

V - as áreas que apresentem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros;

VI - as terras cujo uso atual, estudos levados a efeito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária comprovem não ser o adequado à sua vocação de uso econômico. (BRASIL, 1964).

O artigo 23 apresenta o destino de bens desapropriados por sentença definitiva, considerado para este estudo, visando entender o que aconteceria com as propriedades dos colonos da região do parque:

Art. 23. Os bens desapropriados por sentença definitiva, uma vez incorporados ao patrimônio público, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos. Parágrafo único. A regra deste artigo aplica-se aos imóveis rurais incorporados ao domínio da União, em consequência de ações por motivo de enriquecimento ilícito em prejuízo do Patrimônio Federal, os quais, transferidos ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, serão aplicados aos objetivos desta Lei. (BRASIL, 1964)

Os artigos 97, 98 e 99 apresentam os procedimentos em casos de terras devolutas, tendo sido considerados para o estudo visando entender todo o processo, uma vez que as terras, em determinado tempo, foram terras devolutas:

Art. 97. Quanto aos legítimos possuidores de terras devolutas federais, observar-se-á o seguinte:

I - o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá a discriminação das áreas ocupadas por posseiros, para a progressiva regularização de suas condições de uso e posse da terra, providenciando, nos casos e condições previstos nesta Lei, a emissão dos títulos de domínio; II - todo o trabalhador agrícola que, à data da presente Lei, tiver ocupado, por um ano, terras devolutas, terá preferência para adquirir um lote da dimensão do módulo de propriedade rural, que for estabelecido para a região, obedecidas as prescrições da lei. (BRASIL, 1964).

Art. 98. Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. (BRASIL, 1964).

Art. 99. A transferência do domínio ao posseiro de terras devolutas federais efetivar-se-á no competente processo administrativo de legitimação de posse, cujos atos e termos obedecerão às normas do Regulamento da presente Lei. (BRASIL, 1964).



Figura 31: Foto da Fazenda de Júlio Tozo e Jacaré em São José do Iguaçu na década de 70.
Fonte: Acervo de Maurício Schossler.

A figura 31 apresenta uma foto da Fazenda de Júlio Tozo e de seu sócio conhecido por Jacaré na região de São José do Iguaçu, esta fazenda seria uma das que teriam sido desapropriadas como empresa rural, segundo as narrativas dos colonos, porém não foi identificada na listagem apresentada pelo INCRA como tal.

Conforme já mencionado, o Jornal BI NACIONAL (ANEXO C), no ano de 1974 apresenta uma matéria na qual os referidos colonos pediam sindicância sobre a questão da maneira como deveriam acontecer as desapropriações. Estes questionavam o decreto que alegava que as desapropriações aconteceriam para fins de reforma agrária, e em latifúndios, uma vez que o IBRA e, posteriormente, o INCRA, lhes informavam que era para a ampliação do Parque Nacional. Perguntado se sabia do pedido de sindicância pelos colonos, Antônio Vanderli Moreira afirmou não ter lembrança do fato, porém explicou que uma sindicância, na época, aconteceria somente se houvesse algum interesse para o Governo, ao contrário disso o processo era arquivado, e exemplificou com o caso de Foz do Iguaçu – com a chegada da Itaipu, aconteceram muitas desapropriações e, mesmo havendo denúncia de abuso por parte do Governo, nada foi investigado até os dias de hoje, nem pela polícia, nem pelo Ministério Público. “[...] o que fosse contrário ao governo, era tudo jogado pra trás da porta, e qualquer

sindicância que se fizesse era só ‘pra inglês ver’ [...]”. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

O Jornal BI NACIONAL (ANEXO C) apresenta depoimentos de alguns dos desapropriados, denominados expropriados pelo jornalista Valdomiro de Deus Pereira, responsável pelo jornal, sendo eles: Plínio Roberto Hendges, Otto Hendt, Maurício Nestor Schossler, José Seibert, Emilio Leichtweis, José Olivo Kaefer e Claudino Olberman. No depoimento de Plínio Hendges, este afirmou que o coordenador do INCRA, Luiz Fernando Teigão, lhe havia dito que ali não era parque. Também mencionou que um vizinho seu, quando esteve hospitalizado, comentou que, em conversa com uma senhora que também estava hospitalizada, esta lhe havia afirmado que sairia de sua propriedade em Alvorada do Iguaçu¹⁸ por serem desapropriados por Itaipu e que iria morar em Santo Alberto. Ainda complementa dizendo que o que os colonos querem é receber uma indenização justa pelas terras.

Plínio Hendges em seu depoimento para o jornal, ainda comentou sobre uma reunião que aconteceu em junho de 1971, reunião também mencionada nas narrativas de Alma Matte Spies e Ivo Hanauer. A reunião aconteceu entre os colonos, políticos e representantes do INCRA, durante a qual os colonos foram informados de que não mais poderiam derrubar mato, em razão da área ser incorporada ao parque. Estes ainda teriam atribuído esta ação em razão a um tratado internacional de preservação da fauna. A cobrança do governo argentino agravou-se motivada pelo fato de que colonos brasileiros estariam caçando em território argentino. Plínio Hendges termina o seu depoimento no jornal dizendo que a forma que o INCRA estava realizando as desapropriações era injusta, uma vez que as terras seriam pagas por meio de títulos de dívida pública.

Segundo o depoimento de Otto Hendt no jornal, os levantamentos feitos pelo INCRA nunca foram revelados, porém, em certo momento, foram avisados de que o dinheiro correspondente à indenização já estaria à disposição para quem quisesse entregar a sua propriedade. Segundo o jornal, surgiu então um impasse, pois a avaliação não correspondia ao que valia a terra, mas, era, sim, referente às benfeitorias, e que as terras seriam pagas por meio de títulos de dívida pública, como se fossem latifundiários. Nelson Spies afirmou que foram feitos três levantamentos: no primeiro, os colonos teriam sido liberados para sair e receberiam o correspondente pela terra posteriormente; já no segundo levantamento, o casal nem

¹⁸ Criado pela lei municipal nº 431, de 1º de janeiro de 1965. Disponível em: <http://www.redecedes.ufpr.br/Foz%20do%20Igua%E7u.html> Acesso em 28/01/12.

apareceu, aborrecidos com o acontecido decidiram se mudar para Foz do Iguaçu, deixando tudo para trás.

José Seibert, em seu depoimento, afirmou que, por orientação de seu pai, antes de fechar negócio de compra das terras, para que verificasse a legalidade de sua origem, foi até o cartório em Foz do Iguaçu, verificou a legalidade e fez o negócio. Este menciona também a promessa do Coronel Bello aos colonos. Segundo ele, a promessa era de que, no Ocoy, os colonos teriam as mesmas terras, e, caso as terras fosse mais fracas, receberiam mais terra para compensar. Além disso, o INCRA lhes daria as mesmas condições que tinham na região do parque e que teriam transporte para fazer a mudança. José Seibert então afirmou em seu depoimento que as coisas não aconteceram bem daquela forma e que teriam que pagar pelas novas terras. Ressalta ainda que a Constituição previa, no artigo 161, § 3º., que os títulos de dívida pública seriam pagos no caso de latifundiários, o que confere com o que foi dito na narrativa de Maurício Schossler, quando este fala da “manobra” realizada para tirá-los da região do parque. José Seibert finalizou o seu depoimento dizendo que as terras ainda não estavam totalmente mecanizadas em razão do “corte” dos financiamentos por parte dos bancos aos colonos após a divulgação das desapropriações. Segundo ele, o INCRA alegava que as terras seriam incorporadas ao Parque Nacional, porém o decreto de desapropriações as justifica como para fins de reforma agrária, o que implicaria na saída desses colonos para a entrada de outros, conforme previsto nos Projetos de Integrados de Colonização (PIC), o que também justificaria a criação do PIC Ocoy, em São Miguel do Iguaçu, para onde esses colonos seriam levados.

O depoimento de Emílio Leichtweis ao jornal apresenta a sua trajetória desde a compra das terras de Gaspar Coitinho em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, em 1961, a legalização das terras, em 1962, e a vinda para morar em sua propriedade, em 1965. Emílio afirmou em seu depoimento que, na reunião realizada em junho de 1971, ficou claro para os colonos que a ampliação do parque e a tomada de suas terras atenderiam um desejo do Governo em preservar a segurança nacional, justificado pelo tratado de fauna, mencionado por outros colonos em seus depoimentos. Este ainda apontou em seu depoimento a contradição apresentada pelo INCRA, já que a desapropriação foi declarada como de interesse social e não para a segurança nacional. Emílio relatou ainda o que constava na Constituição sobre as terras serem desapropriadas e pagas em títulos da dívida pública, enquanto as benfeitorias deveriam ser pagas em dinheiro. Ressaltou que não havia latifundiários, que as propriedades não passavam de 20 alqueires, e que a colonização praticada pelos colonos era a mais racional

possível, e se lhes faltou algo ou deixaram de colonizar mais racionalmente foi porque lhes faltou orientação capaz de colocá-los à altura de um aproveitamento maior de suas terras. O depoimento de Emílio Leichtweis deixa clara a simplicidade e a rusticidade com que os colonos viviam e trabalhavam, bem como a falta de políticas públicas que os orientassem sobre o uso adequado e sustentável das terras no Estado.

José Olivo Kaefer e Claudino Olbermann, em seus depoimentos, apresentam o mesmo que os outros colonos ouvidos pelo jornalista e ressaltam o medo de ficarem como parceleiros do INCRA, ou seja, recebendo em pequenas parcelas durante cerca de 20 anos, que era o que aconteceria com os colonos desapropriados para fins de reforma agrária. Esses receberiam pela terra em Títulos de Dívida Pública, possivelmente referindo-se a Títulos de Dívida Agrária – TDA¹⁹. Ambos ressaltam também ser importante que houvesse a sindicância para que fosse verificada a real situação dos colonos quanto à questão de terem sido caracterizados como latifundiários. Maurício Schossler, também ouvido pelo jornalista, não diferenciou nada dos outros em seu depoimento, porém, como foi mencionado como pessoa que saberia explicar o que aconteceu com os colonos, foi ouvido neste estudo e sendo uma das principais narrativas.

Durante a entrevista de Tadeu Welter e Marcos Mallmann, lhes foi mostrado o Jornal BI NACIONAL. Tadeu fez então o seguinte comentário sobre o jornalista responsável pelo jornal, que, segundo ele, “agitava” os colonos para que resistissem e não saíssem da região do parque:

[...] esse Valdomiro de Deus Pereira, ele deu um cano na turma..., esse jornal, ele, [...], ele... quem era aliado com ele é o Maurício [...], ele prometia o seguinte: ele fazia reuniões que o povo não vai sair dali, porque depois do Presidente da República, a segunda ou terceira pessoa é um jornalista, é considerado essa autoridade. [...] esse correu... eu nem sei, nem quero falar mais, parece que ele levou muito... parece que ele levou dinheiro, mas também não... ali realmente existia muita divergência, né? [...] quando caiu na unha da Polícia Federal, né?... eu me alembro, ele circulava por lá, quem pagava pra ele era o povo do parque [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter

O trecho da narrativa acima mostra que, além de Maurício Schossler, havia o interesse da imprensa em estar envolvida no processo. O único registro encontrado desse interesse foi o Jornal BI NACIONAL (ANEXO C), pelo qual Valdomiro de Deus Pereira era o responsável. De alguma forma, Valdomiro mostrou ser corajoso, uma vez que, para Antônio Vanderli

¹⁹ Título emitido pela União para pagamento de desapropriação para a reforma agrária. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/290170/titulo-da-divida-agraria> Acesso em: 28 de jan de 2012.

Moreira, a Ditadura Militar na fronteira era severa e não perdoava jornalistas e empresários que apoiassem tais “movimentos” tidos como subversivos.

Para entender a visão dos administradores do Parque Nacional em todo contexto das desapropriações, buscou-se falar com o diretor que administrava o Parque na época em que ocorreram os conflitos. Como o Coronel Bello, que, segundo as narrativas, na década de 60, já tinha idade avançada, buscou-se entrevistar o seu sucessor, Adilson Simão, que assumiu o Parque em 1972. Quanto à questão do pagamento da terra nua e/ou pelas benfeitorias, Adilson Simão afirmou que somente recebeu pelas benfeitorias quem as tinha feito, e que alguns receberam pela terra nua; afirmou ainda que pela agricultura os colonos não foram indenizados, pois tiveram tempo de retirar e comercializar a produção, para, depois, serem retirados. A proposta do IBDF era de indenizar as benfeitorias, e o valor da terra nua seria recebido em títulos da dívida agrária, conforme o decreto de desapropriação para efeitos de reforma agrária.

Com o interesse de conhecer o outro lado da história, ou seja, a dos grandes proprietários de terra na região do parque, buscou-se saber quem foram eles e se seus interesses correspondiam aos dos colonos. Pelos colonos, foram mencionados os nomes de Maggi e Salinet. Esse último contribuiu com seu depoimento, e quando perguntado sobre como foi o processo de desapropriações no seu caso, fez o relato. Para ele, que tinha o registro da propriedade como empresa rural, a desapropriação somente poderia acontecer por interesse público, e, de acordo com o Estatuto da Terra, a indenização seria pelo valor da época e em dinheiro, moeda corrente. O processo demorou alguns anos, até que a proposta, mesmo a contra gosto, o satisfez – o entrevistado afirmou não se lembrar exatamente da data em que isto aconteceu. Explicou que, após receber a indenização, retirou-se, teve vontade de voltar e, sempre que sobrevoa a região, procura a área, que ainda pode ser avistada. Afirmou também ter gravado em sua memória momentos muito bons do local da fazenda. Fernando Salinet explicou ainda que o processo de saída demorou muito, que se lembra da situação com muito desgosto, que foi pressionado pelo Governo para sair e que também foi proibido de derrubar mato. Afirmou ter feito amizade com outros proprietários de terra que tiveram o mesmo tratamento no caso das desapropriações. Como exemplo, citou o prefeito de Corbélia, Júlio Tozzo, e o sócio “Jacaré”, lembrando-se, ainda, de outro que teve o mesmo tratamento, André Maggi. Quando comentado sobre alguns colonos que ainda não receberam a indenização pelas suas terras, afirmou que havia muitos que não possuíam qualquer documento, os posseiros, que sem a documentação não haveria como receber a indenização, e sabe que muitos nem foram atrás desse dinheiro, pois achavam que era tão insignificante e não valeria à pena.

Afirmou ainda que as indenizações não correspondiam ao valor real das terras. Reforçou também que sua documentação era legal, que tinha a posse da terra, e afirmou ter tido sorte de sua propriedade ter sido considerada empresa rural e ter a forma de pagamento diferenciada.

Percebe-se na narrativa de Fernando Salinet que ele, em todo processo, julgou ter tido sorte na forma com que foi desapropriado, que mesmo não sendo o valor que este achava justo pelas terras, aceitou e retirou-se. Tudo isso aconteceu em 1978, época em que, segundo ele, só restavam dois ou três moradores. O que de certa forma intriga é o fato deste ter mencionado que teve sorte ao registrar a propriedade como empresa rural. Segundo o Estatuto da Terra, essa modalidade explora econômica e racionalmente o imóvel rural, explorando o mínimo de área agricultável, não fica clara a definição do termo “empresa”. Fernando relatou que, além da agricultura, criava gado, tinha pomar e que, na verdade, a fazenda era para o lazer de finais de semana. O entendimento da autora para empresa rural é que efetivamente a fazenda seja produtiva, dê lucro, esteja inserida nos mercados. Não seria esta modalidade mais prejudicial ao então território do parque?

3.7 Os possíveis erros do governo no processo sob a ótica dos envolvidos

Ivo Hanauer ressaltou em sua narrativa que houve erros por parte do Governo Federal no processo. Sua narrativa é rica em detalhes, e admirável pela capacidade que o entrevistado teve em lembrar-se da Constituição, sempre atribuindo erros por parte do Governo Federal em todo o processo. Ivo refere-se então ao Presidente Emílio Garrastazu Médici com muito ressentimento.

[...] a desapropriação não aconteceu, aí não tenho bem certeza... eu sei que foi dia 26 de outubro de 73 ou 74, por aí, através de um decreto presidencial, do então presidente Emílio Garrastazu Médici... [silêncio] que o diabo o tenha... o então, o ruim não foi quando eu falo que foi única coisa ruim, quando eu lembro de lá, me refiro na maneira como desapropriaram, porque eles feriram a Constituição, não obedeceram à Constituição, nós era minifúndio, a Constituição dizia assim: tem que pagar no ato da desapropriação o valor correspondente em moeda corrente do país, isso não aconteceu, como nós éramos quatrocentos e trinta proprietários, dos quais ainda somos uns cinco ou seis que não foram indenizados, um deles sou eu tá?... os demais, eles foram pagando aos poucos assim, cada ano pagava uns, pagava outros, pagava... a indenização, né?, só que era uma indenização irrisória, né?, simbólica... [silêncio] bom, logo após a desapropriação... no início nós não sabíamos que tinha sido assinado um decreto desapropriando aquela região lá, [...] mas o INCRA não tinha ainda uma outra área pra colocar esse povo, “tem que sair, tem que sair”, nós falava assim: “não vamo sair!”, mas dentro da Constituição, pagar nós a desapropriação, mas já faz quanto tempo?, “cadê o dinheiro da indenização das nossas terras?”, “paga, nós vamos sair”, “não!, se sair o dinheiro cai” [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Percebe-se no trecho final da narrativa de Ivo Hanauer que os colonos eram pressionados para saírem mesmo antes de a situação estar efetivamente resolvida. A pressão vinha por meio das prisões e por meio da questão financeira, ou seja, estes receberiam pelas terras somente depois que saíssem, mesmo ainda não tendo um outro lugar para remanejar os colonos. Fica clara a falha governamental em saber o que fazer com tanta gente, com tantas propriedades.

[...] é, aquela região ali, embora ela adentrasse uma área que seria do Parque Nacional, porque o Parque Nacional começa aqui e termina lá em Céu Azul, né?, e ali era interrompido, mas não era interrompido por causa de invasão, se foi interrompido, foi de novo por culpa do próprio Governo, porque há muitos anos atrás, quando foi projetado uma estrada de ferro de São Paulo ao Rio Grande do Sul, o governo na época doou para aquela empresa toda a faixa de terra por onde passaria a rodovia, que por fim não foi construída, e essa faixa de terra era toda titulada, então não era invasão nenhuma, aquela empresa depois escriturou para outros, que foram escriturando, e acabou nas mãos desses agricultores, lá da região de Santo Alberto e São José do Iguaçu [...] então por que que eu digo que é falha do Governo? porque se na época que ele criou o Parque Nacional, se ele quisesse deixar o parque numa área contínua, ele teria que ter tido o cuidado de olhar essa documentação, e ou recomprar ou desapropriar na época daquela empresa ou de quem era proprietário, e não deixar um escriturar pra outro e pra outro [...], então de novo foi falha do Governo quando criou o Parque Nacional, e na sequência depois foi falha do Governo, de fazer tudo na base da prepotência [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

[...] Getúlio Vargas decretou parque, mas não foram ver se era terra devoluta ainda ou se já tinha propriedades, por isso que esta área ficou no parque, o resto da área era devoluta, mas esta área onde estavam os colonos era terra legal, que todo mundo trabalhou com escritura com o banco. Trecho da entrevista de Nelson Spies.

3.8 A relação entre os colonos e a administração do parque

Sendo os colonos vizinhos do Parque Nacional do Iguaçu, e sendo esse uma unidade de conservação, administrada pelo IBDF, buscou-se saber como era a relação dos moradores das comunidades com os administradores da unidade e, mais uma vez, as respostas destoaram. Para os entrevistados representantes de São José do Iguaçu, a relação com o Coronel Bello, Diretor do Parque até 1972, era pacífica; já para os representantes de Santo Alberto, não era tão amistosa. Essas relações são apresentadas a seguir pelas narrativas de Tadeu Welter e Ivo Hanauer, esse último reforçando sempre o seu papel de líder e militante.

[...] tinha gente que na época ignorava as coisas, imagina naquela época, há praticamente há 40 anos atrás, é, tinha gente que ignorava as coisas, dava problema, mas eu era membro de uma comissão que nós tinha lá em São José, tinha seis, sete pessoas, nós tivemos relações muito pacíficas com o Coronel Bello, que a realidade era essa: o Governo... nós tinha que sair [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Meu Deus do céu!, aí a cobra fumou! [silêncio], nós conhecemos dois administradores lá, o primeiro foi o coronel Bello, era velho, cabeça branca, aquele vou te contar, eu não sei se saiu do inferno ou mais lá pra baixo ainda, pra começar era o maior racista que eu já imaginei na minha vida, prendi..., mandava prender os colono, chegava lá e gritava com eles: “essa raça de alemão não serve pra morar na fronteira, onde já se viu invadir o Parque Nacional!” [...] como que um administrador depois da década de 70 podia dizer pra nós que nós invadimos o Parque Nacional do Iguaçu?, aquilo foi criado por decreto da presidência, por Getúlio Vargas, em 1939, fácil de explicar, e olha esse homem [Coronel Bello] era ruim, ele era ruim, ele era ruim, muitos foram preso, eu também fui um dia, só que mostrei coragem lá, tava roçando o mato [risos], aí tava esperando chuva pra plantar soja, aí deu uma chuva, no outro dia eu falei pra mulher: “hoje não vou roçar o mato”, tinha acabado de roçar tudo pra depois cortar, na época já tinha motosserra, vou hoje plantar a soja, aproveitar a chuva, vou lá em cima plantar soja, escutei um ronco ali pra baixo, veio um camburão da Polícia Florestal, vinha na estradinha que passava no meio da roça assim, ficaram lá parado, tal, nada, tá, começaram a conversa, tinha um sargento junto, quando olhei assim o meu vizinho do outro lado, que eu já falei o nome dele, um solteirão, Alípio Anchan, ele, vi lá do outro lado do Mingau, onde ele morava, a Florestal, a polícia subindo na roça lá, ele veio, chegou na frente: “bom dia!, vocês querem levar o meu vizinho!?”], disse: “se levar ele, eu também vou”, já entrei no camburão deles, “não!, espera” [policial], “eu vou também”, e não saí mais da camionete deles, do camburão, até que conversamos um pouco, daí eles falaram: “olha, é o seguinte: não vai exatamente preso, mas você tem que ir com nós lá, na sede do Parque Nacional, você tem que dar um depoimento lá pro administrador”, quando eu cheguei lá já não era mais o coronel Bello, porque senão, não sei o que ia dar, hoje quando eu penso nesse homem, eu já fico nervoso, cheguei lá tinha um tal de Dr. Adilson, foi muito legal, daí jurei com os dois pés junto, tinha que prometer pra ele nunca mais botar os pés no mato, mas tinha quase roçado, faltava só cortar, e sim, não, não, tá bom... até que viemos embora, trouxeram nós em casa já escuro, eu e o vizinho, tá, cada um foi pra casa, eu falei pra mulher: “agora eles cutucaram a onça com vara curta!”, falei, no outro dia, assim, esperei clarear o dia, botei... enchi o tanque da motosserra de gasolina, e botei no ombro assim vou lá pra cima, brrraam, uma arvore atrás da outra, só pra chamar a atenção de dois ou três vizinhos que moravam lá, o resto já tinham saído, cortei tudo aquele mato, nunca mais voltaram, ainda fiz uma boa safra de milho lá dentro, naquela roça nova [risos] [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

[...] o Coronel Bello era famoso aí, né?, pela prepotência dele, mas eu não cheguei a ficar sabendo de diferenciação de tratamento entre o pessoal de Santo Alberto e São José do Iguaçu [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

Segundo Adilson Simão, o Coronel Bello teve alguns problemas de saúde e foi encaminhado para Curitiba para tratamento. Adilson Simão afirmou ter ficado à frente do Parque de 1972 até 1984. Para Ivo Hanauer, o Coronel Bello era discriminador e “racista” e tratou muito mal os colonos durante o processo das desapropriações.

3.9 As lembranças

Tentando identificar as lembranças positivas e negativas da época em que viveram na região do parque e o recomeço em outras localidades, perguntou-se o que tinha de positivo e

de negativo em terem vivido na região próxima ao parque. Os entrevistados responderam que a vida era tranquila, que todos acreditavam ficar na região, tinham esperança de crescimento, especialmente econômico, já que a palavra desenvolvimento é entendida por eles como melhoria econômica. Quanto à parte ruim de ter vivido nas proximidades do parque, os colonos mencionaram, além das dificuldades de se viver longe das grandes cidades, o fato de terem que sair das terras, abandonar cerca de dez anos de trabalho para recomeçar em outro lugar.

[...] a parte positiva foi... por exemplo, o povo que migrou do Rio Grande do Sul, geralmente com a troca de estado, ele, ele pretende melhorar, melhorou e entraram no mato, na época era mato, conseguiram... muita gente conseguiu mais áreas de terras, famílias grande na época, conseguiram desenvolver, muita gente desenvolveu bem [...] daí veio a tal da decepção, você sair do lugar onde você foi morar, criou raízes, e daí, de repente, você é desapropriado, e você tem que começar tudo de novo [...]. Trecho da entrevista de Marcos Mallman.

Alma Matte Spies afirmou que foi muito triste todo processo, já que tinham sofrido muito para abrir a floresta, uma vez que havia árvores de até dois metros de diâmetro – por não haver mecanização, o serviço era braçal e cansativo.

3.10 O que ficou escondido na floresta?

Depois de ter ouvido comentários informais sobre a situação dos cemitérios daquela da região próxima ao parque, teve-se o interesse de saber qual o destino dos restos mortais que haviam sido enterrados nos cemitérios, tanto de São José quanto de Santo Alberto. Os colonos afirmam, sem muita certeza, de que alguns corpos permaneceram enterrados lá.

[...] olha, eu não tenho bem certeza, eu acho que não foram todos removidos, eu acho que não, eu lembro que alguns, mas eu acredito que muitos ficaram lá, eu não sei de quem era a terra lá, onde tinha o cemitério, alguém doou lá também, né?, até aí nós não tinha... tinha poucos enterrados lá, não tinha muito, sei que uma foi uma vizinha nossa que morreu de repente, a esposa de Oto Lang [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer

[...] mas a grande maioria veio pra cá, até hoje vem gente no cemitério aqui, foi feito a cova, foi enterrado e foi feito um murinho em volta assim... não se sabe quem é, são pessoas que veio lá do parque e tão aí, aqueles túmulos lá nos cantos lá, e não se sabe quem é, o povo que tava lá tipo era agregado na época, saía dali e foi pra outro rumo e ficava pra trás. Trecho da entrevista de Marcos Mallmann.

Adilson Simão afirmou que todos os túmulos foram removidos, que foi feita uma reunião e dado aos colonos um prazo para a retirada dos restos mortais de parentes e amigos, e conclui dizendo que quem fez isso fez, quem não fez não faz mais. Os restos mortais retirados foram levados para o Ocoy, os que ainda ficaram foram rejeitados pelos familiares, pois foi dado um prazo para a retirada.



Figura 32: Foto de um túmulo do cemitério de Santo Alberto
Fonte: Projeto Memória Viva.

Outra questão que lhes foi perguntada é sobre o fechamento dos poços que haviam sido abertos no local. A maioria afirmou que os poços foram fechados com tampas de madeira e que provavelmente tenham apodrecido com o tempo. Esta questão foi feita ao então diretor do Parque, Adilson Simão, que afirmou que, na época, foi possível apenas fechar os poços e fossas com madeira e vegetação.

[...] hoje tava pensando na nossa escola, comunidade Dois Irmãos, foi furado um poço de vinte e dois metros de profundidade, hoje ainda pensei, quantos bichos já... era tapado, mas só de tábua, não tinha nenhuma fossa com tampa de concreto, como se faz na cidade, ou fazia, né?, eu sei que deve estar tudo podre, quantos bichos já que caíram naqueles poços e fossa lá, todo mundo tinha, né?, fossa nem todos tinham, né?, tudo e alguns eram fundo, né?, daí ficou tudo lá assim, tem que se preocupar em tampar esse poço... quem mandou você entrar lá dentro agora se nós não podemos mais entrar? [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Até que acontecesse a mudança, muitas famílias ainda mantiveram sua casa lindeira ao parque, enquanto a terra e uma nova casa eram preparadas. Neste caso, também houve mutirões como quando chegaram próximo ao parque. Nelson Spies afirmou que quem tinha terras do outro lado da Estrada Velha de Guarapuava quis vender quando “estourou” a questão do parque, porém, as terras perderam valor e tornaram-se difíceis de comercialização.

3.11 A morte de um guarda argentino teria sido a causa para a pressão por parte do governo do país vizinho na efetiva ampliação do parque brasileiro?

Durante as entrevistas, identificaram-se diferentes versões para o fato da ampliação do parque. O que se ouviu foi que o governo argentino havia pressionado o governo brasileiro em estender a faixa de parque, em razão da ação de extratores de palmito (palmiteiros), que estavam invadindo o território do parque naquele país e extraindo palmito sem autorização, para, posteriormente, trazer o produto para o Brasil, para a comercialização.

[...] acontece que existe uma cláusula na OEA, onde a Argentina tem parque, o Brasil tem que conservar parque, e... aquilo, começaram a surgir roças no barranco do rio Iguaçu e... daí existia [...], a exploração do palmito, e daí eles é... cortavam, os nativos, e daí era pago, pagavam o dono das terras, daí ganhavam um dinheiro, e, quando terminava o palmito deste lado, daí eles iam com carros, carroças com bois, levavam pro outro lado do parque, e lá na Argentina, e cortavam palmito, e lá tinha áreas puro palmito, e acontece que a marinha argentina descobriu e... [...] prendeu uns, e um matou um policial, um guarda argentino, huuu... e daí essa história começou a ferver, daí começa o caso [...]. Trecho da entrevista de Nelson Spies.

Perguntado sobre a questão de o governo argentino pressionar o brasileiro para tornar a região parque, Fernando Salinet afirmou que até hoje há roubo de palmito e confirma que houve prisões por causa disso e que havia sempre atritos desta ordem. A versão de Adilson Simão é de que não houve pressão do governo argentino, somente houve comentários de “boca pequena”²⁰ de “caserna”, mas nada oficial. Adilson Simão acredita que em todo o processo quem devia ter sido preso era o advogado Antônio de Oliveira e o outro advogado, do qual não se recorda o nome, pois foram eles os responsáveis pela busca dos colonos no Rio Grande do Sul, trazidos para a economia de venda de três porcos, quatro vacas, uma carroça, um carro, pra comprar a terra aqui do Parque Nacional. O advogado Antônio Vanderli

²⁰ *à boca pequena*: em privado ou em voz baixa. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=boca> Acesso em 27 de jan. de 2012.

Moreira, ao ser perguntado se tinha conhecimento deste fato, descreveu mais uma vez o tratamento dado por policiais aos colonos e demais fazendeiros da região do parque.

[...] não, isso na época nem por sonho, nada, nada, não se cogitava nada, nada disso, ali, o que aconteceu na verdade, pelo que a gente vê, é que eles resolveram tirar todo mundo de lá pra deixar o parque numa área contínua, né?, foi isso só [...] da forma como o Governo agiu, se agiu dessa forma, já pra perseguir os colonos, né?, [...], a ordem deve ter sido para resolver esse problema ali, das áreas que estavam naquela região, e onde o Governo queria que se incorporasse ao parque, né?, quer dizer, não havia nada premeditado, na prática, na hora da execução, é que eu acho que aí houve a diferenciação, né?, quer dizer, o pequeno agricultor, o fraco, esse aí a gente bota a polícia em cima dele, prende, assusta, expulsa e pronto, né?, o grande proprietário, que já tem mais força, que já tem amizade com o Coronel Prefeito, com o Coronel do batalhão, com não sei quem, o General lá em Curitiba, esse aí a gente trata diferente [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

3.12 As preocupações com o meio ambiente e o código florestal de 1965

A entrevista de Antônio Vanderli Moreira contribuiu sobremaneira no entendimento das discussões sobre o meio ambiente na década de 70, início das discussões de sustentabilidade. No Brasil, começavam a fazer parte das políticas públicas, a exemplo do que acontecia em muitos países. Para Antônio o tema ainda não fazia parte das discussões na região, nem se falava em legislação ambiental e nem no código florestal, que havia sido aprovado em 1965, e que na sua visão na prática não era levado a sério. Reserva legal era um termo desconhecido, assim como a preocupação em registrar as propriedades em cartório.

Percebe-se que, na época, as questões ambientais na região ainda não eram devidamente discutidas – não muito diferente dos dias atuais, em que a legislação somente é lembrada no caso de incorrer em multas ou prisões. O exemplo da “novela” da revisão do Código Florestal atualmente é um bom exemplo a ser dado na forma que governo e população tratam destas questões. Aproveitando a oportunidade, faz-se um parêntese referente a uma matéria disponibilizada no Portal de notícias do INCRA, em 29 de outubro de 2008, informando que o órgão faria um trabalho de georeferenciamento da área do Parque Nacional do Iguaçu – diferentemente dos 185.262,5 hectares divulgados, o parque teria área de 162 mil hectares. Antônio Carlos Cordeiro, Chefe do serviço de cartografia, informa que o parque nunca foi efetivamente medido, que os números atuais atendem a documentos e cartas antigos, e ressalta que é a primeira vez que esse trabalho é feito desde que o parque foi criado, que no seu entendimento, apresentado na notícia, foi na década de 70. A notícia informa que aproximadamente 45% das áreas do parque são consideradas devolutas e que parte dessas

ainda consta como de propriedade do INCRA. Após o georeferenciamento, as terras serão efetivamente repassadas ao ICMBio, que administra a Unidade de Conservação.

3.13 Ocoy - o destino de muitos... mas nem todos

Para melhor entender como foi a saída das terras e o destino dos desapropriados, buscou-se saber se lhes foi oferecida alguma alternativa de destino, se puderam escolher as novas terras, se foram indenizados e se acreditam ter recebido adequadamente pelas terras. Após a decisão de desapropriar os colonos, era necessário que esses tivessem uma opção de destino; para tanto, foi desapropriada uma área extensa de terras, 12.500 hectares, denominada Gleba N°. 84, localizada no município de São Miguel do Iguaçu, que na época pertencia ao catarinense Santos Guglielme.

O INCRA elaborou um projeto de colonização denominado PIC-Ocoy e criou inicialmente duas agrovilas: Santa Rosa do Ocoy e Santa Cruz do Ocoy. Posteriormente, foi criada uma terceira, denominada São José do Ocoy, para onde foram levados os últimos colonos que deixaram a região do parque e que quiseram ir para a região do Ocoy. As famílias que foram para lá recebiam um pedaço de terra igual ou que muitas vezes correspondia ao dobro da terra que tinham na região do parque. As agrovilas foram preparadas para recebê-los, com estradas e água encanada.

[...] mais tarde, o INCRA desapropriou a gleba 84, dum tal de Santos Guilherme, que era catarinense, de uma fazenda em São Miguel do Iguaçu [...], eles desapropriaram essa fazenda e colonizaram, lotearam, fizeram o projeto, o tal do projeto PIC – Ocoy [...], eles removeram, levaram em cima dos caminhões do próprio INCRA, levaram as mudanças pra lá, naquela colonização, e lá se formou três agrovilas: Santa Rosa, Santa Cruz e São José. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

[...] esse Senhor [referindo-se a Santos Guglielme] era dono de uma mineração lá de Criciúma, diz-se que esse Senhor ficou sete ou oito dias sem comer nada, porque na época..., e nós ficamos sabendo sabe como? Pelo repórter Renner da Guaíba, não tinha televisão. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Foi perguntado aos colonos sobre o recomeço e adaptação após a saída da região do Parque. Pode-se perceber que nem todos os colonos foram para a região do Ocoy. Alguns foram para o Paraguai, para aonde muitos já haviam ido em busca de terras férteis, e outros ficaram espalhados pelas cidades da região. Não houve registro de colonos que teriam voltado para o Rio Grande do Sul e em que proporção isso aconteceu. Essa questão tinha o objetivo de

verificar como a identidade desses colonos passou pela desconstrução e construção durante o processo, desde a sua vinda para a região oeste do Paraná

[...] muitos ganharam tão pouco, nem aceitaram, foram pro Paraguai, resultado, hoje tem sessenta, oitenta colônias de terra, riquíssimos!, lá a terra era barata, mais plaino que aqui, terra igual aqui, né?, vermelha, e dinheiro à vontade pra emprestar a baixo juro, baixíssimo, alguns centavos de dólar, e aí foi fácil, hoje tão bem, casam um filho, ganha três, quatro, cinco colônias na hora de casar, tudo com maquinário [...]. Trecho da Entrevista de Nelson Spies

[...] bom, acontece que o INCRA pagou, o Governo, a benfeitoria, desde cerca de arame, do gado, chiqueirão de porco, casa, o que era nosso lá [Dois Irmãos], isso foi feito o levantamento da terra e outro levantamento, o valor das benfeitorias, desde pé de fruta, essas coisas e tal, foi feito o levantamento, isto eles pagaram pra todo mundo depois, daí ainda deram o direito, você podia arrancar tudo e trazer, eu trouxe, desmanchei tudo e trouxe pra Santa Terezinha, daí e gente comprou ali onde a gente moramos hoje [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Ivo Hanauer ainda conta que, depois de dois anos morando em Santa Terezinha de Itaipu, foi procurado por funcionários da prefeitura de Foz do Iguaçu, para que pagasse o Imposto Territorial Rural sobre a terra que havia deixado em Santo Alberto. Orientado por um amigo, fez o pagamento e guardou o recibo para evitar problemas quando fosse receber a indenização pelas terras. Marcos Mallmann afirmou que sua família não recebeu nada das terras da região do parque até hoje.

Até hoje nós não recebemos nada [...] isso tá depositado em... [referindo-se a Justiça Federal], eu lembro, foi quarenta e seis títulos TDA, [títulos da dívida... agrária], e tinha um valor... tinha valores lá, e daí nós contestamos aqueles valores lá, e aquilo tá lá, nunca mais fui atrás disso, sei lá em que pé tá aquilo, se é e se vale a pena correr atrás. Trecho da entrevista de Marcos Mallmann.

O casal Nelson Spies e Alma Matte Spies informou que, quando começaram as discussões sobre as desapropriações, decidiram mudar-se para Foz do Iguaçu. A casa em que moravam em Santo Alberto foi ocupada por um dos seus irmãos; seus pais Alberto e Paulina ainda ficaram na região do parque mais um tempo. Para Nelson, a colônia de Santos Guglielme, para aonde os colonos foram levados, era pequena para tanta gente. Afirmou ainda que recebeu um terreno em Santa Cruz do Ocoy de 15x40m e que posteriormente o vendeu. As narrativas abaixo apresentam as diferentes versões para a mudança.

[...] no Ocoy, nas terras de São Miguel do Iguaçu, nós não tínhamos área nenhuma e pra levar eles pra outro lugar era praticamente injusto, e além de injusto, era assim, um despropósito levar eles fora da região aqui, pra uma região diferente, tinha o INCRA [...] no Mato Grosso, tinha em Goiás, tinha no Tocantins, mas a gente achou que a justiça seria em colocá-los em áreas de terras aqui da região, terras semelhantes às que eles estavam [...]. Trecho da entrevista de Adilson Simão.

[...] uma grande pessoa que deu uma mão prá nós chamava-se Ferdinando Felício Pargot, que era prefeito na época em São Miguel, ele sempre dizia: “Se o povo

precisa sair do parque eu tenho terra em São Miguel”, e aqui tinha uma área, sabe aqui onde nos estamos, era 13 mil hectares intactas, era um quadrado de terras de um Sr. de Santa Catarina [...] aí da noite pro dia, desapropriou essa fazenda do Santos Guglielme, né?, e o INCRA na época era grande, o INCRA veio aí com o projeto de, isso aqui foi uma coisa muito boa que aconteceu, um projeto muito dinâmico, muito bem feito, mais nisso surgiu Itaipu também. Mas todo povo do parque veio aqui, mesmo a terra que inundou o povo pegou, depois a Itaipu pagou, né?. [...] Trecho da entrevista de Tadeu Welter

[...] aqui, como foi o pessoal, foi colocado num lugar bom, o pessoal pode trabalhar de novo, trabalhar com vontade, né?, porque na época era precário lá, o ponto positivo daqui [Santa Cruz do Ocoy] era que o pessoal chegou aqui e deslanchou, tanto é que pode ver, hoje tem pouca árvore aí, muito por esse motivo, né?, o pessoal chegou aqui com sede de trabalhar, e trabalhou, né?, trator de esteira e desenvolveu, hoje tem essa região aí [...]. Trecho da entrevista de Marcos Mallmann.

[...] eles, pra arrumar uma forma pelo menos de os colonos terem onde se colocar, eles inventaram lá o tal do Projeto Ocoy, que também foi feito no chute, e, lógico, sem projeto, sem previsão de nada, que, tanto foi no chute, que eles colocaram os colonos numa área que, pouco depois, parte dela foi inundada pelo lago de Itaipu [...], uma parte não quis aquilo lá e aí simplesmente foi pro Paraguai, inclusive deixou o Brasil [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

Nas narrativas, observa-se certa satisfação por parte de Tadeu e Marcos, que atualmente vivem em Santa Cruz do Ocoy, e o discurso de certa forma político de Antônio Vanderli Moreira. Esse entende que houve falta de planejamento do Governo sobre o que fazer com a população que vivia na região do parque. Esta visão é diferente da narrativa de Adilson Simão, que justifica a mudança para a região do Ocoy, dizendo que houve justiça e que, se os colonos não fossem para lá, possivelmente teriam que ir para outro assentamento na região noroeste do país.

[...] quem acreditou e veio pra cá [Ocoy], ele tá bem, teve gente também que pegou terra aqui, já vendeu, hoje ficou sem terra, mas o INCRA deu terra pra todo mundo, só não pegou terra quem teimou e não quis. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Plínio afirmou que, antes de saírem da região do parque, foram até o INCRA. Os administradores afirmaram que, se não tivessem dinheiro, que entregassem a terra, que iriam perder a questão, então foi o que fizeram. Conforme já mencionado, Plínio ainda afirma que não recebeu pelas terras, que o Advogado Dr. Kraissic recebeu o seu dinheiro em 2001, uma vez que tinha recebido uma procuração, e que um outro advogado, ao consultar o processo há pouco tempo, afirmou que ele não teria mais nada a receber. Atualmente, há uma ação contra o primeiro advogado, Dr. Kraissic, ou seja, a situação ainda está indefinida e Plínio Hendges sem receber pelos 20 hectares que tinha na região do parque. Outros colonos relataram problema parecido quanto à injustiça que sofreram, pois os advogados que os representaram nos processos de alguma forma os lesaram mais uma vez, já que lhes deram “plenos poderes”,

o que implicava em receber o dinheiro das indenizações inclusive. Percebe-se que o INCRA, na tentativa de “ajudar”, indicou advogados, porém a simplicidade dos colonos não os permitia ficarem atentos a qualquer risco de injustiça, o que gerou em prejuízo, a exemplo de Plínio Hendges, que hoje tem uma ação na justiça contra o advogado indicado pelo INCRA. O fato o tornou vítima duas vezes, uma quando teve que sair da região do parque sem receber e outra quando foi “lesado” pelo advogado que recebeu em seu nome pelas terras da região do parque.

[...] um que teimou ficou lá, eles foram pagar lá e ele não saía, ficou dois, três anos lá [...] depois o Dr. Salinet ficou acho que uns sete, oito anos lá, ganhou uma indenização muito grande, os outros todos assinaram plenos poderes pro advogado lá, que o INCRA trouxe de Curitiba, lá eles ficaram com o dinheiro [...]. Trecho da entrevista de Nelson Spies.

[...] eu vi ali na Justiça Federal, minha mãe e meu pai deram a procuração pra ele de plenos poderes, e nós nunca recebemos nada [...]. Trecho da entrevista de Alma Matte Spies.

Antes da condução dos colonos para a região do Ocoy, o INCRA fez o arruamento das colônias de Santa Rosa, de Santa Cruz e, posteriormente, de São José do Ocoy, construiu igreja, escola e doou aos colonos. O prefeito de São Miguel do Iguaçu da época concordou em levar os professores das colônias de Santo Alberto e São José do Iguaçu para a região do Ocoy, mas alguns pediram demissão e foram embora para outras localidades. Ivo Hanauer afirmou que o INCRA começou a montar uma sede na estrada, caminho para a Praia Artificial em Santa Terezinha de Itaipu, onde antigamente existia uma pequena usina hidrelétrica, próximo à foz do rio Ocoy, no rio Paraná. Além do escritório, o INCRA montou dormitório e várias casas depois em razão da formação do lago de Itaipu. Posteriormente, a sede teve que ser levada para a região do Ocoy, em São Miguel do Iguaçu.

[...] nisso chegou a topografia da Itaipu, e imagina lá perto do paranazão, tiveram que desmontar tudo, daí puxaram a sede lá pra cima na outra cabeceira da gleba, tá e daí [...] a Itaipu terminou a topografia, daí todo mundo já sabia até onde a água vai chegar, e o INCRA sabia também certinho, o que que eles fizeram?, fizeram o projeto Ocoy I e o projeto Ocoy II, o primeiro onde não atingiu água, e o segundo, ou seja, talvez um 60% da área total ficou abaixo da água no projeto II, então nós pegamos depois, não só eu, muitos outros, pegamos só o Ocoy II, que é essa área que foi inundada, essa a Itaipu indenizou depois, então veja bem, todos os que pegaram o projeto I, onde não chegou água, é o chamado projeto seco, porque não chegou lago, pegaram uma quantia de terra naquele projeto I e mais outra terra no projeto II, pra a Itaipu indenizar depois, quer dizer, sempre totalizavam uns até o dobro como tinham ali, e a grande quase totalidade como eu disse no início foram indenizados ainda ali [...] duas vezes, pela a Itaipu e pelo Governo dessas terras ali. eu fiquei só com o projeto II e sem indenização até hoje da Itaipu, aí tem mais um detalhe importante que não pode ficar no esquecimento, não pode ficar fora, quando começou a, quando a gente assinou, quando eu peguei depois esse segundo lote, já que o primeiro não deu certo, a gente teve que assinar um acordo com o INCRA do projeto II, tudo bem, só que pra isso, eles chamavam a gente no banco Bradesco em

São Miguel do Iguaçu pra assinar um empréstimo pessoal, e esse dinheiro ninguém viu, automaticamente foi do banco para o INCRA, mas a gente tinha que pagar esse banco, sabe o que é um empréstimo pessoal? o banco não traz o dinheiro? nós não vimos a cor do dinheiro, isso era pra quê? segundo o INCRA, era pra pagar a terra que a gente recebeu lá, é claro que não foi um valor correspondente, ou o valor da terra propriamente dito, foi mais ou menos o seguinte: pra pagar a infraestrutura do projeto, tudo o que eles construíram, abertura de estradas, tudo começou com foto aérea, depois a medição, topografia, agrimensura, aquela coisa todo, infraestrutura, esse dinheiro cada um de nós pagou, esse... essa infraestrutura [...] em outras palavras, eu posso dizer, eu paguei essa terra lá, eu estou esperando eles pagar a minha... tá? [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Antônio Vanderli Moreira afirmou que o INCRA muitas vezes é quem realizava as mudanças em seus próprios caminhos; além das famílias e pertences, carregavam a esperança de um novo recomeço. Afirmou ainda que esses colonos passaram por dificuldades, uma vez que ainda alguns tiveram que deixar novamente suas terras quando essas ficaram submersas pelo lago de Itaipu, formado no ano de 1982. A narrativa de Adilson Simão afirma que para todos os colonos foi dada a oportunidade de ir para a região do Ocoy, mas nem todos aceitaram. Contradizendo Adilson Simão, Ivo Hanauer afirmou que não lhe foi dado a possibilidade de escolha da terra e a Agrovila que gostaria de morar. Esse afirmou ter sido um dos primeiros a se interessar em se mudar para o Ocoy, porém a região ainda tinha alguns posseiros, inclusive teve problemas em efetivamente assumir a sua propriedade, já que sofreu ameaças, junto com um representante do INCRA, quando entrou na sua nova terra. A narrativa apresentada abaixo apresenta em detalhes a sua chegada na região do Ocoy.

[...] eu fui um dos primeiros a ter um lote lá, que me foi oferecido, mas daí tinha dois “negão” morando lá, tipo intrusos, tipo jagunços, vamos falar logo assim, inclusive armados, eu aceitei o lote, tá, tudo bem, então não vou mais cortar mato lá embaixo, lá na desapropriação, vou começar a trabalhar aqui, “tá liberado, pode trabalhar”, mas eu não me preocupei com esses dois caras que estavam morando no barraco lá, caindo, eu logo, logo achei um cara interessado em arrendar, arrendei prum tal de Jango, pra cortar que era só quicença, não tinha uma árvore, roçar dois alqueires e plantar soja, acho que era a meia, coisa assim, fizemo o contrato, aí vim embora, esse contrato foi feito lá no projeto, no escritório do INCRA [Ocoy], aí vim embora, quando foi na semana seguinte, eu peguei uma carona fui pra lá ver como é que tá, a ver se o cara tá trabalhando, roçou ou não roçou, cheguei lá, lá no escritório do INCRA, todos os dias tinha gente, muita gente lá, colonos, uns pra ver o lote, que não tinha recebido ainda sua terra, e aí encontrei esse Jango lá, quando ele me viu descê do caminhão, caminhonete, não sei, me chamou: ”ó, o seguinte, aquele dois negão que mora lá, aqueles dois nego lá não deixam eu trabalhar não, e eu rocei um eito lá assim, daí eles chegaram e mandaram eu parar, mostrando facão, espingarda, não sei o que, eu não tô a fim de morrer, desisti”, daí o que que eu fiz? fui lá em cima na terra lá, olhei ainda, voltei no escritório falei: “olha, assim, assim, assado, e agora eu tenho a propriedade lá onde que eu tô pagando imposto, eu comprei e paguei há dez anos, essa aqui ainda não é minha, e aqui não deixam trabalhar, então vou voltar e trabalhar lá, lá no que é meu, quando vocês tirá esses caras dali, vocês me avisam que eu volto”, daí o Jacobs, que era o administrador lá, chamou o motorista e “leva o homem lá, tu vai falar com os caras lá, dá 48 horas pra eles”, eu fui num jipe com ele, entremo de frente numa estrada estreitinha, até no barraco, até

que um lá, um tal de Pedro Pires, quando nós tava lá na frente, ele saiu fora e falou isso pro encarregado... mas pra quê?, ele já passou a mão numa espingarda, deu um grito, já veio outro com o facão, mas ele não manobrou pra fugir com o jipe, o motorista, ele deu uma ré que acho que ele nunca correu tanto na ré, tão velocidade como aquele dia, pra sai na estrada lá e se mandar, aí desisti, né?, fazer o quê? Vô querer morrê lá se o próprio INCRA correu, não tinha coragem de ir lá pra tirar eles?, e daí o outro, daí o Borchard pegou esse lote, continuou não podendo trabalhar, desistiu também, e daí deram para um terceiro e aí tiraram os caras de lá, esse terceiro então foi morar lá [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Adilson Simão, ao ser perguntado sobre a questão de posseiros, como o caso que aconteceu com Ivo Hanauer, afirmou que, se houve posseiros, foi depois que a terra já estava em nome do colono, afirmando ainda ter certeza de que o colono recebeu a terra limpa. Segundo ele, os colonos que foram para a região do Ocoy tiveram o apoio do INCRA, pois o órgão teria feito um trabalho muito bonito em desapropriá-los. Tadeu Welter, em sua narrativa, explica que para a sua família a ida para a região do Ocoy não foi tão ruim, falando muito bem de toda infraestrutura e comparando com as dificuldades que tinham na região do parque. Referindo-se ainda à infraestrutura, Tadeu Welter menciona a questão de farmácias que foram se instalando e cita os irmãos Guellere como pioneiros neste setor.

[...] esse projeto aqui do INCRA foi um projeto muito bom, se você olha aqui é tudo traçado tipo loteamento [referindo-se à região do Ocoy], estrada tudo reta na época, eu sei que eu ia a Curitiba... daí o povo pedia por causa de água, porque antigamente media a terra em cunha pra chegar na água, eles diziam: “não, seu Tadeu, lá não vai acontecer isso aí”, sim, mas em lá, “não, nós vamos perfurar poços” e realmente, foi uma maravilha, hoje todo povo tem água, e... já há 35, 36 anos, água de poços, aí foi feito encanamento de PVC, e na época funcionou, o INCRA realmente ele, ele investiu [...]. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

3.14 Os símbolos e o fortalecimento da identidade

As entrevistas de Tadeu Welter e Marcos Mallman, como já mencionado, foram realizadas no clube em Santa Cruz do Ocoy, que fica nos fundos da igreja católica. Marcos apresenta com saudosismo o início da comunidade de Santa Cruz; Tadeu Welter justifica o nome dado à nova comunidade: segundo ele, tudo o que passaram foi considerado uma cruz.

[...] a primeira missa foi rezada ali, ó, naquele bosquezinho [apontando para bosque onde está o sino da igreja em Santa Cruz do Ocoy], e era mato na época, ali onde está o sino, por ali, foi aberto um espaço dentro do mato, foi colocada uma cruz de madeira ali, e ali as primeiras missas eram rezadas ali [...]. Trecho da entrevista de Marcos Mallmann.

[...] porque foi uma cruz tu deixar tudo o que você tinha feito em dez, doze, quinze anos lá [São José], deixar isso e começar de novo. Trecho da entrevista de Tadeu Welter.

Durante as narrativas, um símbolo mencionado pelos colonos foi o sino das igrejas. Marcos Mallmann e Maurício Schossler explicaram o que foi feito com os sinos que tinham nas antigas comunidades na região do parque: o sino de Santo Alberto atualmente encontra-se na igreja em Santa Rosa do Ocoy, o de São José do Iguaçu encontra-se em São José do Ocoy, já o sino de Santa Cruz do Ocoy foi comprado pelas duas comunidades Santa Rosa e Santa Cruz. Marcos explica como foi para colocar o sino na torre.

[...] o sino era erguido com... pegava as madeiras dessa bitola [gesticulando para mostrar a espessura da madeira], assim tudo faquejada, pra botar o sino lá em cima [...] na época era boi, levava as toras com... botava as toras em cima da carroça, levava pra serraria, fazia uns quadrado assim [gesticulando], e pra erguer aquilo, um sino às vezes de 600 quilos lá em cima? tá lá as fotos lá, eles puxando com aquele tratorzinho que o Tadeu fala. [...] jogava a corda por cima, e cabo de aço na época nem tinha [...], correntão e emendava os correntão e puxava, erguia aqui até chegar, aquele sino que tá lá e do mesmo sistema que... hoje tu pega um guindaste e ergue lá em cima [...]. Trecho da entrevista de Marcos Mallmann.

Maurício Schossler afirmou em sua narrativa que, atualmente, os padroeiros das comunidades da região do Ocoy são os seguintes: Em Santa Cruz, São Luís; em Santa Rosa, Santa Rosa de Lima; e em São José, o homônimo. A agrovila de São José do Ocoy, que se localiza no PIC Ocoy II, teve esse nome em razão dos moradores terem vindo da região do parque, a maioria de São José do Iguaçu, tendo sido os últimos a sair. A madeira da capela de São José do Iguaçu foi usada para construir a de São José do Ocoy. A narrativa de Maurício Schossler relatou como foi pra ele a ida para a região do Ocoy. Como era considerado um líder de um movimento de resistência à saída da região do parque, lhe foi dada a possibilidade de ter o dobro de terras que tinha em São José do Iguaçu, sendo dado um prazo para que confirmasse a proposta. Após algum tempo e confirmada a proposta, recebeu a terra em Santa Cruz do Ocoy já com escritura. Foi o que aconteceu para alguns colonos, a possibilidade de trocar uma terra em litígio por outra escriturada, mesmo tendo que começar tudo de novo, ou seja, desmatar, construir casa e galpões, caso não os tivesse levado da região do parque, iniciar a roça, entre outros. Aqui, cabe uma reflexão quanto à proposta recebida por Maurício Schossler, que, conforme anteriormente mencionado, teria o dobro de terras na região do Ocoy, na tentativa do INCRA de que esse, ao sair, levasse consigo outros colonos, uma vez que era considerado um líder em São José do Iguaçu.

Segundo a narrativa de Maurício Schossler, o INCRA favoreceu todos os suspeitos de liderança do movimento de resistência em sair da região do parque quando foi feita a mudança desses colonos para a região do Ocoy. Maurício se pergunta por que Edmundo Wagner foi tão beneficiado e cita outros, como Ludgero Roth, Wengel e Alfredo Matte,

ressaltando que ele mesmo recebeu o dobro das terras que tinha em São José do Iguaçu. Esclarece ainda que nunca questionou, nunca brigou para ter essa quantidade de terras; diz tê-las recebido voluntariamente e não saber os critérios usados para beneficiar alguns colonos, porém acredita ser a questão de liderança o principal fator. Segundo Maurício, o INCRA levava a mudança dos colonos para a região do Ocoy, era uma tentativa de incentivo para que os colonos deixassem as terras da região do parque e fossem para a região do Ocoy, para ele os maiores beneficiados com esta ajuda do INCRA foram líderes do movimento de resistência. Entendia que, se os líderes fossem embora, os outros colonos os seguiriam. Afirmou ainda que com ele o INCRA “se enganou”, pois foi um dos últimos líderes a sair de São José do Iguaçu, havendo ainda sete famílias morando lá quando decidiu deixar as terras, incluindo a região de Santo Alberto e suas comunidades. Fica uma dúvida quanto aos nomes mencionados por Maurício: se todos estes possuíam escritura das terras da região do parque, já que foram beneficiados assim como Maurício Schossler.

[...] quando eu vi o bixo pegar, daí eu consultei o Deputado: e o que eu faço agora? daí ele disse “você não vão conseguir vencer essa batalha, porque você perderam a força, porque os outros foram”, daí nós ficamos meio de mão amarradas, e daí o INCRA daqui, a coordenação, pra mim fizeram uma última forma, [...] chegaram a mostrar igual isso aqui mais ou menos, “a tua terra é essa aqui, só que é só uma divisória”, [...] o meu lote é 226, eles fizeram 226 A e 226 B, já tinha dividido ela no meio, “e tu fica com a metade, a outra metade um outro vai pegar, se tu até tal dia não der a tua palavra”, [...] iam cortar pelo meio, e daí eu pensei, não antes que o bicho pega eu vou... Trecho da entrevista de Maurício Schossler.

Maurício Schossler, depois de morar um tempo em Santa Cruz do Ocoy, foi chamado no quartel do exército em Cascavel para esclarecimentos. Afirmou que levou toda a documentação que tinha referente as terras da região do parque e que foi com o objetivo de saber as razões por que eles, pequenos proprietários de terras, com documentação legal, tinham passado por todo processo e sido tratados como se fossem invasores. Segundo Maurício, o General do Exército de nome Sampaio o recebeu e, inicialmente, começou a questioná-lo sobre sua relação com o Deputado Federal Paulo Marques, uma vez que a imprensa mencionava a ligação de ambos. Esse respondeu que seriam companheiros de partido político pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB²¹. Nesse momento da entrevista Maurício afirma a sua posição política, diz que pode até mudar de religião, mas de partido político não muda.

[...] quando eu tive que me apresentar pra um General lá em Cascavel, na chegada eu tive que deixar a minha pasta [...] eu já sabia que eu ia ser sabatinado lá, mas na chegada tudo muito rigoroso, aí “deixa sua pasta aqui”, me revistaram, não pude

²¹ Partido de oposição ao Governo na época, hoje Partido Democrático Brasileiro - PMDB.

levar nada [...] colocaram tudo num saquinho, lacraram e deixaram ali [...] “agora tu sobe lá pra cima falar com o General Sampaio” [...] isso foi depois que eu já havia sido preso na Polícia Federal de Foz [...]. Trecho da entrevista de Maurício Schossler.

Segundo Maurício, o General então o questionou sobre as questões do parque, sobre a sua liderança perante os colonos. Maurício explicou que tinha trazido um amigo de Cerro Largo do Rio Grande do Sul para ajudá-lo no movimento de resistência em São José do Ocoy. Maurício então pediu ao General para lhe mostrar a documentação que havia levado para comprovar a posse da escritura das terras de São José do Iguaçu, buscando, então, a pasta que havia ficado retida na recepção do quartel. Mostrou toda documentação e afirmou não achar justo tudo o que haviam passado, uma vez que a escritura era legal e que tinha financiamento oficial do Governo pelo Banco do Brasil. De acordo com ele, o banco não iria aceitar uma documentação “fria” para emprestar dinheiro.

[...] eu dou todo o meu sangue das minhas veias, se isso aqui não tem mais valor, eu falei, podem me matar, mas eu não me entrego, aqui em baixo, olha, foi carimbado e assinado em cartório e por baixo está escrito: o referido é verdade e dou fé, e eu dou fé. E a minha pátria, é lá onde... o meu Brasil é lá onde nessas duas hectares de terra, isso ninguém vai me tirar [...] vocês podem fazer o que vocês quiserem, eu não vou me entregar, eu quero o que é certo [...], além de mim, tem tanta outra gente, e eu não aceito vocês dizer que esse pessoal lá são intrusos, porque eu conheço quase todos desde o Rio Grande do Sul, da nossa região, e da nossa região, do Rio Grande do Sul, do noroeste do Rio Grande do Sul, não tem invasor e nem bandido, e muito menos agricultores de origem germânica que vêm pra cá invadir coisas que é do Governo Federal [...] isso é história pra boi dormir, vocês tem que levar as coisas mais a sério [...], e se o Senhor gostou do que eu falei, o Senhor pode me dizer, mas eu quero lhe fazer uma porção de perguntas [...] já que o Senhor me chamou aqui eu quero lhe perguntar uma porção de coisas, aí eu comecei perguntar pra ele e ele foi anotando: como é que pode destruírem? como é que pode vocês prenderem o agricultor? como é que podem tomar as ferramentas de trabalho? como é que pode tirar famílias de dentro de casa? [...] Eu quero que o Senhor me responda, ele foi, começou a anotar [...] como é que eu tenho as escrituras e agora dizem que não tem valor? o senhor pode responder? por que o Presidente assinou? mas e se a Constituição diz que não pode? o senhor pode me responder? a constituição brasileira diz que não pode, e eles puderam, o Senhor pode me responder? pra me convencer? pra eu convencer os meus [...], aqueles que estão atrás de mim? que eu estou defendendo? o Senhor pode me responder isso? [...], e se o Senhor não pode fazer favor me responda, procure uma resposta. “*Eu hoje não tenho, mais eu vou te responder*” [resposta do General], esse General Sampaio tá morto faz tempo, não me respondeu [...] não me chamou mais [...]. Trecho da entrevista de Maurício Schossler.

Percebe-se na narrativa emocionada de Maurício Schossler que, para ele, mesmo após ter ido para a região do Ocoy e recebido o dobro das terras que tinha na região do parque, restaram questões que não foram respondidas e que ainda o incomodam, pois, se não teve as respostas na época, agora acredita que nunca vai saber, visto que o General Sampaio, pela idade que tinha então, não mais as responderá. Concordando com as inquietações

apresentadas e que foram perguntadas ao General, se fosse possível uma conversa da autora com esse, as perguntas não seriam muito diferentes, quase quarenta anos depois do fato acontecido. Possivelmente, as dúvidas que se tem nenhum colono ou dirigente do INCRA ou do ICMBio poderia responder nos dias de hoje, mas vale a reflexão de um fato que merece ser registrado na história da região. Quem sabe, após a “semente” lançada desta discussão, apareçam outros registros e fontes que possam esclarecer algumas das questões que continuam a incomodar.

3.15 O início do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no oeste do Paraná

Adilson Simão afirmou que as pessoas da comunidade eram pessoas calmas, pacíficas. Entretanto, depois de seis anos após a mudança para o Ocoy, ele foi chamado para participar de uma conferência de sem-terras que tinham invadido terras em Cascavel. Ao chegar ao local, deparou-se com colonos que antigamente viveram nas colônias de Santo Alberto e São José do Iguaçu. Perguntado aos colonos o que faziam lá, a resposta foi que estavam no movimento para ganhar um pedaço de terra. Segundo Adilson Simão, este momento foi o início dos movimentos dos sem-terra na região, que da desapropriação do Parque surgiu o primeiro movimento de ficar na beira de estradas e invadir fazendas, como a Mitacoré, do banco Bamerindus. Até então, não se havia ouvido notícia de movimentos de sem-terras na região. Registra-se que quase na mesma época começaram os problemas de desapropriações de colonos para a formação do lago de Itaipu, há casos de colonos que foram desapropriados na região do parque e posteriormente por Itaipu. A reflexão que se faz é: será que foi vantajoso receber esse dinheiro? Colonos desapropriados da região do parque participaram do movimento Justiça e Terra, que era dos desapropriados de Itaipu?

3.16 O que ficou...

Por último, lhes foi perguntado como viam todo este caso, desde a vinda do Rio Grande do Sul até o destino que escolheram após as desapropriações, e se as famílias ficaram bem ou não após todo o processo em questão.

[...] eu acho que só tem uma resposta, isto lá, este nosso caso é uma história, é um fato que aconteceu, é uma barbaridade, isso tudo que aconteceu, tenho certeza, ainda

ontem comentei com alguém sobre aquilo lá, sobre as desapropriações, covarde, ferindo a própria Constituição, é... tudo isso aconteceu, e só poderia ser num regime, como foi nesses vinte e um anos, já era naquela época da Ditadura Militar, no Regime Militar, né?, nós tivemos vinte e um anos, começou em 31 de março de 64, terminou em 85, tá, eu tenho absoluta certeza de que, se fosse hoje, nada disso iria acontecer mais... fosse hoje, o Governo, seja estadual, federal, quisesse desapropriar alguma determinada área, pom... seja lá qual for o motivo, o objetivo, é e... ia não mais acontecer simplesmente por um decreto presidencial, que um general presidente da época talvez sonhou de noite, outro dia abriu a caneta, assinou o decreto, tem que valer, por que hoje não aconteceria mais?, porque hoje talvez ia dar pano pra muita manga no Congresso Nacional, deputados federais, senadores... analisar, discutir, pra ver se aprova ou não aprova, depois o presidente pegar a caneta e assinar, como se diz no Governo, sancionar o que foi aprovado, não aconteceria mais hoje [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

[...] hoje, se acontecesse, a história seria bem diferente, né?, porque começa que a própria justiça iria analisar de um modo diferente, não é?, e haveria como fazer valer a lei, né?, [...] porque naquele tempo não havia como fazer [...] a imprensa também era muito reticente, porque é lógico, eles sabiam dos limites, né?, conforme o tipo de matéria que colocasse, que ia dar problema [...] e isso era o pensamento geral, né?, não se comprometer [...]. Trecho da entrevista de Antônio Vanderli Moreira.

Ivo Hanauer fala com respeito de Antônio Vanderli Moreira, advogado contratado para defender os colonos quando eram presos, derrubando mato na região do Parque.

[...] ah, esse, se tá vivo, eu queria que fosse vivo para o céu, menina! [...] quanto tempo esse homem perdeu com nós, pra defender nós, tirar preso da cadeia, prendiam, aí procurava em Foz, não achava [...] uns achavam de madrugada em São Miguel na cadeia, outros em Medianeira, e o Dr. Antônio Vanderli Moreira, com o opala que ele tinha, levando os colonos, até acha, tirar os presos, um dia nós tivemos que ir, um grupo de pessoas, ir com ele, defender ele no Batalhão do Exército em Foz, até isso, era Ditadura Militar, né?... mexeu com coisa contra o Governo, hummm... e ele tinha essa coragem, né?, o único advogado que tinha essa coragem, e nunca cobrou uma consulta sequer, mas era quase diariamente, tinha um colono, ou dois, ou três lá no escritório dele, ele largava, porque ele, ele sentia essa injustiça, ele defendia nós no que pudesse, sem cobrar, nunca paguei, de consulta sequer, nem xérox, nem telefonema, nem gasolina do carro dele [...]. Trecho da entrevista de Ivo Hanauer.

Ivo Hanauer lamenta quanto ao que é contado nas escolas sobre a história da região, diz que infelizmente toda a história que esses colonos viveram a cerca de 20 quilômetros de Santa Terezinha de Itaipu, onde reside até hoje, não é sabida pelos moradores e nem contada nas escolas, e ressalta que, em trinta e quatro anos em que vive em Santa Terezinha de Itaipu, pela primeira vez conhece alguém interessado em estudar a história desses colonos. Ressalta-se aqui a principal justificativa para a realização deste estudo e o legado que este pode deixar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo pode ser considerada inédita, visto a abordagem feita e as questões levantadas. Em 2010, foi concluído outro estudo, no qual o autor, Rudy Nick Vencatto, abordou a história destas comunidades de forma um pouco diferenciada. Além desse estudo, percebeu-se que há pouca análise sobre a história da formação da região e do Parque Nacional do Iguaçu e praticamente nenhuma sobre as comunidades de São José do Iguaçu e Santo Alberto. O Plano de Manejo menciona, na visão dos administradores, como o processo das desapropriações de colonos aconteceu, porém o tema carece de outras abordagens acadêmicas.

Para compreender como os colonos chegaram e se instalaram na região do Parque Nacional do Iguaçu, houve a necessidade de se conhecer como foi a ocupação na região oeste e sudoeste do Paraná, uma vez que ambas estão interligadas por problemas comuns de conflitos de terras. Neste contexto, observou-se que a luta pela terra no Estado acontece desde o século passado, quando o Governo incentivava a ocupação do território, especialmente em áreas de fronteiras. Esta ação governamental despertou a entrada de imigrantes e migrantes em todo o país. A região oeste e sudoeste do Paraná era “invadida” por argentinos e paraguaios, sendo que alguns deles haviam recebido terras do próprio Governo para que a região fosse desenvolvida, região esta inóspita, tanto que alguns colonos que vieram trazidos por Miguel Matte na década de 20 não conseguiram se manter nela e retornaram para a localidade de origem.

Na década de 30, o Governo do Estado tomou de volta terras que haviam sido cedidas pelo Governo Federal à BRAVIACO, empresa responsável pela construção de ferrovias ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul e seus ramais. A empresa entrou na justiça para não perder as terras, terras estas que, durante certo tempo, tinham três donos: o Governo Federal, o Governo Estadual e a empresa, que já havia vendido parte das terras a terceiros – as terras eram vendidas e novamente escrituradas. Em 1937, Getúlio Vargas instituiu a Faixa de Fronteira, que tinha 150 quilômetros desde as margens dos rios que delimitavam as fronteiras internacionais, visando coibir a invasão de estrangeiros e proteger o território nacional, além de criar o Parque Nacional do Iguaçu, em 1939.

Na década de 40, o parque foi ampliado, porém a falta de demarcação efetiva das fronteiras e a não verificação dos títulos das terras de seus limites impediram que o Governo

Federal percebesse que aquelas terras, tituladas na década de 20 para a empresa São Paulo - Rio Grande e repassadas a BRAVIACO, haviam sido “tomadas” pelo Governo Estadual, o que ocasionou a sobreposição futura de títulos em terras também tomadas por posseiros e grileiros. Estas confusões possibilitaram uma sucessão de erros, que viriam a aparecer futuramente com o aumento da expansão populacional rumo ao oeste do país.

As décadas de 50 e 60 foram importantes para o povoamento da região. O Governo desta vez incentivava a vinda de colonos e anunciava em rádios a possibilidade de aquisição de terras férteis. Colonizadoras que vendiam terras nessa região, por sua vez, anunciavam o mesmo no Rio Grande do Sul. Colonos agricultores, muitos deles jovens, deixavam terras desgastadas e vinham em busca da tão divulgada “terra fértil” no Paraná, incentivando parentes e amigos a fazerem o mesmo. Em pouco tempo, cerca de 470 famílias haviam se estabelecido em um local onde, para o Governo Federal, era área de parque desde a década de 40. Por outro lado, os colonos chegavam motivados, alguns escrituravam a terra em cartório assim que chegavam, outros guardavam em suas gavetas o registro de compra e venda ou a procuração, para futuramente registrá-la em cartório, entendendo ser aquele o registro de propriedade. As comunidades de São José do Iguaçu e Santo Alberto iniciaram-se por volta de 1964, e, na sequência, foram se formando as comunidades de Dois Irmãos, São Luís e Santa Luzia na faixa de 7 quilômetros entre a Estrada Velha de Guarapuava e o rio Iguaçu. Percebe-se que o Governo, neste período, ainda não tinha efetivo controle sobre suas fronteiras: apesar de vários municípios estarem se formando na região, as comunidades citadas ficaram à margem desse desenvolvimento.

As comunidades foram se organizando em forma de mutirão, se ajudando na derrubada do mato, nas lavouras, nas festas que eram realizadas, basicamente de cunho religioso. Era uma oportunidade de encontro da sociedade, sendo as comunidades, inclusive, visitadas pelos moradores das cidades próximas que gostavam muito de degustar o famoso “churrasco gaúcho”. A música era muito presente nas festas, desde a fanfarra da escola, o bandonião, ou mesmo o violino de Pedro Marschall. Os eventos nas comunidades atraíam pessoas da redondeza que iam para os bailes, o churrasco, as festas religiosas ou para os torneios de futebol. Percebe-se a falta de diálogo entre os governos locais com o Governo Federal, uma vez que os entrevistados mencionam nas entrevistas que vários políticos da região frequentavam os eventos realizados nas comunidades. Cabe uma reflexão: a quem interessava que essas comunidades ficassem despercebidas? Alguns membros da comunidade tinham certo envolvimento com partidos políticos e, inclusive, havia propriedades adquiridas

por políticos como também pela Mitra Diocesana de Toledo, ou seja, pela igreja. Uma inquietação trata das razões que teriam feito o empresário Antônio denunciar na câmara de vereadores que o parque havia sido “invadido”: quais interesses estariam por trás dessa denúncia?

Os anos 70 começaram com a notícia de que os colonos teriam que sair da área. O Decreto 554/69 (ANEXO O) e depois o Decreto Presidencial 69/71, assinados pelo Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, citado com desprezo por Ivo Hanauer, oficializavam a necessidade da saída. A legislação em questão justificava que a localidade era zona prioritária de interesse social para fins de reforma agrária, diferente da notícia anunciada em uma reunião em Santo Alberto por representantes do INCRA, de que a desapropriação seria para efetivar os limites do parque. Como poderia uma terra a qual o Governo alegava ser território de Parque Nacional ser desapropriada para fins de reforma agrária? Houve erro na elaboração do decreto?

A sombra do regime militar abrandou qualquer tentativa de movimento de resistência mais forte. Neste contexto, cabe a posição política de Antônio Vanderli Moreira, que apresenta como funcionava o regime militar na fronteira: ele afirma que a pressão era tanta que despertava medo. Como exemplo, cita as prisões dos colonos, que não duravam muito tempo, apenas o suficiente para que estes resolvessem deixar a região. Percebe-se, então, que o regime militar “inflamou” todo esse processo da retirada dos colonos das terras, sendo esta afirmativa confirmada pelos entrevistados, inclusive pelo diretor do parque da época, que declarou que, se não tivesse ocorrido a retirada dos colonos, hoje o parque da forma que é não existiria.

A saída dos colonos foi marcada por prisões, ameaças, enganos e muito desgosto. Das 470 famílias, muitas foram para a região de São Miguel do Iguaçu, denominada PIC-OCOY, onde o INCRA criou as agrovilas de Santa Cruz do Ocoy, Santa Rosa do Ocoy e São José do Ocoy, todas dotadas de infraestrutura de acesso e água. Cabia ao órgão muitas vezes trazer a mudança da região do parque, que não acontecia logo que o colono recebia a terra. A narrativa de Maurício Schossler aponta que alguns colonos foram beneficiados com a saída da região do parque, uma vez que ganharam um pedaço maior de terras, citando ele próprio como exemplo. Sem querer, Maurício Schossler foi arrolado em um processo no qual os 36 colonos que tinham registro em cartório em São José do Iguaçu, foram declarados latifundiários, processo confuso ainda, uma vez que não se tem facilidade de acesso a documentos que possam efetivamente esclarecer esta questão.

A ida das famílias para a região do Ocoy fez com que, de alguma forma, os colonos mantivessem vivo o espírito solidário dos mutirões, comprovado nas narrativas quando os mesmos apresentam como se deu o processo de mudança. O colono precisava recomeçar, ou seja, derrubar mato, fazer o plantio das lavouras, construir a casa. Essas ações foram marcadas sempre pela união dos colonos, que, apesar do sofrimento passado, mais uma vez trabalhavam em mutirão. Alguns como Ivo Hanauer ainda tiveram que lutar pela terra e tirar os posseiros que se encontravam na nova propriedade, nem sempre com sucesso. No caso de Ivo, esse desistiu das terras e foi morar em Santa Terezinha, que, na época, era distrito de Foz do Iguaçu. A exemplo de Ivo, outros colonos desistiram ou não quiseram terras na região do Ocoy e se espalharam pela região, a exemplo do casal Alma e Nelson Spies. Houve, ainda, aqueles que resolveram se “aventurar” em busca de terras férteis no país vizinho – Paraguai.

Na região do parque, além de clareiras, segundo o relato de Fernando Salinet e de Marcos Mallmann, ficaram as ruínas de túmulos e buracos. No período em que as comunidades existiram, serviram como poços de água e fossas, e, agora, mais de 30 anos depois, após o apodrecimento da madeira colocada pelos administradores do parque para fechá-los, devem ter se tornado cemitério de animais, uma vez que, profundos, impossibilitariam a saída de qualquer um que ali caísse. Para os colonos entrevistados ainda resta a dúvida se todos os restos mortais foram retirados, possibilidade apresentada inclusive por Adilson Simão, que declarou que a todos foi dada a oportunidade de retirar os restos mortais de parentes, mas que desconhece se todos o fizeram.

Durante as entrevistas, a figura de Ivo Hanauer foi emblemática. Ele estava pronto para a entrevista desde cedo, embora essa tenha acontecido somente à tarde. Esperava pela pesquisadora com um chapéu com um *bóton* de um partido político. A entrevista foi emocionante, especialmente quando esse contou sobre a formação da comunidade de Dois Irmãos, já que o nome da localidade deve-se a seus dois irmãos, um deles já falecido, que chegaram a Santo Alberto antes dele. Outra surpresa foi o seu conhecimento sobre a Constituição Federal; em vários momentos, quando falava de injustiças, referia-se ao não cumprimento da Constituição. Ivo Hanauer ainda ficou emocionado e feliz ao saber que alguém estava interessado na história que tinham vivido. Ressaltou que, desde que mora em Santa Terezinha, nunca foi procurado por ninguém para falar sobre a vida em Santo Alberto, e fez um apelo para que o estudo de alguma forma mostre para a comunidade regional a existência dessa história e das muitas injustiças em todo processo.

Diante da problemática estudada, concorda-se com o descrito pelos colonos quanto às injustiças ocorridas, uma vez que houve várias falhas em todo processo, especialmente por parte dos governos. Como o Governo Federal autorizou empréstimo aos colonos pelo Banco do Brasil para que mecanizassem as terras que seriam do Governo, já que o próprio Governo, anteriormente, havia por meio de decreto ampliado o parque mais de uma vez? Como o Governo incentivava a vinda de colonos por meio de anúncio em rádios para uma terra que seria sua? Como puderam “fechar” os olhos para as procurações e registros de compra e venda, documentos comuns à época e reconhecidos como oficiais em muitas situações, já que o registro no cartório de imóveis não era uma prática comum? A quem esses colonos deveriam recorrer? Estas questões e outras possivelmente nunca terão respostas, assim como não tiveram as feitas por Maurício Schossler ao Coronel Sampaio, no quartel em Cascavel, na ocasião em que foi chamado para esclarecimentos. Aparentemente, queria-se somente saber até onde Maurício tinha conhecimento de toda a história, para, talvez, novamente tentar calá-lo, assim como quando ficou preso no quartel em Foz do Iguaçu.

Outra situação de possível injustiça refere-se à indenização aos colonos pelas terras, uma vez que grande parte deles somente recebeu pelas benfeitorias, ou seja, casa, chiqueirões, área desmatada, entre outros – como eram pequenas propriedades, isso não representava muito. Segundo os colonos entrevistados, o correspondente à terra nua que haviam comprado das colonizadoras não foi indenizado. Em alguns casos, ainda notou-se certa “esperteza” por parte de advogados que receberam a indenização de seus clientes e não lhes repassaram o dinheiro, ou seja, lhes deram um golpe. Tanto é fato que, segundo Plínio Hendges, atualmente, processa o advogado da época para receber o que lhe é devido. Para alguns, esse pouco significou um recomeço, para outros uma simples indenização, enquanto para outros era tão pouco que não valeria a pena uma briga judicial.

Outra situação intrigante e sem resposta foi quanto à situação dos colonos que foram para a região do Ocoy II, uma vez que, logo após a mudança desses, a área foi submersa. Entende-se que houve falha do Governo em permitir o assentamento de uma população para depois desapropriá-la novamente, ou seja, o colono teria que ser indenizado duas vezes. Teria sido conveniente para o colono ou simplesmente mais uma vez este teve a sua identidade marcada pela frustração de ter que recomeçar pela terceira vez?

Para Adilson Simão, alguns colonos que inicialmente receberam terras na região do Ocoy “plantaram a semente” do que seria o marco inicial dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra no Estado do Paraná. Esse ainda não considerou que, em seguida, o processo

repetiu-se com os desapropriados de Itaipu, esses, por sua vez, devidamente mencionados nos livros de história, imprensa e demais registros disponíveis para pesquisa da época. Qual a razão dos desapropriados do parque não terem sido devidamente registrados? Não havia esse interesse? Estava sendo criado um forte movimento ambientalista no país e a divulgação das desapropriações poderia trazer problemas para esse movimento?

O estudo finalizado atendendo aos prazos do programa de mestrado não pôde precisar algumas questões mencionadas acima e outras que poderiam ter dado mais esclarecimentos e maior amplitude ao estudo. Uma delas refere-se a uma verificação mais detalhada em documentos da Organização dos Estados Americanos - OEA, sobre a questão mencionada por alguns sobre a obrigatoriedade de ampliação do parque do lado do Brasil, igual ao lado da Argentina, em razão do assassinato por brasileiros de um policial argentino, enquanto praticavam a caça e a extração de palmito naquele país de maneira ilegal. Outra diz respeito a quem, efetivamente, recebeu indenização das terras do parque, tendo recebido somente pelas benfeitorias ou também pela terra nua. Houve ainda o interesse em entrevistar ao menos um dos colonos que viveram na região do parque e que foram para o Paraguai, a fim de conhecer a sua trajetória e suas razões pela decisão de buscar em terras de outro país o sonho do desenvolvimento. Tal ação não foi possível, especialmente, pela questão de acesso ao país vizinho e pela falta de um nome de colono a ser entrevistado que tivesse vivido esta experiência.

Espera-se que, ao final, o estudo possa servir como marco referencial para estudos sobre a região e a formação do Parque Nacional do Iguaçu e que as questões que ficaram abertas possam ser esclarecidas. Para a autora, estudar o tema foi uma oportunidade de conhecer esta história, além de ampliar o conhecimento científico, possibilitando desenvolver futuros estudos e pesquisas no anseio de contribuírem com a comunidade acadêmica, bem como com toda a comunidade regional. Cabe ainda lançar um desafio às comunidades acadêmica e científica na busca pelas respostas das questões apresentadas.

Fica a esperança de que os registros orais obtidos com as entrevistas possam ser arquivados em um arquivo oral na UNIOESTE, uma vez que a transcrição das narrativas na íntegra constitui um material riquíssimo. No contexto geral, elas poderiam servir de base para outras pesquisas, baseadas nos indícios que muitas delas deixaram.

FONTES

Orais

Tadeu Welter, antigo morador de São José do Iguaçu, atualmente residindo em Santa Cruz do Ocoí, agricultor.

Marcos Mallman, antigo morador de São José do Iguaçu, atualmente residindo em Santa Cruz do Ocoí, caminhoneiro.

Ivo Hanauer, antigo morador de Santo Alberto, atualmente residindo em Santa Terezinha de Itaipu, aposentado.

Alma Matte Spies, atualmente residindo em Foz do Iguaçu, professora aposentada

Nelson Spies, atualmente residindo em Foz do Iguaçu, professor aposentada

Fernando Loures Salinet, antigo proprietário de fazenda próximo a Santo Alberto, aposentado, proprietário de um cartório em Foz do Iguaçu.

Antônio Vanderli Moreira, atualmente residindo em Foz do Iguaçu, advogado.

Maurício Nestor Schossler, antigo morador de São José do Iguaçu, atualmente residindo em Santa Cruz do Ocoí, agricultor.

Plinio Hendges, antigo morador de Santo Alberto, atualmente residindo em Santa Cruz do Ocoí, agricultor aposentado.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Lorenzo; CORREA, Marcos Sá. **Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu**. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2009.

ANDERSEN, S.M. Dificuldades na Gestão Ambiental em Áreas de Fronteira: Investigando a Origem dos Conflitos In: IV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS, 2008, Brasília. **Anais do IV Encontro da ANPPAS**. 2008. v. IV. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro4/cd/.../GT2-849-562-20080503210927.pdf Acesso em: 22 jan. 2012.

BECKER Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BONAZZI, Chantal de Tourtier. Arquivos: propostas metodológicas. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm Acesso em: 7 de fev. 2012.

BRASIL. Decreto nº. 84.653, de 22 de abr. de 1980. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras com benfeitorias situadas nos lugares denominados, respectivamente, Fazenda Cataratas e Fazenda Itapiry, integrantes do perímetro abrangido pelo Decreto nº 1.035, de 10.01.1939 que criou o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=213034> Acesso em: 23 de jan. de 2012.

BRASIL. Decreto nº. 86.676, de 1 de dezembro de 1981. Fixa novos limites do Parque Nacional do Iguaçu no Estado do Paraná. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86676-1-dezembro-1981-436322-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 23 de nov. de 2011.

BRASIL. Decreto nº. 1.035 de 10 de janeiro de 1939. Cria o Parque Nacional do Iguassú e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 de nov. de 2011.

BRASIL. Decreto nº. 10.432 de 9 de novembro de 1889. Concede privilegio, garantia de juros e terras devolutas, mediante autorização legislativa, para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo das margens do Itararé, na Provincia de S. Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na Provincia do Rio Grande do Sul, com diversos ramaes. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=68751&tipoDocumento=D EC&tipoTexto=PUB> Acesso em: 14 de jan. 2012.

BRASIL. Decreto nº. 69.411 de 22 de outubro de 1971. Dispõe sobre a criação de zona prioritária, para fins de Reforma Agrária, no Estado do Paraná e de Santa Catarina. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69411-22-outubro-1971-418059-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 de jan. 2012.

BRASIL. Decreto nº. 69.412 de 22 de outubro de 1971. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, área de terras no Estado do Paraná. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69412-22-outubro-1971-418062-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 de jan. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 3.365 de 21 de junho de 1941. Desapropriação por utilidade pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm Acesso em: 23 de jan. de 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 6.817 de 23 de agosto de 1944. Alteração da redação do Decreto-Lei nº. 6.506 de 17 de maio de 1944. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6817-23-agosto-1944-386403-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 23 de jan. de 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 2.073 de 8 de março de 1940. Incorpora ao patrimônio da união a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e as empresas a ela filiadas. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2073-8-marco-1940-412107-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 de dez. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 2.436 de 22 de julho de 1940. Incorpora ao patrimônio da união todo o ativo existente em território nacional da Brazil Railway Company e empresas a ela filiadas e dispõe quanto à apuração e liquidação de seu passivo. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2436-22-julho-1940-412442-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 de nov. de 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 554 de 25 de abril de 1969. Dispõe sobre desapropriação por interesse social, de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126078/decreto-lei-554-69> Acesso em: 23 de jan. de 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 6.587 de 14 de junho de 1944. Incorpora ao Parque Nacional do Iguassu áreas que menciona. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6587-10-junho-1944-416269-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 de nov. de 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 6.664 de 7 de julho de 1944. Altera a redação do art. 1º. Do Decreto-lei no. 6.587 de 14 de junho de 1944. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6664-7-julho-1944-379293-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 27 de nov. de 2011.

BRASIL. Lei nº. 4.132 de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. Disponível em:

http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1962-004132-dis/4132-62.html Acesso em: 03 de fev. de 2012.

BRASIL. Mapa do Brasil em 1943. Disponível em:
http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a3/Brazil_states1943.png Acesso em 04/11/11

BURKE, Peter (org). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CRICKSHANK, Julie. “Tradição oral e história oral: revendo algumas questões”. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, Edson dos Santos. **Desenvolvimento regional e conservação ambiental**: a “Estrada do Colono” como via de (dê) integração (sic) do oeste-sudoeste paranaense. Presidente Prudente, 2006. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual de São Paulo - UNESP – Campus de Presidente Prudente. Disponível em: www2.fct.unesp.br/grupos/gasperr/pub/tese/dias_01.pdf Acesso em: 28 nov. 2011.

Dicionário Informal Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/frisson/> Acesso em 22 de maio 2012.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa Disponível em:
http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx?pal=sisa Acesso em: 23 de maio 2012.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa Disponível em:
<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=boca> Acesso em 27 de jan. de 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.

FLORES, Mariléia Dias; STECA, Lucinéia Cunha. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: EDUEL, 2002.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FREITAS, Fabiano Junqueira; BRAGA, Paula Lou Ane Matos. Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória. **Artigo publicado no Arquivo de Estado de São Paulo**. 2006. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao13/materia03/> Acesso em: 25 fev. 2010.

FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula; THOMSON, Alistair. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GREGORY, Valdir – Colonização e Fronteiras: o caso do Estado do Paraná (1930 - 1960). In: Lopes, Marcos. **Espaços da memória**. Fronteiras. Cascavel: EDUNIOESTE. 2000.

_____. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**. migrações no Oeste do Paraná – 1940 - 1970. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1996.

JORNAL BINACIONAL VEÍCULO DA REGIÃO DE ITAIPU PARA O BRASIL E PARAGUAI. Expropriados pedem sindicância federal: Waldomiro de Deus Pereira. Editora Lítero Técnica. Foz do Iguaçu, 1974.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

KLAUCK, Samuel in ARRUDA, Gilmar, (Org.) **Natureza, Fronteiras e Territórios**: imagens e narrativas. 1. ed. Londrina: EDUEL, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: Burke Peter (Org). **A escrita da história**, novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

Livro de Ouro do Ministério da Guerra. II Exército 5ª. RM, 5ª. Di. 1º. Batalhão de Fronteira, Foz do Iguaçu, 1965. P. 34-39.

LOPES, Ana Yara Dania Paulino. **Pioneiros do capital**: a colonização do norte novo do Paraná. São Paulo: USP, 1982. Dissertação de mestrado.

LOWENTAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História. São Paulo: EDUC, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem**: fotografia e história interfaces. Rio de Janeiro: Editora Tempo, 1996.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v. 23, n. 45, July 2003. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100002
Acesso em: 18 fev. 2010.

MULLER, Arnaldo Carlos. Informe preliminar sobre o Parque Nacional do Iguaçu. **Revista Floresta**. v. 4, n.2, 1972. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/view/5753> Acesso em: 18 nov. 2011.

MYSKIW, Antônio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros**. conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Niterói – RJ. 2002.

_____. **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

OSTROVSKI, Dalésio, **Análise dos impactos socioambientais motivados pelo Caminho do Colono**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, 2002. Disponível em: <http://www.pge.uem.br/novo/teses/pdf/dostrovski.pdf> Acesso em: 12 fev. 2010.

PARANÁ. Fonte: Mapa do Paraná. Disponível em: www.museuparanaense.pr.gov.br Acesso em 22/11/2011.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Brasília, 1981.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná - FUPEF. Brasília, maio de 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v.15, n. 10, 1992.

_____. Memória esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989.

PRINS, Gwyn. História oral. In BURKE, Peter (org). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

Revista Histórica. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em 05/01/2012.

REVISTA VEJA. Paraná: Proibido plantar. Julho de 1976.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Etnicidade, Fronteiras e Identidades**: apontamentos para algumas referências conceituais. Artigo disponibilizado para a disciplina Pluralidade, Intersubjetividade e Identidade na Fronteira, do Mestrado Interdisciplinar Sociedade Cultura e Fronteiras. UNIOESTE, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. A atualidade da contribuição de Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. em homenagem aos 50 anos da morte de Leo Waibel (1888-1951). **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, v. 28, n.1, p. 25-41, 2002.

SILVA, Sebastião Francisco da. **Na trilha dos pioneiros**: Santa Terezinha de Itaipu. Santa Terezinha de Itaipu, [s.n], 1995.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

_____. **Usos de memória: política, educação e identidade**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

THOMPSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.22, n. 44, p. 341-364, 2002.

URBAN, Teresa, **Parque Nacional do Iguaçu**: caminho aberto para a vida. Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Rede Verde de Informações Ambientais, 2002.

VENCATTO, Rudy Nick. **Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato**: memórias dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Marechal Cândido Rondon, 2010. Disponível em: tede.unioeste.br/tede//tde_busca/processaArquivo.php?codArquivo... Acesso em 25 nov. 2011.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos**, história do Oeste paranaense. 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

_____. História do Paraná. 9. ed. Editora Curitiba: **Imprensa Oficial do Paraná**, 2001.

APÊNDICES

- A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TADEU WELTER
- B TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MARCOS MALLMANN
- C TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – IVO HANAUER
- D TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ALMA MATTE SPIES
- E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – NELSON JOSÉ SPIES
- F TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – FERNANDO LOURES SALINET
- G TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ANTONIO VANDERLI MOREIRA
- H TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ADILSON SIMÃO
- I TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAURÍCIO NESTOR SCHOSSLER
- J TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PLINIO HENDGES
- K ROTEIRO DE ENTREVISTAS COLONOS
- L ROTEIRO DE ENTREVISTA ANTONIO VANDERLI MOREIRA
- M LISTA DE DESAPROPRIADOS

ANEXOS

- A MAPA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU EXCLUINDO AS COMUNIDADES DE SANTO ALBERTO E SÃO JOSÉ DO IGUAÇU
- B MAPA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU INCLUINDO AS COMUNIDADES DE SANTO ALBERTO E SÃO JOSÉ DO IGUAÇU
- C JORNAL BI NACIONAL
- D DECRETO LEI Nº. 2.073 DE 8 DE MAR. DE 1940 – INCORPORA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO A ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE E AS EMPRESAS A ELA FILIADAS.
- E DECRETO Nº. 10.432 DE 9 DE NOV. DE 1889 – CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE, LIGANDO ITARARÉ À SANTA MARIA DA BOCCA DO MONTE..
- F DECRETO Nº. 1.035 DE 10 DE JAN. DE 1939. – CRIAÇÃO DO PNI
- G DECRETO Nº. 2.436 DE 22 DE JUL. DE 1940. – INCORPORAÇÃO DE TERRAS À UNIÃO
- H DECRETO-LEI Nº. 7.724 DE 10 DE JUN. DE 1945 – INCORPORA AS TERRAS NA FAIXA DE FRONTEIRA À UNIÃO Não está disponível online em 25 de jun. 2012.
- I DECRETO-LEI Nº. 9.760 DE 5 DE SET. DE 1946 – INCORPORA AS TERRAS NA FAIXA DE FRONTEIRA À UNIÃO
- J DECRETO Nº. 6.506 DE 17 DE MAIO DE 1944 – DESAPROPRIAÇÃO DA FAMÍLIA GUILLARDI
- K DECRETO Nº. 6.664 DE 7 DE JUL. – ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO DECRETO Nº. 6.587.
- L DECRETO Nº. 69.411 DE 22 DE OUT. DE 1971 – CRIAÇÃO DA ZONA PRIORITÁRIA PARA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ E SANTA CATARINA
- M DECRETO Nº. 69.412 DE 22 DE OUT. DE 1971 – ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL PARA DESAPROPRIAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ
- N LEI Nº. 4.132 DE 10 DE SETEMBRO DE 1962 – DEFINE OS CASOS DE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL
- O DECRETO Nº. 554 DE 25 DE ABR. DE 1969 – DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL DE IMÓVEIS RURAIS PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.
- P DECRETO Nº. 84.653 DE 23 DE ABR. DE 1980 – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DAS ÁREAS LOCALIZADAS NO TERRITÓRIO DO PNI (FAZENDA CATARATAS E FAZENDA ITAPIRY)
- Q DECRETO Nº. 86.676 DE 1 DE DEZ. DE 1981 – ESTABELECIMENTO DOS ATUAIS LIMITES DO PNI.
- R TERMO DE CONTRATO PARA PROFESSORES RURAIS DE ALMA MATTE SPIES.
- S ATA DA 1ª. ESCOLA DE SANTO ALBERTO.
- T MATÉRIA DA REVISTA VEJA DE 21 DE JULHO 1976
- U OFÍCIO/AGU/PGF/PF-PR/NAGRA/Nº. 100 DE 20 DE NOV. DE 2008.
- V DECRETO-LEI Nº. 6.817 DE 23 DE AGO. DE 1944. – ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº. 6.506 DE 17 DE MAIO DE 1944.
- X DECRETO-LEI Nº. 3.365 DE 21 DE JUNHO DE 1941. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA.

- Y DECRETO Nº. 300 DE 03 DE NOV. DE 1930. DIÁRIO OFICIAL DO
ESTADO DO PARANÁ
- Z DECRETO Nº. 2.153 DE 20 DE OUT. DE 1931. DIÁRIO OFICIAL DO
ESTADO DO PARANÁ DE 23 DE OUT. DE 1931.